

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

MARIA PATRÍCIA TÉLLEZ GARZÓN

**OBSERVATÓRIOS E OUVIDORIAS:  
Experiências de crítica midiática e cidadania na América Latina**

Tese de Doutorado

Porto Alegre, RS

2011

MARIA PATRÍCIA TÉLLEZ GARZÓN

**OBSERVATÓRIOS E OUVIDORIAS:  
Experiências de crítica midiática e cidadania na América Latina**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGCOM/UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Comunicação e Informação.

Orientação: Prof. Dr. Valdir José Morigi  
Co-orientação: Profa. Dra. Maria Helena Weber

Porto Alegre, RS

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

A comissão examinadora, abaixo-assinada, aprova a Tese “Observatórios e Ouvidorias: Experiências de crítica midiática e cidadania na América Latina”, elaborada por Maria Patrícia Téllez Garzón como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Comunicação e Informação.

---

Prof. Dr. Valdir José Morigi – PPGCOM/UFRGS (orientador)

---

Profa. Dra. Maria Helena Weber – PPGCOM/UFRGS (co-orientadora)

---

Profa. Dra. Beatriz Correa Pires Dornelles – FAMECOS/PUCRS

---

Profa. Dra. Nilda Jacks – PPGCOM/UFRGS

---

Prof. Dr. José Luiz Braga – PPGCC/UNISINOS

---

Prof. Dr. Rogério Christofolletti – POSJOR/UFSC

Porto Alegre-RS, 28 de março de 2011

## **DEDICATÓRIA**

A Diana Téllez, minha querida irmã, pela cumplicidade,  
presença e, particularmente, sua paciência.

A Jesús Galindo, amigo, parceiro,  
meu mestre.

## AGRADECIMENTOS

E um dia no meio do verão chegou o momento de colocar o ponto final a esta tese e as coisas que tinha para dizer ficaram guardadas no papel. E deste modo se fechava um ciclo da minha vida e se concretizara um sonho que anos atrás tinha contemplado como possibilidade, mas que ao passar do tempo se foi diluindo por distintas razões.

Mas nesta oportunidade foi diferente. Tudo começou em um café da manhã em Bogotá onde uma amiga me fez a proposta de fazer o Doutorado, que aceitei quase de forma imediata. O desafio era grande e nesse momento me lembrei de que anos atrás quando realizei meu Mestrado na Universidade Ibero-americana de México tinha feito uma aposta semelhante. Reinventar-me não foi fácil e justamente quando pensei que o havia conseguido, iria a começar tudo novo de novo.

Senti que o momento era propício para voltar às aulas, para aprofundar um tema que de algum modo me “seguia” e eu a ele desde tempo atrás. Uma oportunidade para morar no Brasil, um país que de forma generosa me acolheu e do qual tinha particularmente referências literárias e musicais. E foi assim que cheguei a Porto Alegre, uma cidade que me recebeu de braços abertos com novos colegas, amigos, além de lugares e pôr do sol inesquecíveis.

Esta mudança acadêmica e existencial foi possível graças ao respaldo de pessoas e instituições que colaboraram de distintas formas neste processo, e para as quais só tenho palavras de gratidão. Entre elas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por me permitir ser parte de um centro de formação de excelente qualidade. De modo específico, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo respaldo financeiro através de seu programa de bolsas.

Menção especial merece o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, onde me converti durante quatro anos em estudante e onde, de modo especial, me lembrei de todos aqueles que foram meus alunos. A sua equipe de professores e ao pessoal administrativo agradeço a acolhida. Meus orientadores Valdir Morigi e Maria Helena Weber foram peças-chave neste processo.

Com o primeiro foi possível me aproximar ao tema da cidadania e a ela agradeço sua generosidade e atitude acolhedora, os momentos em que compartilhamos temas acadêmicos e existenciais. O Secretário da PPGCOM Marco Franchetti desempenhou um papel significativo nesta adaptação. De modo solidário durante quatro anos sempre teve sua melhor disposição para responder minhas perguntas de natureza diversa. Nesse sentido Josie Lima, e os bolsistas Thiago Araújo e Diego Tams, foram igualmente colaboradores.

E neste percurso tive a oportunidade de compartilhar com professores tanto da UFRGS como de outros programas e universidades como a PUCRS e UNISINOS, onde participei em algumas disciplinas. Virginia Fonseca sempre solidária, disposta a me escutar em momentos importantes desta caminhada. Juremir Machado da Silva, pela paixão na transmissão de seus conhecimentos. Christa Berger, amiga de meus amigos, minha admiração pelo respeito e colaboração com os estudantes nas bancas tanto de Mestrado como Doutorado. Jorge González, professor e amigo mexicano por sua aula de Epistemologia do Conhecimento, e Maria Cristina Mata, professora da Universidade de Córdoba (Argentina), por compartilhar comigo seu interesse pelo tema da cidadania.

Especial agradecimento merecem os examinadores desta tese. Beatriz Dornelles, que aceitou de modo imediato o convite para ser parte da banca. A Rogério Christofolletti por compartilhar o interesse pelo tema. De modo especial ao Prof. José Luiz Braga, que solidariamente acompanhou este percurso desde a qualificação, pela sua generosidade acadêmica e suas valiosas orientações.

As pessoas e instituições das experiências selecionadas como objetos de estudo merecem, também, meu reconhecimento. Alberto Dines, pela paixão e entusiasmo no desempenho do seu trabalho como jornalista; Luiz Egypto, Luciano Martins Costa e Eugenio Bucci como integrantes do Observatório da Imprensa. No Peru encontramos Rosa Maria Alfaro e a equipe da Veeduría Ciudadana de Comunicación Social. Na Colômbia, Patrícia Castaño e Adelayda Trujillo apaixonadas pelo trabalho sobre a televisão e as crianças. De forma especial a Maritza Lopez de la Roche, amiga e referente bibliográfico.

Alguém teria que advertir aos doutorandos que por trás deste propósito acadêmico se esconde um mergulho ao fundo de nós mesmos, que, sem dúvida, é uma das aprendizagens mais valiosas. Além do quê, tenho a certeza que contei sempre com a ajuda de Deus, e outros seres superiores, nesse processo de busca espiritual, me encontrei com o Zen Budismo, através do qual tentei “olhar com outros olhos” todo meu percurso. Monge Dengaku e monja Shodem foram essenciais neste processo.

E neste transitar chegamos ao tema dos afetos mais próximos, parentes e amigos. Na Colômbia e torcendo por mim estiveram Julio Cesar e Wilma, meus pais. Fernando, meu irmão e Pilar, minha cunhada; Juan Manuel e Natalia, meus sobrinhos, sempre por perto. Do mesmo modo que Jorge Garzón, sua família e as primas Pilar Garzón, Ortiz e Crespo. Teddy e seus irmãos, uma companhia permanente.

Da mesma forma, encontramos outras pessoas que em distintos momentos da vida me acolheram e fazem parte de minha lista de “seres humanos favoritos”. Julio Alberto Arango e

Luz Stella Sierra, Margarita Sierra, presente sempre. Monique Lattion, Anita de Gutierrez e família, Stella de Vivas, generosa e muito querida. Myriam de Wills por tanta presença essencial, Pilar Mesa é uma irmãzinha mais, junto com Liliana Molina. A todos, por seu afeto, um obrigado especial.

Sem que pareça possuída pelo “complexo de Roberto Carlos” no sentido de ter um milhão de amigos, gostaria de agradecer igualmente a Jose Bernardo De Castro e a Monica Passega e suas respectivas famílias, a Juan Cabra, Ricardo Olmus, Ana Maria Lalinde, Olga Moreno, Carlos Cortes, Patrícia Suarez, Sonia Rodriguez, Pilar Borrero, Clemencia Montalvo, Margarita Ujueta, Margarita Fonseca, Laura Cala, Diego Ferreira. Cada um chegou em um momento da vida para me ensinar algo. Stella Martinez, presença transformadora na minha vida.

E cerramos o “ramillete” com Alma Garcia, Mariluz Vallejo, Gabriel Gomes y Alejandro Manrique, estes últimos amigos maravilhosos de tempos javerianos. Em Manizales, a Claudia Velez e Jose Hernando Jimenez, amorosos desde o primeiro dia de minha chegada a essa cidade. A Luz Fátima Ocampo, Edgar Gracia e Melba Salazar, pelas experiências compartilhadas. De modo especial a Yolanda Valencia, cuja presença foi definitiva enquanto lá estive.

Continuando com a cronologia de afetos, meus amigos do México merecem um lugar na plateia. Jorge Matamoros e Tere, Claudia Herran, Claudia e Ricardo Vernon, Rocio Garcia, Mercedes Charles. Não só fizeram parte ativa de meu “passado asteca”, mas também de meu presente afetivo. Em Cuba, Nelita Cassado, Nachy e família, amigos inesquecíveis.

E finalmente chegamos ao Brasil, onde encontramos Nilda Jacks. A ela agradeço sua sugestão no café da manhã, onde minha vida mudou de rumo. Depois de outros encontros mais breves em distintas latitudes, nesta ocasião tivemos a oportunidade de nos conhecer realmente, de aprender uma da outra, de compartilhar gostos e diferenças. Sua família igualmente querida e Nilton Chazan, seu namorado, amável e solidário, apesar de suas escolhas esportivas.

Yhevelin Guerin, Cibele Saraiva e Rosane Guerin e Egon Handel fizeram minha vida mais feliz neste tempo, por tudo um muito obrigada de coração. Virginia Fedrizzi, amiga de alto astral permanente, por seu carinho e generosidade comigo e com minha família. Seguramente a ela e aos irmãos Lumière devo esta paixão recente pelo cinema.

Meus colegas e amigos da UFRGS merecem particular destaque por toda a aprendizagem e afeto recebido. De modo especial, Reges Schwaab e Ângela Zamin. Ambos muito queridos, sorridentes e, como escoteiros, sempre prontos a colaborar. E continuando

com o tema da generosidade, Tânia Almeida e André Grassi, Letícia Strehl Márcia Veiga e Ângelo Adami, Lourdes Silva e Valquiria John. Todos dispostos a “dar um pulo” em momentos-chave.

E nesta lista não poderiam faltar meus colegas de Doutorado Anelise Rubleski, Ana Paula Penkala, Ilídio Pereira e Rodrigo Caxias. Igualmente o Grupo de Política formado por Carlos Locatelli, Sandra Bitencourt, Acácio Salvador, Berenice Machado e Marja Pfeifer. Com ela compartilhamos cafés oportunos e reconfortantes.

Meus colegas de aprendizado de Português, Marisa Boquete, Giovanka Colima, Catalina Valencia e José Carlos Movilla, dos quais, com os dois últimos, compartilhei um inesquecível passeio ao Rio de Janeiro. Minhas vizinhas, Elite Alexandra da Silva, Maria Benilde de Oliveira e Ingrid Janke, por sua amabilidade.

Mariana Donner, Ângelo Adami, Reges Schwaab, Marja Pfeifer e Nilda Jacks por sua oportuna e imprescindível colaboração na correção do documento. A lista termina com Ronaldo Leal e Edilma Lima, os amigos mais recentes. Sua ajuda foi definitiva para que esta tese se ajustasse às normas técnicas. Esse foi o “pretexto”, pois na realidade sou muito grata pela acolhida como parte de sua família, além de que solucionaram alguns sobressaltos tecnológicos.



“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas,  
que já têm a forma do nosso corpo,  
e esquecer os nossos caminhos,  
que nos levam sempre aos mesmos lugares.  
É o tempo da travessia:  
e, se não ousarmos fazê-la,  
teremos ficado,  
para sempre,  
à margem de nós mesmos”.

Fernando Teixeira de Andrade ,  
in “*Medo: o maior gigante da alma*”.

## RESUMO

Esta tese realiza uma aproximação ao tema dos observatórios e ouvidorias da mídia, que, situados em campos complementares, como a comunicação e a política, cada vez têm mais força e visibilidade. A partir do Observatório de Imprensa do Brasil, a Veeduría Ciudadana de Comunicación Social e o Compromiso por una Televisión de calidad na Colômbia, como estratégias selecionadas, se buscou indagar o papel que desenvolvem estes espaços no processo de democratização da informação na América Latina. Para isso, o percurso inicia com sua descrição como experiências de *media criticism*, ou de revisão crítica das tarefas da mídia, com cada vez mais presença no continente. Estabelecidas suas características relacionadas com o segmento das tarefas desenvolvidas pela mídia, apresentamos cada uma das experiências consideradas como objeto de estudo. Em um segundo momento, nos aproximamos do cenário político para descrever as mudanças que se sucedem em seu interior. Entre elas, se destacam um processo de ampliação da democracia e a presença da cidadania, considerada como ator fundamental. Descrito um breve percurso sobre sua história, se destaca a fluidez e autonomia como recursos que fazem possível sua presença em cenários como a mídia. A conexão entre estes dois conceitos vai se dar através do tema dos direitos, de modo específico, tanto o direito à comunicação como à informação. A partir deste panorama, utilizando o Estudo de Caso como estratégia metodológica, se realiza uma relação e o aprofundamento entre estas três experiências selecionadas. Nele se descrevem seus antecedentes, estratégias midiáticas utilizadas e, de modo particular, a presença da cidadania no seu interior. A tese fecha com uma reflexão sobre a relação entre mídia e democracia a partir dos observatórios e ouvidorias.

**Palavras chave:** Observatórios e ouvidorias de mídia. Comunicação. Política. Cidadania.

## ABSTRACT

In this thesis, the author makes an approach toward Observatories and Media Insight Groups, both situated in complementary fields of media studies and politics and both increasingly strong and visible. The communication strategies selected were: Observatório de Imprensa from Brazil; Veeduría de Comunicación Social from Peru; and the Colombian's Compromiso por una Televisión de Calidad. The main purpose was to examine the role that these action fields have in the democratization of information process in Latin America. The dissertation begins by defining them as case of study and giving a description of these experiences as media criticism—or critical review of functions of the Media that has a growing presence in the continent. The second section describes the movements and changes experienced by the political arena, pointing out the expanding democracy and the growing presence of citizenship, which plays a key role. This section provides a brief historic overview of the concept of citizenship, highlighting its fluidity and autonomy. These features make its presence possible in the Media field. The connection between citizenship and Media is made possible by placing them in the field of rights of communication and information. From this standpoint, and using a Case Study as a methodological strategy, the thesis proposes a relationship and a profound study between the three selected experiences, describing its background, the use of media strategies and, in particular, the presence of citizens and citizenship. The dissertation concludes with reflections about the relationship between Media and Democracy from the perspective of Observatories and Media Insight Groups.

**Keywords:** Observatories, Media Insight Groups, Communication, Politics, Citizenship.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do site do Observatório da Imprensa .....	88
Figura 2 - Capa do site da Veeduría Ciudadana de Comunicación Social (Peru) .....	91
Figura 3 - Capa do site Associação de Comunicadores Sociais Calandria (Peru) .....	93
Figura 4 - Página do Compromiso Nacional por una Televisión de Calidad para la Infancia en Colombia .....	98
Figura 5 - Quadro organizatório das seções (Braga, 2006) .....	107
Figura 6 - Cabeçalho do Observatório da Imprensa .....	108
Figura 7 - Seções do site do Observatório da Imprensa .....	108
Figura 8 - Links para os programas de televisão e rádio do Observatório da Imprensa .....	111
Figura 9: Análise das experiências seleccionadas .....	119

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 POLÍTICA, MÍDIA E CIDADANIA</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1 A política como cenário mutante</b> .....	<b>25</b>
<b>2.2 A democracia como “habitat” da sociedade</b> .....	<b>30</b>
2.2.1 América Latina no panorama democrático .....	32
<b>2.3 A cidadania: ator central da democracia</b> .....	<b>38</b>
2.3.1 Um breve percurso pela história da cidadania .....	39
2.3.2 O retorno até uma “nova cidadania” .....	43
<b>2.4 Comunicação, Mídia e Cidadania</b> .....	<b>49</b>
2.4.1 O Direito à Comunicação e à Informação como direitos da cidadania.....	59
<b>2.5 Observatórios e ouvidorias como experiências de crítica midiática</b> .....	<b>68</b>
2.5.1 Contextualizando o tema das experiências críticas .....	68
2.5.2 Características comuns dos observatórios .....	74
2.5.3 “Ver” e “olhar” nos observatórios .....	81
<b>3. EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS</b> .....	<b>84</b>
<b>3.1 Observatório da Imprensa (Brasil)</b> .....	<b>85</b>
<b>3.2 Veeduría Ciudadana de Comunicación Social (Peru)</b> .....	<b>90</b>
<b>3.3 Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia (Colombia)</b> .....	<b>96</b>
<b>4 ESTUDO DAS EXPERIÊNCIAS DE OBSERVATÓRIOS E OUVIDORIAS</b> .....	<b>102</b>
<b>4.1 O Estudo de caso como estratégia de pesquisa</b> .....	<b>102</b>
4.1.1 Estrutura interna do site Observatório da Imprensa .....	107
4.1.2 A participação da Veeduría no projeto de Lei de Rádio e Televisão .....	113
4.1.3 Compromiso por una TV de Calidad para la Infancia.....	117
<b>4.2 Descrição e análise destas experiências</b> .....	<b>118</b>
4.2.1 Observatório da Imprensa .....	120
4.2.2 Veeduría Ciudadana de Comunicación Social.....	123
4.2.3 Compromiso por una TV de Calidad para la Infancia .....	124
<b>4.3 Análise transversal destas experiências</b> .....	<b>127</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>141</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>149</b>
<b>A. Observatório da Imprensa. Perfil do leitor</b> .....	<b>150</b>

**B. Veeduría Ciudadana de Comunicación del Perú.....155**  
**C. Compromiso TV de Calidad. Colombia .....190**

## 1 INTRODUÇÃO

O tema desta tese surge do interesse nos observatórios e ouvidorias de mídia a partir da presença neles na cidadania, que, considerados experiências de crítica midiática e situados em campos distintos e complementares, como a comunicação e a política, cada vez têm mais força e visibilidade nas sociedades contemporâneas. A partir das mudanças ocorridas no cenário político e, especificamente, frente à democracia e seu vínculo com a comunicação através da mídia, nos aproximaremos da realidade de três experiências latino-americanas. Trata-se do Observatório da Imprensa (OI) do Brasil, da Veeduría Ciudadana de Comunicación Social do Peru e do Compromiso por una Televisión de Calidad para a Infância, na Colômbia.

O Observatório da Imprensa é considerado pioneiro no continente oferecendo através de seu site um monitoramento permanente da conjuntura midiática, utilizando para isso todo o potencial que oferece esta ferramenta. A aproximação à Veeduría, por sua vez, vai se dar como um exemplo de participação plural e diversa de distintos setores sociais. Tomando como “pretexto” o debate em torno da Lei de Rádio e Televisão no ano de 2003, este movimento cívico surge tendo como propósito inicial a elaboração de uma proposta respaldada por um significativo processo de mobilização social acerca de temas como a comunicação e a mídia. E, finalmente, o Compromiso, que se originou buscando realizar um aporte ao debate sobre a qualidade da televisão para a Infância na Colômbia.

Ao observarmos estes lugares nos achamos com a necessidade de explorar os processos de redefinição e de reinvenção da esfera política para compreender os atores, discursos e redes de relações que entre eles se estabelecem. A partir deles vai ser possível fazer frente a múltiplos desafios nas sociedades contemporâneas, os quais, em determinadas conjunturas, parecem impossíveis de superar.

Um deles, considerado como fundamental, tem a ver com a consolidação das democracias que hoje experimentam significativas mudanças. Há meio século a política era considerada a bússola que servia de horizonte para onde se dirigiam as forças das nações. Nestes tempos, aparece caracterizada como um cenário polifônico, enfrentando grandes turbulências, onde a cidadania vai desempenhar um papel relevante.

Definida a partir de um conjunto de garantias que vai além de uma somatória de regras e procedimentos, vemos como a democracia, ao longo de seu desenvolvimento, tem transitado por um longo caminho. Considerada uma “invenção da humanidade” e presente na maioria dos países do mundo ocidental, com diferentes graus de evolução, ela, paradoxalmente,

experimenta um processo de “deterioração” e de “enfraquecimento”, que se reflete de distintas maneiras.

A instabilidade das economias de mercado em cujo interior ela se inscreve, os problemas de representatividade e legitimidade dos partidos políticos, a polarização dos eleitorados, a perda de força das ideologias, a visibilidade global do tema dos direitos humanos contrastada com as múltiplas dificuldades para seu exercício local e a questionada participação cidadã nos processos eleitorais são exemplos que servem para ilustrar este regime político.

Um dos perigos relativamente recente que enfrenta a democracia é considerá-la como “obstáculo” para sair da crise e para a recuperação da senda da prosperidade, argumento que aparece como justificativa da permanência de regimes ditatoriais, como ocorreu recentemente no Oriente Médio e como tem sucedido em alguns países da América Latina. Além de alguns de seus defensores acreditam que toda “revolução” traz como resultado o florescimento deste regime de modo quase imediato

Com a segurança de estar voltando a um tema sobre o qual muito se tem refletido, e mais ainda nesta mudança de milênio, ao olharmos para a América Latina encontramos uma região que compartilha dolorosos primeiros lugares nas estatísticas de temas relacionados com a desigualdade e exclusão social, a violação dos Direitos Humanos, a corrupção pública e privada, a produção e exportação de drogas ilícitas e a guerra contra seus cartéis. Além disso, e devido aos reduzidos resultados frente às estratégias desenhadas para seu combate, ela se tem convertido em relevo temático do conflito social, e, pior ainda, em estratégia para estigmatizar nacionalidades.

Tudo isso no meio do fantasma das múltiplas violências que percorrem o continente e que convivem de modo paradoxal com uma aparente estabilidade no âmbito político, caracterizada pela presença de atores que surgem de alianças, além da presença de partidos tradicionais de direita e esquerda que hoje experimentam novas roupagens em procura de seguidores. A esta situação anterior se mistura a aparição de movimentos sociais como, por exemplo, dos indígenas, cuja visibilidade seria impensável em outros momentos da nossa história.

Hoje, ao fazermos um balanço desta primeira década do século XXI além das múltiplas predições que se fizeram dela, que falam desde um período de bonança e cooperação até de catástrofes geradas frente à proximidade do “fim do mundo”, encontramos como indicador comum a presença de significativas mudanças no âmbito político mundial, justo quando recentemente se comemoraram aniversários importantes, tais como o meio



século da Revolução Cubana e as mais de duas décadas da queda do Muro de Berlim, com o consequente fim da chamada “guerra fria”, para dar só um par de exemplos.

Neste contexto, é importante destacar o fato de que posterior à sua desintegração, os esforços de reconstrução deste espaço geopolítico mundial tem sido quase inúteis, devido, principalmente, à presença de interesses das partes envolvidas, que por momentos parecem irreconciliáveis. Ao fazer uma rápida radiografia desta realidade no âmbito internacional, vemos como a União Europeia experimenta um processo de estancamento e uma perda de hegemonia.

Problemas de produtividade, de envelhecimento da população, somados à situação laboral de alguns países considerados potências mundiais do Primeiro Mundo, são argumentos que servem para explicar esta situação. E, de outra parte, vamos encontrar uma especial visibilidade dos Estados Unidos, considerados referente obrigatório para a América Latina, dada sua imagem negativa que desde sempre tem irradiado sobre o continente.

Aqui encontramos a figura carismática de Barack Obama, que chegara ao poder depois de uma campanha histórica caracterizada, entre outras razões, pela eleição do primeiro negro à presidência americana. Mas, também, como afirmaram alguns analistas políticos, como resultado de “um ato cívico coletivo” que levou milhões de norte-americanos às urnas. Depois de dois anos depois de permanência na Casa Branca, e com uma reduzida margem de manobra gerada pela forte oposição do Partido Republicano e a crise econômica mundial, a maioria de seus seguidores mantém a confiança de que ele conseguirá recuperar para essa nação a estabilidade perdida.

Não obstante estes fatos, preparando o terreno para uma possível reeleição, sua trajetória se tem distinguido por um discurso que busca estabelecer lideranças compartilhadas, e uma disposição de escutar aos outros atores<sup>1</sup> até então quase desconhecida em relação a seu antecessor.

Voltando nosso olhar de novo até o continente ao falar de líderes carismáticos, encontramos com Luiz Inácio Lula Da Silva no Brasil, que uma vez finalizado seus mandatos deixara o país na senda do crescimento, fazendo parte das chamadas “economias emergentes”, com possibilidades cada vez mais próximas de se converter em uma potência mundial. Tomando emprestada uma de suas frases de maior efeito, “nunca antes na história deste país”,

---

<sup>1</sup> Entre as conquistas de Obama é importante destacar a reforma do sistema de saúde americano, o corte aos gastos de defesa e sua decisão de pôr fim na participação norte-americana na guerra do Afeganistão. Este último reconhecimento fora validado ao receber o Premio Nobel da Paz no ano de 2009.

utilizada como parte do estilo emotivo de seus discursos, um mandatário conseguiu finalizar sua administração com um balanço tão favorável e índices de aprovação popular tão altos.

Entre as razões que explicam esta situação anterior encontramos um carisma e condições de líder reconhecidas internacionalmente. O fato de ter conseguido a estabilidade do crescimento econômico, assim como a aplicação de políticas sociais que levaram a uma redução substancial da pobreza, a aparição de uma “nova” classe média, não só com capacidade para consumir, mas também para se apropriar de um novo horizonte para suas vidas, garantiu a Lula seu lugar na história.

No entanto, seguindo com o balanço geral da sua administração, encontramos problemas estruturais no Brasil que devem ser considerados prioritários, como os temas da educação e da saúde, que fazem parte deste desenvolvimento social e onde se apresentam sérias deficiências. Infelizmente, e como legado menos honroso, encontramos questionamentos éticos relacionados a situações de corrupção e desvios de conduta que sacudiram igualmente seu governo. Cabe a Dilma Rousseff, sua sucessora, enfrentar estes desafios.

Justamente no marco destas mudanças da democracia é importante destacar os temas da cidadania e dos direitos humanos, os quais, apesar de terem uma existência associada à história deste regime, hoje em dia têm uma especial relevância, na medida em que podem ser considerados como lugares a partir de onde é possível repensar e enfrentar os múltiplos desafios deste regime político nas sociedades contemporâneas.

Estudiosos do fortalecimento democrático, como Bobbio (1986) e Touraine (1996), a partir de olhares específicos, se aproximam destes temas considerados essenciais. Desta nova abordagem, ao retomar o tema dos direitos humanos, estamos falando de um processo de ampliação da democracia que, como expressa este último autor, se estende no âmbito cívico, social e cultural. É preciso então voltar sobre eles para pensar estratégias que tornem possível sua viabilidade, na medida em que, nestes tempos recentes, sua existência, apesar de considerada uma realidade nestes cenários, infelizmente não tem sido garantia para seu exercício.

Como ocorre com a política e com a democracia, a cidadania na contemporaneidade vai experimentar mudanças, momentos de “brilho” e de “opacidade”, segundo sua participação na busca da convivência como propósito central. Para trás ficaram os tempos em que os cidadãos eram considerados unicamente como sujeitos de “direitos” e “deveres”, como se entendera num primeiro momento.

Com novas faces, e experimentando modos de “ser” e “estar” socialmente, a cidadania vai ganhar autonomia e recursos de identidade que falam de uma visibilidade em espaços inéditos, nos quais tem presença nas últimas décadas. Compreendida segundo Dagnino (2008) como uma estratégia política e projeto para uma nova sociabilidade, ela se vincula à mídia como um dos lugares nevrálgicos neste contexto global, onde a comunicação e a informação terão uma significativa relevância.

Enquanto a política, de modo aparente, perde visibilidade e legitimidade, a comunicação e de modo específico as mídias se tornam um dos eixos nevrálgicos de atração da vida social e coletiva. As primeiras vão ser centrais, na medida em que em seu interior se realizam os processos de interação com os cidadãos, possíveis graças, entre outros fatores, à presença da informação, considerada uma perspectiva fundamental da atividade cidadã.

E, como resultado desta atividade anterior, encontramos o tema dos direitos, vinculados de modo estreito com a informação, os quais ganham destaque neste contexto global. Ocorre que ao refletir sobre eles, o balanço não é suficientemente alentador. No entanto, as conquistas relacionadas com a visibilidade destes últimos são colocadas de alguma forma em dúvida devido às críticas e aos questionamentos sobre o exercício jornalístico.

A este aspecto se soma o tema da responsabilidade social da mídia nesta conjuntura de crise. Isso na medida em que tanto a informação quanto o conhecimento que ela faz possível infelizmente são um fator de exclusão hoje, ampliando a desigualdade e disparidade entre pessoas e regiões e, conseqüentemente, seu desenvolvimento.

Justamente neste panorama aparecem os observatórios e ouvidorias de mídia, considerados tema central desta tese, os quais, desde sua aparição nas últimas décadas, estão “na moda”, sendo apropriados em diversos lugares, cada vez com mais força e visibilidade. Isso devido a seu gradual crescimento no mundo e de sua inegável presença e destaque na América Latina. Seu objetivo: realizar um processo de seguimento e monitoramento da mídia, descrevendo e analisando de modo crítico o que sucede no seu interior. Resultando desta interação, pretendem estabelecer um processo de diálogo com a sociedade no seu conjunto.

A partir do ponto de vista conceitual podemos retomar o tema da comunicação e da política como campos cada vez mais estreitamente unidos, mais ainda nesta mudança de milênio, que sem dúvida tem gerado uma transformação estrutural no modo de compreender nosso entorno social. Enquanto a primeira pode ser considerada, segundo Braga (2008), como uma interface, como um lugar de conexão com outras realidades, a política vai fazer possível a construção coletiva de um projeto futuro.

Desde outro olhar, nas últimas décadas é cada vez mais frequente encontrar múltiplas e variadas organizações sociais e acadêmicas, como fundações, ONGs, institutos de pesquisa em cujo interior se tem desenvolvido observatórios considerados projetos interdisciplinares, onde é possível o seguimento de distintos objetos de estudo. Os processos eleitorais, a realidade das minorias sociais (infância, gênero, grupos étnicos, terceira idade), além de espaços dedicados a temas ecológicos, para citar os de maior repercussão, se convertem em temas que justificam a criação destas experiências, que hoje em dia encontramos em diversos lugares do mundo.

Entre eles se destacam, dado seu significativo número e visibilidade, os observatórios de mídia, os quais, segundo Ramonet (2005), têm configurado um “quinto poder” que permite a presença da cidadania como força social. Neste sentido, se convertem em um recurso para enfrentar os problemas de esvaziamento dos outros poderes, entre eles do poder da mídia. A partir deles se busca a participação ativa e crítica dos cidadãos.

Dado seu lugar privilegiado nestes tempos, a rádio, a imprensa e, os outros meios audiovisuais e as chamadas novas mídias, exercem uma influência e uma capacidade de controle desenvolvida a partir da construção de imaginários que fazem possível seu desenvolvimento social. Além de cumprir com sua responsabilidade social oferecendo às audiências informação, educação e entretenimento, têm uma importante responsabilidade em sua condição de mediadores sociais.

Este conceito de observatórios e ouvidorias surge como um “pretexto” dos pesquisadores interessados neles para explorar o que significa a ação da mídia. É um convite para observar, como seu nome indica, o “firmamento da informação”, para descrever o que nele ocorre e o modo como se fortalece o debate acerca do seu papel na construção da opinião pública.

É importante destacar igualmente que, embora esta realidade dos observatórios e ouvidorias não seja um campo inexplorado, na medida em que existem pesquisas realizadas em distintos centros acadêmicos que descrevem sua realidade, o aporte desta tese tem a ver com a presença da cidadania como lugar a partir do qual vão ser abordados. Ela aparece hoje em dia como um território que permite sua reflexão e que, do mesmo modo que ocorre com a política e a democracia, estará definida por um processo de mudanças, dilemas e tensões que imprimem um selo de identidade.

Este monitoramento das tarefas desenvolvidas pela mídia aparece como um traço de identidade transversal de distintas experiências, que a partir de distintos marcos institucionais, eixos temáticos e metodologias contribuem ao desenvolvimento social do continente. Os

observatórios e as ouvidorias de mídia aparecem como um espaço a partir do qual é possível o exercício dos direitos à comunicação e a informação e, por sua vez, vai vincular os cidadãos ao debate sobre o tema da sua qualidade e conteúdos.

Conformados no primeiro caso por jornalistas e respaldados por centros acadêmicos como universidades e institutos de pesquisa e, no segundo, por movimentos sociais, tanto os observatórios como as ouvidorias hoje em dia se situam no centro do debate. A partir de olhares específicos, mas complementares, pretendem “pensar a mídia”, convocando com este propósito distintos setores da sociedade, conseguindo que ela ocupe um lugar central na agenda pública, fato que é pouco habitual.

Uma vez apresentado este panorama e a partir das transformações experimentadas na relação política, cidadania e mídia visíveis nos observatórios e ouvidorias de mídia, com esta tese se pretende realizar um aprofundamento no Observatório de Imprensa do Brasil, na Veeduría Ciudadana de Comunicación Social do Peru e no Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia em Colômbia. Nelas se pretende indagar, como problemas e questões centrais: que papel desenvolvem estes espaços no processo de democratização da informação na América Latina; quais são as estratégias e táticas que desde a comunicação são utilizadas em cada uma destas experiências; como caracterizar este território que como espaço de mediação busca dar visibilidade e participação à cidadania.

Como objetivo geral esta tese se pretende descrever e analisar o modo como se concretiza a participação da cidadania nestas experiências anteriores. Como objetivos específicos se busca conhecer o alcance e os limites destas experiências, identificar os modos de interação da mídia em cada um deles e, finalmente, analisar os lugares de presença da cidadania e os processos de interação que eles fazem possível. Como hipótese de trabalho se parte do fato de que os observatórios e ouvidorias vinculados ao tema da comunicação são lugares possíveis para identificar os limites entre a mídia e a democracia.

Para lograr estes objetivos anteriores vamos trabalhar com o Estudo de Caso, considerado como a estratégia metodológica que permite um aprofundamento de um fenômeno para conseguir uma maior compreensão, tendo como referente o contexto onde este se desenvolve. A partir dele vai ser possível o mergulho em cada um destes projetos selecionados através de uma descrição e análise dos mesmos. Num segundo momento, como resultado de uma leitura transversal, se estabelecem os elementos comuns e diferenciais entre estes três projetos.

A escolha deste objeto de pesquisa está relacionada à minha trajetória acadêmica e profissional. De uma parte, ao realizar o Mestrado em Comunicação, tive a oportunidade de

fazer uma primeira aproximação ao tema da política<sup>2</sup>. Posteriormente, ao longo de distintas experiências laborais, de modo especial como pesquisadora no Centro de Investigação e Educação Popular (CINEP)<sup>3</sup> e como docente da Faculdade de Comunicação e Linguagem da Universidade Javeriana de Bogotá, foram aparecendo os “cidadãos” materializados, nos meios comunitários, e, de modo específico, relacionados com a televisão.

Neste centro acadêmico, no ano de 2004 tive a oportunidade de realizar uma primeira aproximação a este tema dos observatórios e ouvidorias, em uma pesquisa que poderia ser definida como um “estado da questão” sobre o tema<sup>4</sup>. Mais adiante em 2006 fui convidada a participar no Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia. Uma vez finalizado este processo, surge então a possibilidade de realizar o Doutorado em Comunicação, e de algum modo, como somatória de todas estas experiências, elaborei um projeto acerca deste tema para participar no processo de seleção na UFRGS.

Finalmente, como estrutura de apresentação desta tese, no segundo capítulo, intitulado “Política, Cidadania e Mídia”, vamos partir de uma reflexão da política como cenário polifônico em transformação, hoje em dia caracterizada como um sistema autônomo. No seu interior, estará a democracia, considerada uma geografia e um “habitat natural” que, resultado das mudanças anteriores, hoje experimenta um processo de ampliação e alongamento onde a cidadania terá particular destaque.

Contextualizada esta realidade da democracia na América Latina, encontramos a cidadania, eixo central e garantia da democracia. A través de uma arqueologia da mesma, vemos como ela tem transitado por distintos espaços de onde destacaremos seus momentos mais relevantes. Hoje em dia a encontramos mais autônoma, liberada de “amarras” e presente em distintos cenários.

Posteriormente encontramos a comunicação e no seu interior na mídia como elemento que faz possível a conexão com a cidadania como lugar para reivindicar tanto o direito à comunicação como à informação. Este capítulo fecha com a apresentação da realidade dos observatórios e ouvidorias desde suas características mais comuns e o tema do “ver” e “olhar”.

---

<sup>2</sup> Realizado na Universidade Iberoamericana do México, durante os anos 1982 a 1984, se elaborou um projeto intitulado “Igreja e partidos políticos. O conservadorismo e sua incidência sobre o campo religioso na Colômbia. Análise argumentativa do discurso. 1930 – 1934”.

<sup>3</sup> Como fundação sem fins lucrativos criada pela Companhia de Jesus trabalha desde 1972 pela construção de uma sociedade mais justa em temas como violência, direitos humanos, política e Estado, serviços públicos e educação. Seus usuários: grupos sociais excluídos política, econômica e culturalmente.

<sup>4</sup> Los Observatorios de Medios: lugares de construcción de ciudadanía. Elaborado para a Faculdade de Comunicação e Linguagem. Dezembro de 2004. Nele se destaca, entre outros aspectos, a realidade das Faculdades de Comunicação no país onde se desenvolvem projetos desta natureza.

No terceiro capítulo se realiza uma apresentação do Observatório da Imprensa, da Veeduria Ciudadana de Comunicación Social de Peru e do Compromiso por una Televisión de Calidad na Colômbia como experiências selecionadas nesta tese. Para isso se realiza um percurso de seus antecedentes e justificativas, os responsáveis por cada um deles, as atividades desenvolvidas atualmente e os interlocutores até os quais eles se dirigem.

Uma vez descritas estas, no quarto capítulo se realiza uma apresentação do Estudo de Caso como estratégia de pesquisa utilizada nesta tese, seus alcances e limitações. Na segunda parte se recuperam as experiências anteriores para analisar os objetivos que se pretende alcançar, as estratégias midiáticas utilizadas e a presença neles da cidadania. Posteriormente se apresenta um análise transversal destas experiências. A tese fecha com as conclusões onde se faz uma reflexão final sobre as descobertas deste trabalho.

## 2 POLÍTICA, MÍDIA E CIDADANIA

Neste capítulo partimos de uma aproximação geral à realidade da política na América Latina, abordada como uma região que faz frente aos desafios da globalização, o que supõe mudanças nos âmbitos econômicos, políticos e, de modo significativo, socioculturais. Nesta geografia, veremos como ela experimenta igualmente processos de transformação, tanto externos quanto no seu interior, situação que fala de uma ampliação de fronteiras, da presença de novos atores, de discursos e rede de relações.

Em meio a este panorama, encontramos a democracia, igualmente em redefinição. Deste lugar é possível não só avaliar os ganhos obtidos desta liberdade, dificilmente conquistada ao longo de séculos, mas também fazer os ajustes necessários para enfrentar os desafios que vão garantir sua viabilidade e permanência no futuro. E no seu interior encontramos os cidadãos, atores essenciais considerados “sujeitos” e “objetos” centrais destas mutações.

Estabelecidas os traços gerais da democracia e seu vínculo com a cidadania, vamos fazer a conexão com a comunicação, considerada o requisito indispensável para esta relação. De fato, esta última vai se dar através da presença dos meios massivos como elementos responsáveis de significativas transformações sociais. O fio condutor entre estes dois elementos será dado pelo tema dos direitos humanos e, particularmente, pelo direito tanto à comunicação quanto à informação, cujo exercício tem experimentado “altos e baixos” desde o momento em que começou seu debate, há trinta anos.

Para isso, faremos um rápido percurso pelos distintos eventos e atividades de caráter internacional, regional e local realizados na última década por onde os direitos relacionados com a comunicação e a informação têm transitado. Nestes debates é importante destacar a presença da sociedade civil, representada através de movimentos e organizações sociais, os quais reivindicam sua existência nestes lugares, de onde durante muito tempo foram excluídos, na medida em que só participavam os setores público e privado.

Todos estes insumos servem para a análise da realidade dos observatórios e ouvidorias de meios cuja apresentação se realizou no capítulo anterior e cuja presença, como vemos, é cada vez mais significativa no mundo inteiro, de modo particular na América Latina. Esta situação se origina, entre outras razões, pelo crescimento exponencial e pela visibilidade tanto do rádio como da imprensa, dos meios audiovisuais e, de modo específico, da televisão. No entanto, se incrementa igualmente o desconforto dos seus usuários frente ao modo como eles têm desenvolvido seu ofício numa conjuntura de crise onde sua responsabilidade social é definitiva.



## 2.1 A política como cenário mutante

Caracterizar o continente latino-americano – uma vez transcorrida esta década onde ocorre igualmente uma mudança de milênio – a partir do âmbito da política, para situar no seu interior a democracia, pode ser uma tarefa tanto fácil como complexa, pois pode parecer que esta transição não trouxe soluções aos problemas mais urgentes e, de modo geral, se pode concluir que, aparentemente, “tudo segue igual”.

Além disso, a realidade de desigualdade econômica, de exclusão política, de corrupção pública e privada e de violação aos direitos humanos, considerada parte do diagnóstico regional, não só não se solucionaram como se agravaram, devido ao impacto da crise econômica que sacudira o mundo todo em 2009. De modo gradual, os efeitos desta última deterioraram ainda mais a realidade do continente acrescentando a situação de medo, incerteza e desesperança detectados no fim do século passado e que nesta década por momentos se incrementa. Vejamos então o que ocorreu nesta região.

Entre os distintos autores que analisam com clareza e profundidade este tema, encontramos Norbert Lechner<sup>5</sup>, considerado um dos mais importantes cientistas do século passado pelos significativos aportes realizados através de uma extensa obra desenvolvida ao longo de mais de vinte anos de produção acadêmica. Um dos pontos de partida do trabalho deste autor tem a ver com o questionamento de conceitos que considera nevrálgicos, como é o caso da “ordem social”, cuja construção, segundo Lechner (1984), há de ser possível a partir de uma crítica à “desordem” existente. Esta busca, prioritária nas sociedades contemporâneas, é conseqüentemente tarefa central da política.

Desde esta perspectiva é importante esclarecer que esta proposta supõe uma nova significação do conceito de ordem que se tinha a partir de uma visão “conservadora”, que por sua natureza se contrapõe à existência do conflito. Para este autor, o princípio que legitimou os regimes autoritários foi justamente a disjuntiva “ordem versus caos”, e nesta ocasião ele tenta uma aproximação numa perspectiva diferente.

Trata-se então de construir uma ordem através de uma crítica a partir do que poderia ser entendido como a recuperação e a transformação da desordem. Nesta construção que ele

---

<sup>5</sup> Professor e cientista político (Friburgo 1939 - Santiago 2004) é um dos principais estudiosos da realidade da América Latina. Durante muitos anos esteve vinculado à Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) nas sedes do Chile e do México, além de dirigir o (PNUD) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Entre sua ampla produção se destacam os livros: *Estado y política em América Latina*. México: Siglo XXI: 1981. *La conflictiva y nunca acabada construcción del orden social* (Santiago: FLACSO, 1984), *Los patios interiores de la democracia. Subjetividad y política*. (Santiago: F.C.E. 1988), Além de inúmeros artigos, tais como “La política ya no es lo que fue” In: *Revista Nueva Sociedad*. No.144 julio-agosto. Caracas: F. Friedrich Ebert S. 1996. “Os novos perfis da política. Um esboço” In: *Cultura Política e Democracia. “Os desafios das sociedades contemporâneas”*. Marcelo Baquero, comp. Porto Alegre: Edit. UFRGS. 1994.

descreve como uma “ordem da diversidade” é preciso reconhecer a existência tanto dela quanto do conflito, já que ambos coexistem como resultado da interação dos sujeitos que fazem parte da sociedade.

A respeito deste tema, Lechner assinala:

Para que seja possível brilhar a diversidade da sociedade numa pluralidade de sujeitos é necessária uma transformação da desordem existente. Isto é, uma transformação iniciada como construção da ordem. Eu considero importante focar os rompimentos como elementos construtivos de uma nova ordem, e para isso é preciso refletir culturalmente a ideia dessa nova ordem. Neste sentido, dou ênfase ao desenvolvimento conjunto tanto da ordem como dos sujeitos considerados como dois momentos do mesmo processo (1984, p. 22) <sup>6</sup>.

Surge, na continuação, a pergunta sobre como articular essa pluralidade de vontades em uma coletiva que faça possível essa ordem social. Esta vai ser justamente a pretensão da democracia entendida como um regime que precisa não só delas, mas também de uma especial valoração da responsabilidade coletiva dos sujeitos que a conformam. Como no seu interior já não existem as “verdades absolutas” que pretenderam nos regimes autoritários, também não existirá uma leitura “única” do entorno. Nela encontraremos esses múltiplos significados e interpretações enriquecidas com a diversidade destes distintos olhares.

Por que voltar então o olhar sobre este cenário da política? Uma primeira resposta a partir desta reflexão tem a ver com o fato de que desde sua essência é factível construir uma ordem verdadeiramente democrática. Um elemento que serve como ponto de partida para esta reflexão é o reconhecimento de seu caráter dinâmico e conseqüentemente mutante que hoje caracteriza este âmbito social, e mais ainda nesta contemporaneidade, o que deixa para trás uma visão estática que em tempos anteriores se tinha dela. Esta flexibilidade evidencia igualmente o vínculo que a política tem com os âmbitos econômico e sociocultural, com os quais se encontra estreitamente interligada.

A partir desta condição podemos ver como atualmente a política está submetida a movimentos quase “telúricos” gerados nestes outros âmbitos, tornando cada vez mais difícil o trabalho dos analistas sociais, mais ainda nesta conjuntura de crise. Ela vai se situar então num entorno social complexo identificado por uma centralidade do mercado convertido em uma “mão invisível” ao redor da qual giram todas as ordens da vida social.

---

<sup>6</sup> Tradução própria do original em espanhol: “Para que pueda aflorar la diversidad de la sociedad en una pluralidad de sujetos es necesaria una transformación del desorden existente. Es decir, una transformación emprendida como construcción de orden. Me parece importante enfocar las rupturas como elementos constructivos de un nuevo orden y para ello se tiene que haber plasmado culturalmente una idea de ese orden nuevo. En este sentido, enfatizo el desarrollo conjunto del orden y de los sujetos como dos momentos del mismo proceso”.

Este será responsável pelo incremento da diferenciação social e funcional já existente, além de evidenciar um novo tipo de sociabilidade caracterizada justamente por um caráter mercantil da existência humana. Igualmente neste espaço estaremos na presença de novas formas de convivência, de transformação do mundo individual, de reestruturação do público e do privado, situação que gerará novas relações entre os distintos atores sociais, e um novo tipo de cidadania.

Outra citação de Lechner permite a caracterização de um modo mais concreto do tema das transformações da política. A este respeito ele menciona:

Hoje vivemos a descentralização da política. Vale dizer, se debilita o lugar central que ocupara na organização social. A política institucionalizada vê restringido seu campo de manobra porque são ainda mais restritos os recursos disponíveis e de mais risco as apostas sobre os resultados previsíveis de uma decisão, ou seja, mais difíceis de determinar as opções viáveis. Além disso, se reduz a capacidade política de intervir em outras áreas na medida em que estas obedecem cada vez mais a cânones específicos que escapam do controle da ‘política’ (1996, p. 111).<sup>7</sup>

Para ilustrar estas mudanças do espaço político vamos nos deter na realidade do Estado, considerado como ator central para adentrarmos posteriormente na democracia e seu vínculo com a cidadania, um dos eixos centrais deste projeto. No primeiro caso, e como um ponto de partida, é preciso afirmar que a ação estatal estará cada vez mais marcada, pelos princípios que vão ser acolhidos de modo regional e multilateral em função dos requerimentos da consolidação deste modelo global.

De forma tradicional, a atividade política que durante décadas se desenvolveu em um território cuja soberania dependia da fortaleza e organização dos Estados-Nação, hoje em dia se reconfigura de múltiplas formas. Neste processo estarão presentes novos modos de representação, e novos imaginários. No entanto, com o avanço da globalização e a conseqüente internacionalização das economias, o Estado continua sendo uma instituição central neste âmbito político, como instância de legitimação das demandas tanto econômicas como políticas e sociais por parte da população. Isso devido a seu papel de “alfaiate” do tecido social.

É importante precisar que por conta destas mudanças este “novo Estado” já não vai ter mais essa condição de beneficente que, a partir dos anos 80, se desenvolveu nos países

---

<sup>7</sup> Tradução própria do original em espanhol: “Hoy vivimos el descentramiento de la política. Vale decir se debilita el lugar central que ocupara en la organización social. La política institucionalizada ve restringido su campo de manobra porque son más restringidos los recursos disponibles y más arriesgadas las apuestas acerca de los resultados previsibles de una decisión (o sea, más difíciles de determinar las opciones viables). Pero además se restringe la capacidad política de intervenir en otras áreas por que éstas obedecen más y más a cânones específicos que escapam al control de la ‘lógica política’”.

industrializados, e de modo particular no nosso continente. Nesse momento, sua responsabilidade era garantir a satisfação das necessidades básicas, tais como saúde, educação, moradia e emprego à maioria da população.

As crescentes exigências do processo global, em meio ao modelo neoliberal que sustenta este sistema, geraram na década seguinte a ruptura deste “contrato beneficente”, devido entre outras razões a problemas de eficiência e flexibilidade para o desenvolvimento destas reivindicações anteriores. Inicia-se, então, um processo de privatização e de reformulação de seu raio de ação, nesta ocasião já não como Estado Benfeitor, mas com a condição de “árbitro”, fato que supõe um conhecimento das “regras do jogo”.

O que tem ocorrido com este ator social nesta conjuntura de crise econômica? Um exemplo recente nos permite responder esta pergunta. Em novembro de 2009, o sistema econômico mundial se viu sacudido por uma das piores crises na sua história recente, originada paradoxalmente em Wall Street, considerado o coração do sistema. Frente a ela encontramos quase de forma imediata reações diversas refletidas, desde o “silêncio” neoliberal até a alegria de seus inimigos que estiveram preparados para decretar sua morte.

Mas no meio do que fora chamado de a “dança de hipóteses midiáticas” também se escutou vozes mais sensatas, mas de modo pouco afortunado, com reduzida receptividade e visibilidade nos meios de comunicação, provenientes daqueles que tentaram deixar de lado a quebra do setor imobiliário, considerado a ponta do iceberg, para aprofundar acerca das verdadeiras razões que levaram a esta crise.

A total independência e autonomia do sistema financeiro, a aparentemente inquestionável “racionalidade absoluta” do capital, somada à ambição e afã de lucro ilimitado dos responsáveis pelo seu manejo, aparecem como argumentos que permitiram um diagnóstico mais acertado desta situação. E, nesta primeira etapa no caminho da resposta a este colapso nos encontramos com a presença do Estado que, de um baixo perfil, passou a ocupar um lugar central nesta conjuntura.

De modo quase imediato, vemos como o Estado se converteu em “tábua de salvação” das economias falidas, situação particularmente visível nos Estados Unidos, aplicando injeções de capital, como ocorreu com o setor bancário, para evitar, deste modo, um colapso maior. Simultaneamente, outros países desenvolvidos, como os integrantes da União Europeia e o Japão, desenharam planos de contingência para ensaiar, de modo individual e coletivo, diferentes estratégias, procurando fazer frente a um colapso que deixara perdas enormes.

E no meio deste “terremoto” que afetou princípios e fortunas, encontramos a América Latina, onde o impacto da crise será diferente para cada país. No entanto, vamos encontrar um

entorno distinguido por economias frágeis, além de graves contradições e tensões geradas pela exclusão e pela desigualdade social já existente. De modo geral, pode-se afirmar que no caso desta região, que não fora responsável por esta situação de crise, sem dúvida teria que “pagar a conta”. Isso devido justamente a estas leis do mercado que privatizaram as ganâncias e agora pretendem privatizar as perdas.

Neste contexto anterior, o Estado se movimenta numa dupla disjunção. De uma parte continua implementando táticas e estratégias para responder a esta crise e, por outra, precisa responder pelo fortalecimento do modelo democrático orientado verdadeiramente ao serviço do “bem comum”, com o qual pode, por sua vez, estabelecer vínculos de cooperação neste processo de reconstrução do tecido social.

A crise aparece então como um momento de oportunidade para refletir sobre a necessidade de se pensar em uma “nova ordem econômica” no sentido em que propõe Lechner ao trabalhar este conceito. Entendendo-se este como uma “ordem dentro da desordem”, onde o econômico não está subordinado ao político e as medidas adotadas não sejam “curativos” do momento. Igualmente fez reviver o velho debate entre aqueles que ainda acreditam na necessidade de fortalecer a presença do Estado na sua condição de “árbitro” e, mais ainda, nestes tempos neoliberais, e os que desejam sua total extinção.

Desta perspectiva, a tarefa do Estado, na sua condição de mediador, vai requerer um conhecimento profundo das “regras do jogo”, tanto no âmbito econômico como político e cultural, procurando que o interesse geral esteja acima dos particulares. Para evitar que esta situação de crise no setor econômico se repita, é preciso um trabalho articulado com outros organismos multilaterais, buscando coletivamente o que fora chamado de “domesticação do capital”.

Compreendida a política como a possibilidade que têm os sujeitos sociais de construir um projeto comum, uma ordem social a partir da desordem existente, precisamos entender igualmente as mudanças que ela experimenta tanto no âmbito interno como externo. Como prática no passado, ela esteve relacionada de modo estreito com instituições e procedimentos com certo grau de estruturação; hoje, experimenta um processo de autonomização cada vez maior, fato que transforma, de modo significativo, os atores e as relações que se estabelecem no seu interior.

Esta situação gera mudanças na percepção que os cidadãos têm dela, na medida em que a articulação social vai ser desenvolvida a partir novas redes de relações distintas das ocorridas no passado. Todos estes processos se refletem no cenário democrático que a seguir será descrito.

## 2.2 A democracia como “habitat” da sociedade

Entendida como espaço natural da política, como uma geografia complexa presente em sociedades caracterizadas por uma profunda heterogeneidade estrutural, neste novo milênio encontramos perguntas de outra natureza a serem formuladas frente à democracia de hoje. Embora existissem dúvidas frente à possibilidade de que ela fosse ou não o rumo adequado para as nações, estas foram resolvidas, e nesta contemporaneidade os questionamentos se formulam em termos que são os parâmetros para estabelecer seu redesenho e remodelação.

Nas últimas décadas, distintos autores se ocuparam com a “reconstrução” da democracia ao longo da sua história. Desde o momento da sua aparição na Grécia Antiga ela tem realizado uma longa travessia, fazendo frente a conjunturas ameaçadoras, por momentos considerados insuperáveis, onde posteriormente conseguiu sair fortalecida.

Definida como uma forma de governo, como um dos diversos modos de exercício do poder político e caracterizada a partir de princípios universais como a igualdade e a liberdade, a democracia esta vinculada de modo estreito com o tema dos direitos e da cidadania, como o assinala Touraine (1996), e se desenvolve mediante regras e procedimentos materializados através de distintos modelos.

Neste ponto vamos partir de um olhar geral sobre a concepção de democracia que faz este autor para, num segundo momento, nos centrar em outros cientistas sociais latino-americanos como Lechner (1984; 1988; 1996), Garretón (1995; 2002; 2006), e de modo específico Evelina Dagnino (2000; 2006; 2008), todos eles imersos na realidade do continente e situados a partir de olhares e nacionalidades diversas de onde se aproximarão da democracia para interpretar seus traços de identidade e processos de transformação nas últimas décadas. Tudo isso procurando descrever e explicar em distintos países os movimentos pendulares entre direitas e esquerdas, os chamados novos populismos, além dos outros modos de compreender a relação entre o Estado, a sociedade civil e a cidadania, considerados eixos centrais.

Tomando como referente os mecanismos estruturais e as lutas específicas a partir das quais cada sociedade desenha seu futuro, Touraine (1996) dá ênfase ao fato de que, não obstante esta aceitação universal da democracia, hoje em dia de algum modo as sociedades se encontram “escravas” dela, devido aos fatos ocorridos da última metade do século XX até a presente década. Para verdadeiramente compreender este regime, é necessário então aprofundar a análise sobre ele, além de um conjunto de garantias institucionais.

Justamente por esta razão, segundo ele, no século passado existiu uma concepção de democracia “modesta”, que se converteu em “tábua de salvação”, para evitar a tomada do poder de determinados atores sociais, só interessados neles e contra a vontade da maioria. Touraine (1996) insiste na necessidade de trabalhar por um processo de ampliação da cidadania que ultrapasse o espaço exclusivamente político eleitoral para estender seu raio de ação a todas as esferas da vida social.

Nesse processo, a sociedade civil e a cidadania vão desempenhar papéis significativos na sua condição de mediadores. Igualmente, o autor incorpora a esta reflexão o tema dos direitos considerados relevantes para o fortalecimento das democracias. Estes precisam estar cada vez mais definidos, a ponto de serem considerados princípios, acordos essenciais que garantam a convivência da coletividade.

Ao refletir acerca do tema da cidadania estudando, num segundo momento, a realidade do que ele denomina “ação democratizante”, Touraine comenta:

Não cedamos mais à tentação nascida no século XVIII de identificar o homem e o cidadão, esperança grandiosa que provocou as maiores catástrofes, pois levou a destruição de todas as barreiras que podiam limitar um poder absoluto. A democracia, em vez de confundir o homem e o cidadão, deve ao contrário reconhecer explicitamente, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que a soberania popular deve respeitar os direitos naturais e até mesmo se basear neles. A sociedade mais democrática é também aquela que estabelece os limites [grifo do autor] mais estritos à influência dos poderes sobre a sociedade e os indivíduos (1996, p. 266).

A partir desta reflexão se começam a delinear alguns elementos importantes que serão recuperados mais adiante, quando tratarmos o tema da cidadania. Estamos nos referindo a uma ampliação e a um prolongamento da democracia que inclui todas as esferas da vida social. E neste ponto podemos situar os meios de comunicação. Como resultado deste processo, encontramos fortalecidas tanto a sociedade civil como a cidadania. Segundo Touraine (1996), a sociedade precisa de limites, e estes se estabelecem através dos direitos que estarão desenhados para garantir a convivência entre os cidadãos.

Vamos nos deter, brevemente, neste aspecto da ampliação da democracia. Um de seus princípios fundamentais quando a olhamos do ponto de vista cultural tem a ver com a presença do público como um elemento que hoje aparece como determinante ao refletirmos sobre a realidade das sociedades contemporâneas. Segundo Bobbio (1986), a democracia moderna é entendida como a “sociedade dos cidadãos”, como “o governo dos poderes em público”, e nestas duas formulações o autor destaca tanto a importância dos primeiros como a

necessidade de que exista transparência, visibilidade em todos os fatos que ocorrem no seu interior.

Definido o público como aquilo que beneficia a todos os cidadãos, vemos como este conceito tem experimentado mudanças significativas, conforme Bobbio (1987). Formulado em termos da dicotomia em relação com o privado, embora esteja reduzido ao âmbito estatal contemporaneamente, vemos como não pode ser entendido como um espaço social único, já que estará espalhado em diferentes cenários a partir de onde é possível o debate e a deliberação.

Neste sentido, o público é referido pelo Estado como responsável pela condução de assuntos de interesse geral, mas também se faz presente nos espaços educativos e de construção do saber, e de modo particular nos meios de comunicação. Tudo isso no contexto de alguns princípios, valores e propósitos em torno da construção de uma sociedade democrática que permita a inclusão no âmbito econômico, no político e, no sociocultural.

De modo particular, vemos como nos últimos quarenta anos a democracia se tem expandido, inicialmente no ocidente, a ponto de a encontrarmos na maioria dos países como resultante das mudanças específicas experimentadas em diferentes graus de desenvolvimento em cada contexto social. Frente a este último aspecto, é importante assinalar como ela vai ter uma vida paralela, seja de “esplendor” ou de “opacidade”, segundo o complexo jogo de relações de forças entre os diversos atores que a constituem e, neste ponto, encontramos a mídia desempenhando um importante papel neste processo.

Descrito este contexto, veremos o que ocorre na realidade da democracia em nosso continente.

### **2.2.1 América Latina no panorama democrático**

Como ponto de partida deste tema é importante assinalar o interesse que o estudo do continente desperta de modo particular em seus próprios acadêmicos e intelectuais. Fato que se justifica, entre outras razões, pela necessidade de descrever e explicar a partir de seus “protagonistas” as mudanças significativas experimentadas na região. Este interesse tem gerado novos questionamentos, que serão respondidos a partir de distintos olhares e linhas de interpretação.

Este esforço trouxe consigo a existência de uma ampla e diversa literatura sobre a democracia elaborada por pesquisadores e acadêmicos latino-americanos, alguns dos quais, ao longo de seu percurso profissional, têm combinado sua experiência acadêmica com o trabalho de consultoria em importantes centros de pesquisa, como a Faculdade Latino-Americana de



Ciências Sociais (FLACSO) e o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), compartilhando uma história comum e contribuindo para a análise deste entorno regional. De igual modo, estes pesquisadores mostram interesse em expandir e projetar seus conhecimentos sobre este tema tanto em universidades e institutos de estudos na Europa quanto nos Estados Unidos, onde participam como palestrantes ou como professores convidados.

Estes rasgos estão presentes nos pesquisadores selecionados para aprofundar este tema da democracia. Uma vez mais aparecem em cena autores já mencionados como Lechner (1988), acompanhado nesta ocasião por Garretón (2002) e Dagnino (2000, 2006 e 2008). A partir de perspectivas complementares, transitando por esta geografia, nas últimas décadas eles têm aportado à análise e à reconstrução do continente considerado como “objeto” do qual fazem parte.

Como se estabeleceu no começo deste capítulo, Lechner (1984) dá ênfase à necessidade de “recuperar” a política, de voltar nosso olhar até ela, na medida em que é a partir do seu interior que podemos construir uma ordem democrática. Entendida esta última não como permanência, mas justamente como transformação da sociedade, ela se converte no lugar para lutar por essa ordem no continente. Recordemos como os anos 60 se caracterizam pela instauração e fortalecimento de regimes militares, inicialmente no Brasil e posteriormente em outros países do Centro e da América do Sul. Neste ponto é importante destacar a presença dos movimentos sociais (DAGNINO, 2000) como atores da resistência neste processo.

Na década seguinte a aposta gira em torno da democracia convertida em um ponto de partida, numa alternativa como resposta a esta experiência autoritária, o que Lechner (1988) define como de “renovação do pensamento político latino-americano”. Este fato supõe uma revalorização deste espaço externa e internamente, assim como um novo olhar sobre conceitos essenciais. Diferentemente de décadas anteriores, quando se falava de um “aniquilamento do adversário”, o discurso democrático começa a falar do reconhecimento do outro, da pluralidade e diversidade, de uma revitalização da sociedade civil.

Posteriormente, os anos 90, serão considerados como de consolidação democrática. E, no final desta década, encontramos Dagnino et al (2006), que refere a necessidade de uma abordagem que torne possível uma reinterpretação de sua realidade, além do surgimento de novas preocupações teóricas e metodológicas. Isto porque, de algum modo, se vive certo grau de insatisfação com as teorias existentes utilizadas para explicar a democracia, a sociedade civil e a participação.

Trata-se então de pensar a construção de uma nova plataforma para o debate devido ao fato de que no continente se produziram três processos que precisam ser analisados a partir de outros ângulos. O primeiro deles é a consolidação das democracias em uma situação de fragilidade, devido a ameaças de distinta natureza, por vezes consideradas insuperáveis. O segundo elemento, relacionado de modo estreito com o anterior, tem a ver com a profunda insatisfação gerada pelos resultados dessas democracias em aspectos centrais, como o tema da justiça ou a inclusão política. E, de modo específico, frente ao terceiro, Dagnino et al<sup>8</sup> afirma o seguinte:

Trata-se dos múltiplos experimentos que em matéria de aprofundamento e invocação democrática, ampliação do campo da política e construção da cidadania têm se desenvolvido em vários países da América Latina em anos recentes, através de uma reinterpretação da ideia de democracia e mostrando, em distintas escalas e graus de complexidade, que é possível construir um novo projeto democrático baseado em princípios de extensão e generalização de exercício de direitos, abertura de espaços públicos com capacidade decisórias, participação política dos cidadãos e reconhecimento e inclusão das diferenças. É este campo de experiências que tem tornado possível a renovação do debate acerca da democracia (2006, p. 15).

Através desta citação podemos ver as distintas faces e “tonalidades” específicas que apresenta a democracia. O continente aparentemente é um só e isso oferece a seus habitantes um sentido de pertença e identidade. Mas no seu interior existem diferentes espaços e tempos concretos onde ela circula. Neles veremos como os atores, instituições, discursos e redes de relações se convertem em insumos que atualmente estabelecem uma marca específica nos países onde ela se desenvolve.

E, neste ponto, nos encontramos com a mídia para nos perguntar qual tem sido o seu papel neste cenário latino-americano. De uma parte, podemos falar da presença de grandes conglomerados cada vez mais fortalecidos do ponto de vista econômico, político e particularmente sociocultural. Isso se reflete nos processos de fusão de poderosas empresas suportadas por capital financeiro e tecnologia de ponta, as quais cada vez mais adquirem presença e visibilidade nacional e internacionalmente.

Em termos políticos, a relevância da mídia é dada por um vínculo indissolúvel que, ao longo da sua história, tem existido com os partidos e grupos específicos no poder. Esta

---

<sup>8</sup> Tradução própria do original em espanhol “Se trata de los muchos experimentos que en materia de profundización e innovación democrática, ampliación del campo de la política y construcción de la ciudadanía se han venido desarrollando en varios países de América Latina en años recientes, resignificando la idea misma de la democracia y demostrando, en distintas escalas y grados de complejidad, que es posible construir un nuevo proyecto democrático basado en principios de extensión y de generalización del ejercicio de los derechos, apertura de espacios públicos con capacidades decisorias, participación política de los ciudadanos y movimientos de inclusión de las diferencias. Es precisamente la importancia de este campo de experiencias lo que ha dado lugar a una renovación del debate sobre la democracia”.

situação é evidente ao longo dos processos eleitorais onde, de algum modo, a determinação é ficar perto dos triunfadores, além das opções ideológicas que, inicialmente, foram argumento para estabelecer distâncias aparentemente irreconciliáveis.

O impacto sociocultural da mídia é parte da justificativa desta tese, já que, sem sombra de dúvida, faz parte do cenário onde se tem operado a maior transformação. A conexão com o mundo em tempos e espaços reais, suas infinitas possibilidades de representação, de construção de imaginários e seu papel na conformação de identidades são alguns dos exemplos que servem para entender este aspecto.

Do mesmo modo que assistimos a um consumo crescente do rádio, da televisão e da imprensa, refletido em cifras de audiência que respaldam gêneros específicos, como o caso das telenovelas, reality shows e eventos esportivos, considerados como os programas de maior audiência, nos últimos tempos testemunhamos o modo como este poder, de modo gradual, começa a ser compartilhado. Este fato ocorre pela presença das chamadas novas mídias materializadas nas redes sociais, as quais têm alcançado uma transformação gradual no ofício do jornalista, conseguindo igualmente aproximar este dos cidadãos.

Neste ponto é importante destacar o desenvolvimento e a consolidação em nosso continente dos meios chamados cidadãos e comunitários. Configurados por coletivos de comunicação, grupos de jovens e movimentos sociais cada vez tornam mais visíveis os projetos de rádios, jornais e estações de televisão existentes em diversos países, onde se faz visível não só o fato de refletir a si mesmos, mas a qualidade de suas produções e sua imensa capacidade criativa. De modo particular, eles aparecem como um “pretexto” para aportar ao desenvolvimento de suas comunidades.

Para concluir esta seção veremos o que tem ocorrido com o “aqui” e “agora” da democracia no continente. De modo geral, embora assistimos a uma unidade regional que “apaga” as fronteiras e que anteriormente nos permitiam falar de norte, centro e sul América, nestes tempos encontramos uma realidade que pode ser compreendida a partir de dois blocos diferenciados por traços específicos.

De uma parte, no norte da América do Sul situamos os chamados países andinos, com governos marcados pelo que poderíamos caracterizar como Estados onipresentes, intervindo de modo ativo em setores sociais nevrálgicos. Estes países estão dirigidos por governos cuja visibilidade de seus líderes é significativa. Trata-se de caudilhos de corte neopopulista cujas condições de liderança misturam carisma e atitudes paternalistas, além de um sentido de pertença a partidos existentes, que têm ganhado adeptos e popularidade de modo inicial aparentemente inquestionável. São os casos de Hugo Chávez, na Venezuela, de Rafael

Correa, no Equador, de Evo Morales, na Bolívia, estes últimos respaldados pelo movimento indígena.

Transcorridos alguns anos, depois de seus primeiros mandatos, e já num segundo momento de suas administrações devido às respectivas reeleições, estas condições iniciais de respaldo incondicional têm começado a mudar, como ocorrido recentemente na Venezuela<sup>9</sup>. Mas, neste entorno, encontramos também nações que nos últimos anos têm dado um giro de volta à “centro direita”, como é o caso do Panamá e da Colômbia. Nesta última, a administração de Álvaro Uribe, e a aparente continuidade através do governo de Juan Manuel Santos<sup>10</sup>, servem como exemplos.

De outra parte, no Cone Sul, encontramos modelos de democracia social onde o mercado aparece como um colaborador imprescindível, como ocorre no Brasil, Argentina, e Chile, diferenciados pela presença de governos de “centro esquerda”. Nesta conjuntura, é importante destacar o giro até direita deste último, mais até da direita, deixando para trás as alianças partidárias que na última década governaram aquele país.

Igualmente, é importante destacar nesta conjuntura alguns fatos interessantes. Por um lado, a presença de partidos com alguma trajetória na Europa, como o caso dos “Verdes” que, distanciados de direitas e esquerdas, de modo gradual começam a ter na região uma importante visibilidade. Tendo como bandeira a necessidade de defender os recursos naturais, assim como um redesenho da sociedade para que sejam cada vez mais sustentáveis, estes projetos iniciam sua inserção no espaço democrático. E, por outro, a presença da mulher na presidência, como ocorreu no Chile e atualmente na Argentina, no Brasil e na Costa Rica.

Outro elemento positivo, além desta “separação” geográfica, se refere ao fato de como o continente tem fortalecido este processo de unidade iniciado em décadas anteriores por razões comerciais, como o chamado Pacto Andino. Na atualidade, esta unidade tem

---

<sup>9</sup> Depois de uma derrota nas eleições parlamentares de setembro de 2010 o Presidente, através da chamada Lei Habilitante, construiu uma estrutura legal que lhe permite governar sem oposição até 2012, quando concorrerá a uma terceira reeleição. Esta Lei, que impõe mais controle ainda ao setor bancário, às mídias e às universidades, têm gerado, nestes últimos meses de 2010, manifestações de protesto por parte de estudantes, sindicatos e partidos de oposição.

<sup>10</sup> Apresentado como herdeiro da administração Uribe, o que gerara sinais de oportunismo, transcorridos cinco meses, o balanço de sua administração, ocorrida em agosto de 2010, é particularmente positivo e alentador. Ao estabelecer uma ruptura frente ao governo anterior e decidido a combater o penoso legado de corrupção, de modo particular tem assumido temas difíceis de serem tratados, relacionados com as vítimas da violência e os problemas com a divisão da terra, considerados os mais espinhosos. Igualmente se lhe reconhece um gabinete formado por pessoas de significativa trajetória, além de provirem de distintos grupos políticos que, inclusive, foram seus inimigos políticos em épocas passadas.

possibilitado a solução regional de situações de crises políticas.<sup>11</sup> No entanto, uma característica preocupante acerca da “fragilidade” da democracia, tanto nos países andinos como no Cone Sul, é a particular tendência dos governantes a permanecer no poder a todo custo, fato que coloca sob suspeita a legitimidade e a força real deste regime político.

Descrito brevemente este panorama, perguntamos qual pode ser o balanço desta realidade da democracia nesta região. A resposta é dada por vezes que falam de medo e desesperança nesta conjuntura de crise, mas igualmente existem outras leituras mais otimistas. Um e outras estiveram presentes no ano de 2009 em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial,<sup>12</sup> para repensar, entre outros temas, este presente das democracias e projetar seu futuro.

Neste evento se realizou uma análise da década transcorrida e Boaventura de Souza Santos<sup>13</sup>, um de seus convidados especiais, apresentou argumentos para comprovar que, em termos gerais e, especificamente, no âmbito político, a década foi, segundo ele, “auspiciosa” em muitos sentidos. Como elementos para justificar esta afirmação, o autor enfatizou a profunda crise do sistema capitalista, assim como a queda de seus paradigmas, o que nos deve levar a pensar nas próximas décadas em uma globalização “em outros termos”.

Souza Santos (2010) destacou o que ele chamou de uma “radicalização” da democracia, na medida em que ela estará presente em todos os lugares da vida cotidiana. Igualmente e de modo significativo, valorizou a presença dos movimentos sociais e, especificamente, dos indígenas no Equador e na Bolívia e sua visibilidade na Constituição, que inclui retomar sua visão do cosmos onde a terra vai ser “sujeito” e “objeto” de direitos.

A partir destas considerações a respeito da história da democracia, comprovamos uma vez mais quando olhamos seu interior a dificuldade não só de se estabelecer uma ordem a partir da diversidade, como também um conceito comum que permita a aproximação a realidades específicas distintas, como é possível avaliar quando nos acercamos dos blocos norte e sul do continente. Não é fácil compreender que ela possa existir no meio da desigualdade e da falta de justiça social.

Estas dificuldades se refletem do mesmo modo na realidade da comunicação e, especificamente, nos meios massivos, onde as dificuldades se manifestam em diversos

---

<sup>11</sup> Como exemplos recentes, podemos citar o golpe de estado em Honduras no ano de 2009 e a crise gerada na fronteira entre Colômbia e Equador em 2008 e que foram dirimidos na OEA (Organização dos Estados Americanos) como mediadora regional de negociação política.

<sup>12</sup> FORUM SOCIAL MUNDIAL. Papel Público das Políticas na Garantia dos Direitos Sociais. Porto Alegre, 27 de Janeiro de 2010. Disponível em: [www.fsm10.org](http://www.fsm10.org). Acesso em: 10 fev. 2009.

<sup>13</sup> Apontamentos tomados de sua palestra no seminário “O Papel Público das Políticas na Garantia dos Direitos Sociais” convocada pela UNISINOS e realizada nesta universidade no dia 27 de janeiro de 2010.

ângulos: desde o tema da estrutura de propriedade através da relação entre o setor público e privado, até a uma apropriação desigual do desenvolvimento tecnológico que estabelece uma distância ainda maior entre aqueles que acedem a ela e os que não têm essa possibilidade.

Neste contexto, encontramos a cidadania considerada como ator central das democracias num mundo globalizado. Na sequência, apresentaremos uma aproximação deste conceito, seu vínculo com a comunicação, e de modo específico com os observatórios e ouvidorias.

### **2.3 A cidadania: ator central da democracia**

Ao fazer uma aproximação deste conceito, eixo central e aval da democracia pela sua capacidade mediadora e articuladora, podemos perceber algo semelhante ao que sucede com outros que estão “na moda”, e que devido a seu caráter polissêmico têm dado origem a distintas abordagens e interpretações. Deste modo, esclarecemos como o termo será utilizado para se referir ao espaço comum compartilhado pelos habitantes que moram em uma cidade, uma nação, em meio ao surgimento dos movimentos sociais. Também pode ser utilizado para falar dos sujeitos que participam de um processo eleitoral, possibilitando a capacidade de exercer um direito político.

Considerada uma “palavra mágica” por seu poder de sedução, além do espaço que tem conquistado frente a diversos auditórios, a “cidadania” está presente em diversos espaços: nos relatórios e produções acadêmicas de cientistas sociais, de modo especial de teóricos e pensadores políticos, assim como nos discursos destes últimos, na fala dos governantes e nas intervenções dos líderes sociais. Igualmente, está relacionada com a aparição dos meios de comunicação, onde é utilizada para nomear os diferentes públicos das indústrias culturais.

Entre os distintos “usuários” do conceito existirá uma concorrência permanente (DAGNINO, 1994) pela imposição de uma definição sobre outra, respondendo a diferentes sentidos e intencionalidades. Este fato é relevante na medida em que evidencia que sua utilização não é só um assunto semântico, pois, por trás dele, encontramos uma visão de mundo, um projeto de sociedade que pretende impor legitimidade diante aos outros. O resultado desta disputa se faz visível em diversos momentos da história em que a cidadania adquire uma particular relevância e diferentes formatos, dependendo de distintos contextos culturais.

Nas últimas décadas, como resultado das transformações no âmbito sociopolítico, se produziu uma gradual redefinição dos atores, espaços, discursos, redes de relações e da participação dos cidadãos neste contexto. Estas mudanças, assim como suas múltiplas

“invocações”, vão despertar o interesse de estudiosos deste campo, os quais, sob diferentes ângulos e perspectivas, tentarão descrever e compreender. Para isso, se estabelece o vínculo do conceito com a ideia de justiça social e pertença comunitária, com o tema dos direitos tanto individuais como coletivos, assim como a sua relação com a questão da identidade e a conduta dos sujeitos sociais, levando em conta igualmente a sua participação e responsabilidades.

Considerando todos estes aspectos, a seguir se pretende fazer um exercício de “arqueologia” da cidadania. Para isso, partiremos de uma breve trajetória de distintos momentos da sua história, onde se manifesta como objeto de reflexão, destacando neles os aspectos mais relevantes. Num segundo momento, vamos nos deter na realidade da América Latina, onde, nas últimas décadas, a cidadania tem adquirido novas faces e configurações específicas.

Esta tematização sobre as mudanças da cidadania, seus significados e apropriações, particularmente no contexto latino-americano, permite situá-la como um assunto de interesse estratégico no interior da política e da sociedade onde se desenvolve. Trata-se de compreendê-la como um conceito que precisa ser dinamizado como prática, como lugar de encontro e, por sua vez, como campo de reflexão abordado a partir de diferentes perspectivas.

Neste caso vamos aproximar a cidadania com a comunicação, entendida como a trama do tecido social, como uma janela de onde é possível trabalhar para que aporte na construção de um novo projeto de sociedade, num referente central de definição de identidades e de processos de convivência e socialização. Neste percurso, partimos de suas origens remotas, enfatizando as três últimas décadas, quando ela passa por transformações significativas, ocasionadas em parte pela mudança de milênio.

### **2.3.1 Um breve percurso pela história da cidadania**

Ao destacar distintos momentos de sua cronologia temos que a situar quase como uma “obrigação” na polis grega, onde, a cidadania se origina e assume sua forma mais conhecida. O conceito serve para descrever os habitantes de uma comunidade, os quais terão uma participação política e uma capacidade de exercício, através de direitos e deveres, que lhes vai permitir tomar decisões. Porém, é importante precisar que nesse momento estamos nos referindo a uma cidadania restritiva (COVRE, 2007) e excludente já que a condição de cidadão estava dada só aos homens livres e deixava de fora estrangeiros, escravos, mulheres e crianças.

Não obstante esta limitação é importante destacar neste momento a relação do cidadão com o tema do público que vai inspirar, ao longo da história, distintos modelos de democracia. Neste sentido, Cortina comenta:

Sobre esta perspectiva, o cidadão é o que se ocupa das *questões públicas* e não se contenta em dedicar a seus assuntos privados, mas é também quem sabe que a *deliberação* é o procedimento mais adequado para tratar essas questões, mais até que a violência, mais que a imposição, mais até que a votação, que será apenas o recurso último, quando já se tiver empregado convenientemente a força da palavra (2005, p. 35). [grifos do autor]

Posteriormente, na Idade Média, o conceito cidadania perde “força”, para vincular-se mais adiante ao tema da propriedade da terra e ao surgimento da vida no interior das cidades. A partir do Renascimento vão se dando os alicerces para a chegada de uma cidadania moderna, que se origina com as revoluções tanto Americana (1776) como Francesa (1789). Estas significam um “antes” e um “depois” para a cidadania, já que estabelecem a igualdade entre os homens, consagrando o Estado de Direito, considerado por Bobbio (1992) como o estado dos cidadãos.

Recordemos como nas suas respectivas Cartas Constitucionais, consideradas bússolas e “regras do jogo”, a cidadania será garantida pela “igualdade, liberdade e fraternidade”, princípios inspiradores do Iluminismo. Estes ideais aparecem como a essência de um projeto utópico que pretende garantir que todos os homens acedam a estes benefícios. No seu interior, eles são reconhecidos como iguais, sem discriminação de raça, credo ou cor, assim como também terão direitos e deveres relacionados com a coletividade a que pertencem.

Nesta transição entre a cidadania antiga e a moderna, na qual, como estabelece Vieira (2005), surgem problemas relacionados entre outros aspectos com a edificação do Estado e a separação de instituições políticas e de modo especial dos poderes, e se inicia um processo de transformação do significado da cidadania, deixando de lado esse caráter essencialista que fala dela como uma condição *per se*.

Deste modo, vemos como o individualismo, que a caracterizara em tempos anteriores, é coisa do passado e a cidadania vai se transformar, adquirindo uma condição universal consagrada no pós-guerra através da Carta de Direitos da ONU, no ano de 1948. A partir desta nova perspectiva, indivíduos e povos vão ser considerados como potenciais cidadãos, como sujeitos de direitos que podem se emancipar.

Ao refletir sobre a versão moderna da cidadania, Arditti afirma:



De fato, quando falamos de cidadania reconhecemos que a experiência relevante não era a ateniense, mas também aquela que começa a se gestar na Europa central a partir do século XVIII. É uma época marcada pela Ilustração, que dá ênfase ao uso público da razão, pela formação das grandes maquinarias estaduais com crescente capacidade de intervenção na sociedade e pelo começo do pensamento político liberal com sua reivindicação das liberdades individuais nos campos do pensamento e da iniciativa empresarial. A partir desse momento, o lugar da cidadania fica confinado ao Estado soberano, dado que essa era a única instância com a capacidade e os meios para validar direitos, para fazer cumprir obrigações e castigar aos infratores. A ideia da cidadania igualmente adquiriu traços liberais ao ser entendida em primeiro lugar como defesa da sociedade frente ao arbítrio estadual e depois como forma de participação da sociedade em assuntos que afetam a comunidade. Este último se fazia através da livre expressão da opinião pública, mas depois através da relação de igualdade entre cidadania, sufrágio e representação, que se converteu em fator distintivo da visão liberal – democrática da política (2007, p. 124).<sup>14</sup>

Com esta citação podemos confrontar a cidadania “antiga” a “moderna”, assim como suas modificações. De uma parte, ela estava nas mãos de indivíduos livres que fazem parte de uma nação e, de outra, reduzida aos eleitos e seus representantes. Frente a este aspecto é importante lembrar que foi somente no século XX que o sufrágio universal se estendeu às mulheres.

No entanto, neste percurso, a metamorfose da cidadania acontece, sobretudo, com o desenvolvimento do capitalismo no mundo ocidental. Neste sentido, nos apoiamos em T. H. Marshall (1967), considerado uma referência obrigatória. Ao longo de sua experiência como sociólogo, e interessado de modo particular pelo impacto da cidadania sobre a classe social, centra sua análise na realidade dos trabalhadores na Inglaterra do século XIX, estabelecendo uma tipologia para se analisar a cidadania.

Ao reconstruir o processo de evolução da cidadania, e levando em conta as pressões e negociações de distinta natureza exercidas sobre ela, Marshall estabelece a presença de um componente civil, um político e um social, os quais vão materializar-se em direitos considerados como seus eixos centrais. Inicialmente eram misturados, mas gradualmente ganham autonomia e visibilidade nos séculos XVIII, XIX e XX, onde existirá uma ampliação

---

<sup>14</sup> Tradução da autora do original em espanhol: “Efectivamente, cuando hablamos de ciudadanía reconocemos que la experiencia relevante no es la ateniense sino la que comienza a gestarse en Europa central a partir del siglo SXVIII. Es una época marcada por la Ilustración que propugna el uso público de la razón, por la formación de las grandes maquinarias estatales con creciente capacidad de intervención en la sociedad y por los inicios del pensamiento político liberal con su reivindicación de las libertades individuales en los campos del pensamiento y de la iniciativa empresarial. A partir de entonces el lugar de la ciudadanía queda confinado al Estado soberano, dado que este era la única instancia con la capacidad y los medios para validar derechos, para hacer cumplir obligaciones y castigar a quienes los infringían. La idea de la ciudadanía también adquirió ribetes liberales al ser entendida en primer lugar como defensa de la sociedad ante el arbitrio estatal y luego como modo de participación de la sociedad en cuestiones que afectan a la comunidad. Esto último se hacía a través de la libre expresión de la opinión pública pero más tarde mediante la relación de equivalencia entre ciudadanía, sufragio y representación que pasó a ser el rasgo distintivo de la visión liberal-democrática de la política”.

ou retração destes direitos, que por sua vez serão chamados como de primeira, segunda e terceira geração, respectivamente.

A este respeito, T. H. Marshall menciona o seguinte:

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual, como liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade de concluir contratos válidos e o direito à justiça [...] Por elemento político se deve entender o direito a participar no exercício de poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (1967, p. 63).

Em cada um destes direitos, se estabelece uma relação específica com o Estado, entendido como um interlocutor central. Nos civis não existe uma resposta concreta por parte dele. Nos políticos, vai se dar uma liberdade mais ativa e uma participação dos cidadãos na sua determinação. E, finalmente, nos direitos sociais, o Estado é fundamental para garantir sua realização. Neste ponto podemos lembrar como para Marshall a cidadania é considerada um status que é concedido aos membros da sociedade.

Sem deixar de reconhecer o aporte teórico de Marshall no sentido de estabelecer um roteiro específico para compreender a evolução da cidadania, assim como sua relação com o tema dos deveres e direitos frente a uma comunidade, é importante assinalar igualmente as limitações de seu trabalho. Em termos gerais, podemos perceber como o autor reduz a cidadania ao tema dos direitos e, embora exista um vínculo importante com eles, ao longo de seu desenvolvimento podemos fazer a conexão com outros elementos.

Outra limitação do trabalho de Marshall é que o autor apresenta uma cidadania “passiva”, na medida em que os sujeitos a recebem como parte de seus deveres e em nenhum momento se estabelecem suas responsabilidades, o modo como eles vão participar na vida pública. Nesta tarefa, o Estado, e de modo específico o Estado de Bem-Estar social e democrático, possui um papel fundamental, na medida em que vai ser responsável por garantir a existência destes direitos. É esta proximidade que se pode traduzir como “dependência”. Isso aparece como outra crítica ao autor, pois embora seja um interlocutor importante, vamos ver que na ampliação deste conceito o cidadão vai se afastar dele, conquistando deste modo uma maior autonomia.

A derivação desta reflexão sobre os direitos e a cidadania nos leva a um terceiro elemento ao qual ela está relacionada. Trata-se da sociedade civil considerada como “tela de fundo” onde se desenvolve. Ocorre, então, que os direitos entendidos como “regras do jogo”

mostram como está estruturada a sociedade, e como se estabelecem novos direitos a partir de preocupações e interesses de determinados grupos sociais. Eles não existem de forma abstrata, mas se materializam em espaços e tempos específicos, em contextos sociais onde adquirem significados concretos. Eis aqui onde vamos situar a América Latina, considerada o cenário central onde vamos aprofundar a análise da realidade da cidadania.

### 2.3.2 O retorno até uma “nova cidadania”

Como entender o tema da cidadania num continente que chega ao século XXI enfrentando grandes dificuldades de natureza econômica, política e sociocultural? O desafio é grande, na medida em que estamos nos referindo a um espaço caracterizado por conflitos de distintas naturezas que afetam a construção e o exercício da cidadania. De modo paradoxal, do mesmo modo que assistimos a uma universalização de valores dos quais ela compartilha, assistimos também ao aumento da exclusão e à desigualdade em todos os âmbitos da vida social.

Ao refletir sobre este tema, Hopenhayn (2005) apresenta um processo de descentralização da cidadania, do mesmo modo como o formulara Lechner ao fazer referência à política, e cujos rasgos nos servem para aprofundar neste novo perfil.

A respeito disso, o autor comenta:

A recente mudança de século trouxe novos aportes ao conceito e à prática da cidadania, associados estreitamente ao tipo de globalização que vivemos, à crise do modelo do Estado-nação e ao impacto das novas tecnologias de comunicação no exercício cidadão. A globalização tem incidido sobre os distintos modos de cidadania de modo paradoxal. Num nível a meio caminho entre o político e o cultural se espalha à escala planetária um imaginário centrado em direitos humanos e sociais, o respeito à diversidade cultural e a legitimidade das instituições democráticas. [...] Mas em contraste e de modo assimétrico, a globalização comercial e financeira e a difusão desigual das novas tecnologias na economia real torna mais vulneráveis as economias nacionais, tornam mais agudas as desigualdades de produtividade e bem-estar entre os países e no interior deles, diminuem o trabalho, segmentam as capacidades para ter acesso a empregos produtivos e corroem a soberania dos Estados e das nações (2005, p. 218) <sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Tradução própria do original em espanhol: “El reciente cambio de siglo trae nuevos aportes al concepto y a la práctica de la ciudadanía, asociados estrechamente al tipo de globalización que vivimos, la crisis del modelo moderno de Estado nación y el impacto de las nuevas tecnologías de comunicación en el ejercicio ciudadano. La globalización impacta en los modos de la ciudadanía de manera paradójica. En un nivel a medias político y a medias cultural, se difunde a escala planetaria un imaginario centrado en los derechos humanos y sociales, el respeto a la diversidad cultural y a la institucionalidad liberal democrática. [...] Pero en contraste y de modo asimétrico, la globalización comercial y financiera y la difusión desigual de las nuevas tecnologías en la economía real torna más vulnerables las economías nacionales, agudizan desigualdades de productividad y de bienestar entre los países y dentro de ellos, precarizan el trabajo, segmentan las capacidades para acceder a empleos productivos y corroen la soberanía de los Estados y las naciones”.

Nesta citação o autor estabelece a conexão entre globalização, cidadania e direitos. De uma parte encontramos um maior interesse, em escala mundial, por fiscalizar seu exercício através dos meios massivos, mas, de outra, eles aparecem restritos, fato que se reflete numa deterioração da qualidade de vida dos cidadãos, impedindo seu desenvolvimento de forma integral. O fato de sermos “cidadãos do mundo” é relevante na medida em que nos faz ficar mais atentos frente a temas relacionados com esses ideais de liberdade e de autonomia que se reivindicava em outros tempos.

Isso significa uma volta para a concepção do cidadão universal que fora proposto na Revolução Francesa, além de um chamado de atenção no sentido de deixar de lado o individualismo, considerado elemento constitutivo do sistema capitalista. Neste aspecto, a cidadania cosmopolita vai dar sentido a todas as realizações éticas e políticas que desenham a sociedade.

Vamos nos deter de modo breve neste tema da cultura considerada como um elemento que está na base deste debate sobre as novas cidadanias, o que vai permitir assinalar alguns caminhos para seu desenvolvimento, trazendo luzes sobre este debate, como se mostra na citação de Hopenhayn (2005). Se aceitarmos que a cidadania supõe uma relação de mão dupla, isto é, entre o sujeito e sua comunidade e vice-versa, precisamos igualmente estabelecer as características deste entorno onde se realizam distintas formas de exercício.

Considerada um conjunto de práticas e representações que dão sentido à vida em sociedade, a cultura aparece como um mirante, como uma janela privilegiada de onde é possível entender a realidade do continente. Entre os distintos autores que têm trabalhado este tema, encontramos a Jesús Martín Barbero<sup>16</sup>, considerado pioneiro desta travessia, mas, também, achamos a Renato Ortiz (2002, 2000, 1994, 1991), Néstor García Canclini (1995), Jesús Galindo (2003, 2002, 1992), Jorge González (2007, 1994), Germán Rey (1999), Manuel Antonio Garretón (2007,2002) e Hopenhayn (2005), entre outros.

Todos eles, de ângulos diversos e complementares à Comunicação, como a Filosofia, a Antropologia, a Ciência Política, a Sociologia e de diversas nacionalidades, têm estudado a presença deste tema nas sociedades latino-americanas, destacando diversos aspectos. Entre eles encontramos a existência de distintas formas culturais que coexistem no continente, tais

---

<sup>16</sup> Espanhol naturalizado colombiano, é um dos mais importantes pesquisadores de tema da Comunicação. Doutor em Filosofia da Universidade de Lovaina. Fundador do Departamento de Comunicação da Universidade do Valle, (Colômbia). Tem sido Presidente da (ALAI) Associação Latino-americana de pesquisadores em Comunicação e membro do Comitê de Políticas Culturais do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), assim como Professor visitante de distintas universidades como Stanford, a Autônoma de Barcelona e o ITESO no México. Doutor 'Honoris Causa' pela Universidad Nacional de Rosario (Argentina) e pela Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá (Colômbia).

como o popular, o massivo, o alternativo, o debate sobre a identidade, a presença dos meios de comunicação como mediadores sociais, a realidade das indústrias culturais e seus processos de produção, distribuição e consumo.

Entre elas se destaca o olhar sobre a mídia que de algum modo permeia cada um dos temas anteriores e que permite sua abordagem além de sua consideração como estruturas onipotentes nas mãos de grupos hegemônicos frente aos quais nenhuma interação dos usuários fora possível. Este tema do consumo e sua relação com a mídia têm sido estudados de modo específico por Nestor Garcia Canclini quem vai aprofundar nas manobras e táticas dos sujeitos frente na atividade cultural destacando sua participação, além da sua condição de vítimas indefensas e manipuladas.

Estudar o consumo desde a cultura supõe sua compreensão como uma atividade com suas próprias práticas, ritmos e significados. Este processo anterior mostra a emergência de uma nova cultura política que permite ao consumidor transitar de novo pelo espaço da cidadania procurando sua recuperação e não sua dissolução como fora assinalado por autores como Bauman (2000).

Esta perspectiva cultural na abordagem sobre a cidadania é compartilhada por pesquisadores como Dagnino (1994, 2000), que vai aprofundar este tema relacionado, a partir de seu olhar, com as transformações da democracia e de modo concreto com os movimentos sociais. No âmbito da cultura, a cidadania aparece como uma prática de transformação social, como uma nova visão e um espaço que permite a superação de um reducionismo econômico privilegiado em décadas anteriores. Esta realidade muda então a concepção do cidadão, que vai ser considerado o protagonista destas transformações, ator um social autônomo e significativamente visível.

Dagnino (1994, 2000) propõe uma aproximação histórica da cidadania, destacando seu caráter de estratégia política [grifo da autora] o que a vincula a interesses e a expectativas da sociedade numa conjuntura determinada. Embora esta visão liberal da cidadania estivesse limitada a conquistas legais, o acesso a direitos reconhecidos previamente com este novo olhar muda o ângulo de aproximação.

A respeito desta caracterização, a autora esclarece:

Afirmar a noção de cidadania como uma estratégia política (Wiener, 1992) significa enfatizar seu caráter de construção histórica que expressa interesses e práticas concretas que não são definidas previamente por uma essência universal dada. Nesse sentido, seus conteúdos e significados não são previamente definidos e delimitados, mas constituem uma resposta à dinâmica dos conflitos reais da luta política vivida por uma sociedade em um momento histórico dado. Essa perspectiva histórica torna

necessário distinguir a nova cidadania dos anos 90 da tradição liberal que cunhou esse termo no final do século XVIII. Surgindo como resposta do Estado a reclamações dos setores sociais excluídos, a versão liberal de cidadania acabou essencializando o conceito, apesar de desempenhar, hoje em dia, funções totalmente diferentes daquelas que caracterizaram sua origem (2000, p. 85).

A aproximação da cidadania a partir de seu percurso histórico supõe a aceitação de seu caráter dinâmico, sua condição de fenômeno social mutante em espaços e tempos determinados. Desta forma, ela tem evoluído através de séculos e nessa trajetória se tem libertado de distintas ataduras. Uma delas está relacionada com a condição de “essência universal” utilizada para responder demandas formuladas no meio de conjunturas específicas atravessadas por conflitos reais. Como estratégia política, é um elemento constitutivo desta luta, estabelecendo uma relação com outros atores deste espaço do qual faz parte, como, por exemplo, o Estado, mas mantendo sua autonomia.

Dagnino (2008) situa esta redefinição da cidadania a partir dos anos 90, quando vai se dar igualmente uma reconfiguração do espaço democrático, que se encontra em uma fase de mudanças, resultado entre outros aspectos do balanço do continente frente às expectativas que gera um novo milênio. Nesse momento, aparece como “arena comum”, que de modo significativo estará relacionada com a presença dos movimentos sociais. Eles representam setores específicos da população, os quais encontram no tema dos direitos um lugar comum onde podem compartilhar interesses e gerar um debate sobre seu reconhecimento frente a temas como gênero, ecologias, minorias sexuais, entre outros.

E neste cenário encontramos os meios de comunicação, considerados centrais neste processo de redemocratização da sociedade. Dada sua importância, não é possível pensar numa transformação do entorno sem passar por eles. De modo paradoxal, tem sido a tecnologia, mais do que a vontade política de seus donos e administradores, que tem possibilitado este processo anterior. Como se pode observar através das redes sociais que, dado seu crescimento e visibilidade hoje em dia, se constituem em um ponto de referência essencial, uma vez que se converteram em aliados centrais para os jornalistas.

Esta cidadania revitalizada, para dar-lhe um nome, incorpora todas essas demandas, contribuindo para ampliação e transformação do espaço político. Ela, junto com o Estado e a sociedade civil, aparece como um elemento essencial para a compreensão da realidade deste último. De forma particular, esta cidadania encontra na mídia um importante respaldo para suas demandas.

Buscando ampliar esta reconceitualização da cidadania a partir desta última década do século passado, encontramos autores que, a partir da filosofia política, fazem uma cronologia

dos distintos lugares por onde têm transitado no continente. Nesta perspectiva, Menendez-Carrión anota o seguinte:

A cidadania enquanto pergunta emerge na América Latina no começo dos anos 90 como um modo de solucionar distintos dilemas teóricos que não era possível que estivessem sem resposta no novo terreno discursivo. A democracia, revalorizada por um consenso problemático ao extremo e por sua inédita amplitude, ‘precisava’ do cidadão. Mas não do cidadão abstrato e legalmente constituído do estado de direito num momento em que, além disso, se tematizavam fortemente as diferenças entre a legalidade e a legitimidade na América Latina, mas do cidadão-projeto (2003, p. 34)<sup>17</sup>.

Esta percepção mostra uma face importante da cidadania já não como algo acabado, e sim como uma “obra em construção”. Isto é, como um território que se encontra em um processo de configuração estreitamente relacionado com o tema da convivência e da democracia, onde garante sua qualidade e verdadeiro significado.

Nesta busca por contextualizar sua realidade atual, Cheresky (2006) parte da recomposição do mundo político, e nesta caracterização de novos traços da cidadania vai adicionar o tema da “fluidez”.

Este autor comenta:

A cidadania tem evoluído em duas direções ao deslocar-se o sistema de pertencimentos e crenças que a configuravam. De uma parte, começa a reconhecer novas condições de líderes, de caráter mais fugaz que no passado; e por outra, tem, com frequência, a possibilidade de representar-se a si mesma ou criar formas de representação mais diretas e atentas à atualidade de suas demandas (2006, p. 36)<sup>18</sup>.

Uma vez estabelecidas estas novas faces da cidadania, vamos recuperar o tema dos direitos como uma das características essenciais desta etapa pela qual atravessa. A visão liberal limitava a cidadania a uma conquista de direitos já estabelecidos. Esta abordagem vai se referir a demandas recentes que surgem de conjunturas específicas. Este “cidadão em construção”, como afirma Menendez-Carrión, uma vez definidas suas necessidades e

<sup>17</sup> Tradução própria do original em espanhol: “La ciudadanía en tanto cuestión emerge en América Latina a inicios de los 90 como modo de resolver una serie de dilemas teóricos que no podían permanecer irresueltos en el nuevo terreno discursivo. La democracia revalorizada desde un consenso en extremo problemático y por su inédita amplitud, “requería” del ciudadano. Pero no del ciudadano abstracto y legalmente constituido del estado de derecho en un momento en el que, además, se tematizaban fuertemente las brechas entre la legalidad y la legitimidad en América Latina sino del ciudadano-proyecto”.

<sup>18</sup> Tradução própria do original em espanhol: “La ciudadanía ha evolucionado en dos direcciones al desagregarse el sistema de pertenencias y de creencias que la contenía. Por una parte, es propia a reconocer liderazgos de nuevo tipo, de carácter más efímero que los del pasado; y por otra parte, tiene, con frecuencia propensión a representarse a sí misma o a crear formas de representación más directas y atentas a la vigencia de sus demandas. La emergencia de líderes de popularidad que establecen lazos de representación por su relación directa con los ciudadanos y hablando por sí mismos en el espacio público, se ha hecho frecuente y posible por la desafiliación de los individuos”.

prioridades, inicia uma caminhada em busca deles, para lutar por seu reconhecimento e, em síntese, para exercer seu “direito a ter direitos”.

Em essência, a ampliação da democracia se estende a todos os âmbitos da vida social e, nestes últimos tempos, a lugares não explorados previamente, como é o caso dos direitos da ordem sociocultural. Dagnino (2008) vai apresentar a cidadania como projeto para uma nova sociabilidade [grifo da autora] dirigido à construção coletiva de novas “regras do jogo” que garantam a convivência cidadã e não se limitem unicamente a conseguir a incorporação do indivíduo dentro do sistema político.

A partir destas características apontadas por diversos autores preocupados com este tema no continente, destacamos alguns elementos importantes que servem como peças para armar este “quebra cabeça” da cidadania. Um primeiro elemento tem a ver com seu caráter histórico, com a condição de estratégia política. Sem nos remetermos à sua origem etimológica, vemos que “estratégia” se refere a planejamentos de movimentos orientados a conseguir objetivos concretos. Estes são estabelecidos dependendo de conjunturas concretas.

No passado, a cidadania esteve reduzida e quase foi “refém” de temas e lugares específicos como, por exemplo, o sufrágio eleitoral ou os direitos referidos de modo específico ao âmbito político. Embora esta continue sendo a “arena cidadã” por excelência, na medida em que segue marcando o ritmo da vida política, a cidadania vai se movimentar por outros lugares. Afastada então do Estado, dos partidos políticos e além de pertenças sindicais, ela experimentam o que Cheresky (2006) chama de “novos formatos e novas identidades”, fato que tem como resultado uma maior independência e autonomia.

Esta fluidez permite um processo de ampliação do exercício da cidadania, de exploração de novos territórios de onde vai tentar reivindicar seus direitos. Este tema, não menos importante que os anteriores, é apresentado neste momento para que sirva como conexão e ambientação com a comunicação e com os meios massivos. No caso da América Latina, retomando Hopenhayn (2005), a preocupação gira em torno da diminuição das assimetrias entre os direitos econômicos e sociais com os civis e culturais. Estes últimos são igualmente um requisito para garantir o desenvolvimento integral do indivíduo.

Para fechar esta aproximação ao conceito de cidadania faremos um breve vínculo da relação entre política, comunicação e a chamada cidadania comunicativa, considerados como pano de fundo onde situaremos o tema dos observatórios de mídia.



## 2.4 Comunicação, Mídia e Cidadania

Um dos lugares de ampliação da democracia, além de ser considerado o espaço onde se consegue materializar e efetivar seus princípios e procedimentos considerados como suporte, é a comunicação. Compreendida como um campo de convergência e um dos lugares de maior relevância política e sociocultural, onde é possível o intercâmbio e a apropriação de sentidos e de significados, ela se transforma do mesmo modo que se modifica a sociedade em seu conjunto neste contexto global.

Embora o tema não seja novidade nestes tempos, a comunicação vai adquirir um sentido diferente devido às modificações estruturais ocorridas na sua essência, e de modo específico no interior dos meios de comunicação, as quais refletem os processos políticos que vivem as sociedades. A comunicação e, de modo específico, a presença da mídia, são centrais na vida política, pois de seu interior é possível desenvolver estes processos de interação com os cidadãos.

Ao comentar sua relevância, Rey anota:

A comunicação, diferentemente da política, se tem convertido num elemento central na vida dos cidadãos, assim como no funcionamento das sociedades. Sua centralidade está fundamentada, entre outras razões, na sua própria condição constitutiva. Mais flexível que rígida, mais móbil que estática, a comunicação tem familiaridade com a fragmentação, é capaz de fazer conexão rapidamente com outras áreas sociais, inclusive com aquelas que possam parecer distantes, como a própria economia. Flui, se expande, não precisa ter memória de longo prazo, avança no mesmo ritmo que a tecnologia, se faz pública (2005, p. 27)<sup>19</sup>.

Esta centralidade da comunicação se reflete na vida cotidiana dos sujeitos. Nela, os meios aparecem como objetos centrais onde encontramos a informação como uma perspectiva fundamental de atividade cidadã numa dimensão nevrálgica das sociedades.

Wilson Gomes (2007) e Maria Helena Weber (2000) são autores que têm seguido “o fio condutor” deste debate e suas implicações na construção e ampliação do processo democrático. A partir de seus olhares, a comunicação aparece como um campo privilegiado, na medida em que não somente modifica estas e outras transformações sociais, mas também vai ser alterado por elas, iluminando este espaço e fazendo possível a formulação de novas perguntas.

---

<sup>19</sup> Tradução própria do original em espanhol: “La comunicación por el contrario, se ha vuelto central en la vida de los ciudadanos y en el funcionamiento de las sociedades. Su centralidad está fundamentada entre otras razones, en su propia condición constitutiva. Más flexible que rígida, más móbil que estática, la comunicación tiene familiaridad con la fragmentación, es capaz de conectarse rápidamente con otras áreas sociales, inclusive con aquellas que pareciera lejana, como la propia economía. Fluye, se expande, no suele tener memoria de largo plazo, avanza de la mano de la tecnología, se hace pública”.

A este respeito, Weber comenta:

Com diferentes estratégias e denominações, a política sempre se expôs, se promoveu e se disse para a sociedade. Como espetáculo, teatro, discurso, seu modo de falar tem a lógica da retórica, do convencimento, da comprovação, da busca da confiança, aprovação ou obediência. Mesmo que as telas, as imagens estabeleçam outros padrões de relacionamento em comunicação, o exercício da política continua ainda em busca de credibilidade, opiniões e voto (2000).

Aceitando o estreito e importante vínculo entre a comunicação, a política e a mídia, temos que reconhecer igualmente as mudanças ocorridas no interior de cada um destes campos, assim como a significativa incidência desta última sobre os dois primeiros e, de modo geral, sobre a sociedade em seu conjunto. O desenvolvimento tecnológico do rádio, da imprensa, dos meios audiovisuais e, de modo recente, das redes sociais, possível através da internet, faz cada vez mais parte de nosso entorno cotidiano, e sua presença contribui para essas múltiplas estratégias da política que menciona Weber na sua reflexão.

Deste ângulo, a comunicação vai ser entendida como o lugar onde se oferecem socialmente oportunidades de conhecimento daquilo que é de interesse de todos para a vida coletiva. Esta concepção vai ser fundamental para construir governabilidade, para legitimar as ações do Estado, assim como para acompanhar as atuações das instituições públicas.

Se, em tempos passados, a arena pública era o lugar por excelência da política, hoje em dia, como menciona Garretón (1995), encontramos as mídias convertidas em “novas praças”, em novos espaços, para sua construção e para o fortalecimento da democracia. Delas tem lugar o espetáculo, o espaço de representação das demandas dos cidadãos, a circulação dos discursos que comenta esta autora. Eles aparecem como espaços de onde se constrói e se amplia o âmbito público que, além disso, é um dos princípios da democracia.

Gomes (2007) vai falar de uma zona de interface [grifo do autor] entre a política e a comunicação que, segundo ele, precisa ser aprofundada com mais atenção hoje em dia, pois ocorre que, ao estudar esta “fusão” entre elas, pelo fato de “estar na moda”, se corre o risco de sua simplificação. Neste ponto é importante fazer uma precisão frente à utilização deste conceito que vai ser utilizado por Braga quando este reflete sobre o papel dos estudos da política na construção do campo da comunicação.

Ao comentar este conceito, Braga anota o seguinte:

Quanto à ‘interface’, parece ser um termo adequado para referir a presença de atividades, no espaço social, que envolvem origens, processos e objetivos não inicialmente confluentes (mas antes pertencentes a ‘áreas’ diferenciadas). Assim,

cada componente de atividade comparece com seu acervo (historicamente constituído) de práticas e de conhecimentos (2004, pg. 227).

Esta caracterização do termo serve como “advertência” ao fazermos uma aproximação tanto à política como à comunicação. Consideradas campos específicos, responderão a dinâmicas próprias, compartilhando objetos de estudo, mas sempre respondendo a suas lógicas internas. É preciso, então, uma aproximação cuidadosa a este território comum, para estabelecer suas características, as práticas geradas no interior de cada uma delas e os processos de mudança que ocorrem.

Ao refletir sobre estes processos, Gomes afirma:

Novos fenômenos aparecem, tendências que pareciam claras não se realizaram, outras, que pareciam pouco importantes, tornam-se importantes. Isso tudo leva ao pesquisador de comunicação e política a se tornar um especialista em mudanças, muito sensível às conjunturas e às suas alterações. O outro lado da moeda é que essa atitude tem levado a área a subestimar permanentemente o que dura, o que parece não se alterar na atividade política e na forma da sociedade democrática. Assim como nos impede frequentemente de notar a continuidade daquilo que lhe parece historicamente descontínuo. Isto é, notar que certos aspectos novos são apenas uma nova versão de uma dimensão permanente da política, como já aponte nas lições precedentes, também tem nos impedido de identificar certos aspectos da política que permanecem estáveis enquanto outros mudam (2007, p. 417).

Como estabelecer a relação entre cidadania e mídia? Uma vez apresentada a primeira precisamos fazer uma aproximação geral a esta última, destacando sua relevância tanto econômica como política e sociocultural. Tudo isso tendo como pano de fundo a importante função social que desempenham o rádio, a imprensa e os meios audiovisuais, na sua condição de serviço público relacionada com o fato de levar informação, educação e entretenimento às audiências, muitas das quais só têm acesso a eles para satisfazer estas necessidades.

Do ponto de vista econômico, é importante valorizar a condição da mídia como setor nevrálgico caracterizado por uma rentabilidade financeira e um desenvolvimento tecnológico sem antecedentes. Fato que, neste contexto global, se reflete através da existência dos conglomerados cujo crescimento significativo os coloca em lugares privilegiados no contexto nacional e internacional. No entanto, pode parecer que, ao privilegiar este aspecto econômico, se dissolve de modo gradual esta responsabilidade social da mídia, essencial numa conjuntura de crise como a que se vive atualmente. Como prova, encontramos distintos argumentos.

De uma parte, vemos como a oferta midiática estará reduzida na maioria das vezes a um “negócio de entretenimento” de grandes dividendos para as empresas produtoras centradas em determinados programas, como telenovelas, realities e eventos esportivos, para citar os de

maior consumo. Deslocados pela chamada “tirania do rating”, considerada estratégia infalível de medição das audiências, vemos como outros gêneros relacionados com a função informativa, como programas de opinião, reportagens, entrevistas que permitam ao público ter elementos para questionar seu entorno, infelizmente, têm uma presença mínima no contexto da grade televisiva, ou estão localizados nos canais por assinatura e não na televisão pública.

Mas também no o âmbito político temos elementos para questionar, sendo um deles a perigosa proximidade da mídia com os poderes, e, de modo específico, com os governos e seus grupos aliados, os quais a utilizam como instrumento para premiar amigos e punir seus adversários. Um exemplo desta situação tem a ver com a cobertura informativa do último processo eleitoral no Brasil, onde o balanço geral, apesar do esforço dos conglomerados, deixou muitas perguntas sem respostas.

Reconhecendo uma dose de responsabilidade nos marqueteiros dos candidatos, encarregados no desenho geral das campanhas elaboradas através de estratégias que de alguma forma os “blindarão”, no sentido de evitar fazer frente a temas centrais, a mídia desperdiçou uma oportunidade importante e um tempo valioso para se centrar mais em denúncias requentadas, além de debates considerados em termos gerais pouco produtivos.

Convertida de modo frequente em “caixa de ressonância” de possíveis “escândalos” no exercício público e inclusive na vida privada dos candidatos, baseado na mídia foi possível conhecer muito pouco acerca das propostas concretas de cada um dos candidatos frente a temas estratégicos. Uma vez transcorrido este tempo eleitoral, a proximidade com o ganhador foi uma constante nas principais estações televisivas, fato que evidencia este questionado vínculo.

Como caracterizar os cidadãos na mídia? Para aprofundar este aspecto vamos partir das reflexões de duas mulheres reconhecidas pelos aportes sobre este tema. Trata-se de Rosa Maria Alfaro e de Maria Cristina Mata, pesquisadoras que têm dedicado parte de suas vidas a trabalhar tendo como pano de fundo a comunicação, interessadas de modo particular em dar voz aos setores populares. Nesse sentido, ao longo de seu amplo percurso profissional, têm possibilitado a participação de comunidades de base, coletivos de mulheres, sindicalistas, crianças e jovens, consideradas excluídos dos meios massivos.

Alfaro<sup>20</sup> (2003) parte da relação entre a democracia, a cidadania e a mídia, consideradas como três conceitos interligados que, além de serem os suportes conceituais

---

<sup>20</sup> Pesquisadora peruana com formação em Educação. Fundadora da Associação de Comunicação Social Calandria e da Veeduria Cidadã de Comunicação Social. Palestrante internacional em temas de comunicação e desenvolvimento social, mulher e gênero, cultura política, cidadania e consumo da mídia.

desta tese, aparecem igualmente no alicerce do trabalho que nos últimos trinta anos ela tem desenvolvido em distintos projetos e pesquisas, tanto na Calandria como na Veeduría Ciudadana de Comunicación Social do Peru. Entre eles existe uma conexão permanente desenvolvida em um entorno específico, numa conjuntura de um país caracterizada por uma cultura política, que permite compreender a forma como os cidadãos se vinculam às tarefas tanto no cenário público como político.

Ao refletir sobre esta relação entre democracia e cidadania Alfaro destaca não só a evolução desta última, mas também o compromisso dos sujeitos para fazer frente aos problemas que surgem como parte da realidade do contexto social. Frente a estes aspectos ela comenta o seguinte:

Novos conceitos têm surgido, resgatando os aportes liberais, mas dando outros sentidos, a partir da procura por novas utopias que consigam articular liberdade e justiça, participação e igualdade, ética e política, representação e participação, como se comentou anteriormente. Na realidade trata-se de unir na identidade cidadã duas noções, a de pertença a uma comunidade e a de justiça, onde prevalece o ideal da igualdade. Isto é, se supera a oposição entre sujeito individual e coletivo de modo que ambos fazem parte de sua própria existência, pois é preciso tanto um quanto outro para existir (2003, p.23)<sup>21</sup>.

Estas cidadanias de hoje, somatória de indivíduo e coletividade, se desenvolvem em meio a uma complexa articulação, resultado de interesses públicos e privado na qual os cidadãos participam assumindo direitos e obrigações. Alfaro (2003) destaca este ponto, estabelecendo que enquanto os primeiros estão relacionados com a defesa do sujeito individual, o segundo refere-se a sua responsabilidade social, a uma necessidade de incluir o cidadão nas decisões políticas de uma sociedade.

Frente a esta relação, a autora comenta:

---

Entre suas publicações mais recentes encontramos: Alfaro, Rosa Maria edit. Desarrollo? Encuentros & Desencuentros entre Medios & Ciudadanía. Lima: Calandria: 2009. Alfaro, Rosa María y Quezada Alicia, Ampay, tele! Niños y adolescentes juzgan la televisión peruana. Lima: Veeduría Ciudadana de la Comunicación Social y Calandria. 2006. Rosa María Alfaro, edit. Hacia nuevas rutas éticas en nuestros medios. Memoria de la campaña ciudadana sobre la Ley de Radio y Televisión. Lima: Calandria y Veeduría Ciudadana de la Comunicación Social. 2005. Ciudadan@s “de a de veras”. Una propuesta de vigilancia de la gestión pública, desde un enfoque comunicacional. Lima: Calandria.2003. Entre seus artigos podemos nomear Receptores o Ciudadanos? Investigar desde la acción transformadora e Creciendo juntos y en Comunicación. Ciudadanías que crecen con enfoques educativos.

<sup>21</sup> Tradução própria do original em espanhol: “Nuevos conceptos han tenido lugar, rescatando los hallazgos liberales pero otorgándoles otros sentidos, desde la búsqueda de nuevas utopías que puedan articular libertad y justicia, participación e igualdad, ética y política, representación y participación, como ya se mencionó antes. En realidad se trata de unir en la identidad ciudadana dos nociones, la de pertenencia a una comunidad y la de justicia donde prima el ideal de la igualdad. No es posible la ciudadanía sin la presencia de otras similares que se respetan y reconocen mutuamente, como capaces de hacer cosas juntos”.

Nesse sentido, mais integral, a cidadania vai fazendo uma relação com a democracia em ambos os sentidos, levando em conta o desenvolvimento institucional e a história cultural-política do país. Para isso, a vontade de ser uma sociedade democrática deve orientar o caminho de aportes e comportamentos. Os direitos plenos e seu respeito devem fazer parte dos objetivos da democracia, que lhe correspondem à sociedade civil e ao Estado (2003, p. 24)<sup>22</sup>.

Desta forma, vemos que a construção da democracia é um processo paralelo ao fortalecimento da cidadania. Ambas se desenvolvem em espaços e tempos determinados, e neste cenário a mídia ocupa um lugar relevante na medida em que, a partir de sua centralidade social, participa ativamente neste processo. Com o argumento de que a oferta midiática está desenhada para responder às demandas, interesses e expectativas, distintos públicos constroem as agendas jornalísticas, as quais, dada a lógica de produção dos fatos noticiosos, se ocupam mais com o acontecimento do que com seu contexto.

A velocidade e instantaneidade do fluxo informativo fazem com que vivamos num presente permanente onde o passado, embora recente, já não exista mais nem tenha “protagonistas” específicos para serem registrados. Além disso, a descoberta do valor mercantil da informação que levava os grandes capitais até a mídia transformou seu preço dependendo da sua demanda. Nessa medida ela deixa de estar submetida aos critérios tradicionais de verificação, autenticidade ou erro. Já não existe um tempo para conhecer verdadeiramente ao “outro” e por isso este último é refletido na mídia de modo superficial e fragmentário a maioria das vezes.

Frente a este tema da construção da agenda, Alfaro assinala como esta se tem convertido em um mito, no sentido em que os cidadãos na América Latina não se apresentam como tais frente à mídia, na medida em que são fundamentalmente receptores. Segundo ela, a mídia oculta à realidade sem criar compromissos com eles, estabelecendo apenas um aparente clima de empatia. Trata-se de uma aproximação na qual se pretende garantir uma distração e conseguir deste modo que consigam esquecer seus problemas.

Com relação às características desta agenda, a autora comenta:

E curiosamente, esta aparente agenda pública é sempre negativa e escandalosa. A mídia gosta do acontecimento e suas múltiplas descrições, dando voltas ao fato sem obter maiores explicações. Questiona-se pouco acerca dos sentidos próximos e distantes, como combatê-los ou fazer-lhes frente. Também não colabora com uma prevenção, pois gera medos e distanciamentos. Todos estamos auto protegidos e

---

<sup>22</sup> Tradução própria do original em espanhol: “En ese sentido, más integral, la ciudadanía se va haciendo en relación con la democracia en ambos sentidos, tomando en cuenta el desarrollo institucional y la historia política - cultural Del país, para lo cual la voluntad de ser una sociedad democrática debe guiar el camino de aportes y comportamientos. Los derechos plenos y su respeto deben formar parte de los objetivos de la democracia, que le competen a la sociedad civil y al Estado”.

não olhamos para aqueles que estão vivendo fenômenos semelhantes ou diferentes. Isto é, somos invadidos de notícias que não ajudam a formar cidadanias, mas incitam a retirada, a separação e a uma autodefesa.<sup>23</sup>

De modo semelhante à Alfaro, Maria Cristina Mata tem realizado um percurso pela democracia, a cidadania e a mídia, mas a partir de olhares distintos. Ao longo de sua produção acadêmica, tem abordado a realidade da comunicação a partir de diferentes ângulos e perspectivas, mantendo sempre como marco geral a dimensão política. Um deles é o conceito de cidadania comunicativa que esta última desenvolve.

Ao realizar uma aproximação ao tema da cidadania, ela faz ênfase no aporte de ciências como a Filosofia, a Sociologia e a Ciência Política. De modo relativamente recente, a comunicação se vincula ao debate que vai aparecer neste âmbito, resultado, entre outras razões, da dificuldade que supõe seu vínculo com o tema do público na medida em que são conceitos associados a esferas distintas, da exclusão midiática, assim como das grandes distâncias com o tema dos direitos e, finalmente, as múltiplas restrições existentes para seu exercício.

Como um antecedente de seu interesse pela cidadania, Mata (2001) parte do conceito de público que fora pesquisado desde os estudos de recepção no início da década passada. Neles, retomando os aportes de Wolton apud Mata (2001), que propõe uma teoria para seu estudo, se destaca a importância de trabalhar em uma definição de seus verdadeiros alcances e limites para lograr sua “desnaturalização”. Resultado deste processo é possível apreender os mecanismos de configuração assim como o modo como os indivíduos atuam na sociedade.

Justamente este questionamento sobre a condição de público levou Mata (2006) a ir além deste conceito para estabelecer o vínculo com a cidadania. Com os mesmos argumentos utilizados para caracterizar o primeiro no sentido de precisar sua especificidade, a autora vai fazer uma aposta pela chamada “cidadania comunicativa”. Esta vai estar conformada, como seu nome o indica, por sujeitos ativos relacionados com a comunicação como tema central e, de modo específico, com os meios massivos. Como elemento mediador encontramos os direitos, considerados um lugar a partir do qual é possível seu exercício e ampliação.

A partir destas reflexões, Mata define esta concepção de cidadania comunicativa. A respeito comenta:

---

<sup>23</sup> Tradução própria do original em espanhol: “Y curiosamente, esta aparente agenda pública es siempre negativa y escandalosa. A los medios les fascina el acontecimiento y sus múltiples descripciones, dándole vueltas al hecho sin conseguir mayores explicaciones. Se indaga poco sobre sus sentidos cercanos y lejanos, ni cómo combatirlo y evitarlo. Tampoco ayuda a la prevención, más bien genera miedos y distanciamientos. Todos nos auto protegemos y desechamos a los que están viviendo fenómenos parecidos o diferentes. Es decir, estamos repletos de noticias que no ayudan a formar ciudadanías sino más bien invitan al repliegue, la separación y la autodefensa”.

A entendemos como a capacidade de ser sujeito de direito e demanda no terreno da comunicação pública e o exercício desse direito. Trata-se de uma noção mais complexa que envolve várias dimensões e que reconhece a condição do público dos meios que os indivíduos têm em sociedades mediatizadas. A noção de cidadania comunicativa remete necessariamente a direitos civis (liberdade de expressão, direito à informação, a possibilidade de exigir a publicidade dos assuntos públicos, etc.), juridicamente consagrados pelos diversos instrumentos, tais como a constituição dos Estados, leis, decretos, disposições regulamentárias. Nesse sentido, e como ocorre em geral com os direitos civis, a cidadania comunicativa representa um limite para a ação do Estado com o fim de garantir a liberdade das pessoas (2006, p. 13)<sup>24</sup>.

Nesta citação a autora vai falar do “reconhecimento de uma capacidade”, que neste caso se exerce no cenário da comunicação e envolve a presença dos meios de comunicação. Mas também encontramos os direitos como uma ponte que conecta os cidadãos com estes últimos. A cidadania comunicativa vai considerar os públicos conformados por sujeitos sociais que interagem de forma ativa frente aos meios massivos.

Ao formular esta proposta Mata (2006) destaca o importante trabalho de mediação e de intercâmbio que a mídia faz possível, assim como a importância de vincular a cidadania a este processo. É necessário então responder por esse perfil dos cidadãos que se reflete na mídia e do qual precisamos conhecer mais, em termos qualitativos, na medida em que as empresas responsáveis pela medição quantitativa já tem aportado informação sobre este tema.

Surge então a pergunta acerca de como somos configurados na mídia? A respeito, Mata (2006) assinala por sua vez que ela nos informa do que ocorre no entorno, mas também nos configura como audiências de um modo específico. A esse respeito, a autora indica três formas através das quais ocorre este processo. Em primeiro lugar, encontramos o chamado “sujeito de necessidade”, que se reflete no modo como os meios mostram sujeitos, nesta ocasião com um perfil específico. Trata-se de pessoas que a mídia mostra provenientes de setores populares, rodeados a maioria das vezes de pobreza, marginalidade e exclusão de qualquer benefício social.

Estas imagens estão presentes quase cotidianamente fazendo parte da agenda pública construída através das agendas informativas. Desta perspectiva, o cidadão aparece caracterizado a partir da “não cidadania”, na medida em que perde inclusive “o direito a ter

---

<sup>24</sup> Tradução própria do original em espanhol: “La entendemos como el reconocimiento de la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho. Se trata de una noción compleja que envuelve varias dimensiones y que reconoce la condición de público de los medios que los individuos tenemos en las sociedades mediatizadas. La noción de ciudadanía comunicativa remite necesariamente a derechos civiles (libertad de expresión, el derecho a la información, la posibilidad de exigir la publicidad de los asuntos públicos, etc.), jurídicamente consagrados por diversos instrumentos tales como la constitución de los Estados, leyes, decretos, disposiciones reglamentarias. En este sentido, y como ocurre en general con los derechos civiles, la ciudadanía comunicativa representa un límite a la acción del Estado con el fin de garantizar la libertad de las personas”.



direitos”. Num segundo momento, vamos encontrar a figura do cidadão como “objeto de demandas”. Nela se mostram estes sujeitos presentes nos movimentos sociais através dos quais se busca dar resposta a estas múltiplas necessidades. E é através destas organizações que os cidadãos surgem no espaço público.

Uma terceira possibilidade tem a ver com o que Mata nomeia como “o cidadão sujeito de decisão”. Esta estratégia é utilizada pelos meios massivos, usando para isso uma ampla gama de modos de consulta, para que ele possa opinar sobre diversos temas da conjuntura e nessa medida se sinta questionado e pela sua vez participando. O fato de elaborar uma enquete ou de estabelecer contato telefônico com uma emissora de rádio, assim como a colaboração na seção de “Cartas ao Leitor” existente na maioria dos jornais, são estratégias suficientes para afirmar que verdadeiramente haja essa participação.

A este respeito, Mata comenta o seguinte:

Destes modos específicos de presença da cidadania nos meios massivos de comunicação, se tem construído uma representação de si mesmos como espaços de saber vinculados com a condição cidadã, como lugares insubstituíveis para a vida em comum e a produção da política. Desde a visibilização da exclusão até a produção de alternativas para o exercício das decisões, passando pelas performances de seus debates ao redor de assuntos das mais diversas índoles, a rádio e a televisão se constituem como recursos insubstituíveis para a ação das grandes maiorias sociais, na medida em que elas vão requerer dados, informações e noções que as orientem. Deste modo, se distanciar de seu consumo significa uma restrição a suas possibilidades deliberativas por desconhecimento daquilo que está em jogo, por se apartar daquilo considerado comum através das palavras e imagens que elas produzem e difundem (2006, p. 10)<sup>25</sup>.

Vai ser na convergência entre públicos e cidadãos que se centra a tensão que constitui a problemática da abordagem entre comunicação e cidadania, e esta, como indica Mata, ocorre tanto em termos políticos como conceituais. Esta articulação se vai dar como resultado de uma reconfiguração dos cidadãos na mídia, que Mata caracteriza a partir da cidadania comunicativa.

Vamos ver qual é o balanço deste processo. Como um primeiro aspecto podemos ver que tanto Alfaro quanto Mata vão considerar a mídia, a cidadania e os direitos como peças

---

<sup>25</sup> Tradução própria do original em espanhol: “A partir de estos modos emblemáticos de presencia de la ciudadanía en los medios masivos de comunicación, ellos han construido una representación de sí mismos como espacios y colectivización de saber vinculados con la condición ciudadana, como lugares insustituibles para la vida en común y la producción de la política. Desde la visibilización de la exclusión hasta la proposición de alternativas para el ejercicio de las decisiones, pasando por la escenificaciones de sus debates en torno a cuestiones de la más diversa índole, la radio y la televisión se erigen a sí mismas como insustituibles recursos para la acción de las grandes mayorías sociales en tanto ella requiere de datos, informaciones y nociones que la orienten. De ahí que, en buena medida sustraerse a su consumo significa una restricción de las posibilidades deliberativas por “desconocimiento de lo que está en juego”, por separarse de lo vuelto común a través de las palabras e imágenes que ellas producen y difunden”.

chaves para conseguir a democratização da sociedade. Trabalhar no seu fortalecimento há de ser um desafio permanente, uma tarefa contínua no contexto latino americano, onde as condições para seu exercício não são fáceis. Tudo isso a fim de que a mídia aporte a uma construção de valores relacionados com a igualdade de oportunidades, a melhoria da qualidade de vida, a busca da solidariedade e, de modo concreto, a não discriminação, considerados insumos para efetivar uma verdadeira ampliação deste regime político.

Com relação à cidadania, as pesquisadoras coincidem em destacar seu papel central neste processo. Ela por sua vez não vai surgir de forma espontânea. É o resultado de um processo de transformações em espaços e tempos ao longo das quais adquire traços e dimensões específicas. Deste modo nos encontramos com sujeitos sociais que vão ganhar autonomia e liberdade para se movimentar em novos cenários, participando de modo ativo em assuntos que interessam à sua coletividade.

Num terceiro momento, Alfaro e Mata destacam a presença dos cidadãos na mídia, através dos quais é possível reivindicar este processo anterior. Neste ponto é importante assinalar como neste aspecto existem diferenças no olhar das duas pesquisadoras. Enquanto a primeira vai considerar o receptor como sujeito passivo, como não cidadão, Mata valida sua existência, mas destaca o modo como este aparece desvirtuado na mídia.

Frente a este tema da passividade do receptor é importante destacar os aportes dos estudos da comunicação desenvolvidos na América Latina a partir dos anos oitenta e que vão propor um novo olhar. Eles vão mostrar a existência de mediadores, os quais, como seu nome indica, vão modelar a percepção dos receptores frente ao consumo. A partir deles a recepção vai ser considerada um processo que envolve gostos, interesses e expectativas de sujeitos situados em lugares específicos da estrutura social.

Por sua vez, Mata assinala como os cidadãos aparecem desvirtuados na mídia. Infelizmente eles aparecem como objetos de necessidade, em situações de carência e de desigualdade, fatos que não contribuem para fortalecer seu caráter autônomo. A outra face desta moeda é sua homologação como consumidores, que também não corresponde à realidade, mas que consegue “seduzir” um amplo percentual da população.

A modo de fechamento desta seção podemos ver como os observatórios e ouvidorias se convertem em estratégias e recursos dos cidadãos para enfrentar estas condições tanto subjetivas como objetivas, anteriormente apresentadas, que limitam o exercício dos direitos dos cidadãos. Eles fazem possível o exercício dos direitos, de modo específico os chamados direitos sociais e culturais, considerados como mecanismo para democratizar o que

Hopenhayn (2005) descreve como a cidadania social e que pretende melhorar a capacidade dos cidadãos no dialogo público e no exercício de uma maior autonomia.

Uma vez descrita a esta relação entre comunicação, mídia e cidadania, vamos fazer uma exploração sobre este tema dos direitos, especificamente com o direito à comunicação e à informação, que para esta tese é importante, na medida em que aparece como uma ponte que liga os cidadãos com a mídia e com a realidade dos observatórios.

#### **2.4.1 O Direito à Comunicação e à Informação como direitos da cidadania**

Neste espaço global o tema dos direitos e sua relação com a cidadania adquirem uma particular importância tanto a nível macro como regional e local. De modo cada vez mais frequente, eles aparecem debatidos em distintos lugares, sendo um deles a exclusão digital, que hoje tem um particular destaque devido às múltiplas possibilidades que oferece o armazenamento, distribuição e circulação de informação e os problemas de acesso que têm surgido.

Como ponto de partida desta reflexão, vamos fazer uma descrição dos elementos considerados essenciais para posteriormente fazer um breve percurso pelos lugares por onde ele tem sido debatido e onde os setores público e privado e a sociedade civil têm presença.

Frente ao tema de seus alcances e limites, Bursch afirma o seguinte:

O termo ‘direito da comunicação’ (ou direitos à comunicação) foi criado para se referir ao conjunto de direitos que garantem que as pessoas e as comunidades consigam exercer suas metas na esfera do econômico, político, social e cultural. Incorpora, mas não se reduz à liberdade de opinião e expressão assim como o direito à informação; contempla igualmente aspectos como a transparência no manejo dos assuntos públicos; os direitos linguísticos e culturais, aqueles associados à educação, na privacidade, no âmbito do trabalho, à reunião pacífica e a autodeterminação, entre outros (2008, p. 177)<sup>26</sup>.

Alguns comentários a respeito. De uma parte, é necessário ter em conta que estes direitos da comunicação têm, diferentemente de décadas passadas, um raio de ação muito mais amplo que, como comenta a autora, vai além da liberdade de opinião e de expressão onde estiveram reduzidos e de algum modo homologados. Ao contemplar no seu interior a possibilidade de fiscalização dos cidadãos em temas públicos, seu acesso a direitos culturais e

<sup>26</sup> Tradução própria do original em espanhol: “El término ‘derechos de la comunicación’ (o ‘derechos a la comunicación’) se ha acuñado para referir al conjunto de derechos que garantizan que las personas y las comunidades puedan ejercer la comunicación para conseguir sus metas en la esfera de lo económico, político social y cultural. Incorpora, pero no se limita a la libertad de opinión y expresión y el derecho a la información; contempla también aspectos como la transparencia en el manejo de los asuntos públicos; los derechos lingüísticos y culturales, aquellos asociados a la educación, a la privacidad, al ámbito laboral, a la reunión pacífica y a la autodeterminación, entre otros”.

à educação, por nomear aspectos considerados centrais, eles se convertem em requisitos para garantir a vida em comunidade, onde aparecem as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos que podem tornar possível esta convivência de modo democrático.

Além disso, podemos ver que, quando refletimos sobre o acesso dos cidadãos à mídia, não é suficiente serem beneficiados por esta última através de estratégias como a ampliação da cobertura, ou a presença em determinados espaços dos jornais, ou a possibilidade de escutar sua voz nas emissoras de rádio, pois isso não transforma a situação de receptores passivos que caracteriza importantes setores da população.

É essencial ter igualmente distintas visões da notícia que se está apresentando para que o cidadão tenha elementos para construir sua opinião. Do mesmo modo, é importante haver a possibilidade de serem produtores desta informação, como ocorre com os meios cidadãos e comunitários que, de modo positivo, cada vez têm mais visibilidade no continente. Estes têm conseguido refletir de modo criativo a vida cotidiana de comunidades que não teriam uma oportunidade de se ver se estes meios não existissem. Graças a eles se amplia o número de emissores, além de conseguirem mostrar a realidade de um continente diverso e plural.

Este tema da relação entre cidadania, inclusão e direitos tem sido pesquisado por autores como Gentilli (2005) e Telles (2006), os quais concordam com a necessidade de ampliação e efetivação de modo particular dos direitos sociais, na medida em que são justamente estes os que “simbolizam” a desigualdade. Sem eles, não é possível que o indivíduo consiga um nível de bem-estar material ou oportunidades para sua obtenção.

Com relação à informação, Morigi vai destacar a importância da informação em relação a este debate. Frente a este tema, ele comenta:

O debate sobre inclusão social e cidadania tem mobilizado, com muita intensidade, a opinião pública, principalmente nos países ocidentais. Estes debates vêm contribuindo para produzir diversas modificações nestas sociedades, reconfigurando os procedimentos de constituição da cidadania. Nesse processo, podemos considerar a informação como um elemento primordial. A cidadania se caracteriza como um conjunto de direitos, sendo a informação entendida como um ‘direito meio’ da cidadania. Isso significa que ela não é um direito a ser obtido como um fim em si mesmo, mas sua existência é fundamental para a participação cidadã. Embora o direito à informação por si só não garanta o exercício da cidadania, sem este direito não é possível conquistar de forma plena todos os demais (2007, p. 31).

Neste ponto podemos retomar o debate pelos direitos tanto à comunicação como à informação. A ampliação, alargamento e a emergência de novos direitos modificam e transformam os existentes, mais ainda nesta “Sociedade do Conhecimento”, onde a informação se converte em requisito da sua existência. Recuperar estes direitos sociais

significa igualmente repensá-los por novas dimensões. Recordemos como no passado tanto a informação como a comunicação foram conceitos considerados inicialmente sinónimos e nessa medida o acesso à primeira era garantia da segunda.

Neste sentido, Saffón faz uma observação importante:

Deste modo, o direito à comunicação se distingue dos direitos à liberdade de imprensa e da informação porque procura fazer frente a desafios mais concretos produzidos em um novo contexto. Estes desafios são substancialmente distintos daqueles pelos quais foram criados e interpretados estes direitos clássicos. Por isso estes e aqueles procuram cumprir objetivos distintos (2007, p. 36)<sup>27</sup>.

Por outro lado, é importante observar como o reconhecimento destes direitos não é, em nenhum momento, garantia de seu exercício. Ocorre que muitos deles são sistematicamente violados, desconhecidos ou levados em conta de forma seletiva de acordo com os interesses específicos dos setores de poder. Esta situação se faz evidente não somente em regimes de corte repressivo, como tem ocorrido na Venezuela, mas também no interior de governos de corte “mais” democrático.

No primeiro caso, partimos da decisão tomada no ano de 2009 no governo de Hugo Chávez de retirar as licenças de operação de algumas redes televisivas opostas ao regime, como um exemplo que serve para ilustrar esta situação. No segundo caso, podemos mencionar as reações da mídia frente às queixas de cidadãos que, inconformados pelo tratamento jornalístico envolvido em algum tema, decidem expressar seu protesto, utilizando espaços como as cartas do leitor ou as defensorias existentes em alguns meios impressos.

Nestas circunstâncias, a resposta dos conglomerados se produz de modo quase imediato. Gera-se uma reação de rechaço com ênfase na denuncia de uma tentativa de censura, quando as denúncias envolvem entidades estatais responsáveis por vigiar seus conteúdos, situação que suscita protestos e reclamações. Nessa medida, o problema não se reduz somente ao âmbito legal, na medida em que supõe a reivindicação de políticas públicas que estabelecem as “regras de jogo” para conseguir, deste modo, o exercício destes direitos.

Voltamos ao tema que considera o direito à informação como um requisito indispensável para o fortalecimento da democracia. De modo gradual, assistimos ao crescimento deste debate que se tem desenvolvido em diversos lugares e, particularmente, na América Latina. Neles se tem procurado a elaboração de uma agenda regional que consiga ir

---

<sup>27</sup> Tradução própria do original em espanhol: “Así las cosas, el derecho a la comunicación se distingue de los derechos a la libertad de prensa y a la información por que busca enfrentar retos más específicos producidos por un nuevo contexto. Estos retos son sustancialmente distintos de aquellos por los cuales fueron creados y han sido interpretados estos derechos clásicos, por lo cual estos y aquel buscan cumplir objetivos distintos”.

além destes espaços particulares para convocar a adesão de amplos setores sociais de modo que seja possível a formulação destas políticas. Alcançar esta meta anterior não é uma tarefa fácil em um contexto caracterizado por dificuldades de distintas naturezas.

A este respeito, Rosa María Alfaro, afirma:

Em nossos países ainda é difícil pensar a comunicação e o exercício de direitos individuais no campo da comunicação. A forte relação dos meios audiovisuais com o entretenimento, sua dependência com o mercado e a publicidade, a falta de responsabilidades empresariais midiáticas, a ausência do Estado como ator regulador, o caráter gratuito que tem para as audiências e a falta de leis e exigências competitivas na adjudicação das licenças, são, entre outros, fatores que provocam uma ‘solidária’ aceitação da cidadania da oferta da mídia. Isto é, mais que um bem público, para muitos o meio é um elemento de gozo, em qualidade de presente, para compensar uma vida cotidiana difícil de sustentar. Assim, a demanda não expressa usualmente resistência significativa alguma, ainda menos exigência de qualidade, de modo especial quando estes meios são associados ao acesso de novas tecnologias como se fosse um boleto para a modernidade e a outros mundos, ou como um ensaio permanente de inclusão simbólica desde cada indivíduo (2005, p. 11) <sup>28</sup>.

Uma vez caracterizados os traços mais relevantes destes direitos, tanto à comunicação como à informação, vamos fazer uma breve retrospectiva sobre os cenários onde, nos últimos tempos, este tema tem sido debatido, conseguindo em alguns deles uma visibilidade que não tinha antes. Tomamos como ponto de referência o Informe Mc Bride (1980), considerado referência obrigatória no sentido de estabelecer uma agenda de temas nevrálgicos para o desenvolvimento destes assuntos.

Uma vez descritos os traços mais relevantes destes direitos, tanto à comunicação como à informação, vamos fazer uma breve retrospectiva sobre os lugares onde, nos últimos tempos, este tema tem sido debatido, conseguindo em alguns deles uma visibilidade que não tinha antes. Como ponto de partida tomamos anos 70, onde se inicia o debate sobre a necessidade de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), respaldado pela UNESCO.

Este organismo internacional respalda na década seguinte a realização de um diagnóstico sobre a realidade da comunicação no mundo, considerado como referente no

---

<sup>28</sup> Tradução própria do original em espanhol: “En nuestros países aún es difícil pensar la apropiación y el ejercicio de derechos individuales en el campo de la comunicación. La vinculación tan fuerte de los medios audiovisuales con el entretenimiento, su dependencia excesiva del mercado y la publicidad, la carencia de responsabilidades empresariales mediáticas, el ausentismo del Estado como actor regulador, el carácter gratuito que tiene para las audiencias y la carencia de leyes o exigencias competitivas en el otorgamiento de licencias, son entre otros, factores que provocan una indulgente aceptación ciudadana de la oferta mediática. Es decir, más que un bien público, para muchos el medio constituye un factor de goce, en calidad de regalo, para compensar una vida cotidiana difícil de sostener. Así la demanda no suele expresar resistencia significativa alguna, menos aún exigencia de calidad, especialmente cuando estos medios son asociados al acceso a nuevas tecnologías como si fuesen un boleto a la modernidad y a otros mundos, o como un ensayo permanente de inclusión simbólica desde cada individuo”.

sentido de apontar sobre uma agenda de temas nevrálgicos para o desenvolvimento deste tema. Conhecido como Relatório Mc Bride (1980), tentou estabelecer os eixos centrais para conseguir uma verdadeira democratização, considerada uma meta quase impossível de obter até este momento.

Neste documento se reivindica de modo especial o direito à comunicação, assim como se dá ênfase à importância de formular políticas consideradas como “regras do jogo” para garantir sua aplicação. Recordemos como a partir dos anos 80 o tema da administração dos meios de comunicação se converte em nevrálgico e como uma forma de dar resposta a ele se enfatiza na necessidade da presença do Estado como responsável nesta tarefa.

Dado o balanço pouco alentador da administração da mídia por parte do Estado, devido entre outras razões ao seu desconhecimento do setor das telecomunicações no conjunto, a uma conseqüente improvisação na tomada de decisões, e ao fato de que os governos em exercício consideraram os meios como instrumentos para favorecer a seus aliados e castigar aos detratores, não só não se solucionaram as dificuldades existentes, mas também se geraram novos problemas.

Perguntas relacionadas com o tema da função social da mídia, sua oferta e qualidade informativa, de algum modo ficaram sem resposta, e foram empurradas para a década seguinte. Na década seguinte este debate perde vigor, entre outras razões pela força do neoliberalismo como estratégia de desenvolvimento que vai privilegiar o mercado como espaço fundamental e a iniciativa privada como ator central. Nesta conjuntura vamos ver como se modifica a estrutura de propriedade da mídia através da presença dos grandes capitais nacionais e internacionais.

E, finalmente, na mudança do milênio a discussão sobre a democratização da mídia se reabre. No entanto, o desenvolvimento tecnológico e a consolidação como conglomerados midiáticos a pergunta pelos conteúdos e a qualidade da mídia oferta pareceria no ter respostas satisfatórias. Se começa a falar então da necessidade de uma maior interação entre Estado e iniciativa privada.

Como elemento positivo destas últimas décadas se menciona a significativa inversão de capital financeiro nacional e internacional neste setor, que rapidamente o colocou na vanguarda das economias nacionais e internacionais e que significou sua verdadeira consolidação como indústria. O crescimento exponencial do setor audiovisual, e de modo concreto da televisão, seu desenvolvimento tecnológico, recursos e criatividade, são exemplos que permitem ilustrar esta afirmação. No entanto, não se resolvem satisfatoriamente temas relacionados com a responsabilidade social da mídia e seu interesse formativo pelas crianças e

adolescentes, considerados audiências sensíveis, os quais aparecem como problemas que, na medida em que têm sido recorrentes, já adquiriram um caráter “crônico”.

Tudo isso num cenário onde é necessário harmonizar a condição de árbitro do Estado, responsável por garantir o interesse comum, com a capacidade gerencial, os recursos financeiros e a criatividade da iniciativa privada. Contudo, cada vez se escuta com mais força a máxima proclamada ao longo das últimas décadas no sentido de que sem “democratização da comunicação não pode existir a democracia”. Com o passar do tempo, esta tem adquirido cada vez mais vigência e legitimidade.

No início do século XXI, encontramos como primeiro lugar para a discussão sobre este tema a chamada Conferência Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), respaldada no ano de 2001 pela ONU e desenvolvida inicialmente em Genebra (2003) e, num segundo momento, em Túnis (2005). Convocada pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). Nesta última além de contar com a presença dos representantes dos governos e do setor empresarial, teve uma particular presença da sociedade civil.

Ela foi responsável pela Campanha dos Direitos da Comunicação na Sociedade da Informação (CRIS), que fora lançada no ano de 2002 no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (Brasil), para se estender a outros países. Esta campanha esteve voltada, como seu nome indica, à reivindicação destes direitos e desde o início contou com o respaldo de distintas entidades.

A ela se vincularam a World Association for Christian Communication (WACC), a Associação Latino-americana de Educação Radiofônica (ALER), junto com a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC) e a Organização Católica Latino-americana e Caribenha de Comunicação (OCLACC). Todas elas, em síntese, respaldadas pelas associações que se ocupam deste tema no mundo onde há presença, da Igreja Católica.

Um dos objetivos da CRIS foi colocar justamente no centro do debate o tema dos direitos à comunicação, discutindo ativamente, nos países onde se desenvolveu, uma agenda relacionada com temas como a estrutura de propriedade dos meios massivos, a qualidade da informação, a participação cidadã e o desenvolvimento tecnológico, entre outros. Embora o balanço geral não tenha sido suficientemente satisfatório, dada a falta de vontade política dos governos e a dificuldade de diálogo com o setor empresarial, os quais consideram este processo uma ameaça a seu poderio, pode se afirmar que existiram alguns ganhos significativos.

O tema dos direitos conseguiu visibilidade, e, no âmbito latino-americano, distintas redes de comunicação aceitaram o desafio. No fundo, poderia se afirmar que a campanha foi



um “pretexto” para chamar a atenção da opinião pública, colocando o tema nas agendas jornalísticas, fato que não é muito frequente. Antes de debater estes assuntos considerados “urgentes”, o que verdadeiramente está em jogo é justamente a reflexão sobre o papel da comunicação e da mídia no desenvolvimento e democratização da sociedade.

Como resultado desta atividade, se desenvolveram experiências semelhantes na América Latina, em países como Peru, México, Brasil e recentemente Argentina. Como o caso peruano é um dos objetos de estudo desta tese, teceremos alguns comentários sobre este último. Com relação ao México, no ano de 2003 se adiantou um amplo debate<sup>29</sup> sobre este tema. Frente à Argentina, já está em andamento a nova legislação do setor das telecomunicações apresentada no ano anterior durante a administração de Cristina Kirchner.

Comunicações (FNDC), entidade com uma importante trajetória e visibilidade nacional e internacional, refletida no trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 20 anos. Fazendo parte da comissão organizadora, o FNDC destacou a realização deste evento participando dele com uma proposta de agenda resultado do debate dos comitês que fazem parte dele em doze estados. Como eixos centrais encontramos:

Já no Brasil, de 14 a 17 de dezembro de 2009, se realizou em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM)<sup>30</sup>, considerada um processo de construção coletiva da qual participaram distintos setores da sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público. Neste evento teve particular destaque o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC)<sup>31</sup>, entidade com uma importante trajetória e visibilidade nacional e internacional, refletida no trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 20 anos. Fazendo parte da comissão organizadora, o FNDC destacou a realização deste evento participando dele com uma proposta de agenda resultado do debate dos comitês que fazem parte dele em doze estados. Como eixos centrais encontramos:

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação é um evento histórico. Para o Fórum Nacional pela democratização da Comunicação (FNDC) ela representa uma oportunidade inédita de construção coletiva de políticas públicas para a comunicação. Para contribuir com essa construção, o FNDC, baseado em seu Programa para a Democratização do sistema da Comunicação no Brasil, elaborou e encaminhou propostas. Entre elas, destacam-se a reestruturação do sistema de comunicação no país, com a elaboração de um Plano Nacional de Diretrizes e Metas; a implementação de uma política de desenvolvimento da cultura, para que o Brasil possa alcançar autonomia estratégica e exercer sua soberania; a criação de um

<sup>29</sup> Para ampliar informação sobre este tema encontramos Ávila, Irma; Callejas, Aleyda y Solis, Beatriz. **No mas médios a medias**. Participación ciudadana en la revisión integral de la legislación de los medios electrónicos. México: AMEDI. Comisión de Comunicaciones y Transportes. 2004.

<sup>30</sup> No site [www.confecom.com.br](http://www.confecom.com.br) podemos verificar os resultados desta conferência.

<sup>31</sup> No site [www.fndc.org.br](http://www.fndc.org.br) é possível acompanhar o desenvolvimento desta atividade.

Fundo de Apoio à Radiodifusão Comunitária; a regionalização da produção artística, jornalística e cultural; a implantação de mecanismos de transparência e participação popular no processo de outorga e de renovação, na gestão do espectro e no monitoramento das concessões em radiodifusão (2009, p. 20).

De algum modo estes propósitos do FNDC sintetizam as aspirações e desejos das pessoas e entidades que, vinculadas aos distintos projetos, têm a comunicação como um projeto de vida e eixo central das suas atividades. Ao assinalar como prioridades a recuperação do debate sobre o tema da cultura, o respaldo às rádios comunitárias e a revisão da legislação para garantir a participação de setores excluídos, estão tornando possível posicionar na agenda pública o debate sobre a construção de uma cidadania ativa e participativa.

De algum modo estes propósitos do FNDC sintetizam as aspirações e desejos das pessoas e entidades que, vinculadas aos distintos projetos, têm a comunicação como um projeto de vida e eixo central das suas atividades. Ao assinalar como prioridades a recuperação do debate sobre o tema da cultura, o respaldo às rádios comunitárias e a revisão da legislação para garantir a participação de setores excluídos, estão tornando possível posicionar na agenda pública o debate sobre a construção de uma cidadania ativa e participativa.

O ano de 2011 se iniciou com importantes desafios para a democratização da comunicação no país. De uma parte, esta em curso a elaboração de um novo marco regulatório que pretende substituir o existente, originado em 1962, e o segundo desafio tem a ver com o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), através do qual se pretende levar a conexão de internet em alta velocidade à totalidade da população. Igualmente se espera o desenvolvimento dos conselhos de comunicação que já são previstos no âmbito estadual em Minas Gerais, Alagoas, Bahia, Paraíba, Para, Amapá, Amazonas e Rio Grande do Sul.

Vamos destacar, a guisa de encerramento deste capítulo, alguns aspectos, tomando como ponto de referência esse estreito vínculo entre a política, a cidadania e a mídia que acabamos de descrever. Todos estes elementos estão situados num contexto de crise que ronda a América Latina. Entendida como “momento de oportunidade”, aprofundar nela permite buscar novas respostas a estes “velhos problemas” que o continente apresenta relacionados à desigualdade e à exclusão social.

Considerados elementos dinâmicos, tanto a política como a cidadania e a mídia têm experimentado transformações cuja compreensão pode se dar a partir de um processo de redefinição de cada um deles, que serve como ponto de partida para entender sua realidade.

No primeiro caso, ela continua sendo o lugar de onde é possível construir um projeto comum de sociedade; porém, precisa ser desenhado a partir de uma nova ordem construída desta diversidade e pluralidade social.

Como resultado destas mudanças, a política, nesta contemporaneidade, se reinventa e se transforma para se converter em um sistema social autônomo, que vai operar com regras do jogo de acordo com os espaços e tempos em que ela se desenvolve. Este fato é um dos argumentos que servem para explicar essa perda de centralidade e que por sua vez explica sua transformação como vértice ordenador da pirâmide social. Para isso, é necessária uma aproximação a estas “novas” faces e códigos de interpretação gerada a partir destes cenários e, de modo particular, a partir dos atores e redes de relações que a configuram.

Neste cenário polifônico, a democracia ganha consenso apesar de suas limitações. Uma delas, considerada central, está relacionada com o fato de coexistir no meio da desigualdade e da exclusão, a ponto de se poder afirmar que transitam em estradas nem sempre confluentes. Aceitando este aparente antagonismo entre esta forma de governo e o tema da justiça social, uma das prioridades do Estado democrático será atender a estas demandas sociais consideradas essenciais para estabelecer as correções e ajustes necessários.

No meio deste cenário encontramos os cidadãos como atores centrais. Caracterizada como eixo central e garantia da democracia, a cidadania não surge de modo espontâneo. Respondendo às distintas percepções e intencionalidades, está vinculada inicialmente com um sentido de pertença comunitária, com o tema dos direitos civis, políticos e sociais, com as identidades, como lugares por onde tem transitado. Ao longo da sua história ela se converte em uma prática, e um lugar de encontro, onde seus protagonistas desempenham papéis específicos relacionados com o processo de ampliação da democracia, com a qual se encontra estreitamente vinculada.

Hoje, a cidadania se movimenta em diferentes espaços por onde circula com uma fluidez definida desde novos formatos e identidades que permitem sua reconfiguração. Um destes espaços são os meios de comunicação. Durante décadas o caráter hegemônico da imprensa, do rádio e, da televisão foi inquestionável. A partir dele foi possível manter uma vinculação muito próxima com os poderes e, com os governos em exercício, servindo como instrumentos para legitimar sua autoridade.

Na medida em que a mídia aparece como lugar de ampliação e de construção do espaço público, esta situação experimenta um processo de transformação que envolve os cidadãos, os quais vão questionar o modo como são refletidos nela. Reduzidos a uma condição de vítimas ou de consumidores passivos, decidem fazer valer seus direitos neste

espaço da comunicação onde sua presença fora limitada. Eles já não são somente audiências específicas ou compradores de produtos determinados. São sujeitos que estão em condições de questionar a informação que recebem, a qual pouco ou nada aporta a suas vidas no sentido da riqueza e pluralidade das mensagens transmitidas através dela.

Esta situação se faz evidente quando observamos a força que os novos dispositivos tecnológicos e as redes sociais estão tendo hoje em dia, convertidas em aliadas fundamentais do exercício jornalístico. Na continuação, apresentamos a realidade dos observatórios e ouvidorias como elementos que fazem possível a conexão entre a comunicação e a política.

Neste contexto reaparecem uma vez mais os direitos tanto à informação como à comunicação, considerados como um tema ambíguo e de difícil compreensão. O Relatório Mc Bride mostrou como esta discussão é um pré-requisito para conseguir a democratização da mídia e neste processo é fundamental a presença do Estado com ente regulador e defensor do interesse público.

Hoje em dia vemos na América Latina como alguns governos progressistas trouxeram de novo o debate sobre a democratização da mídia ao cenário público. Com o compromisso de refletir a realidade dos sistemas de comunicação existentes, vão encontrar um importante respaldo da sociedade civil organizada mostrando como o mercado não é o único lugar para este debate essencial como aporte ao desenvolvimento de cada país.

Uma vez feito este percurso anterior, a continuação apresentamos a realidade dos observatórios e ouvidorias como elementos que fazem possível a conexão entre a comunicação e a política.

## **2.5 Observatórios e ouvidorias como experiências de crítica midiática**

Neste capítulo será feita uma apresentação dos observatórios e ouvidorias como experiências de crítica da mídia selecionadas para esta tese, destacando os percursos que distintos autores têm feito sobre o tema e que podem ser considerados como seus antecedentes. Na segunda parte, vamos destacar as características destes projetos relacionadas com o fato de “ver” e “olhar” como aspectos centrais.

### **2.5.1 Contextualizando o tema das experiências críticas**

Para atingir o primeiro objetivo partimos de cinco autores avaliados como centrais neste percurso, os quais, ao longo de sua reflexão sobre estas experiências, conseguem fazer uma completa descrição e análise destas. Trata-se de Claude Jean Bertrand, José Luiz Braga, Rogério Christofolletti, Luiz Gonzaga Motta e Germán Rey. A partir daí é possível reconstruir

tanto o contexto histórico onde se situam, assim como seus fundamentos epistemológicos, suas características e desenvolvimento.

Bertrand (2002), considerado o pioneiro nesta travessia, parte da existência do chamado *media criticism*, ou revisão crítica das tarefas da mídia. Desta perspectiva, o autor se centra no chamado Sistema de Responsabilização da Mídia, no qual se situam os *Media Accountability System*<sup>32</sup> (MAS).

A esse respeito, o autor comenta o seguinte:

Os MAS são quaisquer meios de melhorar os serviços da mídia ao público, totalmente independentes do governo. Espera-se que atinjam seu objetivo aumentando a competência dos jornalistas e descobrindo (por meio de observação e análise) o que a mídia faz ou não faz em comparação com o que deveria fazer. E, sobretudo, os MAS capacitam os veículos de comunicação a ouvir as opiniões dos consumidores, a saber do que gostam, não gostam ou podem não gostar. Graças a eles, a mídia consegue descobrir, corrigir, explicar seus erros e seus equívocos, desculpando-se por eles. Estes sistemas são um misto de controle de qualidade, serviço ao consumidor, educação contínua e muito mais – não apenas, decerto autorregulamentação. Aos cidadãos, os MAS devolvem os direitos humanos que a casta dos profissionais da mídia costuma confiscar (BERTRAND, 2002, p.35).

Nesta caracterização de Bertrand (2002) encontramos vários elementos a serem destacados. De uma parte, no interior dos MAS se estabelece um processo de interação entre jornalistas e usuários da mídia que vai gerar um enriquecimento mútuo. Enquanto os primeiros têm a oportunidade de conhecer melhor o que poderia ser considerado um perfil de seus leitores, ouvintes e telespectadores, os segundos vão se encontrar com meios que respondem a seus gostos, interesses e expectativas, estabelecendo-se, desta forma, uma verdadeira interconexão.

Deste outro ângulo, a mídia, ao olhar no seu interior através destas experiências, realiza um processo de autoanálise, refletindo sobre o modo como desenvolve seu trabalho. Dada a agilidade na busca e no processamento da informação que caracteriza as rotinas jornalísticas, poucas vezes é possível fazer uma “pausa” para observar de modo crítico a forma como os profissionais em cada meio desenvolvem esta atividade.

Outro elemento que Bertrand (2002) assinala diz respeito ao tema dos direitos dos cidadãos. O autor fala deles como “confiscados”, justamente pelo que chama de uma “casta” de jornalistas. Ao utilizar este termo, caracteriza-os como uma “elite”, como um grupo de acesso reduzido. Com estas experiências de crítica midiática, se pretende de algum modo

---

<sup>32</sup> Uma completa reflexão sobre este tema, desenvolvida por Denis Mc Quail, encontramos em **Midia Accountability and freedom of publication**. New York: Oxford University Press. 2003. Nela o autor parte de uma reflexão sobre o crescimento da mídia como ator responsável para se centrar no tema da governabilidade e dos distintos caminhos e significados deste processo de prestação de contas.

“saldar essa dívida” que a mídia tem com suas audiências, fazendo com que o usuário, leitor ou telespectador, ganhe visibilidade neste processo de intercâmbio. Finalmente, é para ele que trabalha toda a engrenagem da mídia, e sem sua presença esta não existiria.

No extenso trabalho do autor podemos ver a riqueza e variedade destas experiências. De fato, Bertrand (2002) descreve cerca de cinquenta delas, as quais classifica e trata como: i) um programa impresso e difundido, ii) sem estar conformada por indivíduos ou grupos, e iii) sem obedecer a processos específicos. Como exemplos, encontramos no primeiro caso um espaço radial e uma coluna num jornal, no segundo, um comitê de ética, a existência de um conselho nacional de imprensa. E, finalmente, a terceira opção contempla distintas atividades, tais como cursos de extensão para jornalistas, uma pesquisa nacional ou uma conferência, entre outros.

Posteriormente, Braga (2006) situa essas experiências de crítica midiática, onde encontramos os observatórios e ouvidorias, como parte de um Sistema de Resposta Social que, além da presença do Emissor e do Receptor, aparece como um terceiro sistema e que, como parte do processo de comunicação, ocorre depois do consumo.

A esse respeito, o autor assinala:

Com a proposta de um terceiro sistema de processos midiáticos, assinalamos mais uma contraposição às relações simples entre produto e usuário. A sociedade se *organiza* [grifo do autor] para tratar a própria mídia, desenvolvendo dispositivos sociais com diferentes graus de institucionalização, que dão consistência, perfil e continuidade a determinados modos de tratamento, disponibilizando e fazendo circular esses modos no contexto social (BRAGA, 2006, p. 36).

Igualmente, Braga destaca o fato de que estes dispositivos sociais são de distinta natureza, segundo os objetivos que perseguem. Entre eles encontramos aqueles que estarão centrados na crítica, no retorno, na militância social, no controle da mídia, de sistematização, de aprendizagem em público, entre outros. O fator comum a eles é a interação que se estabelece entre a sociedade e a mídia.

Neste ponto é importante fazer uma aclaração relacionada com o modo como estamos operacionalizando os conceitos de observatórios e ouvidorias para esta tese. Ao partir de uma breve cronologia da origem dos primeiros e tomando como referência Albornoz e Herschmann (2006), vamos encontrar uma reconstrução de seus antecedentes. De modo remoto precisamos nos situar nos séculos XVIII e XIX, quando vão surgir estas experiências.

Nesse contexto, encontramos os observatórios astronômicos modernos (Greenwich, Paris, Cape Town e Washington). Mas de modo simultâneo começam a se consolidar os

serviços de estatística utilizados por entidades governamentais, tanto nacional como internacionalmente. Já como antecedentes mais próximos encontramos os chamados observatórios sociais. Criados na segunda metade dos anos 90 e definidos como “organismos auxiliares colegiados e integrados de forma plural, que têm a função de facilitar o acesso público à informação de qualidade e propiciar a tomada de decisões por parte de autoridades responsáveis” (MAIORANO apud ALBORNOZ e HERSCHMANN, 2006, p. 2) eles se convertem em um antecedente próximo aos observatórios de mídia.

Entre suas funções, está a elaboração de bases de dados, de metodologias, de aplicações de novas ferramentas técnicas. Todas com o fim de facilitar ao público o acesso à informação de qualidade para propiciar a tomada de decisões. Eles aparecem então como lugares a partir de onde é possível o monitoramento de objetos específicos (saúde, educação, moradia, entre outros aspectos demográficos), e a informação obtida enriquece os centros de pesquisa de diversas partes do mundo.

No caso das ouvidorias, sua presença está ligada de modo estreito com o tema da participação da cidadania, e na maioria das vezes, aparece contemplada nas constituições dos países que a partir dos anos 90 fizeram uma aposta na democracia participativa. Como uma primeira aproximação, elas podem ser compreendidas como um mecanismo que permite aos cidadãos e a distintas organizações comunitárias exercer vigilância sobre a gestão de entidades públicas e privadas que prestam um serviço público.

Na regulamentação deste mecanismo, igualmente se estabelecem seus princípios, assim como as funções, direitos e deveres. A partir desta ótica elas estarão convocadas por representantes da sociedade civil, tais como movimentos cívicos, fundações, ONGs, com presença dos setores público e privado. De fato são eles quem vão dar vida a estes projetos de modo particular na América Latina.

Não obstante este fato de compartilhar tarefas que podem ser de algum modo semelhantes, vamos ver como existem, tanto nos observatórios como nas ouvidorias relacionadas com o tema da mídia, alguns rasgos que estabelecem sua especificidade. Vamos então destacar dois deles. Como um primeiro elemento de diferenciação, encontramos as entidades que respaldam. Nos observatórios, tanto centros acadêmicos, como institutos de pesquisa, faculdades de comunicação, onde os jornalistas vão desempenhar tarefas centrais.

Já no caso da ouvidoria, embora tenha presença à academia, a força estará concentrada nas organizações sociais que a conformam, as quais, graças a sua trajetória, são um fato que garante os processos de interlocução entre ela e a sociedade no seu conjunto. Um segundo elemento tem a ver com a utilização dos meios de comunicação. Tanto nos observatórios

como nas ouvidorias, a mídia vai desempenhar um papel central, como se evidencia no terceiro capítulo desta tese.

Uma vez feita esta precisão, podemos afirmar que, das três experiências selecionadas para esta tese, só o Observatório da Imprensa (OI) é, como o nome indica, um projeto que pode ser caracterizado como tal. Tanto a Veeduría Ciudadana de Comunicación Social, de Peru, como o Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia, na Colômbia, podem ser consideradas como ouvidorias. E, finalmente, os três estão inscritos na categoria de *media criticism*. Continuamos então com as características destas experiências.

Um segundo elemento destacado no texto de Braga faz referência aos processos críticos que esses dispositivos realizam na sociedade. Ao defini-los, o autor afirma:

Consideraremos, assim como *procesos críticos* [grifo do autor], dentro do sistema de interação social sobre a mídia, os que se voltam para os processos de produção midiática e seus produtos em termos de um enfrentamento tensional, que direta ou indiretamente, possa resultar em crítica interpretativa, ou em controle de desvios e equívocos midiáticos, em aperfeiçoamentos qualitativos na defesa de valores sociais, em aprendizagem e em socialização competentes, na fruição qualificada em termos reflexivos e estéticos, em informações de retorno, redirecionadora dos produtos, em percepções qualificadas (BRAGA, 2006, p.46).

Este olhar crítico vai ser desenvolvido de modo específico em cada um dos projetos anteriores. No Observatório da Imprensa, o tema faz parte da razão de existência desta experiência, enquanto no caso da Veeduría e do Compromiso, este “enfrentamento tensional” pode ser apreciado através dos objetivos propostos em cada um.

Apresentados estes elementos, vamos voltar com a reconstrução da sua história. Como descreve Bertrand (2002), um antecedente próximo dos observatórios de mídia tem a ver com a chamada “Defensoria do Leitor”, conhecida como *Ombudsman*, cuja aparição se dá na Suécia, no início do século XX, e que, posteriormente, vai ressurgir no final do ano de 1960, nos Estados Unidos, ocasionada pela crise da imprensa escrita. Vinte anos depois, devido ao escândalo gerado pelo caso *Watergate*, o tema do papel da mídia na sociedade vai ocupar de novo um lugar privilegiado na agenda pública.

Frente ao assunto do interesse pela atuação da imprensa e seu papel social, Rey<sup>33</sup>, que desempenhara o cargo de defensor no jornal El Tiempo, considerado o de maior circulação da Colômbia, comenta:

---

<sup>33</sup> Rey, Germán. El Defensor del Lector: um ofício em construcción. Disponível em: [www.razonypalabra.org](http://www.razonypalabra.org). No. 53 Ano V Vol. 2. Acesso em: 5 mar. 2008.



É interessante que desde suas próprias origens o Defensor do Leitor esteve unido a estes dois propósitos: estudar e tramitar as demandas dos leitores, mas também oferecer elementos para fazer frente à crise dos jornais. Enquanto o primeiro tema cresce na medida em que se incrementa a participação da sociedade (isto é, na medida em que os leitores são cada vez mais cidadãos), o segundo tem hoje uma atualidade enorme. Os meios de comunicação estão se redefinindo devido às transformações das sociedades, o que supõe modificações do público, incremento desmedido da oferta informativa, relação entre tecnologias e vida cotidiana, mudanças na agenda temática de interesse para as pessoas, nas rotinas e práticas de leitura, competência com outras linguagens, etc., ainda que, de modo frequente, a crise seja vivida nos modos de representação da realidade que fazem os meios, nas formas de construção da agenda (2003)<sup>34</sup>.

Nesta citação, o autor faz uma radiografia em que, após quase dez anos de publicado o artigo, o panorama descrito ainda permanece vigente. Existe uma necessidade da mídia de olhar seu interior para, devido à forte competição existente, estabelecer suas especificidades e características diferenciadas de responder às demandas de seus usuários e, desse modo, atrair novos leitores, explorando diferentes nichos de mercado para tentar chegar a públicos cada vez mais específicos.

Diante disso, mais particularmente nas últimas décadas, distintas experiências de *media criticism* aparecem na Europa e América do Norte. E é na Espanha e nos Estados Unidos onde vão desempenhar um papel ativo, representando uma saída desde a autorregulamentação para a atividade da imprensa e, por sua vez, onde será possível ver a presença da cidadania na mídia. Nos anos 80, vamos encontrar experiências consolidadas de Defensoria do Leitor no Brasil, na Argentina e na Colômbia.

Num segundo momento deste percurso, situado a partir de 1990, a figura dos observatórios se estende à totalidade do continente e, mais adiante, dada a importância do debate ao redor do acesso e da democratização da informação, que sustenta este tipo de experiência, o tema começa a ocupar um lugar privilegiado nas agendas dos eventos relacionados com as mídias.

---

<sup>34</sup> Tradução própria do original em espanhol: “Es interesante que desde sus propios orígenes el Defensor del Lector haya estado unido a estos dos propósitos: estudiar y tramitar las demandas de los lectores, pero además ofrecer elementos para afrontar la crisis de los periódicos. Mientras el primer asunto crece en la medida en que se aumenta la participación de la sociedad (es decir, en la medida en que los lectores son cada vez más ciudadanos), el segundo tiene hoy una vigencia enorme. Los medios de comunicación se están redefiniendo a raíz de las transformaciones de las sociedades, lo que significa modificaciones de lo público, aumento desmesurado de la oferta informativa, relación entre tecnologías y vida cotidiana, cambios en la agenda temática que le interesa a la gente, variaciones en las rutinas y prácticas de lectura, competencia con otros lenguajes, etcétera, aunque con frecuencia la crisis se vive en los modos de representación de la realidad que hacen los medios, en las formas de construcción de la agenda”.

### 2.5.2 Características comuns dos observatórios

Ao tentar estabelecer uma classificação dos observatórios da mídia, Albornoz e Herschmann (2008)<sup>35</sup> afirmam:

Embora haja uma grande variedade e riqueza de observatórios de informação, comunicação e cultura é possível dividi-los em dois conjuntos, com os seguintes enfoques básicos: um primeiro grupo, em que os observatórios são concebidos como espaços articuladores da cidadania a partir do qual se pode monitorar o funcionamento dos meios de comunicação ('observatório fiscal'), e outro, em que são considerados como novos organismos que colaboram através de suas intervenções ou reflexões na formulação de políticas públicas ('observatório *think tank*').

A partir desta classificação, para esta tese, partiremos dos chamados observatórios fiscais, os quais surgem em uma conjuntura de crise global que vai se refletir em todos os setores da economia e que, no âmbito da mídia, se evidencia de distintos modos. Por um lado, na transformação dos grandes conglomerados e da renegociação de suas dívidas em função da recessão econômica e, por outro, no aumento das vozes de inconformidade frente ao tema da qualidade e objetividade da informação que circula nos diferentes meios de comunicação.

Resulta desta situação o início de um interessante debate em torno da relação mídia e sociedade, gerando sérios questionamentos a temas nevrálgicos, tais como responsabilidade social, sua resposta frente a demandas específicas, como o caso do direito à informação e à liberdade de expressão, entre outros. A respeito disso, e como uma forma de fazer uma síntese destas razões que justificam a aparição dos observatórios de mídia, Motta comenta:

Os observatórios surgem a partir de uma difusa consciência de que a indústria cultural e informativa não responde às demandas da sociedade civil: é demasiado acomodada, demasiado oficialista, superficial. Por isso precisa mudar. Jornalistas inconformados, organizações não governamentais, ativistas políticos, professores, estudantes, movimentos sociais e grupos isolados saem da passividade de receptores ou do conformismo da profissão para influir nos conteúdos (MOTTA, 2008, p.23).

Como caracterizar um observatório de mídia? Como primeira aproximação, apresentaremos seus traços mais relevantes. A esse respeito, Téllez afirma o seguinte:

Desde uma fundamentação em princípios tais como o direito à informação para identificar, sistematizar e analisar o modo como os meios se aproximam a ela, a cobrem e representam os modelos e estratégias que utilizam como ferramentas-chaves na construção de agendas, e o papel que desempenham os jornalistas como um direito da cidadania, seu exercício como condição da democracia, a autonomia e equilíbrio na orientação de sua função social, a objetividade e a independência, os

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/issue/view/7>.

observatórios pretendem se aproximar a esta realidade midiática como ‘artesãos’ deste processo (2003, p.10)<sup>36</sup>.

Em face de seus objetivos, os observatórios se propõem metas relacionadas com: i) acompanhamento das mídias em relação à maneira como desenvolvem seu ofício, ii) desenho de um sistema de informação permanente que permita às mídias e a seus usuários olhares diversos da realidade social e, iii) um trabalho pedagógico através de sua sensibilização e mobilização frente a aspectos tão pertinentes como, por exemplo, a responsabilidade social. Vamos ampliar cada uma delas.

Em primeiro lugar, existe uma importante preocupação por realizar uma reflexão que conforme espaços públicos de discussão sobre temas de interesse geral, envolvendo nesta atividade os jornalistas, os acadêmicos e os pesquisadores. Além disso, neles estão presentes diferentes setores e organizações públicas e privadas (empresários, anunciantes, produtores, publicitários) para refletir acerca de temas e problemáticas que interpelam o cenário comunicativo da democracia, aspecto que nesta conjuntura tem um particular significado.

Esta tarefa anterior tem um caráter particularmente propositivo na medida em que, ao fazer uma aproximação às suas lógicas de produção e rotinas jornalísticas, se busca diminuir alguns dos efeitos gerados pela crescente concentração midiática, na medida em que esta tem reduzido a possibilidade de desenvolver um olhar plural, diverso e crítico frente ao conteúdo da informação entendida como insumo para a compreensão da realidade social, situação que, em casos extremos, pode se converter em uma verdadeira ameaça para o jornalismo independente.

Em um segundo momento, é importante destacar o sistema de informação gerado pelos observatórios que tem como uma ferramenta fundamental a presença das tecnologias de informação e comunicação e, mais particularmente, as múltiplas possibilidades que oferece a *Internet*, o que vai garantir uma ampliação na cobertura e divulgação de suas atividades.

De fato, a maioria destes projetos conta com um *site* que lhes permite o contato e a interação permanente com seus usuários. Além disso, algumas destas experiências têm presença na mídia, possível através de espaços televisivos, radiofônicos e mediante seções fixas em diferentes jornais e revistas.

---

<sup>36</sup> Tradução própria do original em espanhol: “A partir de la fundamentación en principios tales como el derecho a la información como un derecho de la ciudadanía, su ejercicio como condición de la democracia, la autonomía y equilibrio en la orientación de su función social, la objetividad y la independencia, los observatorios buscan acercarse a esta realidad mediática para identificar, sistematizar y analizar la manera como los medios se acercan a ella, la cubren y representan, los modelos y estrategias que emplean como herramientas claves en la construcción de agendas, y el papel que juegan los periodistas como ‘artesanos’ de este proceso.”

Um terceiro aspecto está relacionado com o importante trabalho pedagógico que realizam, desde os distintos centros (universidades, institutos de pesquisa) onde desenvolvem suas tarefas, vinculando os profissionais responsáveis pelo tratamento da mídia com os cidadãos usuários dela. Esta atividade é particularmente importante no interior das faculdades de comunicação, que respaldam tais experiências na medida em que os estudantes têm a possibilidade de avaliar os acertos e erros cometidos no exercício jornalístico.

Ao tentar fazer uma ampliação da tipologia, tomando como contexto a América Latina, encontramos distintos autores que vão estabelecer uma classificação destes projetos. Em termos cronológicos, esta atividade tem sido desenvolvida por Herrera (2005), Broullón et al (2005), Erazo (2006), Albornoz e Herschmann (2006) e Braga (2006). Neste ponto vamos nos deter brevemente em outros trabalhos que permitem caracterizar a experiência desenvolvida na Colômbia, incorporando autores que têm pesquisado o tema para, posteriormente, retomarmos a tipologia estabelecida por pesquisadores latino-americanos. Referimo-nos a Téllez (2004)<sup>37</sup>, Roveda et al (2008) e Quiñones (2010).

Na Faculdade de Comunicação da Universidade Javeriana de Bogotá, Téllez (2004) elaborou um documento de caráter descritivo, resultado de uma aproximação inicial a este tema. Nele, a partir de uma caracterização de seus traços gerais, se destacavam entre outros aspectos a riqueza e diversidade de projetos que nos últimos anos haviam aparecido na Europa, Estados Unidos e, de modo especial, na América Latina.

Igualmente, neste trabalho, a autora mostra como nos últimos anos, particularmente na Colômbia, começam a surgir observatórios de mídia desenvolvidos por institutos e Faculdades de Comunicação, os quais, em pouco tempo, experimentaram um processo de crescimento significativo, especialmente no interior do país. No momento em que foi feita esta exploração no âmbito latino-americano, Argentina, Brasil, Venezuela e Uruguai foram assinalados como países onde se desenvolvia um trabalho consistente em relação a este tema.

Como uma experiência a qual a Colômbia vai se vincular, em sua fase inicial, está o Observatório Ibero-americano de Ficção Televisiva (OBITEL), cuja origem se estabelece no ano de 2005. Tendo com objetivo o estudo comparado dos distintos âmbitos da produção e da programação da ficção nacional, regional e internacional, este projeto tem configurado uma rede de pesquisadores da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, México e Portugal. O propósito: fazer uma análise deste gênero televisivo considerado como essencial na produção audiovisual da região estudada.

---

<sup>37</sup> TELLÉZ, María Patricia. Los observatórios de medios en America Latina. Documento apresentado à Facultad de Comunicación y Lenguaje da Universidad Javeriana. Bogotá, 2003.

Como resultado deste processo anterior, Vassalo Lopes e Wilches (2007) apresentam um primeiro trabalho que descreve a presença da ficção no contexto das programações emitidas nas televisões abertas nos nove países participantes. Considerada a ficção televisiva como eixo estratégico da produção audiovisual ibero-americana, tanto pela sua rentabilidade econômica como pela presença na grade de programação, o estudo mostra os rasgos específicos através dos quais cenários, histórias e personagens aportam na construção de uma identidade.

Posteriormente, no ano de 2008, a Faculdade de Comunicação da Universidade Javeriana e a Comissão Nacional de Televisão (CNTV) estabeleceram uma parceria para o desenvolvimento do Observatório Nacional de Televisão (ONTEL). Como resultado deste trabalho foi elaborado um informe (ROVEDA et al, 2008) que compreende tanto antecedentes teóricos como a proposta metodológica do projeto.

Dois anos depois, o Instituto de Estudos em Comunicação (IECO) e o Observatório Nacional de Meios (ONM), da Universidade Nacional, apresentam uma publicação (QUINONES, 2010) na qual são descritos os antecedentes deste projeto, assim como um percurso pelas páginas *web* da América Latina, Estados Unidos e Europa.

Uma vez feito este breve percurso do tema pela realidade colombiana, voltamos com a tipologia dos observatórios no continente. Neste ponto, encontramos Herrera (2005), pesquisadora espanhola considerada pioneira na tarefa de descrever a realidade dos mesmos no contexto latino-americano. Segundo a autora, uma das razões que justificam a aparição destes cenários de supervisão midiática é a possibilidade que oferecem aos jornalistas de fazer uma “pausa no caminho” e, observando seu exercício, analisar os erros cometidos. Segundo Herrera (2005, p.157)<sup>38</sup>:

Os observatórios latino-americanos se diferenciam entre eles em função de variáveis como sua origem, composição, orientação ideológica, suas estruturas e modos de funcionamento, os aspectos dos meios que analisam, o instrumental metodológico que utilizam e a sistematização de sua atividade. [...] Neste caso os critérios de classificação partem do conjunto de variações que se registram nos observatórios latino-americanos. No entanto, a fim de simplificar a proposta e fazê-la mais operativa, se destacam aos critérios mais significativos. Desta forma, os critérios que permitem diferenciar os observatórios são: 1) temática que investigam, 2) sua

---

<sup>38</sup> Tradução própria do original em espanhol: Los observatorios latinoamericanos se diferencian entre sí en función de variables como su origen, composición, orientación ideológica, sus estructuras y modos de funcionamiento, los aspectos de los medios que analizan, el instrumental metodológico que emplean y la sistematización de su actividad. [...] Neste caso os criterios de clasificación parten del conjunto de variaciones que se registran en los observatorios latino americanos. No obstante, con el fin de simplificar la propuesta y hacerla más operativa, se ha atendido sólo a los criterios que se consideran más significativos. De esta forma, los criterios que permiten diferenciar a los observatorios son: 1) La temática que investigan, 2) Su origen y composición social, 3) La cobertura de los medios que analizan y 4) El tipo de medios que observan.

origem e composição social, 3) a cobertura dos meios que analisam e 4) o tipo de meio que observam.

A pesquisa sobre este tema, relevante pela cobertura e profundidade, é desenvolvida por Erazo (2006), que descreve um panorama completo da realidade destas experiências a nível global e local, respaldado pela Fundação para a Capacitação e Investigação em Televisão e Técnicas Audiovisuais (FUCATEL), com sede no Chile. Como categorias de análise, a autora se centra no marco institucional, seus eixos temáticos, o modo como se realizam a atividade de observação, a participação cidadã, a perspectiva de gênero e a formação em redes.

Igualmente Erazo (2006), nas considerações finais de sua pesquisa, destaca o desenvolvimento de redes nacionais de observatórios respaldadas por distintas universidades e centros acadêmicos. Assim mesmo, dá ênfase à necessidade de dinamizá-las, contando com o respaldo de projetos de cooperação que têm como objetivo a defesa regional dos direitos tanto à comunicação como à informação. E, como um primeiro passo nesta direção, propõe como ferramenta a utilização da *web*, disponível na maior parte das redes e que permite estabelecer vínculos de comunicação permanente.

Um aspecto central da investigação da autora tem a ver com o tema da participação cidadã, que aparece como uma constante nos distintos projetos estudados, e que se realiza a partir de diferentes cenários.

Com relação a este tema, Erazo comenta:

Para a quase totalidade destas experiências, quaisquer que seja sua origem, a participação cidadã constitui um elemento central na democratização das comunicações. São diversos os esforços e atividades que realizam nesta direção. Um meio privilegiado para o contato com a cidadania é o sítio *web* e suas seções interativas. Nelas se promove a discussão *on line*, a participação em debates e fóruns e alguns têm espaços abertos a receber denúncias da sociedade.

Os convênios de intercâmbio e a construção de redes com organizações sociais, assim como as associações de usuários dos meios; a organização de seminários e conferências são igualmente instâncias abertas para a participação. Atividades de educação da cidadania em consumo crítico de meios, assim como de capacitação em direitos da comunicação, é outra linha de trabalho neste sentido. Com relação a atividades de mobilização da cidadania, uma delas em particular tem realizado eventos públicos cidadãos, campanhas, debates e fóruns. Trata-se da *Veeduría Ciudadana de Comunicación* do Peru (ERAZO, 2006, p.34)<sup>39</sup>.

<sup>39</sup> Tradução própria do original em espanhol: Para la casi totalidad de estas experiencias, cualquiera sea su procedencia, la participación ciudadana constituye un elemento central en la democratización de las comunicaciones y son diversos los esfuerzos y actividades que realizan en esta dirección. Un medio privilegiado para el contacto con la ciudadanía es el sitio *web* y sus secciones interactivas. En ellas se promueve la discusión *on line*, la participación en debates y foros y algunas tienen espacios abiertos a recibir denuncias de la ciudadanía.

Los convenios de intercambio y la construcción de redes con organizaciones sociales, así como con las asociaciones de usuarios de los medios; la organización de seminarios y conferencias y la creación de espacios

A autora destaca não só a importância da participação da sociedade, mas também a ampla variedade de formas onde ela se expressa, onde se incluem desde projetos pedagógicos e de recepção crítica até campanhas vinculando amplos setores sociais.

Já no Brasil, encontramos em Albornoz e Herschmann (2006) a distinção entre os “observatórios fiscais”, se referindo àqueles que monitoram a função da mídia, e os nomeados “*think tank*”, cuja responsabilidade tem a ver com o fato de aportar informação para a formulação de políticas públicas. No caso desta tese, vamos partir desta classificação anterior para fazer uma fusão com a proposta de Herrera e, posteriormente, apresentar alguns exemplos destes movimentos de observação da mídia.

A partir de sua temática, os observatórios de mídia podem ser gerais ou específicos. No primeiro caso, encontramos no Brasil duas experiências: O Observatório da Imprensa (OI), experiência situada inicialmente no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR), da Universidade Estadual de Campinas, um dos objetos de estudo desta tese, desenvolvido mais adiante, e a Agência de Notícias pelos Direitos da Infância (ANDI).

Criada em 1992 com a finalidade de construir nas mídias uma cultura jornalística que privilegie a promoção e a defesa dos direitos da infância através de um diálogo permanente com a mídia, a ANDI tem hoje seções nacionais em vários países de América Latina e, por sua vez, conta com a parceria de organismos internacionais, como UNICEF e “Save the Children”. Em relação à Colômbia, esta rede é considerada como interlocutora e referência central neste tema.

De outra parte, atendendo a sua composição social, Herrera menciona:

Podemos diferenciar entre os observatórios integrados por pessoas da profissão, por pessoas de fora dela e, em terceiro lugar, os observatórios mistos que estão compostos por profissionais da comunicação, mas também pelo público em geral (2005, p.14)<sup>40</sup>.

Na afirmação de Herrera aparece o tema da participação, já destacado por Erazo (2006) e que é um aspecto essencial destas experiências. Nesta tese vamos encontrar distintos tipos de pessoas vinculados aos projetos estudados. No caso do Observatório da Imprensa

---

de reflexión son también instancias abiertas a la participación. Actividades de educación de la ciudadanía en consumo crítico de medios así como de capacitación en derechos de la comunicación, es otra línea de trabajo en este sentido. En cuanto a actividades de movilización de la ciudadanía, una de ellas en particular ha realizado eventos públicos ciudadanos, campañas, caravanas, debates y foros. Se trata de la Veeduría de Comunicación Social del Perú.

<sup>40</sup> Tradução própria da autora do original em espanhol: “Podemos distinguir entre los observatorios integrados por gente de la profesión, por gente de fuera de la profesión y en tercer lugar, los observatorios mixtos que están compuestos por profesionales de la comunicación pero también por público en general”.

encontramos jornalistas, considerados como pessoas da profissão. De outra parte, na Veeduría Ciudadana de Comunicación Social, no Peru, encontramos Comunicadores Sociais e jornalistas, assim como profissionais de distintas disciplinas como advogados, produtores e realizadores da mídia.

Ao revisar experiências onde há presença de profissionais da comunicação, ganham relevância projetos desenvolvidos nas Faculdades de Comunicação Social em diferentes países, entre os quais se destacam trabalhos da Espanha e da Colômbia. Igualmente encontramos o Observatório Político, Social e Cultural de Médios da União de Trabajadores de Prensa, da cidade de Buenos Aires (UTPBA), criado em 2002, que, na condição de organismo sindical, busca responder à tarefa de acompanhamento crítico ao papel dos meios de comunicação na Argentina.

Dentre as experiências recentemente desenvolvidas neste país é importante mencionar o Observatório Nacional do Centro de Estudios Avanzados da Universidade Nacional de Córdoba, coordenado por Maria Cristina Mata. Um de seus projetos mais recentes está relacionado com pesquisa em torno da Nova Lei de Serviços de Comunicação (CORDOBA; MORALES, 2010), proposta durante a administração da Presidenta Cristina Fernandez de Kirchner, de modo semelhante à atividade desenvolvida pela Veeduría Ciudadana, do Peru. Destaca-se, também, a participação deste projeto na rede Comunicação Cidadania, Educação e Integração na América Latina (AMLAT), que vincula atividades compartilhadas entre universidades da Argentina, Brasil, Equador e Venezuela.

Como projetos de caráter misto, onde se reúnem representantes da sociedade civil de setores público e privado, podemos assinalar a “Veeduría Ciudadana de Comunicación Social”, do Peru, e o “Compromiso por una Televisión de calidad para la Infancia en Colombia”. E, finalmente, como projetos nos quais há presença de comunicadores e da sociedade civil, o “Observatório Brasileiro da Mídia” e o “Global Media Watch”.

Ao examinar o tema da cobertura encontramos o “Monitor da Mídia”, da Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI). Respaldo pelo curso de Jornalismo do Centro de Ciências Aplicadas com ênfase em Comunicação, Turismo e Lazer (CECIESA), a universidade desenvolve, há dez anos, importante trabalho na área da pesquisa com a imprensa, tanto nacional como regional. Na atualidade, “Monitor da Mídia” é coordenado pela professora Laura Seligman.

Para finalizar esta classificação, é importante destacar a existência no Brasil da “Rede Nacional de Observatórios da Imprensa” (RENOI), configurada a partir de escolas de



jornalismo e comunicação e iniciada formalmente em 2005. Neste sentido, Guerra (2009)<sup>41</sup>, recupera a história desta rede, as universidades que dela participam, projetos desenvolvidos e metodologias utilizadas. Na atualidade, a RENOI faz parte da Rede Latino americana de Observatórios com sede no Peru.

### 2.5.3 “Ver” e “olhar” nos observatórios

Uma vez apresentado um olhar dos momentos mais significativos na cronologia dos observatórios, vamos nos deter em algumas das tarefas desenvolvidas por estes projetos, relacionadas com o tema da visibilidade, a participação e a presença da sociedade. Quanto ao primeiro aspecto, nos referiremos à “razão de existência” dessas experiências midiáticas, na justa medida em que sua missão tem a ver com o fato de mostrar, de expor à luz pública uma realidade. Para isso, partimos da relação entre o “olhar” e “observar” como uma de suas tarefas centrais, e depois, num segundo momento, vamos abordar o problema da participação.

É importante lembrar que a hipótese de trabalho desta tese se refere ao modo como os observatórios se configuraram como lugares-chave de crítica da mídia e de construção da cidadania. Para aprofundar esta realidade tomamos como ponto de partida os textos de Rey (2003), Alfaro (2005), Mata (2007) e Christofolletti e Motta (2008), autores da Colômbia, do Peru, da Argentina e do Brasil, respectivamente, que destacam elementos que enriquecem este debate.

Vamos retomar inicialmente Rey (2003) e Christofolletti e Motta (2008) como autores que abordam a relação entre o “ver”, “olhar” e “observar” como elementos centrais para caracterizar estas figuras jornalísticas. A relação entre estes conceitos foi justamente o tema com que Rey participou como palestrante central do Encontro de Buenos Aires, que foi considerado pioneiro na reflexão sobre este tipo de experiência. Realizado em 2003, e convocado pela Fundação Friedrich Ebert e o coletivo La Tribu, reuniu representantes da Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela para debater sobre a realidade deste tema de relevância crescente no continente.

Este tema da relação entre o sujeito e a mídia e as transformações que esta gera no contexto social tem sido de interesse permanente do autor. Acompanhado de Martín-Barbero (1998), Rey (2003) tem aprofundado suas pesquisas através de gêneros específicos como, por exemplo, a telenovela, considerada um produto central que serve como pretexto para mostrar esses processos de mudança.

---

<sup>41</sup> Guerra, Josenildo Luiz. Rede Nacional de Observatórios de Imprensa: um panorama inicial. Disponível em: [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) . Acesso em: 06 jun. 2009.

Ao refletir sobre a relação entre ver e olhar, Rey afirma que:

Os observatórios partem de duas ideias relacionadas com sua função de observação social: a primeira é que o que se vê realmente é o que existe desde um lugar. O enfoque da notícia ou a consulta de uma determinada fonte são propostas de ‘lugar’, localidades do conhecer. Este ‘lugar’ proposto a partir da mídia sabemos que não é único nem definitivo. O que se tem é mais uma interação de ‘lugares’, de perspectivas. A localização particular de uma informação corresponde a um lugar da compreensão que pertence aos leitores (2003, p.15)<sup>42</sup>.

A partir desta afirmação, podemos ver como são necessários distintos olhares, o que Rey (2003) denomina como a tarefa de “modulação e compreensão dos prismas sociais”. Os observatórios são experiências que reconhecem sua visão parcial, mas, sobretudo, que se abrem para verificar se há outros olhares e interagir com outras observações, as quais provêm de diferentes lugares da sociedade. Esta complementaridade é, então, um aporte importante na tarefa desenvolvida por estes centros.

Christofoletti (2008), por sua vez, toma como ponto de partida este tema, esclarecendo que “olhar”, “ver” e “observar” podem ser considerados sinônimos em termos jornalísticos. No entanto, existem matizes necessários de precisar. Olhar é uma atividade de exercício dos sentidos realizada de modo cotidiano, distinto de ver, fato que supõe um deter-se nos objetos para, deste modo, obter um maior conhecimento dos mesmos e, assim mesmo, uma maior compreensão.

A este respeito, Christofoletti anota o seguinte:

Olhar é fitar, mirar, contemplar. É sondar, cuidar, e ponderar. Admirar, julgar, estudar. Olhar é apreender o mundo, as coisas, as pessoas e suas circunstâncias e considerá-las, guardá-las de alguma forma nos escaninhos da memória. Olhar é encarar, pesquisar, examinar. Olhar é lançar-se ao mundo e significá-lo, perceber seus sentidos plurais. Para além de um fenômeno físico, olhar é captar, receber e ler o mundo. Lançar um olhar é deter-se sobre algo (2008, p. 78).

A atividade dos jornalistas, responsáveis pelo tratamento da informação que vai tornar-se visível nas mídias, vai além do “olhar” para se converter em um “olhar crítico”. Resultado de sua competência profissional, que lhes dá uma sensibilidade particular que permite captar o que o autor denomina como a “atmosfera dos acontecimentos”. Não é o olhar

---

<sup>42</sup> Tradução própria da autora do original em espanhol: “Los observatorios parten de dos ideas relacionadas con su función de observación social: la primera es que lo que se ve realmente es lo que existe desde un lugar. El encuadre de la noticia o la consulta a una determinada fuente, son propuestas de “lugar”, ubicaciones del conocer. Este “lugar” propuesto desde los medios sabemos que no es único ni definitivo. Lo que se tiene es mas de bien una interacción de “lugares”, de perspectivas. A la ubicación de una particular información corresponde un lugar de la comprensión, que pertenece a los lectores”.

de um cidadão comum e, nessa medida, é importante pensar em que consiste a diferença entre a crítica da sociedade e a crítica especializada.

É uma aproximação da realidade a partir de um ângulo, um enquadramento específico, e nessa medida é parcial. Nesta perspectiva se pode afirmar que esse recorte de realidade não é único, nem definitivo. Esse aspecto é central ao questionarmos acerca da tarefa desenvolvida pelas mídias, além da tarefa dos observatórios, pois as duas estão estritamente relacionadas com a objetividade cuja existência se questiona e se discute, em todos os eventos acadêmicos, quando surge a pergunta acerca dos meios de comunicação.

Um segundo aspecto importante para refletir diz respeito ao tema da participação cidadã e sua relação com o tema dos observatórios. Nos parágrafos anteriores, falamos acerca da relação entre a comunicação e a política, tendo como vínculo a presença dos cidadãos no âmbito dos observatórios. Este conceito, que de alguma maneira “virou moda” hoje em dia, aparece estreitamente vinculado com o fortalecimento das democracias contemporâneas.

De fato, houve regimes políticos que tiveram um caráter representativo na América Latina a partir da década de 1990 e que sofreram um processo de transição até as formas participativas onde os cidadãos são atores centrais. Ela surge como estratégia na luta contra a marginalidade, no combate ao clientelismo e, além disso, no processo de reconfiguração do Estado, a partir de uma ótica neoliberal. No modelo neoconservador se pensava que este tinha que deixar de ser “beneficente” para considerar a participação como um elemento central na redução do papel do aparelho estatal.

Neste sentido, a mídia estará dedicada a introduzir novos atores no cumprimento de suas responsabilidades, particularmente no que se refere às relações entre os governantes e os governados. Hoje, ela aparece convertida numa categoria central da democracia. Entendida como uma das instituições básicas, que torna possível aos cidadãos “fazer parte das decisões” que os afetam em todos os âmbitos da vida social. Sua participação aparece como a forma possível para ampliação do espaço público.

A partir do exposto, podemos afirmar que existem distintos tipos e níveis de participação social. Estes podem ser classificados segundo a área que se pretende atuar, tais como a social, a comunitária, a cidadã e a política. Nesta pesquisa nos interessa particularmente a participação cidadã. Esta é determinada pela intervenção dos cidadãos em âmbitos que têm ingerência coletiva. Além disso, é dirigida por interesses comuns da população, isto é, onde se busca o bem-estar comum através desta estratégia.

Uma terceira característica tem a ver com a conexão entre observatório e cidadania. A esse respeito, Rey menciona o seguinte:

Em todos (ao falar das modalidades de participação) existe uma convicção de que o importante não é a representação que fazem os meios ou seus conteúdos, mas também seus vínculos com o exercício da cidadania. Este é um quinto conceito que atravessa a figura dos observatórios. E o faz em vários sentidos. Em primeiro lugar, questionando como um determinado ser na mídia permite ser cidadão. Em segundo lugar, fazendo com que a sociedade reflita sobre qual é a classe de meios e de informação requeridos para que seja democrática e, em terceiro lugar, dando ênfase na demanda e na produção cidadã de informação (REY, 2003, p.8)<sup>43</sup>.

Descrita a realidade dos observatórios e ouvidorias, vamos apresentar, no seguinte capítulo, as experiências selecionadas para esta tese, situadas no Brasil, Peru e Colômbia. A partir delas vamos rastrear a presença da cidadania.

### **3. EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS**

Neste capítulo, apresentaremos cada uma das experiências selecionadas para esta tese. Trata-se do Observatório da Imprensa (OI), da Veeduría Ciudadana de Comunicación Social do Peru e do Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia na Colômbia<sup>44</sup>. Para tanto, começamos por uma breve resenha da forma como surgiram, nos países onde se desenvolvem, em meio a conjunturas mediáticas específicas.

Em um segundo momento, destacaremos seus antecedentes e justificativas, os responsáveis por estes projetos, os objetivos que pretendem alcançar, suas características específicas, as estratégias mediáticas utilizadas, e, de modo especial, a presença da cidadania vinculada a cada um deles. Em relação ao Observatório da Imprensa, encontramos o site como a estratégia que permite a divulgação do trabalho realizado pela equipe de jornalistas. A reconstrução da Veeduría é feita a partir de sua participação no projeto de reforma da Lei de Rádio e Televisão. Finalmente, no caso do Compromiso, o olhar se centra no diagnóstico sobre a realidade da televisão para a infância no ano de 2006.

Em todas, o denominador comum é a necessidade de estabelecer uma interlocução a partir de um olhar crítico entre a mídia e a sociedade. A partir de objetivos estabelecidos em cada uma destas experiências, de modo direto ou indireto, a cidadania tem presença vinculada a atividades de distinta natureza.

---

<sup>43</sup> Tradução própria do original em espanhol: “En todos (se refiere a las distintas modalidades de observatorios) hay un convencimiento de que lo importante no es la representación que hacen los medios o sus contenidos, sino sus vínculos con el ejercicio de la ciudadanía. Este es un quinto concepto que atraviesa la figura de los observatorios. Y lo hace en varios sentidos. En primer lugar, indagando cómo un determinado ser en los medios permite ser ciudadano. En segundo lugar, promoviendo que la sociedad piense que tipo de medios e información se necesita para que sea democrática y en tercer lugar, insistiendo en la demanda y en la producción ciudadana de información.”

<sup>44</sup> A partir deste capítulo vamos nomear experiências como do Observatório, da Veeduría e do Compromiso, como uma forma de abreviar seus nomes.

### 3.1 Observatório da Imprensa (Brasil)

A história do Observatório de Imprensa encontra-se estreitamente ligada à extensa trajetória e prestígio profissional do jornalista Alberto Dines.<sup>45</sup> Cofundador e atual editor responsável, ao longo de uma carreira de mais de meio século dedicada a este ofício, teve a oportunidade de participar de outros projetos de natureza similar. Por esta razão, a descrição do nascimento e da consolidação deste projeto de algum modo se confunde, inicialmente, com sua experiência pessoal.

Como ponto de partida, é possível afirmar que o tema da responsabilidade social da mídia tem sido objeto de interesse permanente para Dines e, em consequência, esta preocupação vai se concretizar em distintos produtos jornalísticos dos quais teve a oportunidade de participar. O primeiro deles é a coletânea de ensaios sobre o papel da mídia “Cadernos de Jornalismo”, elaborados por acadêmicos e intelectuais, que circularam internamente, de 1965 até 1973, no quadro de redação do jornal carioca “*Jornal do Brasil*”, onde exercia o cargo de editor regional.

Posteriormente, em 1973, Dines se dedica exclusivamente a finalizar seu livro *O papel do Jornal. Uma releitura*<sup>46</sup>, considerado uma referência obrigatória para os estudiosos do tema no país. Ao longo de seus vários capítulos, o autor, tomando como ponto de partida os anos 70, faz um percurso pelas transformações geradas no exercício do jornalismo para destacar os ganhos obtidos, assim como os problemas e dificuldades que enfrenta a imprensa em um contexto de crise internacional.

Não obstante, foi nos Estados Unidos que Dines teve a oportunidade de ser testemunha de um fato particularmente significativo em relação ao papel da mídia nas sociedades contemporâneas. No ano de 1974, encontra-se nos Estados Unidos como professor-visitante da Universidade de Columbia, justo no momento em que se torna público o escândalo conhecido como *Watergate*, que culmina com a saída do Presidente Richard Nixon da Casa Branca.

Como resultado da atuação do Washington Post e, particularmente, dos jornalistas comprometidos neste processo, inicia-se nos Estados Unidos um interessante debate sobre os métodos, alcances e responsabilidades da mídia. Torna-se então visível uma discussão que

---

<sup>45</sup> A equipe era formada pelos professores Carlos Vogt e José Marques de Melo. A reconstrução de seu percurso como jornalista foi resultado de uma entrevista realizada no mês de dezembro de 2009.

<sup>46</sup> Dines, Alberto. “O papel do Jornal. Uma releitura”. São Paulo: Summus, 2009.

durante muito tempo estivera reduzida ao âmbito acadêmico e que, após *Watergate*, teve repercussões nesta área profissional em nível mundial.

Atento ao desenvolvimento dos fatos gerados, Dines capitaliza toda essa aprendizagem e, quando de seu regresso ao Brasil, tem a oportunidade de continuar esta reflexão sobre o vínculo entre a mídia e a sociedade. Publica, então, o “*Jornal dos Jornais*”, coluna dominical que circulou entre 1975 e 1977 na *Folha de São Paulo* e que pode ser considerada a primeira experiência de crítica na imprensa na mídia brasileira. Mais adiante, demitido por pressões do governo militar no poder, colabora com colunas em outras publicações como *Jornal da Cesta*, publicado no *Pasquim* entre 1980 e 1982, e o *Circo da Notícia*, na revista *Imprensa*, entre 1994 e 1995.

Dines fixa residência em Portugal por um período de oito anos e, durante sua permanência naquele país, é convidado a fazer parte da equipe fundadora do Observatório de Imprensa português. Inspirado em uma iniciativa francesa, esta experiência vai se converter em um antecedente próximo da brasileira. Como outro elemento que serve como justificativa para o surgimento do Observatório da Imprensa no Brasil, encontramos a profunda crise do jornalismo experimentada em nível mundial e que teve consequências particulares no país, refletida na qualidade e no conteúdo das publicações então existentes.

De regresso ao Brasil, Dines, em parceria com os professores Carlos Vogt, então reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e José Marques de Melo, ambos os pesquisadores de importante trajetória, decidem dar vida ao Observatório da Imprensa (OI). Estabelecido inicialmente no interior do Laboratório de Estudos Avançados no Jornalismo (LABJOR) da Unicamp, foi fundado com o propósito de ser um cenário acadêmico onde seria possível refletir sobre o ofício de jornalista.

Como atividades iniciais, o Observatório propõe a realização de eventos e seminários, sendo o primeiro deles “A imprensa em questão”, realizado em abril de 1994. No entanto, em um segundo momento, a equipe do Observatório vê como necessária a ampliação da cobertura das discussões desenvolvidas a um público massivo e, para isso, começa a estudar a possibilidade de ter presença na mídia.

Inicialmente se pensou na possibilidade de elaborar uma revista impressa, mas, por um problema de recursos financeiros, numa conjuntura de crise do setor, tomou-se a decisão de circular através do cenário virtual, através de um *site* – dadas suas vantagens relacionadas com a atualização contínua. Igualmente, temas como a hipertextualidade, a interatividade e multimídia, possíveis graças a esta estratégia mediática, são elementos que foram levados em conta na escolha pela versão *on line* do Observatório.

A este projeto, vinculam-se os jornalistas Mauro Malin, Alceu Nader, além de Luiz Egypto, que faz parte do Observatório desde o ano de 1997, sendo, atualmente, seu redator chefe. A designer Fernanda Leonardo foi responsável pela elaboração do logotipo. Posteriormente, participam os jornalistas Luciano Martins Costa, hoje responsável pelo programa radiofônico, Eugenio Bucci, Carlos Castilho e Venicio de Lima, entre outros colaboradores.

Inicialmente, o site do Observatório esteve hospedado no *datacenter* da Unicamp para, posteriormente, circular através de outros portais. Sua personalidade jurídica está respaldada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (PROJOR), sendo considerada em termos legais uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Justamente no site do LABJOR<sup>47</sup>, que fora sua primeira moradia, encontramos uma caracterização que serve como “carta de apresentação” do Observatório. Nela se dá ênfase à condição de *media watching*, identificando a pretensão do projeto de ser um espaço público onde possam aceder tanto os críticos do jornalismo como diferentes setores sociais para acompanhar o monitoramento dos meios de comunicação.

A este respeito, Dines adianta algumas características consideradas relevantes e que servem como ponto de partida desta experiência. O autor comenta:

Um fórum sobre jornalismo combinado a um veículo jornalístico. As discussões sobre a excelência em jornalismo não deveriam ocorrer apenas em condições laboratoriais, exigem as mesmas circunstâncias ambientais: atualidade, esmero, empenho, referências, equilíbrio, pluralismo, constância. Não existe jornalismo em estado puro, abstrato. Jornalismo é uma construção, *work in progress*<sup>48</sup>.

Desta perspectiva, o Observatório desenvolve uma dupla atividade. Por um lado, se apresenta como uma “proposta na mídia”, isto é, como um produto jornalístico, acompanhando o modo como a imprensa faz seu ofício. Por outro, busca se converter igualmente numa “arena”, num espaço propício ao debate.

Neste ponto, Albuquerque, pesquisador desta experiência jornalística, comenta o seguinte:

Para os fins da nossa análise, o Observatório da Imprensa é entendido não somente como um espaço no qual os jornalistas se engajam na construção de uma identidade comum, mas também como uma *arena*, na qual os jornalistas disputam entre si e com outros agentes sociais os termos de definição dessa identidade. O que está em jogo é a delimitação das fronteiras da autoridade interpretativa dos jornalistas (Zelizer, 1992), tanto externas (em relação a outros agentes sociais) quanto internas

<sup>47</sup> Disponível em: [www.labjor.unicamp.br](http://www.labjor.unicamp.br). Acesso em: 8 ago. 2009.

<sup>48</sup> Disponível em: [www.observatoriodeimprensa.com.br/objetivos.asp](http://www.observatoriodeimprensa.com.br/objetivos.asp). Acesso em: 07 set. 2009

(divisão de competências entre jornalistas de distintos tipos de rádio, de televisão, de meios impressos; jovens e experientes, reportes e editores, etc.) (ALBUQUERQUE, 2002, p.167).

Como resultado desta aproximação do Observatório, Albuquerque amplia as características do que considera como *arena*. Segundo ele, o Observatório não é um espaço tão plural e “neutro” quanto se apresenta no seu ideário, pois sempre vai refletir o caráter militante próprio de seu fundador e, de outra parte, a participação estará determinada por uma lógica editorial que estabelece uma hierarquia.

Ao reconstruir esta etapa do surgimento do Observatório, é importante comentar que, no momento da sua aparição, já existia na *web* uma experiência de caráter semelhante. Trata-se do Instituto Gutenberg<sup>49</sup>, que, dando ênfase de modo especial ao debate ético frente ao ofício jornalístico, é uma experiência que precisa ser destacada neste percurso, na medida em que, junto com o Observatório da Imprensa, pode ser considerado o precursor do *media criticism* no Brasil. A diferença entre um e outro pode estar num maior alcance, periodicidade, equipe de colaboradores e visibilidade por parte do projeto orientado por Dines.

Ao estabelecer as características deste projeto, Loures comenta:

Criado por um grupo de jornalistas, de caráter apartidário e fins não lucrativos, o Instituto Gutenberg aparece na cena brasileira como uma importante contribuição ao *media criticism*. Havia muitos anos que a sociedade brasileira não discutia a imprensa, e a iniciativa do jornalista Sergio Buarque do Gusmão, líder do grupo fundador do Instituto, cumpria sua função. A publicação impressa deu o primeiro passo para a criação do Instituto, em 1994, mas foi somente com o surgimento da Internet, em 1995, que o Instituto se tornou conhecido como referência de crítica de mídia brasileira (2007, p.164).



Figura 1 - Capa do site do Observatório da Imprensa

<sup>49</sup> Disponível em: [www.institutogutenberg.org](http://www.institutogutenberg.org). Acesso em: 17 out. 2009



Vamos deter-nos, então, em algumas características gerais do site, no endereço [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br), considerado o núcleo da proposta do Observatório.

Na primeira edição, publicada em abril de 1996, Dines<sup>50</sup>, ao justificar a existência deste projeto, comenta:

No caso da mídia a cidadania foi convertida num conjunto de consumidores, dos ficticiamente vocalizados por pesquisas de opinião pública que empregam metodologia quantitativa, necessariamente redutora, e com pautas alheias aos reais interesses e necessidades dos opinadores.

Os meios de comunicação de massa são majoritariamente produzidos por empresas privadas cujas decisões atendem legitimamente aos desígnios de seus acionistas ou representantes. Mas o produto jornalístico é, inquestionavelmente, um serviço público, com garantias e privilégios específicos previstos em vários artigos da Carta Magna, o que pressupõe imperiosas contrapartidas em matéria de deveres e responsabilidades sociais.

Será este serviço público (e não as empresas e os profissionais que executam suas diretrizes) a matéria-prima das avaliações e diagnósticos. O Observatório da Imprensa não pretende competir, substituir ou alinhar-se às tradicionais entidades associativas, como a ABJ, a Fenaj, a Abert, a ANJ e a Aner.

Num momento que o debate ideológico confina-se à falsa questão das dimensões e atributos do Estado, é indispensável compreender as múltiplas convocações para que aumente a atuação da Sociedade Civil, que não pode continuar reduzida a um conjunto de siglas de prestígio ou, no caso, minimizada como a combinação dos vários segmentos do mercado consumidor de informações.

A Sociedade Civil deve compreender sucessivos níveis de monitoramento e atuação de forma a diminuir a distância entre os poderes e cidadania, convertendo-se ela própria numa instância. No caso dos meios de comunicação de massa, o Observatório da Imprensa propõe-se a funcionar como um atento mediador entre a mídia e os mediados, preenchendo o nosso 'espaço social', até agora praticamente vazio.

Temos vários aspectos a destacar nesta citação. O primeiro tem a ver com o modo como Dines caracteriza os cidadãos na mídia. Eles são percebidos como consumidores, fato que supõe uma homologação de seus gostos, interesses e expectativas. O Observatório aparece então como um espaço para questionar esta realidade e nesse sentido, colaborar em um processo de mudança.

O segundo se refere à condição de serviço público da mídia, a sua responsabilidade social e à importante presença da sociedade civil neste espaço. É necessário não apenas se repensar a relação entre o Estado e a iniciativa privada com novos olhares – o que supõe uma ressignificação desta última, considerada como personagem central desta relação –, como, também, é fundamental uma aproximação dos públicos, neste caso, os leitores, as mídias.

Nesta tarefa, o Observatório pretende, desde sua aparição, ser um mediador social, construindo uma ponte entre os leitores e os jornalistas, o que supõe uma mudança para ambos. De parte dos públicos, eles vão se questionar por sua condição de consumidores mais

<sup>50</sup> Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/objetivos.asp>. Acesso em: 04 jul. 2009.

que de cidadãos. E, quanto aos jornalistas, estes vão receber uma retroalimentação de seu trabalho, muito útil no sentido de conhecer as impressões dos leitores e suas reações.

Continuemos com o percurso da evolução do Observatório da Imprensa. De modo gradual, e na procura de espaços para ampliar o debate cidadão, o Observatório inicia na última década um processo de expansão em outros meios massivos. Em maio de 1998, chega à televisão. Com uma produção originada no Rio de Janeiro, o projeto faz sua estreia com uma emissão semanal, conduzido por Dines e transmitido na rede pública através estações educativas, tais como a rede nacional e a TV Cultura.

Mais adiante, no ano de 2005, iniciam as transmissões de rádio. Nesta ocasião, o programa é transmitido diariamente pela Cultura FM de São Paulo, além das rádios MEC, AM e FM, do Rio de Janeiro e Nacional, AM e FM, de Brasília. Os áudios destes programas estão disponíveis no site do Observatório<sup>51</sup>. Esta tarefa esteve encomendada inicialmente ao jornalista Mauro Malin, e na atualidade está a cargo de Luciano Martins Costa.

Descritos estes elementos, vamos à apresentação da Veeduría Ciudadana de Comunicación Social do Peru, que, do mesmo modo como ocorreu com o Observatório de Imprensa, inicia em uma conjuntura de crise da mídia.

### **3.2 Veeduría Ciudadana de Comunicación Social (Peru)**

A segunda experiência selecionada é a Veeduría Ciudadana de Comunicación Social, que nasceu no ano de 1999 como movimento cívico interessado no tema da comunicação e da mídia. Formado inicialmente por um pequeno grupo de pessoas e instituições, nos anos seguintes a sua aparição foi adquirindo força até se converter em um projeto de significativa repercussão nacional e internacional.

Entre as instituições que a compõem, destaca-se a Asociación de Comunicadores Sociales Calandria, a partir de onde se desenvolveu inicialmente a coordenação operativa, e cuja presença tem acompanhado todo o desenvolvimento deste projeto.

---

<sup>51</sup> Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>



Figura 2 - Capa do site da Veeduría Ciudadana de Comunicación Social (Peru)

Ao falar da sua criação, a pesquisadora Rosa Maria Alfaro, fundadora de Calandria e gestora da Veeduría, comenta:

Começamos do zero, mas com muita paixão e vontade. Rapidamente comprovamos que para fazer possível e participativo seu funcionamento era necessário valer-se de formas organizadas flexíveis e leves, não baseadas em representações nem em formalidades rígidas. Se nossa meta era ampliar a participação, precisávamos pensar outro modelo de articulação mais abrangente e efetivo. Hoje participam dez instituições que decidem e opinam várias vezes ao ano, mas é Calandria, especializada em comunicação, quem executa as tarefas estabelecidas. Para isso, conta igualmente com o respaldo de algumas outras, segundo suas especialidades, o que facilita seu movimento. Por sua vez, contamos com um conselho assessor formado por pessoas honestas, conhecedoras do tema e com prestígio, sem ideologia nem trabalho predeterminado, os quais, de modo individual e coletivo, nos dão ânimo e, além disso, nos oferecem informação (ALFARO, 2005, p. 20)<sup>52</sup>.

Em sua etapa inicial, a Veeduría esteve integrada, além da Asociación de Comunicadores Sociales Calandria, pela Coordinadora Nacional do Radio (CNR), a Defensoria do Povo, a Associação Nacional de Anunciantes (ANDA), a Associação Peruana de Consumidores e Usuários (ASPEC), o Foro Educativo, o Instituto de Direito e Comunicação (DEYCO), a Associação Civil Transparência, a Comissão Nacional de Meios

<sup>52</sup> Tradução própria do original em espanhol: “Empezamos casi desde cero pero con mucha pasión y voluntad. Pronto nos dimos cuenta que para hacer viable e incluyente su funcionamiento había que recurrir a formas organizativas flexibles y livianas, no basadas en representaciones ni en formalidades rígidas. Si queríamos ampliar participación debíamos pensar otro modelo de articulación más bien abarcador pero efectivo. Hoy contamos con 10 instituciones que toman decisiones o dan opiniones varias veces al año, pero es Calandria, especializada en comunicación la que ejecuta con el apoyo de algunas otras según sus especialidades y el tipo de acciones que se emprenden, lo que facilita su movimiento. A la vez contamos con un consejo asesor de gente honesta que sabe del tema y tiene prestigio, sin ideología ni trabajo predeterminado, quien de manera individual o lectiva nos da ánimo, incluso nos brinda información”.

de Comunicação do Episcopado (CONAMCOS) e a Associação Peruana de Faculdades de Comunicação Social (APFACOM).

Neste ponto, é importante destacar o respaldo de outras organizações, tais como a World Association for Christian Communication (WACC), a UNICEF e o British Council, cujo suporte foi definitivo no que se refere à realização de eventos e publicações. Atividades tais como seminários e conferências serviram para fazer “uma pausa no caminho” e avaliar os avanços e as dificuldades encontradas no percurso. Além disso, foram respaldadas pela presença de especialistas internacionais, cuja participação foi definitiva no desenho do caminho a seguir. Todo este processo foi descrito em distintos produtos editoriais<sup>53</sup>.

Para iniciar apresentação da Veeduria, descreveremos brevemente o vínculo com a Associação de Comunicadores Sociais Calandria (A.C.S. Calandria), cujos projetos constituem um aporte importante para o desenvolvimento deste coletivo. Além de ser referente nacional e internacional no trabalho em comunicação popular, desenvolvido durante mais de 27 anos de funcionamento, esta ONG tem conseguido um reconhecimento e uma legitimidade importante.

Situada no *site* [www.calandria.org.pe](http://www.calandria.org.pe), tem realizado um trabalho no qual o eixo central é o vínculo entre a comunicação e o desenvolvimento em áreas como saúde, gênero, meio ambiente e democracia. Como público alvo, encontramos os setores populares considerados usualmente como excluídos de processos de deliberação social, particularmente em relação ao tema dos meios de comunicação.

Nesse sentido, Calandria tem conseguido, como um de seus principais ganhos, a criação de espaços de diálogo e interlocução entre os setores populares e representantes de setores públicos e privados para debater e tomar decisões frente a assuntos relacionados com as principais demandas necessárias ao seu desenvolvimento. Através de distintas estratégias e inovadoras metodologias comunicativas, esta associação, particularmente na última década, tem centrado suas atividades em um trabalho que vincula a comunicação, os meios massivos e, de modo particular, a política.

Na página de abertura do *site*, apresentada a seguir, podemos ver toda a riqueza e diversidade de projetos que atualmente desenvolve Calandria. Eles servem como uma validação deste interesse por temas nevrálgicos como gênero, direitos humanos, mídia, realizados em meio a um cenário participativo que vincula distintos setores sociais.

---

<sup>53</sup> Entre elas: Alfaro, Rosa María, editora “Hacia nuevas rutas éticas en nuestros medios. Memoria de la Campaña Ciudadana sobre la Ley de Radio y Televisión”. Lima: Calandria. 2005; “Comunicación y Política en una democracia por construir. Castañeda, Marisol e Alfaro Rosa, María, editoras; “Relaciones entre Estado y Sociedad Civil”. Concertación y Vigilancia”. Lima: Calandria. 2003.

Igualmente vemos como o tema da política aparece como “pano de fundo”, presente tanto na oferta de atividades, como o “Seminário sobre os novos rumos na Comunicação Política”, mas também na convocatória da campanha sobre os “Direitos e a não violência contra as mulheres”, assim como a convocatória aberta da Veeduria para voluntários a seus projetos.



Figura 3 - Capa do site Associação de Comunicadores Sociais Calandria (Peru)

Voltemos às atividades educativas e de motivação, consideradas estratégias através das quais Calandria fez presença nos “Comitês de Vigilância ao Congresso”, convocados na transição democrática que o Peru vivia no ano de 2003 e que foram a semente do surgimento da Veeduria. Entre elas, destacam-se as chamadas “caravanas cidadãs”, assim como as oficinas educativas realizadas em espaços públicos em distintas regiões do país, buscando conhecer, neste caso mediante consultas realizadas em cenários abertos, a opinião dos cidadãos sobre o trabalho do poder legislativo.

Todas estas atividades foram centrais neste processo e, dado seus resultados positivos, foi possível sua incorporação posterior na experiência da Veeduria. Ao caracterizar as caravanas, Alfaro<sup>54</sup> comenta o seguinte:

É um espetáculo comunicativo e educativo que fez um percurso nas praças públicas de Lima, Arequipa, Trujillo, Ayacucho y Tarapoto, mobilizando a participação de mais de cinco mil cidadãos. As intenções desta vez foram: gerar debate sobre o processo de democratização do País e a atitude participativa da cidadania; recolher demandas e propostas sobre o tema da vigilância das autoridades eleitas; oferecer orientação e informação útil para a cidadania sobre o processo eleitoral. O cenário não foi formal e sério, e sim vistoso e sedutor, cheio de cor e movimento. Foram colocadas bandeiras, mensagens alegres transmitidas por alto-falante, cartazes colocados em mercados, volantes que iam de mão em mão. Música e dinamismo anunciaram uma alteração da rotina para conversar e pensar sobre o país e os peruanos. Animadores como Dano e Dana caminhando sobre pernas de pau chamando a gente, e de uma tela gigante era exibido o vídeo “Recuperando a confiança” para promover o debate de uma história concreta. As pessoas opinavam e se reconheciam na tela, fazendo parte da montagem cidadã, seguindo o relato, complementando e fazendo anotações. As personagens e os fatos não são de outro planeta. Ocorrem conosco e nós os descobrimos (2003, p. 34).

Como fruto desta aliança entre pessoas e organizações geradas por este processo anterior, foi formalizado um trabalho em equipe que, gradualmente, e no meio de aprendizagens e erros cometidos ao longo do percurso, levou a Veeduria a ir encontrando um caminho certo por onde transitar. Resultado de uma combinação de ofícios, experiências e recursos diversos, nela fizeram presença representantes das agremiações relacionadas com a mídia como a ANDA, coletivos de comunicação, de setor público e privado. De modo significativo, fizeram-se presentes habitantes das cidades, acompanhando este processo de modo entusiasmado nos distintos lugares onde ele se desenvolveu.

A participação dos jovens foi fundamental neste percurso. Respaldados por distintas faculdades de Jornalismo e Comunicação Social e organizado através da Rede de Voluntários em Comunicação (REVOLCOM), foi possível, graças a seu apoio, somado às outras

---

<sup>54</sup> Tradução da autora do original em espanhol: “Es un espectáculo comunicativo y educativo que recorrió las plazas públicas de Lima, Arequipa, Trujillo, Ayacucho y Tarapoto movilizando la participación de mas de cinco mil ciudadanos. Las intenciones esta vez fueron: generar debate sobre el proceso de democratización del país y la actitud participativa de la ciudadanía; recoger demandas y propuestas con respecto al tema de la vigilancia de las autoridades elegidas; ofrecer información y orientación útil para la ciudadanía sobre el proceso electoral. El escenario no fue formal y serio, sino vistoso y convocador, lleno de color y movimiento. Colocación de banderolas, mensajes alegres perifoneados, carteles ubicados en mercados, volantes que pasaban de mano en mano. Música y dinamismo anunciaban una alteración novedosa de la rutina para conversar y pensar sobre el país y los peruanos. Animadores como Dano e Dana caminando sobre zancos e llaman a la gente y desde una pantalla es exhibido el vídeo “Recuperando la Confianza” para promover o debate desde una historia concreta. La gente opina y se ve en la pantalla, formando parte del montaje ciudadano, siguiendo el relato, completándolo y anotando interpretaciones. Los personajes y los hechos no son de otro planeta, nos pasan a nosotros y nosotros los descubrimos”.

entidades, a instalação de ouvidorias locais em distintas cidades como Arequipa, Chimbote, Puno, Cuzco, Iquitos.

O interesse por esta relação se explica de modo específico devido à conjuntura que vivera o Peru a partir do ano 2000, no final do mandato de Alberto Fujimori<sup>55</sup>, que deixou o país imerso em uma das mais profundas crises institucionais da sua história recente. Em resposta a esta situação, tem início uma transição democrática com um governo provisório, onde Valentin Paniagua é eleito presidente e assume a liderança deste processo, no qual o tema da participação cidadã se converte em um aspecto essencial.

São criadas, então, as chamadas “mesas de negociação”, para as quais foram convidadas as distintas instituições da sociedade civil para participar de um debate sobre temas e problemáticas relacionadas com as dificuldades mais urgentes a resolver. Nesse momento, a Asociación Calandria, juntamente com outras entidades que posteriormente formariam a Veeduría, como por exemplo, a Coordinadora Nacional de Radio (CNR), vinculam-se a esta atividade. Em seu interior, vai se gerar um processo participativo onde, pela primeira vez na história peruana, buscou-se o diálogo entre a classe política e os cidadãos em um exercício de “prestação de contas” que foi definitivo para a transição democrática.

Como objetivos iniciais, a Veeduría<sup>56</sup> se propôs:

1. Fiscalizar os meios. Acompanhamento rigoroso de seu comportamento com relação ao: a) desenvolvimento da sociedade, b) exercício da liberdade de expressão e c) seu aporte à democratização do país.
2. Publicar e compartilhar estrategicamente os resultados deste acompanhamento.
3. Dar a palavra qualificadora aos cidadãos sobre os meios de comunicação, desenvolvendo mecanismos que permitam expressar e debater suas opiniões, críticas, propostas a respeito da oferta da mídia, motivando sua participação.
4. Promover sistemas de autorregulamentação e regulação democráticas e eficientes que outorguem um marco legislativo ao funcionamento dos meios de comunicação pela perspectiva da prática dos direitos.
5. Educar para a cidadania no que se refere aos seus direitos comunicativos e de informação, valorizando a demanda até a mídia.
6. Situar o tema da mídia na agenda pública, sustentando sua discussão e incentivando o debate sobre seu papel na sociedade, na cultura e na vida política e ética do país.<sup>57</sup>

<sup>55</sup> Presidente do Peru de 1990 até 2000 quando, para evitar fazer frente a múltiplos escândalos, fugiu para o Japão, onde obteve asilo político. Posteriormente, em 2007, foi extraditado e levado a juízo por corrupção e genocídio, e atualmente cumpre pena. Foi sucedido por Valentin Paniagua (1936-2006), que governou provisoriamente durante um ano e iniciou o processo de redemocratização. Paniagua é sucedido por Alejandro Toledo, que exerceu a Presidência entre 2001 e 2006 e atualmente é de novo candidato presidencial.

<sup>56</sup> Disponível em: [www.veeduria.org.pe](http://www.veeduria.org.pe). Acesso em 10 dez. 2009.

<sup>57</sup> Tradução própria do original em espanhol: “1. Vigilar a los medios. Seguimiento riguroso de su comportamiento con respecto a: a) desarrollo de la sociedad, b) el ejercicio de la libertad de expresión, y c) su aporte a la democratización del país. 2. Publicar y compartir estratégicamente los resultados de este seguimiento.

Para levar a cabo estes objetivos propostos, a Veeduría esteve respaldada igualmente por um Comitê Assessor, formado por especialistas na área da comunicação assim como do direito - de modo especial em legislação em meios massivos, considerados aliados estratégicos. Igualmente, por uma rede de meios alternativos que, além de respaldar as ações desenvolvidas, motivou a participação da cidadania. Esta última foi essencial no desenvolvimento do projeto.

Para finalizar a apresentação das ações desenvolvidas por este movimento cívico, podemos ver que existem três aspectos que dinamizam o trabalho desta entidade. O primeiro deles tem a ver com a relação entre os meios de comunicação e os cidadãos como foco central dos trabalhos desenvolvidos. A comunicação, considerada como segundo elemento, é a principal ferramenta no processo democratizador, a qual permite por sua vez não só detectar os problemas mais urgentes, mas, também, desenhar as estratégias necessárias para sua solução.

O terceiro faz referência ao monitoramento da mídia, considerado atividade nevrálgica e, de algum modo, “herança” desse longo percurso desenvolvido por Calandria, assim como de outras entidades participantes. Para isso, a Veeduría vai utilizar distintas estratégias, através de campanhas públicas servindo-se de meios de comunicação, e outras atividades.

Descritos estes antecedentes e justificativas deste movimento cívico, passamos a apresentar a experiência da Colômbia.

### **3.3 Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia (Colombia)**

Esta experiência, iniciada no ano de 2004, teve seu momento de maior visibilidade nos dois anos seguintes quando decolou como um processo de diálogo e de consenso entre pessoas e instituições interessadas na relação entre a televisão e a infância. Sua existência significou, de algum modo, a renovação de um debate sobre um tema relacionado com a oferta da programação televisiva desenhada para crianças e jovens, que de modo recorrente vai se dar na Colômbia.

---

3. Darle palabra calificadora a los ciudadanos sobre los medios de comunicación, sosteniendo mecanismos que le permitan expresar y debatir sus opiniones, críticas propuestas, respecto a la oferta de los medios de comunicación masivos, motivándolos a continuar participando. 4. Promover sistemas de autorregulación y regulación democráticas y eficientes que le den un marco legal al funcionamiento de los medios masivos de comunicación desde la perspectiva de la práctica de los derechos. 5. Educar a la ciudadanía en sus derechos comunicativos y de información, calificando la demanda hacia los medios. 6. Colocar el tema de los medios en la agenda pública sosteniendo su discusión e incentivando el debate sobre su rol en la sociedad, en la cultura y en la vida política y ética del país”.



A semente do Compromiso foi gerada com a participação deste país na Quarta Conferência Mundial de Meios para Crianças e Adolescentes, convocada pela UNICEF em abril de 2004 e realizada no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, a delegação nacional que representaria o país decidiu se reunir para organizar coletivamente uma apresentação melhor no evento. Além de ter uma participação individual, optaram por uma manifestação coletiva, elaborando um documento que assinalava assuntos centrais do tema relacionados à legislação colombiana, assim como um panorama da programação televisiva, destacando de modo particular a existência de meios comunitários onde participam crianças e jovens.

Neste momento, foi decisiva a presença da aliança *Televisão de Qualidade*, criada dois anos antes, formada pela Fundação Imaginário, Citura Produções em Cinema e Vídeo, UNICEF Colômbia, Goethe Institut e a Comissão Nacional de Televisão (CNTV). Esta parceria seria essencial, uma vez proposta a conformação do Compromiso, devido a experiência de cada uma destas entidades participantes.

Tanto Imaginário como Citura tinham uma importante trajetória e o reconhecimento nacional e internacional em relação à produção televisiva para crianças e adolescentes. Por sua parte, o Goethe Institut, como instituição pública, centra seu interesse no fomento e na difusão cultural frente a um amplo espectro de temas, entre eles o relacionado com a arte midiática.

No caso da UNICEF, seu aporte se deu não só por seu conhecimento do tema na condição de organismo internacional especializado na infância, mas, também, através da Rede Jornalismo Amigo pelos Direitos da Infância (PANDI), respaldada por ela. Finalmente, a CNTV, como entidade reitora deste meio massivo na Colômbia, responsável entre outras tarefas por estabelecer as políticas para seu funcionamento.

O balanço da participação da Colômbia nesta conferência internacional foi particularmente positivo pela diversidade e riqueza das experiências apresentadas. Além disso, e como resultado desse processo preparatório, os participantes decidiram continuar a reflexão sobre o tema da televisão e a infância por considerá-lo de interesse nesta conjuntura.

Igualmente, o intercâmbio serviu para corroborar que, apesar dos esforços realizados pelas distintas entidades que trabalham com o assunto, ainda havia muitas questões sobre a relação entre televisão e a infância ainda não respondidas, tanto no processo de produção de materiais como nos conteúdos das mensagens veiculadas e, de modo particular, na recepção das mesmas.

Atendendo a estes temas considerados prioritários, e com o objetivo de procurar uma maior participação de diferentes setores sociais, foi feita uma convocação aberta às pessoas e

entidades do setor público e privado interessados. Como resultado deste processo, nasceu o Compromiso por uma Televisión de Calidad para la Infancia na Colômbia, definido inicialmente no seu ideário<sup>58</sup> como “um acordo de vontades, produto de um diálogo e de uma negociação”, tentando alcançar, como o nome o indica, o respaldo e a idoneidade das entidades participantes para buscar uma melhor oferta televisiva para crianças e jovens no país.

The screenshot shows the website 'Televisión de Calidad' with a navigation menu on the left containing items like 'Becas', 'Calendario de Eventos', 'Capacitación', 'Cursos Universitarios', 'Enlaces', 'Entrevistas', 'Evaluación', 'Experiencias', 'Financiación', 'Materiales', 'Modelos de Planeación', 'Pensamiento Estratégico', 'Premios', 'Tendencias', 'Teorías de Cambio', and 'TODAS las secciones'. The main content area is titled 'Compromiso Nacional por una Televisión de Calidad para la Infancia en Colombia'. It features a large blue logo with a television set and the text 'COMPROMISO POR UNA TELEVISIÓN DE CALIDAD PARA LA INFANCIA EN COLOMBIA'. The text below the logo describes the agreement as a result of dialogue and negotiation between public institutions, private channels, academia, and other stakeholders. It mentions the involvement of UNICEF, the Colombian Agency for the Promotion of Children's Rights (PANDI), and the National Commission of Television. The page also includes a 'Resumen' section and a 'Estrategias de comunicación' section.

Figura 4 - Página do Compromiso Nacional por uma Televisión de Calidad para la Infancia en Colombia

Sem desconhecer o importante esforço realizado por experiências anteriores<sup>59</sup>, o Compromiso nasceu tendo como premissa o fato de desenvolver um trabalho participativo a partir do qual fosse possível não só fazer um diagnóstico detectando os problemas mais urgentes, mas também, apresentando as possíveis soluções para cada um deles, e convocando as entidades responsáveis da sua execução.

Posteriormente, os participantes deste evento, entre eles a Fundação Imaginário e Cíturra Produções, o Goethe Institut, rede PANDI, rede Papaz, a CNTV, coletivos regionais de comunicação de crianças e jovens em zonas de conflito<sup>60</sup>, Caracol e RCN, como canais privados, decidiram continuar o debate fazendo uma convocação aberta a pessoas e instituições que trabalham com este tema.

<sup>58</sup> Disponível em: <http://www.comunit.com/es/node/270004>. Acesso em: 12 set. 2009.

<sup>59</sup> No ano de 1993 foi criado o “Grupo da Responsabilidade Social da Televisão” formado nesse momento por representantes de canais de televisão, produtores, anunciantes, programadores, entre outros. Como representantes do setor público e privado vinculados ao manejo deste meio massivo, o Grupo trabalhou ao redor do tema de um diagnóstico do meio frente a um projeto de reforma, que nesse momento começava a ser trabalhado no Congresso da República. Uma vez apresentado, o Grupo foi dissolvido.

<sup>60</sup> Entre estas experiências se destacam o Coletivo de Comunicação “Linha 21”, assim como a Radio Andaquíes considerada como um referente nacional e internacional pela apropriação por parte de jovens de meios massivos.

Como resultado deste processo, se vinculam os canais locais de televisão como City TV e Canal 13. A participação regional deu-se desde TeleAntioquia, TeleCaribe, TeleCafé, TelePacífico, TeleMedellin e os canais públicos, como Rádio e Televisão da Colômbia (RTVC) e Sinal Colômbia. Do mesmo modo, se fizeram presentes universidades públicas, como a Universidade del Valle, e privadas, como a Autônoma de Occidente e a Javeriana, esta última com sedes nas cidades de Cali e Bogotá.

Como representantes do setor público, vincularam-se os Ministérios de Educação, de Cultura, de Comunicações, assim como o Instituto Colombiano de Bem estar Familiar (ICBF). Também aceitaram o convite para participar do Compromiso os grêmios relacionados ao desenvolvimento deste meio massivo. Foi assim que se vincularam a Associação Nacional de Anunciantes (ANDA), a União Colombiana de Empresas Publicitárias (UCEP), a Associação Nacional de Meios de Comunicação (ASOMEDIOS) e a Associação Nacional de Diários (ANDIARIOS). E como representantes da sociedade civil, encontramos a participação da Associação Afeto, a Rede Camaleón e a Rede Papaz<sup>61</sup>. Esta última, formada por associações de pais de famílias de escolas de ensino médio, teve um lugar destacado durante todo o processo do Compromiso.

Como justificativa desta experiência, encontramos um interesse permanente pela atividade desenvolvida pelos meios de comunicação na sociedade, e especificamente pela televisão no contexto atual colombiano. Isso na medida em que o questionamento da programação infantil frente a sua qualidade e seus conteúdos tem sido, nos últimos anos, um tema recorrente, ainda que por momentos não tenha particular destaque na agenda mediática.

Até 1991, como resultado da reforma da Constituição<sup>62</sup> na Colômbia, o panorama da televisão transforma-se de modo estrutural e começam a aparecer no cenário audiovisual outras modalidades de prestação do serviço, como os canais tanto públicos, como locais, comunitários, entre outros. Até então a administração deste meio era realizada a partir de um sistema misto, formado de uma parte pelo Estado, responsável pela administração do espectro eletromagnético e pela adjudicação da programação, mediante processo de licitação, e de outra parte, pelos particulares, representados através de empresas televisivas e responsáveis pela realização de programas em horários e faixas específicas.

---

<sup>61</sup>Situada no site [www.redepapaz.gov](http://www.redepapaz.gov) ela tem desenvolvido uma importante atividade sobre o tema da educação crítica para a mídia.

<sup>62</sup>Com a expedição da Constituição de 1991, se estabelece a possibilidade de fundar meios de comunicação deixando para trás este sistema misto, assim como o monopólio estadual de emissão e transmissão de sinais de televisão aberta. Igualmente, ela entrega a responsabilidade do manejo da televisão a um “ente autônomo”, e como resultado nasceu a Comissão Nacional de Televisão (CNTV).

A expedição da Carta Magna significou um processo de abertura para novos atores neste meio massivo, destacando-se entre eles os canais privados. No entanto, reconhecendo a importante presença do capital financeiro, assim como o desenvolvimento tecnológico que este fato supõe, é possível afirmar que nesta etapa de partida, em termos de uma oferta de programação distinta no que se refere à qualidade e conteúdos, não se deram mudanças significativas.

Por esta razão, começou-se a escutar novamente vozes de protesto provenientes, na maioria das vezes, de pais de família e educadores inconformados com a programação dirigida de modo específico ao público infantil e para jovens. Com o argumento baseado em que por trás deste desenvolvimento só se encontrou “mais do mesmo”, a convocatória a fazer parte do Compromiso surge em um momento propício para de algum modo fazer uma “parada no caminho” e pensar de distintos ângulos saídas para este problema.

Como objetivos, o Compromiso propõe os seguintes:

Fomentar a produção nacional de televisão infantil, incluindo os incentivos necessários.

Fomentar a capacitação formal e não formal para o desenvolvimento de competências relacionadas à produção e programação de televisão infantil.

Promover a regulação e a co-regulação.

Fomentar os processos de participação e ouvidoria cidadã em torno do tema da televisão infantil.

Fortalecer e ampliar o debate público sobre televisão, infância e adolescência na Colômbia, através de diferentes sistemas de meios, incluindo avaliações permanentes da TV infantil que vai ao ar.

Criar estratégias para fortalecer a investigação e a divulgação de resultados de estudos sobre televisão-infância e adolescência.

Criar e/ou fortalecer processos de cooperação entre a academia e os produtores, e entre a academia e outros setores relacionados à televisão infantil.

Estabelecer alianças com entidades internacionais para o intercâmbio de informação, a adaptação de estratégias e /ou metodologias de investigação, e o co-financiamento de projetos conjuntos.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> A ampliação deste processo esta disponível no *site* [www.comminit.com/la/index.html](http://www.comminit.com/la/index.html). Tradução própria do original em espanhol: “Fomentar la producción nacional de televisión infantil, incluyendo los incentivos necesarios. Fomentar la capacitación formal y no formal para el desarrollo de competencias relacionadas con la producción y programación de televisión infantil. Promover la regulación y la co-regulación. Fomentar los procesos de participación y veeduría ciudadana alrededor del tema de la televisión infantil. Fortalecer y ampliar el debate público sobre televisión, infancia y adolescencia en Colombia, a través de diferentes sistemas de medios, incluyendo evaluaciones permanentes de la TV infantil que sale al aire. Crear estrategias para fortalecer la investigación y la divulgación de resultados de estudios sobre televisión-infancia y adolescencia. Crear y/o fortalecer procesos de cooperación entre la academia y los productores, y entre la academia y otros sectores relacionados con la televisión infantil. Establecer alianzas con entidades internacionales para el intercambio de información, la adaptación de estrategias y/o metodologías de investigación, y la co-financiación de proyectos conjuntos”.

Apresentados os antecedentes destas experiências, no próximo capítulo vamos fazer a análise a partir dos Estudos de Caso.

## **4 ESTUDO DAS EXPERIÊNCIAS DE OBSERVATÓRIOS E OUVIDORIAS**

Neste capítulo é feita a descrição e análise das experiências selecionadas para a realização desta tese. Para isso, vamos retomar a pergunta central que lhe deu origem, relacionada com o perfil da cidadania e a crítica da mídia que se reflete tanto no Observatório da Imprensa (OI), na Veeduría Ciudadana de Comunicación do Peru, assim como no Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia em Colombia.

Na primeira parte, se realiza um aprofundamento das características, alcances e limites do Estudo de Caso considerado como estratégia metodológica que permite uma aproximação de cada uma delas. Num segundo momento, são descritas as categorias de análise apresentadas através de um quadro comparativo que permite uma articulação dos projetos analisados através de uma leitura horizontal e transversal, onde se destacam tanto os elementos comuns como a especificidade de cada uma.

### **4.1 O Estudo de caso como estratégia de pesquisa**

Ao revisar a literatura sobre modelos metodológicos para trabalhar projetos em Ciências Sociais, encontramos os Estudos de Caso, considerados como um método qualitativo, que, embora considerado “emprestado” de outras áreas de conhecimento, como a Medicina e a Psicologia, no interior das ciências sociais têm cada vez mais aceitação. Desta forma, vemos como a Antropologia, a Ciência Política, a Administração, a Educação e particularmente a Comunicação, acodem a ela de modo cada vez mais frequente para desenvolver suas pesquisas.

Para iniciar este aprofundamento dos Estudos de Caso vamos partir de uma descrição de suas características e possibilidades, contando com os aportes de autores como Duarte (2009), Lessard-Hebert et al (2008), Yin (2005), Martins (2008), Braga (2008), Goldenberg (2007), Martinelli (1999), Godói (1999), Becker (1997). Entre estes pesquisadores, será essencial a reflexão desenvolvida tanto por Yin (2005) como por Braga (2008).

A escolha do primeiro autor será justificada pelo fato de que ele apresenta uma radiografia da estratégia de Estudos de Caso, descrevendo suas etapas e procedimentos. A riqueza do aporte de Braga (2008) se mostra no vínculo que ele estabelece com a comunicação, relacionando-a ao paradigma indiciário que mais adiante ampliaremos. Vamos partir, então, de uma primeira definição dos Estudos de Caso, que é compartilhada pelos autores anteriores.

Yin comenta:

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especificamente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. (2005, p. 32).

Retomemos esta definição onde se estabelecem suas características para assinalar seu vínculo com o objeto de estudo desta tese. O Estudo de Caso permite um aprofundamento num fenômeno para conseguir uma maior compreensão dele no contexto onde se desenvolve. Para isso, uma vez estabelecidos os objetivos, alcances e limites da tese, utilizamos o arsenal metodológico que permite a aproximação aos observatórios e ouvidorias como objeto de estudo.

Para tornar possível a aproximação a este objeto vamos utilizar a descrição, a explicação e a compreensão, entendidas, como o assinala Galindo (1994), como objetos cognitivos que permitem entrar em contato com as experiências selecionadas. Este processo, embora seja um requisito da investigação social nos Estudos de Caso, é particularmente essencial na medida em que se pretende aprofundar num fenômeno para estabelecer seus alcances e limites. Este desenho metodológico vai ser explorado utilizando para isso o suporte teórico que serve como uma lente através da qual é possível sua interpretação a partir de fatos considerados como marcas, como indícios que contribuem para seu conhecimento.

Neste contexto encontramos processos de mudança no cenário político que se refletem numa ampliação da democracia ou do espaço público a partir de onde é possível escutar essas vozes polifônicas que vão incidir tanto nos observatórios como nas ouvidorias. No seu interior, encontramos uma cidadania revitalizada, entendida como uma prática de transformação social. Resultado de uma metamorfose desenvolvida ao longo das últimas décadas, hoje a cidadania apresenta um caráter mais autônomo e flexível, e graças a ele, vemos como se movimenta com uma maior fluidez através de espaços onde ocorrem estes processos de redemocratização da sociedade.

E aqui encontramos a mídia nos observatórios e ouvidorias, considerados lugares de acompanhamento e supervisão do exercício jornalístico. Com relação aos alcances destas experiências, podemos ver que elas são cenários de reflexão que têm como denominador comum a participação de acadêmicos, jornalistas, fundações, ONGs. Para desenvolver seu trabalho, utilizarão distintas estratégias como *sites*, programas de rádio e televisão, entre outras possibilidades.

À continuação, vamos assinalar as características dos Estudos de Caso a partir dos autores relacionados anteriormente. Ao destacar a importância desta estratégia metodológica, Godói estabelece o seguinte:

Por sua natureza heurística, o estudo de caso é exploratório e tem como principal utilidade a possibilidade de apreensão do problema nos seus diferentes traços, inquirindo o pensamento lógico e estimulando a experiência intelectual. Sua importância também está no fato de não fazer do conhecimento descritivo o alvo essencial, mas de promover a ruptura do senso comum, através de um processo de compreensão dos elementos mais significativos, investigados com profundidade. (1999, p. 46).

A partir desta afirmação de Godói (1999) vemos como os Estudos de Caso permitem a descrição global dos observatórios e ouvidorias, que, como assinalamos anteriormente, nesta tese vão ser abordadas a partir do olhar da cidadania como ângulo específico de aproximação. Nesta abordagem encontramos justamente a “ruptura” com o senso comum que menciona esta autora, de onde pretendemos responder à pergunta sobre como operam estas experiências e como se relacionam com a cidadania.

Para responder este objetivo anterior foram descritos de modo amplo, no terceiro capítulo, os antecedentes e a justificativa do Observatório da Imprensa, a Veeduría Ciudadana de Comunicación Social, do Peru e o Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia, na Colômbia. Neste, vamos realizar uma maior aproximação dos objetivos que pretendem as estratégias midiáticas utilizadas e, particularmente, o lugar da cidadania no seu interior.

Nestes projetos encontramos a presença de uma cidadania ativa fazendo parte deles e tendo como referente o olhar crítico sobre a mídia. No Observatório, esta participação vai acontecer tanto na sua concepção como na proposta de crítica midiática respaldada pela equipe de jornalistas, assim como a participação dos seus usuários, como leitores, ouvintes, telespectadores e internautas.

Tanto no caso da Veeduría, como no Compromiso, a cidadania está na base destes projetos agindo como “motor” e materializada na participação de pessoas e organizações da sociedade civil que fizeram possível seu desenvolvimento, assim como no respaldado de movimentos cívicos e redes sociais interessadas na proposta de pensar a mídia, particularmente numa conjuntura de crise.

Este aspecto anterior nos permite estabelecer um vínculo com a terceira característica dos Estudos de Caso relacionada com o propósito central desta estratégia. A respeito, Becker afirma:



O estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo: quem são seus membros? Quais são suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam umas com outras e como o grupo está relacionado com o resto do mundo? Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades dos processos e estruturas sociais (1997, p. 118).

Considerando este pensamento, é importante destacar que, como resultado de uma leitura da informação descrita e analisada em cada uma das experiências selecionadas, vai ser possível um novo olhar sobre elas, tentando aprofundar neste fenômeno da participação cidadã através da crítica midiática com seu máximo aproveitamento interpretativo.

Outro aspecto relevante dos Estudos de Caso como estratégia metodológica utilizada nesta tese está relacionado com o processamento de dados e sua possível generalização. Este tema é particularmente importante na medida em que tem sido assinalado como uma das suas principais limitações e desvantagens.

Frente a este aspecto específico, Yin esclarece:

Uma segunda preocupação muito comum em relação aos estudos de caso é que eles fornecem pouca base para fazer uma generalização científica. “Como você pode generalizar a partir de um caso único” é uma questão muito ouvida. A resposta não é muito simples (Kennedy, 1976). Entretanto, pense, no momento, que a mesma questão tenha sido feita em relação a um experimento: “Como você pode generalizar a partir de um único experimento?”. Na verdade, fatos científicos raras vezes se baseiam em experimentos únicos; baseiam-se, em geral, em um conjunto múltiplo de experimentos que repetiram o mesmo fenômeno sob condições diferentes. Pode-se utilizar a mesma técnica com estudos de caso múltiplos, mas se exige um conceito diferente dos projetos de pesquisa apropriados. Uma resposta muito breve é que os estudos de caso são generalizáveis a proposições teóricas e não a populações e universos. Nesse sentido o estudo de caso, como o experimento, não representa uma “amostragem” e, ao fazer isso, seu objetivo é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística) (2005, p. 29).

Esta citação nos permite entender o verdadeiro alcance dos Estudos de Caso, além de despejar algumas críticas e questionamentos relacionados com sua falta de rigor, na medida em que fornecem pouca base para generalizações científicas. Enunciadas estas características, vamos retomar, para terminar a primeira parte deste capítulo, o vínculo entre os Estudos de Caso e a Comunicação. Para isso, voltemos a Braga (2008), que dá ênfase à necessidade de aprofundar esta relação, na medida em que esta estratégia metodológica é cada vez mais utilizada em pesquisas desenvolvidas por este Campo.

No entanto, segundo assinala este autor, infelizmente não existe muita literatura que possa enriquecer esta relação. A respeito, Braga (2008) propõe um modelo epistemológico

que responda às necessidades da comunicação, uma reflexão que vincule os Estudos de Caso e o “paradigma indiciário” de Ginzburg (apud Braga, 2008), caracterizando a comunicação justamente como uma disciplina indiciária. Isto é, aquela que permite uma reconstrução a partir de sinais, dados e marcas.

Esta tese pretende aprofundar neste capítulo a descrição e a análise da realidade dos observatórios e ouvidorias selecionados a partir de sua caracterização como fenômenos comunicacionais cada vez mais visíveis no continente latino-americano. No seu interior encontramos uma cidadania crítica frente à mídia.

Ao justificar sua utilização a partir da comunicação, Braga comenta:

Voltados para a análise de fenômenos singulares, os estudos de caso parecem poder ser direcionados a pelo menos quatro finalidades:

- a) gerar conhecimento rigoroso e diversificado sobre uma pluralidade de fenômenos que são intuitivamente percebidos como de interesse para a área (o conhecimento de caso em si);
- b) assegurar elementos de articulação e tensionamento entre situações de realidade e proposições abstratas abrangentes prévias (situações particulares versus conhecimento estabelecido);
- c) pela lógica própria dos processos indiciários, gerar proposições de crescente abstração “a partir de realidades concretas”;
- d) caracterizar-se como âmbito de maior probabilidade de sucesso no “descentramento” de questões comunicacionais diretamente relacionadas ao fenômeno “em sociedade” (ver Braga, 2004) (BRAGA, 2008. p.77).

Estas finalidades servem como um roteiro a seguir nos Estudos de Caso, cuja apropriação vai se dar na segunda parte deste capítulo, quando se faz a descrição e a análise dos projetos selecionados. Vamos apresentar a realidade do site do Observatório da Imprensa, a Veeduria e o projeto Compromiso por uma Televisión de Calidad para la Infância.

#### 4.1.1 Estrutura interna do site Observatório da Imprensa

Para iniciar a descrição da estrutura do site do Observatório vamos retomar uma proposta elaborada por Braga (2006), a qual vai ser atualizada<sup>64</sup>.

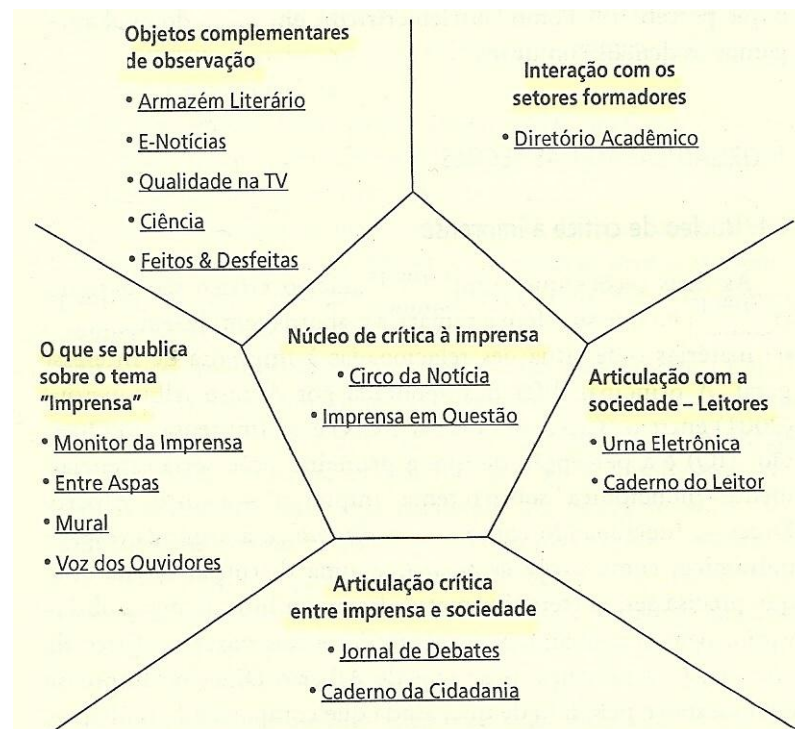


Figura 5 - Quadro organizatório das seções (Braga, 2006)

A respeito, Braga<sup>65</sup> anota o seguinte:

Organizamos as seções mais frequentes em seis conjuntos caracterizados pelo que fazem como função crítica: núcleo da crítica à imprensa, articulação crítica entre imprensa e sociedade; o que se publica sobre o tema “imprensa”, articulação com a sociedade (leitores); objetos complementares de observação, interação com setores formadores. Atribuímos então uma posição central às ações que compõem o “núcleo crítico” em torno do qual agregamos os demais conjuntos (2006, p.112).

Como elementos gerais, podemos ver que o site é renovado semanalmente, circulando com uma nova cara todas as terças-feiras. Na página de abertura, encontramos na parte superior *banners* da Fundação Ford, Embratel, Consórcio Odebrecht e Banco de Brasil como entidades que respaldam este projeto. Com a venda destes espaços, se tem conseguido a realização de pesquisas, eventos, assim como a produção do espaço radiofônico.

<sup>64</sup> Como referente para apresentação selecionamos a edição de 23 de julho. Ano 15 N° 599. Para este trabalho foram particularmente importantes as pesquisas de Christofolletti e Motta (2008), assim como o projeto acadêmico da estudante Andrea Paola Blum (2009), resultado da Especialização em Gestão da Comunicação, na Universidade de São Paulo (USP).

<sup>65</sup> É importante comentar que no momento em que Braga fez a classificação do site existiam só seis núcleos. Hoje o Observatório conta com dez, descritos nesta tese.

Num segundo momento, está o cabeçalho que contém a frase: “Você nunca mais vai olhar o jornal do mesmo jeito”, particularmente significativa para os propósitos deste projeto.



Figura 6 - Cabeçalho do Observatório da Imprensa

A página de abertura é desenhada a partir de três colunas. A primeira delas, intitulada “Hoje”, serve de guia para o leitor. A segunda é intitulada “AD” e é o espaço onde Alberto Dines escreve o “editorial” do Observatório. Abaixo dela está a “Marcha do Tempo”, onde as colaborações se dão sobre temas que em momentos anteriores foram notícia. Na coluna da direita, encontramos um espaço para uma charge que faz alusão ao conteúdo de algum artigo desta página. Além disso, vamos visualizar os distintos *links* que tornam possível a interação com os leitores, como, por exemplo, Fale conosco, RSS e o acesso ao *twitter*.

Uma vez iniciada a navegação pelas diferentes seções do *site*, achamos um primeiro *link* chamado justamente *Observatório*<sup>66</sup>, onde se apresenta ao leitor um resumo de sua história, objetivos e equipe responsável. Nele encontramos, entre outros nomes, colaboradores como o jornalista Carlos Castilho, e os pesquisadores Muniz Sodré e Venício de Lima, todos de destacada trajetória nos seus campos profissionais.



Figura 7 - Seções do site do Observatório da Imprensa

<sup>66</sup>Disponível em: [www.observatoriodeimprensa.com.br/equipe.as](http://www.observatoriodeimprensa.com.br/equipe.as)

Num segundo momento, já encontramos as seções como tais. O primeiro bloco, caracterizado por Braga (2006) como “Núcleo da crítica à imprensa”, é composto por “*Circo da Notícia*” e “*Imprensa em Questão*”, que servem como editorial do site e uma crítica à atividade do jornalista ao redor de temas da conjuntura semanal. Neste ponto é importante salientar que todos os links têm espaço para comentários, críticas, sugestões e correções, existindo, para isso, condições estabelecidas pelo editor do *site*.

A coluna “*Circo da Notícia*”, cujo responsável é Alberto Dines, é escrita com uma dose de humor e ironia, comentando fatos do acontecer nacional através de notas breves. Como exemplo, mencionamos a mais recente Copa Mundo do futebol. De outra parte, “*Imprensa em Questão*” trata mais de temas éticos relacionados com o dia a dia do ofício do jornalista. Na data selecionada foi dedicada ao tema da violência urbana no Rio de Janeiro.

Nesse mesmo link encontramos aquelas seções que, segundo Braga (2006), buscam estabelecer um vínculo entre a imprensa e a sociedade, tais como o “*Jornal de Debates*” e o “*Caderno da cidadania*”. No primeiro caso, a coluna é utilizada para discutir temas sobre o desempenho da mídia e, a segunda, se apresenta como o cenário de defesa dos cidadãos e consumidores. Por esta razão, no seu interior se debatem temas relacionados com seus direitos em questões como a política e a mídia. A popularidade do Presidente Lula frente às eleições e a necessidade de um processo pedagógico com os eleitores são exemplos dos temas tratados nesta seção no dia selecionado.

Um terceiro núcleo de informação tem a ver com tudo aquilo que se publica a respeito do tema imprensa. Aqui encontramos seções como “*Monitor da Mídia*”, “*Entre Aspas*” e a “*Voz dos Ouvidores*”. A primeira reproduz temas jornalísticos elaborados por correspondentes vinculados a distintas fontes, tais como revistas e agências de notícias, entre outras. No dia escolhido, na primeira delas se comentou a respeito da diminuição do número de leitores do jornal britânico *The Times*.

“*Entre Aspas*” recolhe matérias sobre mídia publicadas sobre a imprensa brasileira. Neste caso, o Observatório se centrou no modo como os principais jornais do país resenharam a saída de circulação impressa do *Jornal do Brasil*. De outra parte, a “*Voz dos Ouvidores*”, como seu nome indica, recolhe as colunas de *Ombudsman* ou Defensor do Leitor, tanto nacionais como internacionais. Na descrição elaborada por Braga (2006), aparece neste bloco o Mural, que nesta atualização não existe mais.

Como quarto núcleo, Braga (2006) menciona dois espaços que permitiam a equipe do Observatório ter uma percepção imediata da opinião dos leitores sobre temas de conjuntura.

Estamos falando da chamada “*Urna eletrônica*”, a qual se mudou para o último link do *site*, e no “*Caderno do Leitor*”, que já não está mais presente.

Considerado como quinto núcleo dentro das seções do Observatório, vamos encontrar o que Braga (2006) nomeia como “objetos complementares de observação”. Aqui aparecem o “*Armazém Literário*”, “*Ciência*”, “*E-Notícias*”, “*Qualidade na TV*” e “*Feitos & Desfeitos*”. As três primeiras já não existem. No caso de “*Qualidade na TV*”, situada inicialmente como parte das seções deste núcleo, hoje é um link que recolhe o conteúdo do espaço televisivo.

Finalmente “*Feitos & Desfeitos*” se ocupa da análise das lógicas de produção de espaços jornalísticos. Como último link desta seção, encontramos o *Diretório Acadêmico* que, na classificação de Braga (2006), era um núcleo independente chamado “Interação com os setores formadores”. Este busca estabelecer um debate com professores responsáveis pela formação de jornalistas. Os ganhadores do Prêmio Luiz Beltrão em Ciências da Comunicação foram o tema da seção no dia selecionado para esta apresentação do site.

A partir deste ponto vamos resenhar *links* que não existiam quando Braga (2006) fez sua pesquisa. Para isso, vamos manter a numeração que tínhamos até agora. No quinto *link*, encontramos os distintos *blogs* de colaboradores do Observatório, como é o caso de “*Código Aberto*”, do jornalista Carlos Castilho, o “*Observatórios in Rede*”, que permite o acesso à Rede Latino americana de Observatórios. Aqui encontramos a “*ObjETHOS*”, projeto dedicado ao tema da ética jornalística, gerado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e cujos conteúdos são reproduzidos de modo parcial pelo Observatório.

Igualmente, aqui se encontra “*Hiperjornalismo*”, um banco de dados com imagens de jornais da televisão, além de reportagens e artigos de colunistas especializados no tema. Este *blog* é resultado de uma parceria entre a Escola de Comunicação e Artes e a IPTV, site de transmissão de vídeos por Internet da Universidade do São Paulo (USP).

No sexto e sétimo *links* estão “*OI na TV*” e “*OI no rádio*” que tornam possível a conexão do usuário com as emissões dos programas nestes meios massivos, tanto anteriores como recentes. O primeiro, cujo site é [www.tvbrasil.com.br/observatorio/videos.htm](http://www.tvbrasil.com.br/observatorio/videos.htm), informa sobre as modalidades de participação dos usuários através do telefone, o endereço no *twitter* e o *e-mail*, assim como a localização nos outros estados das redes de retransmissão do programa.

Assista ao programa *Observatório da Imprensa* na TV nesta terça-feira, às 22h, ao vivo pela TV Brasil e afiliadas, pela Net canal 4 (São Paulo) e pelo site da [TV Brasil](#).



Figura 8 - Links para os programas de televisão e rádio do Observatório da Imprensa

No oitavo *link*, chamado “*serviços*”, se encontram os lugares de conexão com os usuários. Este é desenhado para permitir a interatividade a partir de distintas estratégias. Aqui estão edições anteriores do Observatório. Igualmente neste link<sup>67</sup> se oferece a possibilidade de receber distintos boletins, seja para participar na urna, ou como indicação para os destaques da semana, para suas capas, assim como uma seção de classificados.

A urna vai recolher os comentários do público frente a uma pergunta formulada semanalmente sobre um tema da conjuntura. Os resultados são apresentados na capa do site, uma vez feita a apuração, depois de permanecer uma semana no ar. As últimas pesquisas realizadas no mês de fevereiro de 2010 perguntaram ao leitor sobre dois temas: a importância da crítica literária e sobre a decisão do governo venezuelano de tirar do ar a emissora RCTV.

Igualmente neste ponto encontramos a chamada “*Biblioteca*”, com acesso a livros eletrônicos gratuitos, e “*Netbanca*”, que oferece ao usuário informação sobre autores e temáticas consideradas como um insumo de utilidade em pesquisas de distintas naturezas. Neste site de serviços vamos encontrar tanto os resumos de todas as seções do Observatório como o balanço da urna.

No modo de fechamento do *site* do Observatório vamos revisar os distintos caminhos da interatividade através dos quais é possível a participação. Um deles tem a ver com os comentários dos leitores, na medida em que cada matéria conta com um recurso, neste caso um botão situado no pé do texto, onde é possível fazer anotações sobre seu conteúdo. O critério estabelecido para receber artigos é que estes precisam conter uma relação com o tema tratado no *site*, isto é, relacionados com a crítica à imprensa, seu desempenho frente ao modo como desenvolve sua responsabilidade.

Outro recurso é o [canaldoleitor@ig.com.br](mailto:canaldoleitor@ig.com.br), caixa postal que recebe comentários e envio de artigos. Todas as colaborações são revisadas por uma equipe de jornalistas, formada pelo editor geral e seus assistentes. Eles fazem correções gramaticais, além de evitar aqueles conteúdos que contêm ofensas pessoais. Uma vez revisado, o texto é enviado de novo ao interessado antes de ser publicado. O último link do Observatório, chamado “*Contato*”,

<sup>67</sup>Para seu acesso o interessado precisa se cadastrar pelo site <http://observatoriodaimprensa.com.br/boletim.asp>.

garante a participação com a equipe responsável por este projeto, e igualmente nele o leitor é informado sobre os requisitos para enviar um artigo.

Outro aspecto importante nesta descrição do Observatório tem a ver com o tema do perfil do leitor do *site*. Em seu trabalho, Blum (2009) comenta que desde a aparição do Observatório, os usuários têm experimentado mudanças, no sentido de apresentar momentos de maior ou menor consulta deste. Esta informação foi obtida através do resultado de duas pesquisas realizadas durante os anos de 2003 e 2005 por Webtrends Marketing, empresa especializada neste tipo de trabalhos.

Frente a este ponto, Blum comenta o seguinte:

A última pesquisa quantitativa realizada em dezembro de 2005 mostra como o usuário do Observatório é uma pessoa qualificada, na medida em que 66% possuem 3º grau completo, mestrado e doutorado. 91% deles acessam o site pelo menos uma vez por semana e 29% o fazem mais de três vezes. 87% têm acesso à banda larga, o que permite a interlocução por meio de ferramentas mais avançadas. 31% já escreveram artigos o enviaram comentários sobre matérias ao Observatório. Dos usuários, 72% são homens e 86% deles leem o OI em quanto navegam por Internet. A maior parte deles (28.675) tem entre 21 e 25 anos. Além disso, outros dados revelam que 99% dos leitores residem no Brasil, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, POA e Belo Horizonte (2006. p. 53).

Realizada a descrição do site do Observatório, podemos destacar vários elementos relacionados com o trabalho desenvolvido pela equipe responsável, assim como frente às múltiplas possibilidades que oferece o site em termos jornalísticos. De uma parte encontramos uma proposta de monitoramento e crítica na mídia que se faz possível através da leitura de fatos da conjuntura tanto nacional como internacional, realizada através das distintas seções.

A partir dela o Observatório tenta estabelecer uma ponte, uma mediação com seus usuários, tais como leitores, ouvintes, telespectadores e internautas, que vai ser possível mediante distintas estratégias tecnológicas que oferece o *site*. No entanto, é importante destacar como frente à forma como se realiza este processo vamos encontrar distintas leituras. Enquanto Dines<sup>68</sup> sublinha o fato de que ele seja um fórum e um veículo jornalístico aberto para o debate, tanto Braga (2008) como Albuquerque (2002) apresentam alguns questionamentos a esta afirmação relacionada com o fato de que a militância do editor vai interferir na real “abertura” deste cenário para a análise do exercício jornalístico.

Um segundo aspecto a destacar no Observatório tem a ver com as múltiplas possibilidades criativas geradas a partir da existência de um novo leitor, o qual graças a hipertextualidade, de algum modo constrói seu próprio roteiro mediante uma leitura

---

<sup>68</sup>Disponível em: [www.observatoriodaimprensa.com.br/objetivos](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/objetivos). Acesso em: 7 jan. 2011.



personalizada. De outra parte, destacamos a riqueza que oferece o tema da multimídia e a convergência de formatos que igualmente enriquecem a leitura. Neste sentido, vale a pena destacar uma vez mais o importante esforço não só no site do Observatório, mas também da sua presença tanto na rádio como na televisão.

Apresentados estes elementos, seguimos com a aproximação da experiência do Peru.

#### **4.1.2 A participação da Veeduría no projeto de Lei de Rádio e Televisão**

O momento de maior visibilidade da Veeduría se deu quando iniciada a administração do Presidente Alejandro Toledo (2001-2006), e em meio às múltiplas demandas depois da saída do ex-presidente Fujimori, se propõe uma reforma à Lei de Rádio e Televisão. Este projeto, conhecido como “Lei de Modernização e Transparência dos Serviços de Telecomunicações”<sup>69</sup>, foi elaborado pelo Executivo através do Ministério de Transportes, Comunicações, Vivenda e Construção, do qual fazem parte os meios massivos.

A Veeduría se vincula a este processo desenhando uma campanha de divulgação cujas etapas foram semelhantes às estabelecidas em processos anteriores. Neste ponto, Alfaro<sup>70</sup> comenta:

Cada campanha transcorreu pelas seguintes etapas: 1. Desenho (a cargo do Conselho Diretivo e Secretaria Executiva) que inclui: desenho temático, convocatória aos voluntários para a organização e preparação de materiais. 2. Lançamento público da campanha via informação na mídia e conferência de imprensa. 3. Obtenção das opiniões cidadãs. Sondagens de opinião mediante telefone, fichas de observação, foros de discussão, caravanas cidadãs, distribuição de materiais. 4. Sistematização: Organização das opiniões expressadas pelos vereadores cidadãos. 5. Reunião com o Conselho Assessor para apresentar as opiniões cidadãs e estimular suas ideias acerca do roteiro de ação pública frente ao tema da campanha. 6. Apresentação de resultados através de um informe divulgado em conferência de imprensa. Pode estar acompanhado de manifestação cidadã criativa, que denote a crítica, mas também a proposta frente ao observado (2003, p. 159).

No ano de 2002, se estabelece a data de início da campanha. Uma vez conhecida e analisada a proposta elaborada pelo Congresso, a Veeduría, apoiada pelo Comitê Assessor,

<sup>69</sup>Perla, José. Gestação e Interrupção da Lei de Rádio e Televisão. Documentos Veeduría Cidad a da Comunicação Social do Peru. Disponível em: [www.veeduria.org.pe](http://www.veeduria.org.pe) Acesso em: 4 jan. 2010.

<sup>70</sup>Tradu o da autora do original em espanhol: “Cada campa a transcurre por las siguientes etapas: 1. Dise o (a cargo Del Consejo Directivo y Secretaria Ejecutiva) que incluye: diseño temático, convocatoria a voluntarios y preparación e materiales, 2. Lanzamiento al público de la campaña a través de avisos en los medios y conferencia de prensa, 3. Recojo de opiniones ciudadanas: sondeo de opinión, web, teléfono, fichas de observación, foros de discusión, caravanas ciudadanas, distribución de materiales, 4. Sistematización que supone la organización de todas las opiniones vertidas por los vereadores ciudadanos 5. Reunión con el Comit  Asesor para presentar las opiniones ciudadanas y estimular sus ideas sobre el derrotero de acción pública frente al tema en cuestión y, 6. Presentación de resultados: a través de un informe em conferencia de prensa o em evento especial. Puede estar acompañado de manifestación ciudadana que sea creativo y denote la crítica pero también la propuesta que se hace frente a lo observado”.

elabora uma proposta de projeto considerado como insumo para iniciar o trabalho. Do mesmo modo, apresenta outro escrito onde se dá uma orientação aos interessados neste tema em relação aos direitos, assim como alguns aspectos legislativos da mídia peruana desconhecidos pelo público em geral e considerados centrais para participação neste debate.

Uma vez mais, Alfaro<sup>71</sup> vai caracterizar esta etapa:

No primeiro ano, com relação à cidadania, se teve que outorgar informação, pois acerca do campo dos direitos se conhecia muito pouco, inclusive não se tinha informação acerca de concessões, regimes de licenças, senso de uma legislação, realidades comunicativas em diversos países do mundo. Para isso, realizamos fóruns cidadãos em múltiplos lugares e cenários das sete cidades do país, acossados por entrevistas midiáticas especialmente locais, com o respaldo de muitas instituições da Veeduría. De modo simultâneo, mas de forma mais reduzida, se apresentou a proposta a empresários de meios, jornalistas, sociedade civil e políticos, recolhendo suas sugestões dentro de um conjunto de eventos pequenos chamados “Conversações Democráticas, regulamentação ou autorregulamentação?” (2005, p. 27).

Quais foram os eixos centrais da proposta elaborada pela Veeduría? Basicamente esta se centrou em cinco eixos relacionados com o fato de buscar a autonomia da mídia dos poderes e governos de turno, a renovação do compromisso educativo e ético da mídia desde sua condição de serviço público, sua democratização, garantindo a participação e acesso de distintos setores sociais para assegurar a pluralidade informativa. E, finalmente, o último aspecto refere-se à necessidade de desenhar controles e sanções como estratégia para enfrentar o tema da corrupção na mídia, que de alguma forma gerou todo este debate. Vamos ampliar brevemente cada um deles.

O primeiro e, de modo semelhante como acontece em outros países, como Estados Unidos, Colômbia e Chile, fala da formação de uma entidade reguladora que se converta no órgão reitor destes meios e que, com maior grau de autonomia, responda pelas funções que, no caso peruano, são assumidas pelo Ministério de Transporte e Comunicações. Com o nome de Conselho Nacional de Rádio e Televisão (CONRATV) esta entidade seria formada por representantes do poder Executivo, do gabinete ministerial, assim como as faculdades de comunicação estatais.

---

<sup>71</sup>Tradução da autora do original em espanhol: “En el primer año, con respecto a la ciudadanía, se tuvo más bien que otorgar información pues sobre el campo de los derechos se sabía muy poco, incluso se carecía de información sobre concesiones, régimen de licencias, sentido de una legislación, realidades comunicativas en diversos países del mundo. Para ello practicamos foros ciudadanos en múltiples lugares y escenarios de las siete ciudades del país, acosados por entrevistas mediáticas especialmente locales, con el apoyo de muchas instituciones de la Veeduría. Al mismo tiempo de manera más cerrada se presentó al propuesta a empresarios de medios, periodistas, sociedad civil y políticos, recogiendo sus sugerencias, dentro de un conjunto de eventos llamados “Conversaciones Democráticas: reglamentación o auto reglamentación?”

O segundo aspecto tem a ver com uma abordagem da mídia da sua condição de serviço público, centrada no cumprimento da finalidade informativa, formativa e de entretenimento, resgatando, entre outros aspectos, a riqueza e diversidade cultural existente. Dada a responsabilidade social dos meios massivos, se espera que exista igualmente um interesse do legislador pelo tema dos direitos dos telespectadores e, de modo especial, pelas audiências consideradas mais sensíveis, como as crianças e adolescentes. Isso na medida em que, infelizmente, a chamada “indústria do entretenimento” se tem apropriado da mídia, privilegiando o negócio a ponto de deixar fora dela tudo aquilo que não seja rentável em termos econômicos.

Como um terceiro aspecto, a proposta da Veeduría dá ênfase ao tema da real democratização da mídia, fato que se reflete em distintas características. De uma parte na autonomia e transparência na adjudicação das licenças, permitindo por sua vez o aceso de outros setores sociais. Esta exigência se amplia tanto na publicidade estatal como na propaganda política, ambas consideradas um dos focos de corrupção. O quarto aspecto está relacionado com a pluralidade informativa, resultado deste processo anterior. O quinto, por sua vez, se refere às sanções aos infratores, as quais devem ser cumpridas. Neste sentido, se espera que a nova legislação seja uma combinação entre a regulação estabelecida pelo Estado e um processo de autorregulamentação exercido de modo responsável pelas empresas prestadoras deste serviço.

Uma vez feitos os ajustes a proposta inicial, a Veeduría iniciou um trabalho de *lobbying* com políticos relacionados com este processo, estabelecendo contato igualmente com meios de comunicação e, de modo geral, com distintas instâncias de participação. Num segundo momento, se realizou um processo de socialização e mobilização cidadã cujo eixo foi, em síntese, o debate sobre o tema da democratização da mídia no Peru.

Como propósito inicial, o debate gerado pela Veeduría se centrou tanto na necessidade de situar a comunicação como central na agenda pública, como na importância de vinculá-la a distintos setores sociais. E justamente por esta razão elabora um documento (VEEDURIA, 2005) considerado como base para iniciar a discussão. No seu interior, e a partir de uma apresentação do tema da comunicação como um direito de todos, se revisaram igualmente outros direitos relacionados, como os culturais, de proteção e de participação política, com os quais está estreitamente vinculada a comunicação. Na segunda parte se relacionam artigos referentes à legislação sobre este tema.

Neste ponto é importante lembrar que o monitoramento da mídia é uma atividade de algum modo “herança” desse largo percurso desenvolvido por Calandria e por outras

entidades participantes, como a Coordenadora Nacional de Rádio, as quais utilizaram uma ampla variedade de estratégias comunicativas. Estas foram definitivas para garantir a divulgação da proposta da Veeduria, assim como para recolher assinaturas que serviram como respaldo para que esta proposta fosse considerada como Iniciativa Legislativa Cidadã frente ao Congresso.

A este respeito, uma vez mais Alfaro<sup>72</sup> comenta:

A seguinte etapa foi a mobilização cidadã pelas assinaturas, acompanhada de caravanas e feiras públicas, locais que propiciaram o debate ou simplesmente a utilização da rua, utilizando diversas estratégias de convocação. Durante quatro meses, a conversação sobre os meios e sua regulamentação capturou o cenário das praças e dos mercados locais. O debate sobre pequenos grupos que se formaram de modo natural foi nosso ofício, que se converteu em fator de motivação para nós além de uma aprendizagem. Conseguiram-se 85.674 assinaturas, das quais 49.662 foram consideradas válidas pelo Jurado Nacional de Eleições, número suficiente para obter a condição de Iniciativa Legislativa Cidadã e deste modo ser aceita pelo Congresso da República para sua discussão (2005, p. 28).

Depois de um longo processo de negociação, no mês de julho de 2004 foi promulgada a “*Lei de Rádio e Televisão No. 28278*”, após quase três anos de debate. Atrás restou um longo percurso caracterizado, em termos gerais, por muitas horas de trabalho e dedicação das pessoas e entidades participantes, por “altas e baixas”, por dias de euforia e de desânimo. Isso na medida em que a proposta da Veeduria fora duramente questionada pelos grupos de pressão, representando interesses privados e públicos. Ameaçados pela possibilidade de perder seu caráter hegemônico frente à mídia, decidiram se unir para combater esta iniciativa, contando com o apoio de distintos setores sociais.

Ao fazer um balanço da participação da Veeduria neste projeto, o consenso se deu, basicamente, ao redor da visibilidade, que logrou o debate sobre os meios na agenda política peruana, onde os cidadãos foram protagonistas centrais desta experiência. Desta perspectiva se destacou igualmente a capacidade de mobilização que a convocação deste movimento cívico gerou, além do entusiasmo e a apropriação dos diferentes públicos que participaram neste processo.

---

<sup>72</sup>Tradução própria do original em espanhol: “El siguiente paso fue la movilización ciudadana por las firmas, acompañada de caravanas y ferias públicas locales que propiciaron el debate o simplemente la utilización de la calle, usando diversas estrategias de convocatoria. Durante cuatro meses, la conversación sobre los medios e su reglamentación capturo el escenario callejero, las plazas y los mercados locales. La discusión de pequeños grupos que se formaron de modo natural fue nuestro quehacer, que a la larga, se transformó en factor de gran motivación para nosotros y también de aprendizaje. Se obtuvo 85.647 firmas de las cuales 49,662 fueron consideradas válidas por El Jurado Nacional de elecciones, número suficiente para obtener la condición de Iniciativa Legislativa Ciudadana y ser aceptada por el Congreso de la República para su discusión”.

Outro aspecto interessante foi a presença neste grupo de trabalho de pessoas e instituições diversas, e às vezes “opostas” em termos de ideologia, mas compartilhando, nesta oportunidade, um mesmo objetivo e olhar frente ao modo de pensar a relação e o papel definitivo da mídia na sociedade. Para mencionar alguns exemplos desta pluralidade na composição da Veeduria, encontramos a Calandria, mas também o setor privado, é importante destacar, na participação da Associação Nacional de Anunciantes (ANDA)<sup>73</sup> que, representando ao empresariado, teve uma importante visibilidade neste processo.

O trabalho desenvolvido pela Coordenadora Nacional de Rádio (CNR) mereceu igualmente particular destaque. Formado por experiências de rádios educativas, comunitárias e centros de comunicação, esta entidade compartilha, do mesmo modo que outras que formam a Veeduria, o interesse pelos meios massivos como aspectos importantes para conseguir a democratização e o desenvolvimento social.

Com relação a este balanço, Acevedo<sup>74</sup>, nesse momento Diretor da CNR comenta:

Era necessário legislar de modo específico sobre a atividade da rádio e da televisão no Peru, mas levando em conta os direitos à comunicação tanto de indivíduos como coletividades, e não privilegiando os interesses de um grupo reduzido de empresários que controla parte da indústria da rádio e da televisão no Peru. Assim, apesar dos avanços conseguidos, a legislação teria que incorporar as pessoas como sujeitos de direito à comunicação, e não centrar a norma nos direitos e as escassas obrigações das empresas de rádio e televisão (2005, p.80).

Uma vez feita a apresentação da Veeduria, na continuação apresentamos a experiência da Colômbia.

#### **4.1.3 Compromiso por una TV de Calidad para la Infancia**

Depois da participação da Colômbia na Conferência sobre a Infância, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 2003, e buscando uma maior presença de distintos setores sociais, se fez uma convocação aberta a pessoas e entidades interessadas no tema. E, como resultado,

---

<sup>73</sup>Fazendo parte do Conselho de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), formado por anunciantes, agências de publicidade, assim como agremiações de rádio e televisão, a ANDA, contando com o entusiasmo e respaldo de Rodolfo León, seu Diretor Executivo. Entidade destacada da Veeduria, tem trabalhado ao redor do fortalecimento do Código de Ética Publicitária e na proposta do chamado “Semáforo Ético”, uma estratégia que busca incentivar os anunciantes a apoiar através da pauta publicitária em programas considerados com qualidade em termos de conteúdo e realização.

<sup>74</sup>Tradução própria do espanhol: “Era necesario legislar específicamente sobre la actividad de la radio y la televisión en el Perú, pero teniendo como base los derechos a la comunicación de los individuos y las colectividades, y no principalmente los intereses de un grupo reducido de empresarios que controla parte de la industria de la radio y la televisión en el Perú. Así, a pesar de los avances logrados, la legislación tendría que haber incorporado a las personas como sujetos de derechos a la comunicación, y no centrar la norma en los derechos y las pocas significativas obligaciones de las empresas de radio y televisión”.

nasceu este projeto. Definido inicialmente no seu ideário<sup>75</sup> como “um acordo de vontades, produto de um diálogo e uma negociação” e tentando conseguir, como o nome indica, o respaldo e vinculação das entidades participantes relacionadas com a oferta televisiva para crianças e jovens na Colômbia, inicia atividades no ano de 2004.

Sem desconhecer o importante esforço realizado por experiências anteriores<sup>76</sup>, o Compromiso nasceu tendo como premissa desenvolver um trabalho participativo a partir do qual fosse possível não só fazer um diagnóstico detectando os problemas mais urgentes, mas, também, tentando apresentar as possíveis soluções para cada um deles. Este foi um dos aspectos diferenciais em relação a outras atividades e pesquisas desenvolvidas em outros momentos.

Uma vez consolidada a equipe de trabalho, se conformou uma Secretaria Técnica formada pela Fundação Imaginário, Citurna, UNICEF, Rede Papaz e a CNTV. Sua responsabilidade central era desenhar um plano de ação para desenvolver o objetivo geral de realização de um diagnóstico sobre a realidade da televisão em quatro áreas consideradas essenciais: 1) programação e produção, 2) políticas, regulação e fomento, 3) participação cidadã e 4) pesquisa<sup>77</sup>.

Como um mecanismo de divulgação das atividades do Compromiso se destaca o respaldo da Iniciativa para a Comunicação no Latino América (CILA) que publicara mensalmente boletins e documentos elaborados ao longo do seu processo de desenvolvimento. Outro cenário de divulgação tem a ver com a página *web* da CNTV cujo endereço eletrônico é [www.cntv.org.co](http://www.cntv.org.co), que esteve particularmente atenta a publicação da agenda deste projeto.

## 4.2 Descrição e análise destas experiências

A abordagem da presença da cidadania e de seu olhar crítico sobre a mídia se realizou partindo da elaboração de um quadro, através do qual foi possível uma visualização que

---

<sup>75</sup>Disponível em: [www.cominit.org](http://www.cominit.org). Acesso em: 8 abril 2008

<sup>76</sup>No ano de 1993 foi criado o “Grupo da Responsabilidade Social da Televisão”, formado nesse momento por representantes de Faculdades de Comunicação, canais de televisão, produtores, anunciantes, programadores, entre outros. Como representantes do setor público e privado vinculados ao manejo deste meio massivo, o Grupo trabalhou ao redor do tema de um diagnóstico do meio frente a um projeto de reforma que nesse momento se começava a trabalhar no Congresso da República. Uma vez apresentado, o Grupo foi dissolvido.

<sup>77</sup>A equipe de trabalho foi formada por Patrícia Castano e Adelaida Trujillo como representantes da Fundação Imaginário e Citurna, Produções, Fernando Parada, coordenador geral da Secretaria Técnica, Ana Maria Aponte, Rocio López e Ligia Macias, como parte desta equipe. Igualmente participaram Carolina Pineros por parte da Rede Papaz e Juan Carlos Garzón como interlocutor da CNTV. A assessoria dos eixos do diagnóstico esteve a cargo de Luz Amalia Camacho, Fernando Calero, Maritza López de La Roche e Maria Patrícia Téllez, responsáveis por cada um deles, respectivamente. Os informes apresentados em cada um dos eixos serviram como insumo para sua descrição.

permitiu uma descrição e análise tanto do Observatório, como da Veeduria e do Compromiso, não só de modo individual mas também em conjunto.

PROJETO CATEGORIA	Observatório da Imprensa (BR)	Veeduria Cidadana de Comunicação de Peru (PE)	Compromiso por una TV de Calidad para a Infância (COL)
1 CONTEXTO:			
1.1 Origem	Começou no ano de 1996 no LABJOR da Universidade de Campinas (UNICAMP).	Movimento cívico iniciado no ano de 2002 e vinculado ao processo de redemocratização do país.	Iniciativa gerada como resultado da Conferência de Meios convocada por UNICEF em 2003.
1.2 Responsáveis	Alberto Dines, Carlos Vogt e José Marques de Melo.	Representantes de ONGs, setor público e privado, associações relacionados com a mídia e academia (estudantes de Faculdades de Comunicação).	Representantes de setor público e privado (produtores, realizadores, o Estado (RTVC), CNTV, gremios, fundações (Imaginario), Faculdades de Comunicação
1.3 Conjuntura Midiática	Crise do jornalismo reafirma qualidade produtos editoriais	Crise na mídia. Problemas de corrupção e de qualidade da sua oferta.	Questionamentos ao tema da televisão para a infância como fenómeno recorrente em um contexto de mudança da televisão colombiana.
1.4 Justificativa	Produto jornalístico e fórum para o debate sobre mídia e sociedade. Presença da sociedade civil. Relação imprensa - Estado - Cidadania.	Participação na reforma da Lei de Rádio e Televisão proposta durante a administração de Alejandro Toledo.	
2 CARACTERÍSTICAS GERAIS:			
2.1 Objetivos	Projeto de <i>media watching</i> que pretende a construção de um espaço público para críticos e outros sectores sociais.	Elaboração de uma proposta para participar no processo de reforma ao setor das telecomunicações.	Realizar um diagnóstico à realidade da TV infantil em 4 eixos: programação, legislação, pesquisa e participação da cidadania.
2.2 Estratégias midiáticas	Site que desde distintos caminhos de interatividade permite acesso as seções, programas de televisão, de radio e blogs.	Campanha de divulgação utilizando caravanas mediáticas, oficinas educativas, seminários para debater os temas centrais da proposta.	Reuniões sectoriais, apresentação do documento "Compromisso por uma TV de qualidade para a infância na Colômbia".
2.3 Participação cidadã	Jornalistas como mediadores analisando atividades da mídia, leitores, ouvintes, telespectadores e internautas do site (público qualificado desde seu nível educativo).	Entidades membros da Veeduria. Vinculação ativa dos habitantes de distintas cidades (Lima, Arequipa, Trujillo, Ayacucho) onde foi possível recolher assinaturas para respaldar a Iniciativa Legislativa Cidadã.	Presença das entidades que compõem o Compromiso.
3 BALANÇO:	Experiência pioneira. Quinze anos em um site de livre acesso, treze em um programa semanal ao vivo em rede nacional de TV aberta e seis em um boletim radiofónico. Referente para outros projetos de natureza semelhante. Presença na RENOI.	Visibilidade do debate sobre a mídia onde cidadãos foram protagonistas. Trabalho em equipe de diversas instituições em um projeto comum. Presença no Parlamento Mediático e na Rede Latino Americana de Observatório.	Convocatória aberta com interlocutores centrais deste tema. Visibilidade do debate com a mídia como protagonista. Apropriação das entidades participantes (Ministério de Educação, canais regionais).

Figura 9: Análise das experiências selecionadas

Basicamente se definiram três categorias de análise. A primeira recolhe o que podem ser considerados como os elementos gerais ou de contexto onde surgem estes projetos. Nela vamos nos centrar em sua origem, nos responsáveis diretos e na conjuntura midiática que se vivia no Brasil, Peru e Colômbia quando eles surgiram. Por último, na justificativa, ou seja, as razões que explicam a aparição de cada um destes projetos.

A segunda categoria está relacionada com suas características gerais. Aqui encontramos os objetivos que perseguem, as estratégias midiáticas utilizadas e de modo particular nos interessa aprofundar o tema dos interlocutores, considerados eixos centrais desta tese. Trata-se de descrever as vozes que falam neles, relacionadas com os atores individuais e coletivos e o tipo de relação direta ou indireta que se estabelece com a cidadania.

Finalmente, na terceira categoria, fazemos um balanço destas experiências. Para isso, descrevemos os resultados alcançados, as limitações, assim como sua projeção. E finalmente descritas estas, vamos fazer uma leitura transversal para estabelecer seus elementos comuns e a especificidade de cada um.

#### **4.2.1 Observatório da Imprensa**

Com relação a origem, e embora este projeto tinha nascido na Universidade de Campinas (centro acadêmico que respaldara seu surgimento), Dines (2006) faz ênfase na necessidade de manter seu caráter autônomo e, assim, se liberando do que ele chama como “hermetismo teórico”. Isto é, do caráter fechado e da burocracia que caracteriza alguns destes centros de educação superior que muitas vezes impedem o desenvolvimento de projetos desta natureza.

Neste sentido, Dines (2006) igualmente ressalta que o Observatório, ainda dependendo inicialmente do LABJOR, não é um “centro de experimentação” para os estudantes como sucede com outros projetos universitários. Desenvolvidos, por exemplo, em algumas Faculdades de Comunicação, eles têm como propósito a elaboração de produtos jornalísticos tais como revistas, programas de rádio e televisão, onde a aprendizagem vai se dar através da “tentativa e erro”, contando com a participação de um professor responsável.

Com relação à conjuntura midiática onde surge o Observatório, podemos falar de uma situação de crise que afetara diretamente o modelo de negócio existente na mídia e que pode ser considerada como uma característica que durante os anos 90 atinge o contexto mundial. Esta realidade levou a imprensa a ensaiar distintas saídas, desenhando estratégias de



marketing para ganhar mais leitores, fato que vai incidir de modo direto sobre os produtos jornalísticos.

Resultado deste processo, começam a circular no interior dos jornais mais importantes do país revistas, cadernos e outros encartes. No entanto, alguns deles alcançaram este propósito anterior incrementando o número de assinantes. Infelizmente, todavia, diminuiu de forma significativa a qualidade do conteúdo editorial destas publicações. E é nesse momento justamente que surge o Observatório, buscando como propósito essencial realizar um acompanhamento crítico do desempenho da mídia, levando em conta critérios como a qualidade desta experiência.

Na justificativa da criação do Observatório, Dines (1996) vai se centrar em dois aspectos: o primeiro, a existência de uma cidadania reduzida ao consumo, deixando de lado sua condição de interlocutora central da mídia. Neste ponto, ele fala da importante presença da sociedade civil como uma instância em si mesma. Para ele, o jornalismo impresso precisa de um contra poder, e para isso é necessária a conscientização do cidadão.

O segundo elemento tem a ver com a necessidade de recuperar o caráter de serviço público da mídia e com ele refletir sobre as responsabilidades que este fato supõe, não só garantias e privilégios para seu exercício, mas, também, em contrapartida, deveres. Neste ponto, encontramos três atores centrais: a imprensa representada pelos seus jornalistas, o Estado como árbitro e garantia deste processo, e a cidadania, exercendo nela sua capacidade crítica.

Frente às características e recursos específicos, o Observatório é definido como um projeto de *media watching* que permite a participação tanto de jornalistas como de distintos setores sociais para monitorar a ação da mídia. Neste ponto, Dines estabelece como interesse particular do projeto se converter num veículo e “arena de debate” ao qual tenham acesso críticos e jornalistas. Este último propósito vai ser contestado por alguns estudiosos da experiência como Albuquerque (2002) e Braga (2006), ao afirmarem que dado o caráter militante do editor desta publicação, não é possível falar de um cenário neutro para a discussão da realidade.

Neste ponto é importante fazer um esclarecimento. Este processo de interlocução que Dines (1996) propõe não vai se dar de forma direta, e neste aspecto concordamos com Braga (2006), na medida em que estará mediado pela equipe de jornalistas que fazem parte do Observatório. Existirá, então, uma presença indireta da cidadania em seções dedicadas de modo especial a ela, ou ainda, por meio dos mecanismos de participação existentes no *site* desenhados para seus leitores, ouvintes e telespectadores.

Como estratégia midiática central utilizada pelo Observatório, encontramos o *site* com todas as possibilidades que a *web* oferece hoje em dia. Em termos de multimedialidade, está ofertado o acesso tanto ao espaço televisivo como ao espaço radiofônico, que formam parte da sua oferta mediática, através dos quais se busca aprofundar alguns dos temas apresentados no *site*. Como exemplo da interatividade podemos destacar os distintos recursos de participação que têm os usuários do Observatório.

O último aspecto da radiografia deste projeto tem a ver com o balanço geral e seus resultados concretos. Como ponto de partida precisamos destacar o fato de que o Observatório é uma experiência pioneira de utilização da *web* no Brasil, com todas as transformações geradas no interior do ofício. Graças ao esforço e dedicação permanente da equipe de trabalho, somado às múltiplas possibilidades criativas que oferece esta plataforma digital, tem sido possível desenvolver um trabalho reconhecido desde suas primeiras edições.

Como o assinalam Egypto e Malin (2008), ao caracterizar o Observatório como uma “história feita com meios franciscanos e conceitos poderosos”, o reconhecimento se percebe tanto nacional como internacionalmente. O crescimento da sua audiência, no começo, sua presença na cobertura de fatos considerados nevrálgicos na conjuntura jornalística, desde os escândalos que balançaram a administração federal anterior, até a situação do Oriente Médio, assim como sua ativa participação no RENOI e sua presença na Rede Latino-americana de Observatórios, são exemplos que ilustram esta afirmação.

Outro elemento a destacar no Observatório tem a ver com o tema da recepção e uso do *site* por parte do leitor comum e a utilidade, embora não seja este o propósito da proposta pedagógica, com todas as possibilidades de aprendizagem que oferece este projeto tanto para estudantes como para jornalistas.

Recordemos como no ano de 2005 se realizou uma medição de audiência, levada a cabo pela empresa Webtrends Marketing, que serviu como ferramenta para estabelecer algumas das características dos usuários do Observatório. Este estudo mostrara como o leitor do *site* é um público qualificado em termos de nível educativo, alguns usuários possuem inclusive Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado. A maioria acessa o Observatório uma vez por semana e se informa através da Internet; 31% já escreveram cartas ou artigos, revela a pesquisa.

É interessante poder aprofundar mais neste tema para realizar um estudo que permita estabelecer o perfil do leitor através de uma pesquisa qualitativa. Utilizando ferramentas como grupos de discussão e entrevistas em profundidade através destas estratégias, é possível obter informação relacionada com sua percepção frente ao conteúdo do *site*, sua valoração das

seções e a abordagem dos temas desenvolvidos. Todo este material vai enriquecer o trabalho dos jornalistas responsáveis do Observatório.

#### **4.2.2 Veeduría Ciudadana de Comunicación Social**

Considerada um movimento cívico com selo de identidade, a Veeduría se propõe a estabelecer processos de diálogo e interlocução entre a mídia e a cidadania. Na medida em que esta última tem sido caracterizada mais como consumidora do que como interlocutora, este grupo vai considerar relevante realizar um processo pedagógico com a cidadania para desenvolver sua condição crítica e criativa frente aos meios massivos.

Este argumento pode ser utilizado igualmente como justificativa para explicar sua participação no processo de reforma a Lei de Rádio e Televisão. Frente a este tema e uma vez analisado o projeto de lei elaborado pela comissão responsável por parte do Congresso, a Veeduría preparou uma proposta semelhante na desenvolvida através das mesas de conciliação, onde tiveram presença distintos atores sociais.

Como suporte para sua divulgação, se desenhou uma campanha que compreendeu a utilização de um significativo “arsenal mediático”, empregando diferentes estratégias para garantir como propósito central o contato direto com diferentes públicos. Entre elas se destacam as caravanas, os fóruns de discussão e as oficinas educativas, onde a comunicação e a cidadania foram os “convidados de honra”.

Todas estas estratégias mediáticas se converteram em uma festa multicolorida nas cidades que percorreram. Caracterizadas como um espetáculo ao ar livre, instalado em lugares como ruas e praças públicas, tanto as caravanas como as oficinas serviram para apresentar a proposta da Veeduría, gerando como resultado deste processo um debate público sobre o tema, além de recolher as demandas dos participantes respaldadas através de assinaturas.

Num segundo momento, encontramos outros cenários onde participara um público considerado especializado. Estamos falando de seminários, de reuniões com acadêmicos nacionais e internacionais, de consultas com especialistas em temas relacionados com a legislação e telecomunicações, de encontros com políticos, a maioria deles céticos frente ao debate e preocupados com a perda de seus privilégios frente à mídia.

O balanço da gestão da Veeduría vai se dar tanto a partir de sua proposta na reforma na Lei de Rádio e Televisão como nas atividades posteriores lideradas por ela. Com relação à primeira pode-se afirmar que os ganhos foram múltiplos. De uma parte se logrou fazer visível o tema da comunicação e os direitos dos cidadãos, tanto na agenda mediática com frente à opinião pública.

Igualmente neste processo se revisaram temas nevrálgicos para o debate mediático relacionados com sua estrutura de propriedade, qualidade e conteúdo, a ética e a responsabilidade social, entre outros. De modo específico, se mostrou um interesse especial pelas crianças e jovens considerados como audiências sensíveis desconhecidas ou subestimadas a maioria das vezes pelos programadores, dado que não fazem parte do público consumidor. Sua proteção através dos horários estabelecidos e uma oferta geral, e a publicidade desenhada de acordo com seu perfil foram alguns dos aspectos discutidos.

Na continuação se apresenta a experiência desenvolvida da Colômbia, cujo eixo foi a televisão para crianças e jovens.

#### **4.2.3 Compromiso por una TV de Calidad para la Infancia**

Como se estabeleceu anteriormente na apresentação do Compromiso a primeira no objetivo inicial foi a elaboração de um diagnóstico ao redor de quatro eixos que vão ser ampliados neste apartado. Com relação ao primeiro relacionado com o tema da programação e produção se pretendeu realizar uma análise da oferta televisiva elaborada para a faixa infantil nas distintas modalidades (pública, privada, aberta e por assinatura), buscando descrever suas características, gêneros predominantes, assim como sua relevância no contexto da grade de programação.

Frente a este tema se destaca o fato de que hoje nos encontramos frente a um novo modo de “pensar” e de modo consequente de produzir a televisão para crianças e jovens. Este fato anterior tem transformado tanto a grade como a oferta neste meio massivo onde se destaca o chamado “edu-entretenimento”. Igualmente se fez ênfase na necessidade de estabelecer os alcances e limites do significado da produção de televisão infantil, assim como os critérios para realizar a avaliação deste gênero tomando como referente a experiência de outros países como Inglaterra e Espanha.

No relacionado com a política, legislação e fomento como segundo eixo se realizou um olhar retrospectivo tanto dos benefícios sociais da normatividade existente tanto na Colômbia como em Estados Unidos e Inglaterra considerados referentes significativos. Tudo isso com o fim de identificar os aspectos positivos, vantagens e limitações existentes.

Destacou-se igualmente a necessidade de aprofundar o debate sobre o tema da autorregulamentação frente ao qual existem diferentes olhares. Como proposta de trabalho se propõe uma revisão da legislação relativa a programação infantil existente na Colômbia destacando a importância que tem a investigação neste tema como ferramenta para sustentar a formulação de políticas.

Com relação a participação cidadã, terceiro eixo, se realizou uma descrição e análise da presença destes cenários ao longo da história recente da televisão colombiana, onde encontramos Comitê de Vigilância, as Defensorias do Telespectador, assim como nos observatórios e ouvidorias existentes dentro e fora do país. No balanço geral se salientou a ausência da cidadania e para resolver esse problema foram propostas ações concretas como regulamentar, desde a CNTV, este espaço de participação.

E, finalmente, no quarto eixo do Compromiso encontramos o tema da investigação que de algum modo se converte em um pré-requisito para a existência dos eixos anteriores, assim como qualquer debate frente a opinião pública. Para conseguir uma aproximação a esta realidade, se realizou uma revisão das pesquisas feitas no país entre 1998 e 2005, destacando as temáticas tratadas, instituições responsáveis, assuntos ainda não pesquisados e a apropriação destes temas a partir dos objetivos do Compromiso. Como propostas específicas deste eixo encontramos a necessidade de situar este tema da pesquisa na agenda pública e os processos de qualificação da programação dirigidas a crianças e adolescentes.

Um segundo momento da história deste coletivo tem a ver com a execução e o desenvolvimento do projeto como tal. Para isso a Secretaria Técnica estabeleceu uma metodologia de trabalho cujas atividades centrais foram entrevistas com especialistas, assim como reuniões setoriais com programadores, produtores de televisão, anunciantes, coletivos de comunicação, pais de família, acadêmicos, representantes da CNTV, dos canais públicos e privados. Igualmente se realizaram dois encontros nacionais onde se apresentaram os avanços em cada um destes eixos, alimentados por todas estas atividades.

Como relação às reuniões setoriais se realizaram dez encontros, sendo Valério Fuenzalida, pesquisador chileno de reconhecida trajetória, o responsável pela palestra de abertura. Outros convidados foram os decanos das Faculdades de Comunicação e Educação das distintas regiões do país, considerados participantes ativos e divulgadores deste processo.

Finalmente no mês de agosto de 2005 se realizou a apresentação dos resultados do trabalho de cada um dos eixos do Compromiso. Ratificou-se neste evento, também, este projeto mediante a assinatura de um documento onde se estabeleceram uma série de ações concretas em cada um deles. As trinta entidades participantes manifestaram sua adesão a este esforço conjunto de refletir sobre a oferta de uma melhor qualidade na programação para crianças e adolescentes.

Como uma síntese<sup>78</sup> deles, encontramos:

---

<sup>78</sup>Tradução própria do espanhol: “Adoptar sistemas de auto reglamentación. Promover acuerdos de reglamentación en contenidos y fortalecer la producción nacional para que consiga competir regional e

- Adotar sistemas de autorregulamentação
- Promover acordos de regulamentação em conteúdos e fortalecer a produção nacional para que consiga competir regional e nacionalmente.
- Estruturar a programação infantil e a publicidade com critérios definidos e desenhados de uma perspectiva dos direitos da infância
- Criar mecanismos de consenso para acompanhamento na televisão para crianças e jovens.
- Fomentar a pesquisa sobre televisão para a infância.
- Formular indicadores de avaliação de qualidade.
- Propiciar mecanismos de opinião e participação da sociedade civil sobre a programação para a infância.
- Incidir na programação geral para que priorize o tema dos direitos.
- Dar voz nos meios a meninos e meninas, e de forma particular a aqueles que provêm das regiões mais afastadas do País.

Finalizada esta etapa, se elaborou um documento intitulado "Compromiso Nacional por una Televisión de Calidad para la Infancia em Colômbia. Síntesis del Proceso"<sup>79</sup>, considerado como uma memória das atividades desenvolvidas até esse momento por este coletivo. Na primeira parte recolheu seus objetivos e antecedentes, na segunda faz uma descrição da televisão na Colômbia em relação às suas audiências infantis e juvenis. Finalmente na terceira parte se recuperam cada um dos eixos do Compromiso com as tarefas desenvolvidas, assim como as propostas específicas.

Um terceiro momento na história deste projeto, que é o momento atual, se desenvolveu a partir de 2007, quando se reorganiza a Secretaria Técnica. Como propósito central se estabelece a divulgação e o debate do documento anterior, assim como o fortalecimento do diálogo, construção de consensos e futuras ações com os setores público e privado. Nos últimos anos, o Compromiso tem estado presente em distintos eventos relacionados com o tema da infância e da televisão.

Finalmente, como balanço geral do Compromiso, se pode afirmar que se obteve um debate amplo e plural sobre o tema da televisão para a Infância, cujos resultados foram apropriados de modo específico pelas entidades participantes. Como exemplos temos a

---

nacionalmente. Estructurar la programación infantil y la publicidad con criterios definidos y diseñados desde una perspectiva de los derechos de la infancia. Crear mecanismos de consenso para el seguimiento en la televisión de niños e adolescentes. Fomentar la investigación sobre televisión para la infancia. Formular indicadores de evaluación de calidad. Propiciar mecanismos de opinión y participación de la sociedad civil sobre la programación para la infancia. Incidir en la programación en general para que priorice el tema de los derechos. Dar voz en los medios de comunicación a los niños y niñas, especialmente a quienes provienen de las regiones mas apartadas del país”.

<sup>79</sup>Anexo 3. Compromisso por una Televisión de Calidad para la Infancia em Colombia. Síntese do processo. Elaborado por Maritza López De la Roche e Maria Patrícia Téllez, recolhe os antecedentes, justificativas, assim como a história de cada um das etapas desenvolvidas neste projeto.

Fundação Imaginário e Citurna desenvolvendo atividades materializadas em acordos de cooperação com a Fundação Prix Jeunesse, com Colciencias e a CNTV para o desenvolvimento da pesquisa em televisão para a infância.

Outro aspecto a destacar tem a ver com o apoio que os canais regionais conseguiram por parte da CNTV através da realização de oficinas de capacitação buscando um melhor posicionamento da programação infantil. Igualmente, é importante salientar a liderança do Ministério de Educação Nacional, (MEN) no uso pedagógico da mídia na sala de aula. Destaca-se, também, a criação do curso de Televisão Crítica oferecida pela Rede Papaz, contando com o respaldo da CNTV.

No mês de junho de 2009 se realizou em Bogotá a Mostra Ibero-americana de Televisão Infantil convocada pela CNTV, com a participação de produtores e diretores nacionais e internacionais. Nela, o Compromiso apresentou uma avaliação das metas alcançadas, destacando as atividades desenvolvidas pelo Ministério de Educação Nacional, assim como dos canais regionais. Na continuação, apresentamos uma leitura transversal destes projetos.

### **4.3 Análise transversal destas experiências**

No começo deste capítulo, assinalamos como uma característica que serve igualmente como justificativa (BRAGA, 2006) dos Estudos de Caso é o fato de detectar, ao aprofundar em fenômenos de interesse para a Comunicação, elementos de articulação e tensionamento. Para alcançar este propósito vamos realizar uma leitura transversal da informação obtida na seção anterior.

Entendidos como uma estratégia que permite estabelecer relações entre o objeto estudado e, graças à exploração, a observação e análise, considerados como objetos cognitivos, os Estudos de Caso fazem possível igualmente um aprofundamento utilizando o suporte teórico que nesta tese está respaldado pela relação entre política, mídia e a cidadania. Neste ponto nos interessa de modo específico conhecer as transformações que ocorrem no interior desta última, relacionadas com uma fluidez e autonomia que possibilita uma busca de novos cenários onde a mídia vai ocupar um lugar central.

Alguns comentários gerais antes de aprofundar nas categorias estabelecidas para o análise das três experiências. Um primeiro elemento tem a ver com os contextos onde surgem o Observatório, a Veeduria e o Compromiso. Estamos falando de Brasil, Peru e Colômbia, países com processos de desenvolvimento econômico, político e socioculturais específicos.

No entanto, a mídia inicia seu processo de evolução como setor no final dos anos 50 vai apresentar significativas diferenças em cada um deles.

Este fato vai se refletir em aspectos como sua estrutura de propriedade, o papel do Estado, a presença da iniciativa privada, o investimento estrangeiro, o desenvolvimento tecnológico por citar exemplos relevantes. No caso do Brasil, veremos como seus meios de comunicação, e de modo específico a indústria audiovisual está situada nos primeiros lugares do ranking mundial. É o caso da Rede Globo que teve sua origem no ano de 1965 e duas décadas depois se transforma no maior conglomerado de comunicação deste país e o terceiro do América Latina<sup>80</sup>

A presença do Estado como agente mediador, e sua responsabilidade na formulação de políticas respaldando iniciativas para o debate e a participação cidadã, é um tema que embora haja evoluído ainda não se resolve de modo satisfatório. Em um país com uma herança autoritária e antidemocrática frente à mídia e no meio de um cenário caracterizado por oligopólios poderosos em termos econômicos, político e ideológico não é fácil fazer esta discussão.

Neste sentido, qualquer intento por repensar a presença de outros atores como o Estado e a cidadania com frequência é neutralizado pela pressão dos donos da mídia, que veem ameaçados seus interesses. Para ilustrar este fato vamos mencionar um exemplo da conjuntura midiática. No momento em que se elaborou esta tese existem três temas importantes para resolver: o debate sobre a regulação do sector das telecomunicações, a inclusão digital e a criação dos Conselhos de Comunicação Social (CCS)<sup>81</sup>.

Tentando avançar no sentido de alguns países de América Latina, como de modo recente ocorreu em Argentina, o primeiro aparece cada vez mais como um tema prioritário. Isso na medida em que a eclosão das tecnologias digitais, a convergência midiática e a presença de novos protagonistas neste cenário, considerados como temas nevrálgicos, falam da necessidade de um marco regulatório para este setor. Nele, e como ponto de partida, é preciso definir, entre outros aspectos, o papel da comunicação no processo de desenvolvimento e a importância da mídia além de sua condição de um instrumento tecnológico.

---

<sup>80</sup> Uma história desta experiência é recolhida por Daniel Herz. “**A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Edit. Tchê, 1987.

<sup>81</sup> Estes elementos foram destacados pelos pesquisadores Venício Lima e Celso Schöeder no I Fórum da Igualdade realizado em Porto Alegre entre os dias 11 e 12 de abril de 2011 e convocado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).



Desde este panorama e levando em conta a urgência deste debate e sua complexidade devido a os interesses criados no seu entorno o atual governo tem feito uma aposta específica pela ampliação da oferta digital. Desenvolvida através do chamado Plano Nacional de Banda Larga com ele se pretende levar a conexão à internet em alta velocidade à totalidade da população brasileira. Infelizmente, e sem desconhecer a importância de ter “um país conectado” seu processo de socialização não tem conseguido uma ampla difusão e participação de diversos sectores sociais interessados no tema a não ser as indústrias do setor.

Algo semelhante tem ocorrido com a criação dos Conselhos de Comunicação. Não obstante a na pressão exercida nas distintas regiões por parte de entidades e movimentos sociais ainda não conseguem sua instalação. Além disso, é importante mencionar as duras críticas que este projeto recebe por parte de alguns sectores da mídia regional<sup>82</sup> que os acusa de serem lugares para restabelecer a censura imposta em décadas anteriores.

Ao examinar a realidade da mídia no Peru e Colômbia encontramos que embora não sejam comparáveis em termos do poder que representam como indústria cultural no Brasil nacional e internacionalmente, estes dois países vivem experiências semelhantes em relação com a presença do Estado e a evolução de suas indústrias culturais. A legislação para o setor das telecomunicações e, de modo específico, da mídia desde o início se apresenta não só desatualizada, experimentando uma distancia frente a desenvolvimento tecnológico, mas também tem sido desrespeitada. Isso devido às sanções impostas que não são acatadas pelas empresas prestadoras. Entre tanto, nas últimas décadas este fato tem mudado<sup>83</sup> e como prova encontramos os projetos analisados nesta tese.

De modo paralelo a esta situação, a mídia tem experimentado um significativo processo de modernização graças ao respaldo do capital privado, vinculado de modo especial, com o tema do entretenimento. E neste ponto encontramos outros elementos que apontam para a reconfiguração deste cenário e que permite assinalar novos olhares para a compreensão da relação mídia e sociedade considerada como “pano de fundo” para este análise.

Trata-se de pesquisas que mostram a riqueza dos processos de recepção e consumo reivindicando a atividade dos distintos públicos em espaços como a escola a família, e os amigos do bairro, para citar os de maior influência. No caso da televisão, e dado seu

---

<sup>82</sup> No caso de Rio Grande do Sul frente a este tema é importante destacar os editoriais publicados por o jornal Zero Hora, entre eles do 31 de janeiro de 2011 onde retomam as palavras da Presidente Dilma no sentido de que o “melhor controle social da mídia é o controle remoto”.

<sup>83</sup> No caso colombiano e frente ao sector das telecomunicações esta processo obteve um certo dinamismo nas ultimas décadas. Como referentes para a televisão encontramos a Lei 42 de 1985 e a 182 de 1995, que permitiram, em linhas gerais, uma adequação do meio ao realidade existente, assim como os distintos decretos, resoluções e acordos expedidos pela CNTV para regulamentar este meio massivo.

potencial, encontramos uma ampla variedade de estudos que com novas abordagens e metodologias, mostram como se tem sido superada a condição de “passividade” e fragilidade das audiências.

Destacam-se entre estes trabalhos de modo recente aqueles relacionados com o tema dos direitos, e de modo particular das crianças e adolescentes, dando ênfase na necessidade de estabelecer parâmetros para garantir a partir da mídia o respaldo para sua formação integral, assim como sua proteção. Neste sentido é importante mencionar as experiências desenvolvidas tanto no Peru como na Colômbia<sup>84</sup>.

Estes trabalhos tem assinalado igualmente a responsabilidade de outros atores sociais como o Estado e outras instâncias do setor público como ministérios, secretarias e outros setores de governo, relacionadas com o manejo da comunicação, educação e cultura, essenciais nesta discussão. Igualmente a eles têm-se vinculado o setor privado representado nos produtores e realizadores de televisão e os anunciantes considerados como interlocutores centrais.

Feita esta reflexão que nos ajuda a uma melhor reconfiguração deste cenário, onde se desenvolvem os três projetos analisados, vamos voltar às categorias estabelecidas para a análise transversal. Podemos ver como no Observatório os responsáveis diretos são os integrantes da equipe de jornalistas que colabora no site. Ele vão se converter “em juízes e parte” do objeto analisado, na medida em que são profissionais da área da comunicação ao mesmo tempo em que avaliam um produto elaborado por seus colegas.

A academia aparece igualmente como berço desta experiência. Nela encontramos Faculdades de Comunicação como respaldo, quer seja na fase inicial como sucede com o Observatório, ou de modo direto, vinculando docentes e estudantes a estes projetos, como ocorreu com a Veeduria e o Compromiso. Na primeira delas veremos Comunicadores Sociais mais próximos do trabalho com setores populares e vinculados como voluntários a este projeto através da Rede de Estudantes Voluntários (REVOLCOM).

Também encontramos presença do setor público, como a Defensoria do Povo, e privado, assim como a ANDA como entidades que representam do sector privado. Sua participação ao longo do processo mostrou a importância da vinculação deste setor responsável da publicidade nos meios massivos, considerada insumo fundamental para lograr o desenvolvimento econômico da mídia.

---

<sup>84</sup> A pesquisadora Maritza Lopez de la Roche, com uma importante trajetória neste tema, foi no Compromiso a responsável na reconstrução deste panorama. Um panorama deste processo o encontramos em A situação da Televisão em Colômbia em relação com as audiências infantis e adolescentes. Parte 2 do Documento “Compromiso por uma Televisão para a Infância na Colômbia. Síntese do Processo”. Setembro de 2006.

No caso do Compromiso existe uma composição semelhante à existente na Veeduria, no sentido da pluralidade e diversidade no que se relaciona com sua origem e seus responsáveis diretos. Este aspecto foi justamente um dos elementos para destacar neste projeto. Do mesmo modo que ocorreu com esta última, a experiência colombiana contou com a presença ativa de convidados considerados essenciais para a tomada de decisões frente ao tema da televisão e da infância. É o caso dos produtores e diretores de canais privados e públicos, a CNTV como entidade reguladora.

Um elemento em comum entre os três projetos tem a ver com a conjuntura midiática de crise, no meio da qual eles vão surgir. Neste ponto é importante assinalar como ela se converte em “momento de oportunidade” para alcançar seu desenvolvimento como se menciona no começo desta seção. Igualmente pode se afirmar como este fato se reflete na inconformidade das audiências considerada como um fenômeno cíclico que em momentos determinados faz parte do debate da opinião pública, particularmente no Peru e Colômbia<sup>85</sup>.

Com relação aos objetivos existem elementos em comum. Tanto o Observatório como a Veeduria e o Compromiso são consideradas experiências de crítica mediática. Em relação ao Observatório, falamos de um veículo jornalístico e fórum aberto para o debate, que pretende acompanhar o desempenho da mídia brasileira. Segundo Braga (2006), e Albuquerque (2002) esta abertura é relativa, dado o caráter militante do Observatório.

Concordando com a afirmação de Braga (2006) o Observatório, ao estudar as matérias publicadas, pretende fazer um trabalho de “correção de erro” assinalando por sua vez, o modo adequado de apresentar a informação. Desde este olhar, os processos jornalísticos são cotejados a partir de uma postura política mais ampla, que é compartilhada pela equipe de jornalistas. Diante disso é importante considerar como uma mídia democrática permitiria esta leitura e incorporaria no debate oxigenando a discussão. Mas infelizmente isso não é muito frequente.

Embora o Observatório não pretenda a “conversão” dos jornalistas e meios questionados, sua intenção de ser um lugar aberto ao diálogo e à discussão não é um propósito de fácil alcance dado o nível em que esta se desenvolve devido à idoneidade e competência dos emissores e ao perfil dos leitores caracterizado como um público especializado. No seu

---

<sup>85</sup> Embora a reflexão sobre a qualidade e conteúdo da rádio e a televisão não tenha um particular destaque no Brasil, como “telespectadora conversã”, nestes quatro anos de permanência neste país me surpreendeu de uma parte as diferenças existentes de modo específico na oferta de programação de produção nacional entre a televisão aberta de caráter informativo (noticiários, entrevistas, programas de opinião, reportagens) entre a televisão aberta e por assinatura. Enquanto a primeira só conta com noticiários e alguns programas de opinião, a segunda se destaca pela variedade, e em alguns casos pela qualidade da oferta. No mesmo sentido não foi possível conhecer nenhum assomo de queixa ou reclamação frente a os excessos cometidos na última temporada do Big Brother 11.

lugar ocorre um diálogo entre “iniciados” e não entre críticos e leitores. Isso se evidencia quando se analisam os estudos que mostram as respostas do público.

Por sua vez, a Veeduria se propõe a exercer um processo de vigilância da mídia, onde os cidadãos tenham presença, encontrando neles mecanismos de participação. Pode-se de fato afirmar que este projeto é o que mostra de modo mais evidente esta participação. Refletida na composição plural deste movimento cívico, assim como na favorável resposta da cidadania resultado da campanha de divulgação. Finalizada sua participação no projeto de reforma à Lei de Radio e Televisão eles têm conseguido manter estes propósitos, o que se mostra na experiência do Parlamento Mediático.

No caso dos objetivos do Compromiso, estes se deram ao redor de dois eixos. De uma parte o fomento do debate público sobre televisão, infância e adolescência na Colômbia, assim como na produção nacional, o desenho de estratégias para fortalecer a investigação e a divulgação de resultados sobre televisão e infância. Entre elas se estabelece a criação de processos de cooperação entre a academia e os produtores, e a realização de alianças com entidades internacionais para o intercâmbio de informação, adaptação de estratégias e metodologias de pesquisa. Todos estes objetivos se converteram posteriormente nos eixos centrais do diagnóstico.

Um terceiro elemento tem a ver com o tema dos processos de interlocução e a presença da cidadania que se realiza em seu interior. Para esta análise vamos partir da reflexão de Mata (2006) sobre a cidadania comunicativa vinculada com o tema dos direitos como o enlace que permite a conexão dos indivíduos com a mídia, realizada tanto em termos políticos como conceituais.

No primeiro caso, nos encontramos com uma transformação do cenário democrático onde as novas perguntas que surgem estão relacionadas com os atores e parâmetros necessários para garantir seu fortalecimento. Assistimos então a um processo de ampliação e alongamento que vai encontrar no espaço público um lugar a partir do qual se verificam estas transformações. Neste processo nos encontramos com a cidadania como ator social responsável por levar a cabo estas mudanças, sendo uma de suas características novas identidades geradas em novos cenários.

Considerada como “obra em construção” e como território a ser configurado e, liberada igualmente de abstrações e ataduras do passado, hoje a cidadania adquire um caráter mais autônomo e flexível, atenta à vigência de suas demandas. Elas vão estar relacionadas estas com o tema da construção do cenário público através da reivindicação dos direitos que nesta conjuntura experimentam igualmente processos de mudança.

De este novo olhar, tanto o direito à comunicação como à informação, vão além da liberdade de informação e de expressão à qual estiveram reduzidos e, de algum modo, homologados. Eles se convertem em requisitos para a ampliação da democracia, assim como para garantir a vida em comunidade. E é difícil na América Latina pensar a apropriação e o exercício dos direitos individuais no campo da comunicação, como direitos socioculturais, sem olhar para os problemas de exclusão que se geram neste cenário.

Trasladada esta reflexão, no Observatório como a Veeduria e o Compromiso, podemos ver como se convertem em um espaço de onde é possível exercer esta cidadania comunicativa e o exercício destes direitos. Este é um objetivo comum aos três projetos que vai ser desenvolvido, seja através do *site*, na participação da Veeduria no projeto de reforma na Lei de Rádio e Televisão, e no Compromiso, através do diagnóstico sobre a televisão infantil.

Vejam os quais são os interlocutores presentes em cada um deles. No Observatório encontramos em primeiro lugar os jornalistas, os quais assumem esta mediação com os cidadãos desenvolvendo esta leitura de crítica da mídia. Mas no interior do site existem espaços de conexão com os leitores que se estabelecem através de diferentes seções. E o caso de “*Caderno da Cidadania*”, a “*Voz dos Ouidores*”, a “*Urna eletrônica*”, “*OI na rádio*” e “*OI na TV*”, assim como através do link chamado “*serviços*”.

Embora nos dois primeiros o Observatório desenvolva uma atividade semelhante às Defensorias do Leitor existentes em alguns jornais, é só neste lugar específico que vamos encontrar as vozes diretas de cidadãos, representados nos leitores do site, ouvintes e telespectadores. Uma pesquisa sobre o perfil do usuário do *site* pode ser uma ferramenta que permita obter informação para enriquecer este tema da interlocução.

No caso da Veeduria, esta presença cidadã deu-se de múltiplas formas. De uma parte através de sua configuração como movimento cívico formado de modo plural por pessoas e organizações de distintos setores sociais. Igualmente é importante mencionar o processo de *lobby* desenvolvido através do contato direto com distintos interlocutores. Entre eles se destacam os jornalistas vinculados à cobertura do projeto de reforma na Lei de Rádio e Televisão, os congressistas vinculados a ele e, de modo especial, as pessoas que participaram nas atividades desenhadas nas distintas cidades.

Neste ponto é importante lembrar do percurso que a Veeduria fez por cidades como Lima, Arequipa, Iquitos, Puno e Cuzco, onde foi possível mediante seminários, caravanas e oficinas, desenhadas para divulgar seu projeto de reforma na lei de rádio e televisão, recolher

cerca de 85.000 assinaturas<sup>86</sup> respaldando este processo. Do mesmo modo foi possível situar nos primeiros lugares da agenda midiática o tema dos meios de comunicação, que até então uma importante maioria da população discutia somente como público.

Frente ao Compromiso, a cidadania esteve presente igualmente tanto no coletivo formado como nas distintas atividades convocadas por ele. Desde reuniões setoriais, onde participaram acadêmicos, produtores, as associações responsáveis por seu manejo, até os representantes de entidades públicas, tais como a Comissão Nacional de Televisão, o Ministério de Cultura, de Educação, de Comunicações, entre outras.

No entanto, este vínculo massivo no sentido de uma ampla participação cidadã que se deu na Veeduría não se deu no Compromiso. Estes cidadãos foram representados pelas entidades participantes e com certeza o contato direto com estes teria enriquecido o diagnóstico no seu conjunto. Para isso teria sido interessante uma convocação aberta ao público em geral para apresentar o projeto, assim como os resultados do mesmo. Na continuação apresentamos as conclusões deste trabalho.

---

<sup>86</sup> No entanto a metade delas foram rejeitadas por não cumprirem requisitos do Jurado Nacional de Eleições, o número neste caso serve para ilustrar a massiva participação da cidadania neste processo.

## 5 CONCLUSÃO

Cidadania, mídia, direitos, observatórios e ouvidorias. Todos eles considerados como fios a partir dos quais se foi elaborando o tecido desta tese. Definidos a partir de seus traços essenciais eles se converteram em uma rede de onde é possível compreender a realidade das sociedades contemporâneas e, de modo específico, a relação entre a política e a comunicação como alicerces sobre as quais elas se constroem.

O percurso foi longo e com altos e baixos, mas sempre nele manteve-se a perseverança, resultado da qual foram se visualizando desenhos, matizes e cores até conseguir uma forma definida para cada um destes conceitos. Como propósito central desta aproximação: indagar o papel que desempenham no processo de democratização da informação na América Latina o Observatório da Imprensa, a Veeduria Ciudadana de Comunicação Social do Peru e o Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia na Colômbia, experiências consideradas como objeto de estudo.

O primeiro objetivo para delimitar sua abordagem está relacionado com a descrição das formas de participação cidadã, o segundo com a caracterização das estratégias e táticas de comunicação que respaldam estas experiências e o terceiro com os lugares de presença da cidadania considerada como eixo central. Como hipótese de trabalho se estabeleceu a existência dos observatórios e ouvidorias como cenários onde consegue-se identificar os limites entre mídia e democracia.

Formulados estes questionamentos vamos retomar a relação entre política e comunicação onde eles se desenvolvem para desde este cenário tentar as respostas. Ao estudar os processos de transformação que nesta contemporaneidade experimentam estas duas esferas sociais encontramos rasgos que falam de uma autonomia e complementaridade e que transcendem os alcances e limites que tiveram em tempos passados.

No caso da política ela aparece com um instrumento para pensar o social, entendido como espaço construído e articulado desde o conflito, desde uma ordem da diversidade. Entendida como o lugar onde é possível a construção de um projeto de sociedade, a pergunta que surge nesta contemporaneidade tem a ver com as condições para assegurar seu exercício, defendendo os interesses da coletividade. Se no passado esteve ligada a instituições e procedimentos que permitiram um grau de estruturação, hoje vamos ver como este processo realiza-se através de uma nova configuração disseminada em distintos espaços.

Resultado deste processo, encontramos um cenário mutante, polifônico caracterizado por lugares e práticas de interação dos sujeitos em procura da construção de uma ordem social onde estes últimos vão ter uma importante responsabilidade individual e coletiva. E é no meio

da articulação dessa pluralidade de interesses e vontades onde é possível situar a democracia compreendida como seu “habitat natural”, sujeitas as regras estabelecidas por eles e por tanto mutáveis.

E como prova desta situação encontramos os processos de reforma política que se tentam desenvolver no continente, buscando fortalecer este regime, moralizando as disputas políticas e o fisiologismo e as alianças partidárias que tem caracterizado os recentes processos eleitorais. Frente à democracia existirá então o consenso de que ainda frágil é incompleta<sup>87</sup>, devido entre outras razões a pulsões populistas, a uma polarização dos eleitorados, e a uma perda de força das ideologias e partidos tradicionais, como o descrevemos de modo particular na América Latina, os interrogantes que surgem atualmente são de natureza diferente.

Se no passado as perguntas giravam em torno da validade e legitimidade deste regime político, nesta conjuntura estão relacionadas com a necessidade de estabelecer parâmetros adequados para conseguir sua reconfiguração. Os campos problemáticos que durante a última década focalizaram a análise da democracia na região têm sido substituídos por novos questionamentos. Nesse sentido, nos últimos anos um dos maiores méritos quando a olhamos tem a ver com o propósito coletivo da correção de suas limitações e “defeitos”, apesar de que, em algumas ocasiões, minam seus fundamentos

Desde esta perspectiva vemos como tentativa a construção de um novo projeto democrático no América Latina, situado em espaços e tempos específicos, caracterizado pela presença de atores, discursos e redes de relações que buscam como objetivo esta recuperação da democracia. E neste percurso reaparece o debate sobre o público e a participação da cidadania.

Considerada como um assunto de interesse estratégico no campo da política, e em sua condição, nas últimas décadas, de ator central das democracias, a cidadania precisa ser igualmente redefinida. Neste ponto é importante lembrar como ao longo da sua existência ela se situa em distintos momentos da história, onde desempenha funções específicas.

Reconhecendo a experiência ateniense como relevante, é a partir do século XVIII quando o lugar da cidadania adquire perfis modernos vinculando-se ao tema da participação e dos direitos. Este tema vai ser particularmente significativo na medida em que, como “regras do jogo” necessárias para o desenvolvimento social, estão materializados em contextos sociais, desde onde vão ter significados e demandas específicas.

---

<sup>87</sup> Sempre será atual a frase do Ministro Churchill durante a Segunda Guerra no sentido em que “a democracia é o pior regime, depois de todos os outros”.



No entanto, apresenta-se neste contexto global, um maior interesse pela fiscalização destes direitos os quais cada vez estão mais restringidos particularmente no referente ao âmbito sociocultural. Vinculados às noções de identidade e alteridade, aparecem como espaço para reivindicar o desenvolvimento integral do indivíduo. Desde este tema será possível dar sentido às suas realizações éticas e políticas.

E nessa mesma linha de reflexão, a partir da cultura encontramos a Dagnino (2000; 2008) quem vai caracterizar a cidadania como estratégia política, como elemento de disputa e de reivindicação de demandas formuladas em contextos específicos. Entendida como prática, lugar de encontro e campo de reflexão é a partir dos anos noventa quando vai transitar em novos cenários. Neles além de identidades políticas e partidárias o cidadão começa a representar-se a si mesmo criando formas de participação mais direitas.

Nesta metamorfose da cidadania nos encontramos com a comunicação e com a mídia, consideradas como aspecto central no processo de redemocratização das sociedades. E justamente neste cenário é possível recuperar esta relação com o tema dos direitos, na medida em que, associados com a comunicação, adquirem novas dimensões e significados. Vinculado com temas como o acesso à informação e o conhecimento, produzido e em circulação através da mídia, precisa ser repensado para garantir a proteção da riqueza e diversidade cultural.

Esta última não pode ser possível sem uma oferta midiática plural e diversa e para isso é necessária a criação de espaços de diálogo e participação cidadã. Este tema tem sido eixo central e reivindicação permanente ao longo das décadas anteriores, vinculado em essência a uma democratização da comunicação materializado em processos de reforma do setor das telecomunicações, onde a discussão tem estado presentes de modo recente.

Como exemplo desta situação em países como Argentina, Brasil, Peru e México onde como ocorre em quase todo o continente, este debate está assentado em regulamentações dispersas e desatualizadas. Nesse sentido este aparece como um primeiro passo importante não somente para refletir coletivamente sobre este setor nevrálgico, mas também como uma forma de posicionar a democratização da comunicação no centro do debate público.

Surge então a pergunta acerca de como somos configurados na mídia e para dar respostas encontramos a Alfaro (2009) e Mata (2006). As duas pesquisadoras enfatizam que a cidadania não surge de modo espontâneo. Em nosso continente este tema se converte em um desafio permanente na medida em que não estão dadas as condições para seu exercício. A primeira dá ênfase na necessidade de voltar o olhar sobre a mídia onde as audiências conformadas em sua maioria por amplos setores da população lutando dia a dia pela sobrevivência, vão ser receptores mais que cidadãos. Ocupados em resolver problemas

cotidianos, no meio de conflitos e pobreza, estarão longe desta condição. Desta perspectiva a mídia oculta a realidade criando um mundo de aparente empatia com eles.

A aproximação de Mata (2006) a este tema vai-se dar desde uma perspectiva diferente. Ela parte do reconhecimento dos cidadãos na mídia, fato que se configura a partir do conceito de cidadania comunicativa, que permite estabelecer seus alcances e limites. Entendido como um reconhecimento da capacidade de ser sujeito de demandas no campo da comunicação este remete necessariamente ao tema dos direitos.

Ao estudar este processo esta pesquisadora descreve três formas onde os cidadãos estarão presentes. Seja como sujeito de necessidade, onde a pobreza e a carência são seus sinais de identidade, como objeto de demandas procurando respostas a suas necessidades e, finalmente, como sujeito de decisões, onde encontramos diferentes estratégias utilizadas pela mídia que procura “consultar” o cidadão para que opine sobre distintos temas. Desde esta última experimenta uma sensação de participação. Em todas elas o cidadão se encontra diminuído, sem nenhuma capacidade para exercer seus direitos.

E neste panorama encontramos os observatórios e ouvidorias como projetos que fazem parte do que Braga (2006) chama como Sistema de Resposta Social. Caracterizado como um terceiro setor estará conformado pelas distintas formas como a sociedade organiza-se para fazer frente á mídia. Nesta tese estudaram-se o Observatório da Imprensa, Veeduría Ciudadana de Comunicación e o Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia consideradas como experiências de *media criticism* as quais de modo gradual tem cada vez mais visibilidade na América Latina.

Entre estes projetos existiram traços comuns e diferenças. No primeiro caso estamos falando de um interesse pela criação de um cenário onde seja possível acompanhar a ação da mídia. Outro elemento de semelhança tem a ver com o respaldo da academia neste processo quer seja na sua fase inicial ou de modo permanente. A intencionalidade pedagógica aparece como outro elemento comum. Neste sentido pretende-se realizar uma atividade de educação e formação das audiências na sua relação com a mídia.

A difusão das atividades desenvolvidas por estas experiências através da mídia é um elemento que pode ser considerado como de identidade tanto nos observatórios como nas ouvidorias, e sua presença se dá de diferentes modos. Nos observatórios, e de forma particular no Observatório da Imprensa, o *site* é o meio selecionado. Neste ponto é importante lembrar como este último é um produto jornalístico e por sua vez um fórum para o debate e a participação.

Já no caso das ouvidorias selecionadas, tanto na experiência peruana como a colombiana, na primeira existe um site como ferramenta de divulgação das atividades desenvolvidas. É importante assinalar que este foi caracterizado de modo geral, pois a análise se centrou mais na participação no projeto de reforma a Lei de Televisão. Com relação ao Compromiso, tem páginas inseridas no site *Red de La Iniciativa de Comunicación*.

Outra diferença tem a ver com o sentido de utilização destas estratégias. No caso dos observatórios o site e suas seções interativas busca promover o debate *on line*, através das distintas estratégias desenhadas com este propósito. E, ainda outra, tem a ver com o processo de mediação que o observatório e a ouvidoria realizam. No caso do Observatório da Imprensa encontramos a equipe de jornalistas responsáveis pelo site, os quais, a partir de valores considerados como próprios do ofício vão questionar os critérios utilizados na mídia, assinalando os erros cometidos por seus colegas.

Tanto na Veeduría como no Compromiso vamos ver a presença de distintas organizações do setor público e privado interessadas em posicionar o tema da comunicação e da mídia no espaço público. A atividade mediadora nestes projetos realiza-se buscando vincular três grandes atores. O Estado como árbitro deste processo, como organizador e regulador em nome de um interesse público geral, mas também a iniciativa privada representada nos produtores, realizadores e as associações responsáveis pela mídia e, finalmente, a cidadania.

No caso do Observatório este vínculo se realiza de modo indireto através dos jornalistas assim como nos espaços contemplados no interior do site. Neste ponto poderia ser válida a pergunta sobre como ganhar mais leitores além deste público com formação acadêmica, considerado como seu leitor principal.

Frente à Veeduría podemos ver como a cidadania mostra-se através do movimento cívico que lhe deu origem assim como nas distintas atividades realizadas como parte da campanha desenvolvida para a divulgação do projeto de reforma da Lei de Rádio e Televisão. E neste processo encontramos de novo tanto o Estado como os jornalistas e pesquisadores vinculados a estas experiências e, de modo particular, a cidadania.

O primeiro, responsável pela formulação de políticas públicas para regulamentar a mídia, deverá estar atento a estes debates já que apresentam um diagnóstico da realidade elaborado por seus protagonistas. E finalmente a cidadania, como projeto em construção e experimentando novas roupagens encontra, tanto nos observatórios como nas ouvidorias, um lugar propício onde escrever sua história. Um cenário para o diálogo, requisito de todo projeto democrático.

A estrada é longa e o percurso não se faz sempre em uma linha reta. Reconhecendo seus avanços e limitações os observatórios e ouvidorias aparecem como indicadores de um novo momento do percurso da democratização da mídia na América Latina. Elas se configuram de modo gradual como experiências que estão marcando um caminho para ser transitado neste propósito de contribuir ao desenvolvimento do continente.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Jorge. La Ley de Radio y Televisión. Notas para un análisis desde la sociedad civil. In: Alfaro, Rosa Maria, edit. **Hacia nuevas rutas éticas em nuestros médios**. Memoria de la campana ciudadana sobre la Ley de Radio y Televisión. Lima: Calandria. Veeduría Ciudadana de Comunicación Social. 2005.

ALBORNOZ, Luís A. e HERSCHMANN, Micael. **Os Observatórios de Informação, comunicação e cultura**: balanço de uma breve trajetória. In: R e-Compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação -, vol 7. 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/102/101>. Acesso em: 8 de maio de 2008.

ALBUQUERQUE, Afonso. **Media Criticism no Brasil**: O Observatório da Imprensa. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Vol. XXV. No.2 jul-dez de 2002.

ALFARO, Rosa Maria. **Democracia**. Encuentros & Desencuentros entre medios y ciudadanía?. Lima: Calandria, 2009.

\_\_\_\_\_. Rosa Maria. edit. **Hacia nuevas rutas éticas em nuestros médios**. Memoria de la campana ciudadana sobre la Ley de Radio y Televisión. Lima: Calandria. Veeduría Ciudadana de Comunicación Social. 2005.

\_\_\_\_\_. Derechos comunicativos para la afirmación ciudadana. In: ALFARO, Rosa Maria, edit. **Hacia nuevas rutas éticas em nuestros médios**. Memorias de la campaña ciudadana sobre la Ley de Radio y Televisión. Lima: Calandria. Veeduría Ciudadana de Comunicación Social.

\_\_\_\_\_. **Ciudadan@s “de a de veras”**. Una propuesta de vigilancia de la gestión pública, desde un enfoque comunicacional. Lima: Calandria.2003.

ARDITI, Benjamin. Ciudadania de geometria variable y empoderamiento social. Una propuesta. In: CALDERÓN, Fernando (coord). **Ciudadania y Desarrollo Humano**. Cuadernos de gobernabilidad democrática I. Buenos Aires: Siglo XXI Edit, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. Em Busca da Política. 1ª Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BECKER, Howard. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Edir. Huitec, 1997.

BERTRAND, Aristide. Claude Jean. **O arsenal da Democracia**. Sistemas de Responsabilização da Mídia. São Paulo: EDUSC, 2002

BLUM, Andréa Paola. **Observatório da imprensa na internet** - Promovendo a leitura crítica da mídia brasileira. Trabalho de especialização (Gestão da Comunicação: Políticas, Educação e Cultura). Escola de Comunicação e Artes da USP. São Paulo, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. **Estado, governo e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**. Revista do Programa de Pós – Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. São Paulo. Vol 1.n2 (jan/jun 2008).

\_\_\_\_\_. José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**. Dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. José Luiz. Os estudos de interface como espaço de constituição do campo da Comunicação. In: **Contracampo**. Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação. Niterói. UFF. Vol 10/11 (1 e 2 sem de 2004).

BROULLÓN, Gaspar et al. **Los Observatorios de Comunicación**. In: Revista Chasqui. Quito No. 90. 2005. Disponível em: <http://chasqui.comunica.org/content/view/61/55/>. Acesso em: 08 mar 2008.

BURSCH, Sally. Derechos a la Comunicación. Nuevos retos. In: ORGANIZACIÓN CATOLICA LATIOAMERICANA Y CARIBENA DE COMUNICACIÓN (OCLACC). **Comunicación, ciudadanía y valores**. Reinventando conceptos y estrategias. Quito: Padre Reus, 2008.

CHERESKY, Isidoro. La ciudadanía en el centro de la escena. In: CHERESKY, Isidoro, comp. **Ciudadanía, sociedad civil y participación política**. Buenos Aires: Miño y Dávila edit, 2006.

CRISTOFOLETTI, Rogerio. Ver, olhar e observar. In: CRISTOFOLETTI, Rogério e MOTTA, Luis Gonzaga, org. **Observatórios de mídia**. Olhares de cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

COMPROMISO NACIONAL POR UNA TELEVISIÓN DE CALIDAD PARA LA INFANCIA EN COLOMBIA. Bogotá: 2005. Disponível em: <http://www.comminit.com/em/node/270004>. Acesso em: 14 ago 2008.

CORDOBA, Liliana; MORALES, Suzana. “Avatares de uma busca: a exigibilidade dos direitos frente aos meios”. In: EFENDI, Alberto, PEREIRA, Roberto. **La investigación de la Comunicación en América Latina**. Quito: Red AMLAT, 2010.

CORREA, Mirta. Comitês de Vigilância Cidadã do Congresso da República. In: Castañeda, Marisol e Alfaro, Rosa Maria. **Relaciones entre el Estado y la Sociedad Civil. Concertación o vigilancia?**. Lima: Calandria. 2003.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: Para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DAGNINO, Evelina. Los significados de la ciudadanía en América Latina. In: CHAPARRO, Adolfo, SALGADO, Carolina et al. Edit. **Estado, Democracia y Populismo en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO. Universidad del Rosario. 2008.

\_\_\_\_\_. Evelina et al. Introducción. Para otra lectura de la disputa por la construcción democrática en América Latina. In: DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto, comp. **La disputa por la construcción democrática en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica. CRESAR. Universidad Veracruzana. 2006.

\_\_\_\_\_. Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino americana. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina, et al. **Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos**. Novas Leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: **Anos 90. Política e Sociedade no Brasil**. DAGNINO, Evelina, org. São Paulo: Brasiliense. 1994.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**. Uma releitura: São Paulo Summus.2009.

\_\_\_\_\_. **OI, 10 anos: Um compromisso, uma história, um saldo**. 2006. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=379O10001>. Acesso em: 20 maio 2008.

\_\_\_\_\_. **Observatório da Imprensa: Objetivos**. 1996. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/objetivos.asp>. Acesso em: 20 maio 2008.

DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio, org. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

EGYPTO, Luiz; MALIN, Mauro. Um observatório, mais observatórios. In: CHRISTOFOLETTI, Rogerio , GONZAGA, Luiz. (orgs), **Observatórios de Mídia**. Olhares da Cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

ERAZO, Virginia. **Panorama de la Observación Crítica de los Medios de Comunicación en América Latina**. Visión global y local. Perspectiva de género y participación ciudadana. Santiago: FUCATEL, 2006.

FORUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO (FNDC). **Revista MídiaCom Democracia**: Julho 2009 No.9. Porto Alegre: FNDC.

GALINDO, Jesús. **Cibercultura**. Un mundo emergente y una nueva mirada. México: CONACULTA, 2006.

\_\_\_\_\_. Historia de vida. Guía técnica y reflexiva. Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, vol. VI. 1994. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=31661811>. Acessado em 05 abr. 2011

\_\_\_\_\_. coord. **Técnicas de investigación en Sociedad, Cultura y Comunicación**. México: CONACULT, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sabor a ti**. Metodología cualitativa en investigación social. Xalapa: Universidad Veracruzana, 1997.

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2005

GARRETÓN, Manuel Antonio. Sociedad civil y ciudadanía en la problemática latinoamericana actual. In: CHERSEKY, Isidoro, comp. **Ciudadanía, Sociedad Civil y Participación Política**. Buenos Aires: Miño y Dávila edit, 2006.

\_\_\_\_\_. La transformación de la acción colectiva en América Latina. **Revista de la CEPAL**. No. 76. Santiago, abril de 2002.

\_\_\_\_\_. Democracia, ciudadanía y medios de comunicación. Un marco general. In: AAVV. **Los medios: nuevas plazas para la democracia**. Lima: Calandria, 1995.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania. Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GODÓI, Tania Maria. O Estudo de Caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social. In: MARTINELLI, Maria Lucia, org. **Pesquisa Qualitativa**. Um instigante desafio. São Paulo: Veras Edit, 1999.



GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa cualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massas**. São Paulo: Paulus, 2007.

GONZÁLEZ, Jorge. Coord. **Cibercultura e iniciación en la investigación**. México: CONACULTA, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mas (+) Culturas (s). Ensayos sobre realidades plurales**. México: CONACULTA, 1994.

GUERRA, Josenildo. **Rede Nacional de Observatórios de Imprensa**. Um panorama inicial. Documento eletrônico disponível in: [WWW.observatoriodeimprensa.com.br](http://WWW.observatoriodeimprensa.com.br).

HERRERA, Suzana. Tipologia de los observatorios de medios. **Revista Palabra Clave**. El metadiscursio de los medios. Vol 8, no.3. Chia, dez de 2005.

HOPENHAYN, Martín. **America Latina desigual y descentrada**. Buenos Aires: Norma, 2005.

LECHNER, Norbert. La política ya no es lo que fue. In: **Revista Nueva Sociedad**. Caracas: F. Friederich Ebert, jul-ag 1996.

\_\_\_\_\_. **Los patios interiores de la democracia**. Subjetividad y política. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1988.

\_\_\_\_\_. **La conflictiva y nunca bien acabada construcción del orden social**. Santiago: FLACSO, 1984.

LESSARD-HEBERT, Michelle et al. **Investigação Qualitativa**. Fundamentos e praticas. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

LOURES, Ângela da C. C. . Pequena história da Critica de Mídia no Brasil. In: Rogério Christofoletti; Luiz Gonzaga Motta. (Org.). **Observatórios de Mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008, v. 1, p.

MARSHAL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, Maria Lucia, (org). **Pesquisa qualitativa**. Um instigante desafio. São Paulo: Veras, edit. 1999.

MARTIN BARBERO, Jesús. **Oficio de Cartógrafo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

\_\_\_\_\_. De los medios a las mediaciones. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2003.

\_\_\_\_\_ e Sonia Muñoz (coord.). **Televisión y Melodrama**. Bogotá: Tercer Mundo, 1992.

MARTÍN Barbero, Jesús; REY, Germán. **Los ejercicios del ver**. Hegemonía Audiovisual y ficción televisiva. Barcelona: Gedisa. 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: Uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MATA, Maria Cristina. Ciudadanía comunicativa: Los desafíos de una construcción categorial. In: DA PORTA, Eva, et al. **Giros teóricos en las Ciencias Sociales y Humanidades**. Córdoba: Centro de Estudios Avanzados. 2008.

\_\_\_\_\_. Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico – políticos de su articulación. In: **Revista Fronteiras**. Estudos mediáticos. Vol. VIII (1). São Leopoldo: Unisinos. jan-abril de 2006.

\_\_\_\_\_. Maria Cristina. Interrogaciones sobre El público. In; VASALLO de Lopes, Maria Inmacolatta, FUENTES, Raúl, comp. **Comunicación, campo y objeto de estudio**: Perspectivas reflexivas latinoamericanas. México: ITESO, 2001.

MC BRIDE, Sean. **Un solo mundo**. Voces múltiples. Comunicación e Información en nuestro tiempo. México: Fondo de Cultura Económica. 1980.

MC QUAIL, Denis. **Midia accountability and freedom of publication**. New York. Oxford Press, 2003.

MENENDEZ – CARRION, Amparo. El Lugar de la ciudadanía em los entornos de hoy. Una mirada desde América Latina. In: **Revista Debate** No.58. Centro Andino de Acción Popular (CAP). Quito: abril de 2003. Disponível em: [www.dlh.lahora.com.ec/paginas/debate/711.htm](http://www.dlh.lahora.com.ec/paginas/debate/711.htm).

MORIGI, Valdir. VEIGA, Alexandre. Esfera pública informacional: os arquivos na construção da cidadania. In: **Revista Informação & Sociedade**. Estudos. Joao Pessoa, Vol 17. maio – agosto de 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Crítica da Mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: In: CHRISTOFOLETTI, Rogério e MOTTA, Luiz Gonzaga, (orgs). **Observatórios de Mídia**. Olhares de cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

ORTIZ, Renato. **Globalización y esfera pública**. Entre lo nacional y lo transnacional. In: **Revista Signo y Pensamiento**. No.41. De las Mediaciones a los medios?. Viejos itinerarios, nuevas discusiones. Bogotá, Vol XXI, jul-dic de 2002.

\_\_\_\_\_. **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **O próximo e o distante**. Japão e a modernidade. Mundo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUIÑONES, Beatriz. **Pido la palabra**: observar, incidir, participar. Bogotá: Editorial Kimpres, 2010.

RAMONET, Ignácio. O quinto poder. In: **Le Monde Diplomatique**. Brasil. 01 de Outubro de 2003. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=831&tipo=acervo>. Acesso em: 18 Mar 2008.

REY, Germán. Consistencia y evaporación de los significados: las relaciones entre medios de comunicación y política. In: ALFARO, Rosa María edit. **Comunicación y Política en una democracia ética por construir**: Lima: Veeduría Ciudadana de Comunicación Social. British Council, 2005.

\_\_\_\_\_. **El Defensor del Lector**: um ofício em construção. Disponível em: [www.saladeprensa.org](http://www.saladeprensa.org). Nº. 53 Marzo 2003. Acesso em: 5 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Ver desde la Ciudadanía. Observatórios y veedurias de medios de comunicación en América Latina. In: LA TRIBU. **Veedurias y Observatorios**. Participación social en los medios de comunicación. Buenos Aires: La Tribu. Fundación Friederich Ebert, 2003.

ROVEDA, Antonio et al. **Toma el control**. Bogota: Javergraf. 2008.

SAFFÓN, María Paula. El Derecho a la Comunicación: un derecho emergente. In: CENTRO DE COMPETENCIA EN COMUNICACIÓN PARA AMERICA LATINA. Friederich Ebert Stiftung (FES). **Ya no es posible el silencio**. Textos, experiencias y procesos de comunicación. Bogotá: FES, 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Papel público das políticas na garantia dos direitos sociais**. Apontamentos de sua palestra no seminário “O Papel Público das Políticas na Garantia dos Direitos Sociais. São Leopoldo, Unisinos, 27 de janeiro de 2010.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**. Afinal do que se trata?. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2006.

TÉLLEZ, María Patricia. **Los observatorios de medios de comunicación:** lugares de construcción de ciudadanía. In: ENCUENTRO ACADÉMICO DE AFACOM. 2003, Bogotá. El Quinto Poder: ¿Le Apuestan Los Medios a los Públicos? Bogotá, 2003.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

LOPES, Maria Immacolata Vasallo de; WILCHES, Lorenzo. **Culturas y mercados de la ficción televisiva en Iberoamerica.** Anuário Obitel 2007. Barcelona: Gedisa, 2007.

VEEDURIA CIUDADANA DE LA COMUNICACION. **Derechos para una Comunicación para todos.** Compromisos democráticos del nuevo comunicador ético. Lima: Veeduría Ciudadana de Comunicación. Calandria. British Council, 2005.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculo da política.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso.** Planeamentos e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

**ANEXOS**

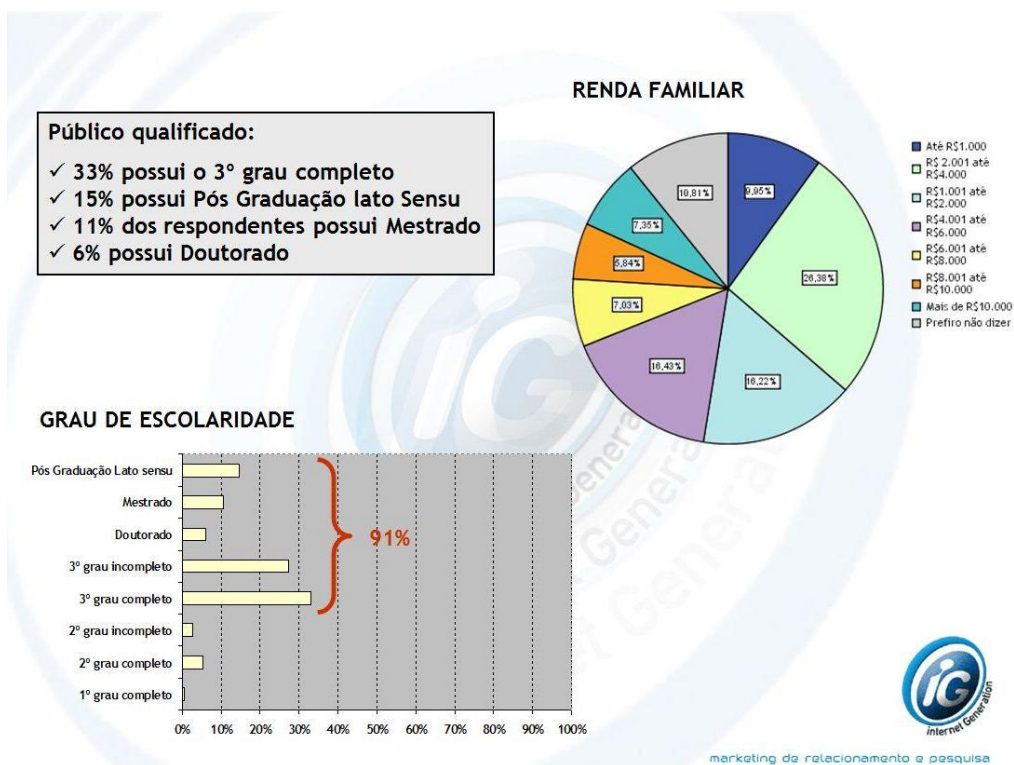
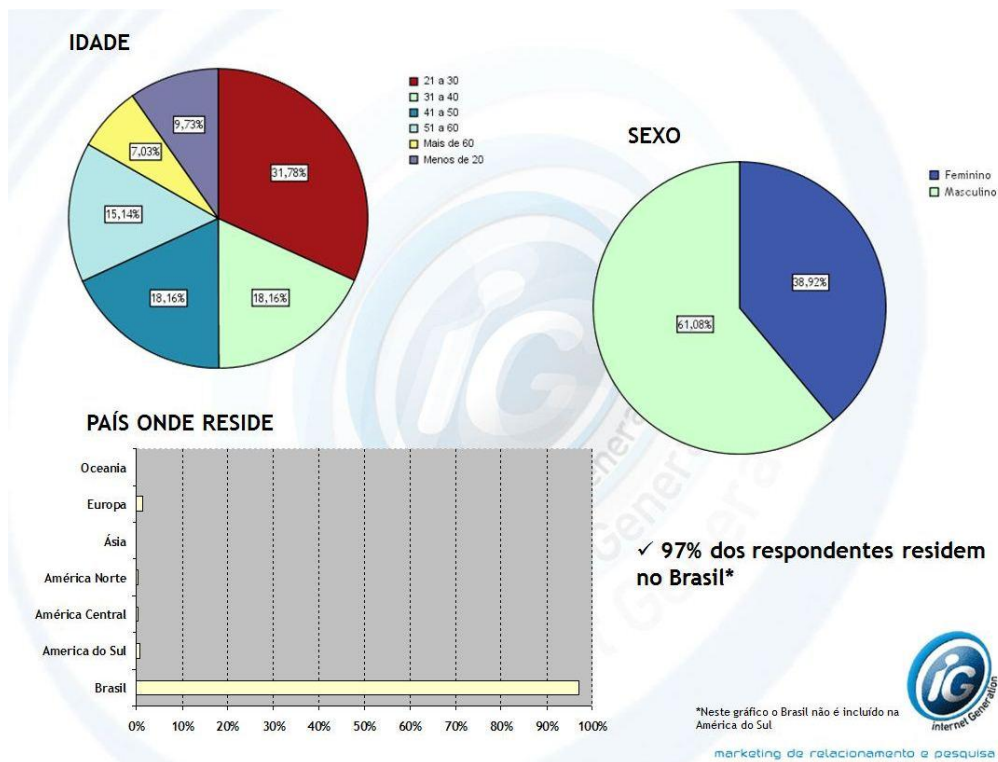
## A. Observatório da Imprensa. Perfil do leitor

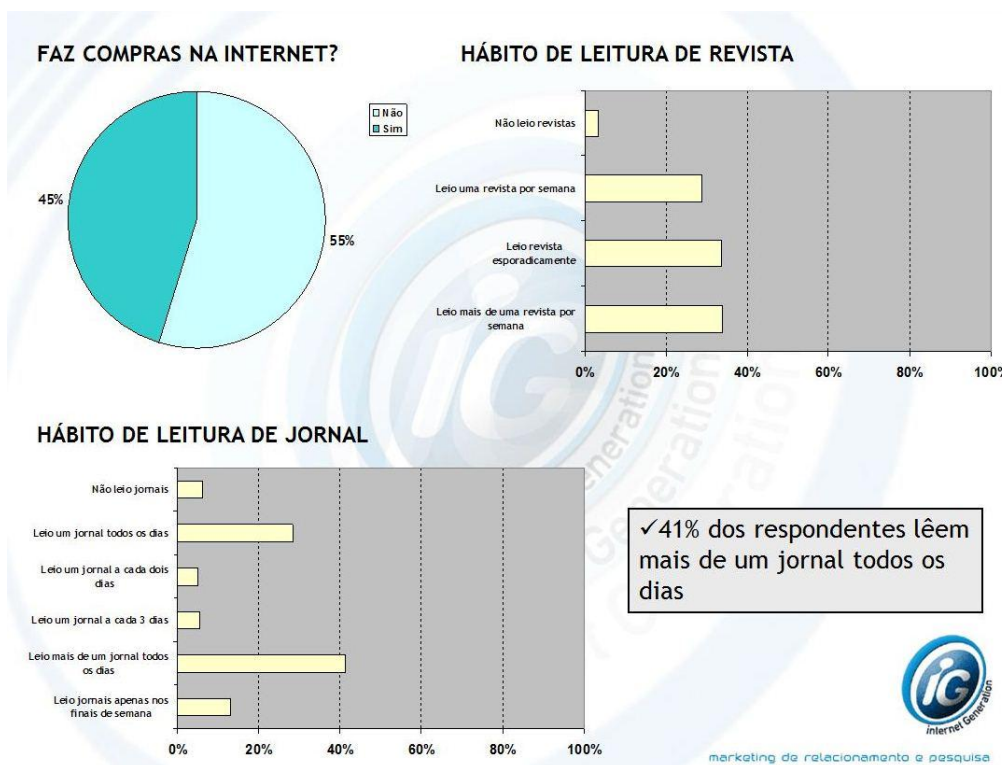
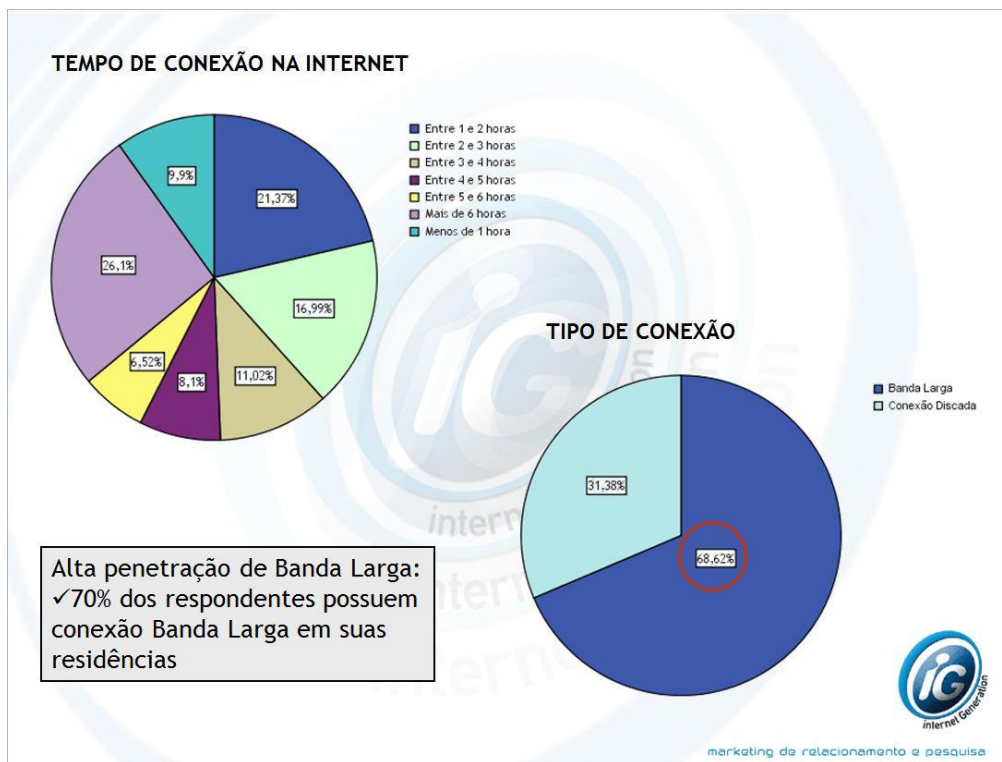


### CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 97% dos respondentes residem no Brasil;
- Aproximadamente 50% possuem entre 21 e 40 anos (maior concentração na faixa etária mais jovem: 21 e 30 anos - 30%);
- A maior parte dos leitores são homens (61% dos respondentes);
- O leitor do *Observatório da Imprensa* pertence a um público muito qualificado: somando os respondentes que possuem 3º grau completo, Mestrado, Pós Graduação e Doutorado, temos 64%. Se somarmos também os respondentes que possuem o 3º grau incompleto temos 91% dos respondentes;
- Aproximadamente 70% possui conexão Banda Larga (acesso de casa);
- 55% fazem compras na Internet;
- 41% dos respondentes lêem mais de um jornal por dia e 28% lêem um jornal por dia;
- 34% dos respondentes lêem mais de uma revista por semana e outros 34% lêem revista esporadicamente;
- 35% dos respondentes acessam o *Observatório da Imprensa* uma vez por semana e 21% acessam duas vezes por semana;
- 41% dedicam entre 30 minutos e 1 hora para a leitura do *Observatório da Imprensa*;
- Apenas 24% dos respondentes já escreveu cartas ou artigos para o *Observatório da Imprensa*;
- 92% dos respondentes usa a Internet para saber das notícias;
- Aproximadamente 50% dos respondentes acessa sites de jornais para checar as notícias;

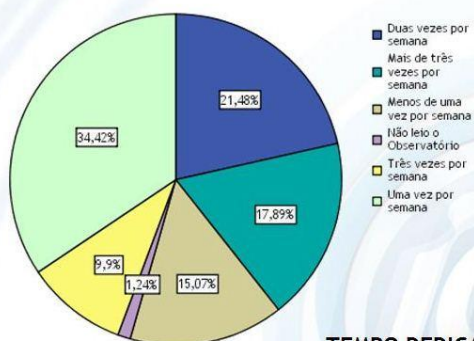








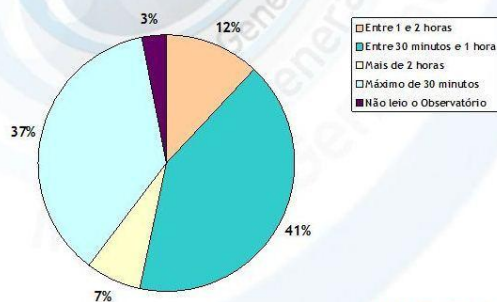
### ACESSO OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA



✓ 35% dos respondentes acessam o Observatório da Imprensa uma vez por semana

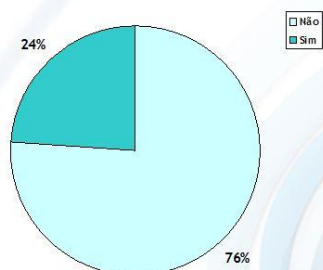
✓ 41% dedica entre 30 minutos e 1 hora para a leitura do Observatório da Imprensa

### TEMPO DEDICADO AO OBSERVATÓRIO DE IMPRENSA

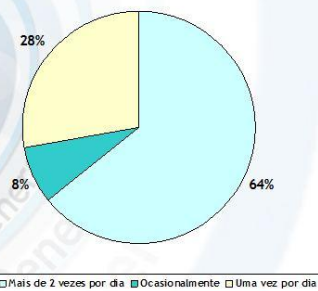


marketing de relacionamento e pesquisa

### JÁ ESCREVEU CARTAS OU ARTIGOS PARA O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA?



### CHECA AS MENSAGENS DO CORREIO ELETRÔNICO?



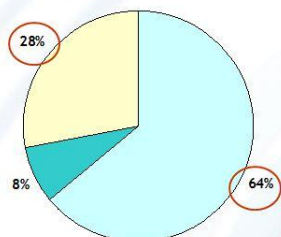
✓ Apenas 24% dos respondentes já escreveu cartas ou artigos para o Observatório da Imprensa

✓ 64% checa as mensagens do e-mail mais de 2 vezes por dia



marketing de relacionamento e pesquisa

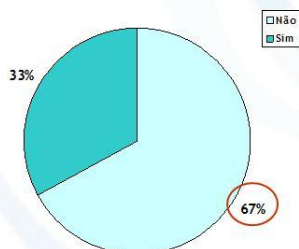
### USA INTERNET PRA SABER DAS NOTÍCIAS...



Mais de 2 vezes por dia
  Ocasionalmente
  Uma vez por dia

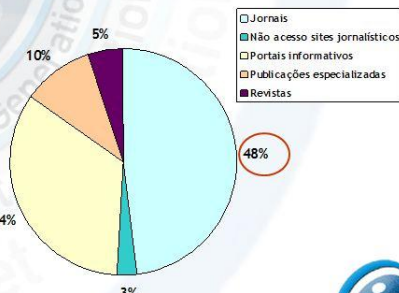
- ✓ 92% dos respondentes usa a Internet para saber das notícias
- ✓ Aproximadamente 50% dos respondentes acessa sites de jornais para checar as notícias

### VISITA REGULARMENTE ALGUM BLOG?



Não
  Sim

### QUAIS SITES JORNALÍSTICOS ACESSA



Jornais  
 Não acesso sites jornalísticos  
 Portais informativos  
 Publicações especializadas  
 Revistas



marketing de relacionamento e pesquisa

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O público leitor do *Observatório da Imprensa* é qualificado;
  - ✓ 33% possui o 3º grau completo
  - ✓ 15% possui Pós Graduação lato Sensu
  - ✓ 11% dos respondentes possui Mestrado
  - ✓ 6% possui Doutorado
- 97% residem no Brasil;
- Alta penetração de banda larga: 70% possuem acesso banda larga de casa;
- A predominância é de homens (61% dos respondentes é do sexo masculino);
- 55% fazem compras na Internet;
- 92% dos respondentes usa a Internet para saber das notícias;
- 55% acessa o *Observatório da Imprensa* ao menos uma vez na semana;
- 41% dedica entre 30 minutos e 1 hora ao *Observatório da Imprensa*.



marketing de relacionamento e pesquisa

**B. Veeduría Ciudadana de Comunicación del Perú**

# **DERECHOS A UNA COMUNICACIÓN PARA TODOS**

**COMPROMISOS DEMOCRÁTICOS DEL NUEVO COMUNICADOR ÉTICO**  
Manual para estudiantes y voluntarios de los derechos a la comunicación

Material de capacitación en derechos a la comunicación

Es publicado con el apoyo de las siguientes instituciones:

Veeduría Ciudadana de la Comunicación Social

Asociación de comunicadores Sociales Calandria

Consejo Británico

Impreso en Gama Gráfica

Lima, mayo de 2,005

## PRESENTACIÓN

Este es un folleto dirigido a estudiantes de comunicación o periodismo y a voluntarios jóvenes, reales y potenciales, que hoy optan y trabajan a favor de una democracia ética en el país desde el espacio mediático. Pensamos, sin embargo que puede ser útil a muchas más personas que por ser periodistas o ciudadanos y públicos de los medios, podrían sentirse involucrados en conocer y practicar los derechos a la comunicación.

Estamos convencidos que para ser ciudadano hoy, es indispensable serlo en este campo de las relaciones, los climas colectivos, los diálogos que se establecen entre diversas personas e instituciones de un país que se organiza políticamente desde una perspectiva ética y democrática. Si la comunicación no la ponemos al servicio de los derechos humanos y de las prácticas culturales y políticas estaremos perdidos como sociedad. La comunicación es un espacio donde también practicamos la convivencia, pero a la vez es el lugar donde se construye lo público que nos une y desune para conocernos y manejarnos mejor.

La Veduría Ciudadana de la Comunicación Social y la A.C.S CALANDRIA lanzan este primer folleto y vendrán otros, siempre en la línea de construir una comunicación democrática que dé cuenta de los principales problemas que vive el país para resolverlos poco a poco y con valentía.

## I. LA COMUNICACIÓN COMO UN DERECHO HUMANO DE TODOS

La comunicación es una competencia de todos los seres humanos. Mediante ella nos constituimos como personas, interactuando con otros. Gracias a la comunicación podemos vivir en familia y en sociedad, nos hacemos parte de instituciones, organizaciones, empresas, hasta países. Establecemos diálogos y vínculos entre pares y diferentes, encontrando afinidades con las personas de nuestro entorno, o descubrimos y expresamos nuestras divergencias.

La vida en sociedad no sería posible sin comunicación. No habría educación, cultura, democracia, trabajo, entretenimiento, tampoco amor... es decir, no habría forma alguna de vinculación entre las personas y entre éstas y su entorno. Pero a pesar de su relevancia, muchas veces la comunicación tiene un carácter vertical, se usa para imponer ideas, para callar y desorientar a los demás, incluso para dañar reputaciones personales o grupales. Se suele brindar o transmitir información no siempre útil para los demás y se legitima el no escuchar y el no dialogar.

Comunicación viene de comunidad. Comunicar es poner en común, es compartir, es ponerse de acuerdo o, por qué no, discrepar pero sobre la base del diálogo. Y no sólo la radio, la televisión, el correo electrónico, Internet o los periódicos sirven para comunicar, la relación interpersonal es también fundamental y necesaria.

La comunicación es clave para el desarrollo de los individuos, pero también tiene implicancias para procesos de carácter social, político, económico y cultural. Así lo han remarcado, en un encuentro realizado en Ginebra en diciembre del año 2003, especialistas y académicos de la comunicación, representantes de organizaciones de la sociedad civil, reunidos para discutir sobre los derechos a la comunicación en un mundo globalizado:

*“La comunicación juega un rol central en la política, la economía y la cultura en sociedades en todas partes del mundo. Las tecnologías de la información y comunicación, junto con la voluntad política para implementar los derechos de la comunicación, pueden proveer nuevas y vitales oportunidades para la interacción política, el desarrollo social y económico, y la sustentabilidad cultural. Los medios para lograr estos fines incluyen el acceso universal a los medios de comunicación e información y a una diversidad de medios por todo el mundo”*

La comunicación, por consiguiente, está vinculada estrechamente a la democracia. Y ¿qué es la democracia?. Si atendemos a la raíz etimológica de la palabra, podemos señalar que democracia es el gobierno del pueblo. Pero ¿Son las democracias

existentes en el mundo, auténticos gobiernos del pueblo?. Más bien la democracia, de acuerdo a lo que se observa en un amplio número de países, alude sólo al sistema de gobierno, bajo un equilibrio de poderes, en el que autoridades elegidas cada cierto tiempo mediante votación universal ejercen el gobierno en representación de los electores. Es decir la entienden fundamentalmente en su formalidad.

Es cierto que la democracia tiene que ver principalmente con sistemas de representación. Pero, esta forma de gobierno se enriquece y se transforma a partir de sistemas organizados y espontáneos de participación ciudadana directa en los procesos de toma de decisiones y en el control de la gestión pública. Así, participación y representación son características complementarias del ejercicio democrático, permitiendo que muchas personas puedan ser protagonistas en los actos de gobierno, requiriendo de una organización burocrática que facilite su funcionamiento. Porque ser ciudadano dentro de un gobierno democrático nos debiera permitir ser parte del Estado porque es también nuestro.

La comunicación, entendida como información y opinión plural, pero también como diálogo, contribuye a construir y fortalecer sociedades democráticas. Si somos parte de un sistema de representación, la información que proviene de distintos sectores de la sociedad, entregada de manera oportuna, es fundamental, tanto en un período de elecciones como cuando cotidianamente se deciden las políticas sociales de un país. ¿Cómo podemos opinar sobre las decisiones y ordenamientos gubernamentales si no sabemos nada sobre el proceso de decisión y en qué se sustentó? y ¿Cómo votar adecuadamente si no se está bien informado o informada? La información posibilita un ejercicio más pleno de los derechos de participación política para que beneficien a la sociedad en su conjunto.

En sistemas que promueven la participación directa, especialmente en ámbitos locales, la comunicación es también sustancial. Por ejemplo, si se trata de concertar con la autoridad municipal sobre políticas públicas en materia de transporte y seguridad vial, el mejor medio para ponerse de acuerdo es el diálogo entre los diferentes actores involucrados en el problema, mejor aún si se organizan debates públicos. Y si, una vez concertada la política, se considera importante también vigilar su cumplimiento siguiéndole los pasos a las políticas y acciones estratégicas que se ponen en práctica en materia de transporte, la comunicación es también indispensable, pues se requiere de mecanismos de transparencia y acceso a la información, desde la autoridad municipal, para que la población pueda hacer uso de su derecho a controlar la gestión, verificar el cumplimiento de los objetivos y metas propuestas, así como el correcto uso de recursos económicos del Estado. Es decir, la vigilancia ciudadana es un derecho ciudadano que sólo es posible realizar mediante la comunicación.

La democracia se sustenta en ciudadanos y ciudadanas que, perteneciendo a una determinada comunidad política, cívica o partidaria, ejercen derechos y responsabilidades, comunicándose entre ellos.

## 1. Los derechos humanos que nos asisten a todos

Entre los derechos que tradicionalmente configuran la identidad ciudadana tenemos:

- **Derechos políticos.** Por ejemplo, podemos elegir a las autoridades nacionales, regionales o locales, pero también está el derecho de ser elegidos o elegidas como autoridades. También tenemos el derecho y la responsabilidad de vigilar a las autoridades y funcionarios respecto al cumplimiento de su deber y de los compromisos asumidos. Podemos, según la ley de participación y control ciudadanos, revocar autoridades y remover funcionarios, así como plantear iniciativas legislativas, es decir propiciar la creación de leyes y normas.
- **Derechos sociales y económicos.** Probablemente se trate de los derechos más interiorizados en un amplio sector de la población del Perú. Destacan los referidos a salud, educación, trabajo y otras atenciones indispensables. En la práctica estos derechos están restringidos para muchas personas debido a la pobreza y exclusión en que vive en nuestro país. Todos tenemos derecho a ser ciudadanos económicamente activos con remuneraciones justas.
- **Derechos civiles.** En algunos países, especialmente de Europa, fueron los primeros derechos en constituirse como tales. Tienen que ver con el derecho a la propiedad privada, al libre desplazamiento por el territorio nacional, a la libertad de contratación. Incluso a formar instituciones y organizaciones dentro de la sociedad civil desde un libre funcionamiento. A adquirir una profesionalización que busque la excelencia dentro de una perspectiva ética de aporte individual y colectivo al país. Y especialmente a ser parte de la llamada opinión pública civil.
- **Derechos culturales.** Son derechos configurados ya en el siglo XX, pues si bien los derechos humanos son inherentes a las personas, éstos han empezado un proceso de universalización a fines del siglo XVIII. Se vinculan al hecho de poder expresar libremente nuestras identidades culturales en la música, en el vestido, en nuestra religiosidad y también en los medios entendidos como espacio público visible y de todos. Tenemos derecho a hablar en nuestra lengua materna sin ser objeto de discriminación por ello. Pero al pertenecer a sociedades multiculturales también tenemos derecho al diálogo intercultural con tolerancia y libertad.
- **Derechos medioambientales.** En virtud a este concepto, el Estado, la empresa privada y la sociedad civil tienen que respetar el medio ambiente en que vivimos, como también la riqueza y diversidad existente en nuestros países.



En democracia, proceso (diálogo) y producto (políticas, planes y programas ejecutados adecuadamente) tienen similar valor. Cuando los gobiernos ponen demasiado énfasis en uno de los componentes y descuidan el otro, el sistema entra en crisis. Poner demasiado énfasis en el diálogo y no preocuparse por la eficacia de las políticas hace que la gente ya no tenga fe ni crea en la democracia. Por otro lado, si se busca sólo resultados, se corre el riesgo de no ser democrático y más bien instituir un gobierno autoritario o propiciar deseos públicos de retornar a las dictaduras.

Pero más allá de los sistemas políticos, de los derechos y deberes institucionalizados y en general de las reglas establecidas en cada país, la democracia tiene que ver *con una forma de vida* que valora tanto el proceso de diálogo como los resultados o la eficacia de dicho proceso. Se ejercita en la vida cotidiana de una comunidad, ciudad o país. Tiene mucho que ver con una organización participativa de la convivencia en una sociedad, llegando a acuerdos colectivos que deben respetarse en el día a día dentro de un sistema de representación y organización equitativa del poder.

Pero también se es democrático o democrática cuando en la familia, en las relaciones de pareja, con los amigos y en general con las personas con las que interactuamos, somos tolerantes y abiertos al diálogo, exigimos que se respeten nuestros derechos y libertades pero también respetamos y contribuimos a la defensa de los derechos y de las libertades de los otros. Es decir, la democracia se construye y afirma en el ámbito público pero también en el ámbito privado de las personas. Es bueno recordar que la democracia supone y se basa en un principio de convivencia ética, de mutuo respeto y de una responsabilidad clara según la cual los sujetos puedan desear y cambiar la realidad, especialmente cuando ésta se repleta de conflictos que no se pueden resolver fácilmente.

## 2. ¿Y los derechos a la comunicación?

Pareciera que los derechos a la comunicación están contenidos en los derechos que tradicionalmente se vinculan a la ciudadanía y a los regímenes democráticos, a saber derechos políticos, económicos, sociales, civiles... Sin embargo, atendiendo a las transformaciones de orden económico, político, social y cultural que vive el planeta, se ha desatado un intenso debate respecto a los derechos a la comunicación. Especialmente cuando por el vertiginoso avance de las tecnologías de información, se piensa que todo se reduce sólo a un problema de producción y acceso a información, mediante la tecnología, aspectos sin duda importantes pero no suficientes si se trata de construir sociedades democráticas y con una mejor calidad de vida. Gracias a este énfasis y a nivel mundial aparecen otras propuestas que reivindican otra comprensión más integral de la comunicación que contiene a la tecnología pero que la trasciende.

Por ello, en distintos foros, como el realizado en Ginebra (2003) se enfatiza los derechos a la comunicación como un fin y un medio para la democracia y el

desarrollo humano, para luchar contra las múltiples exclusiones y marginaciones de nuestro tiempo:

*“Los derechos de la comunicación están basados sobre una visión del libre flujo de información e ideas que es interactivo, igualitario y no discriminatorio e impulsado por las necesidades humanas, en vez de intereses comerciales o políticos. Estos derechos representan las demandas de los pueblos para la libertad, la inclusión, la diversidad y la participación en el proceso de comunicación”*

### **3. El proceso de construcción de los derechos a la comunicación**

Como se señaló al puntualizar los grandes campos de los derechos ciudadanos, si bien toda persona, en algunos países desde su concepción y en otros desde su nacimiento, tiene derechos fundamentales como el derecho a la vida y la salud, el reconocimiento universal de dichos derechos y su vigencia para todos y en diversas sociedades ha sido parte de un proceso histórico más o menos complejo. Así, en Occidente, específicamente en Inglaterra, empezaron a institucionalizarse los derechos civiles: propiedad privada, libre tránsito, libertad de contratación. Poco después se fueron institucionalizando derechos de carácter político y social.

En el Perú, en 1821 se proclamó la independencia y se constituyó un gobierno republicano, sin embargo la gran mayoría de peruanos y peruanas no ejercía una condición ciudadana, no todos podían votar, por ejemplo las mujeres y los indios. Parecía una paradoja, pero el Perú era en ese momento “una república sin ciudadanos”. Hoy en día, si bien en la formalidad todos y todas tenemos los mismos derechos, hay personas que no los ejercen o lo hacen de manera muy parcial, pues en la práctica no todos somos ciudadanos y ciudadanas por igual.

Respecto a la comunicación, cuando se iniciaron los procesos de democratización en Europa, hace ya varios siglos, el derecho a la libertad de expresión fue fundamental para garantizar la construcción de una opinión pública independiente del poder monárquico. Un sector emergente de la sociedad, la burguesía, necesitaba las mayores libertades posibles para ejercer una crítica de carácter político a los monarcas, una crítica que tenía que ser -además- pública. Primero, como lo ha señalado Habermas, esta crítica tuvo como espacios privilegiados a los cafés y salones de baile, y se fue extendiendo a las publicaciones periódicas en papel. Entonces, el principio que señalaba “la mejor ley (de prensa) es la que no existe” enfatizaba la necesidad de protección respecto a la censura del poder político imperante. Las libertades de información y opinión fueron y son sustanciales para la democracia, pero no se trata de los únicos derechos referidos a la comunicación ni tampoco son libertades absolutas. Aunque en ese contexto histórico era preciso enfatizarla como tal.

Pasaron los años y las democracias en Occidente se fueron consolidando. Hoy en día es poco probable que **gobiernos democráticos** puedan atentar contra las libertades de información y opinión cerrando periódicos, estaciones de radio y televisión. De hacerlo, ya no serían democráticos sino más bien autoritarios. La libertad de expresión se ha convertido en un indicador democrático principal pero no el único. Debemos reconocer que hubo un proceso recorrido y que en esta época ya no estamos frente a poderes monárquicos. Si bien el escenario comunicativo es altamente conflictivo, de hecho es muy diferente y más complejo que el anterior, siendo los medios otro tipo de poder no formal pero existente, lo cual nos obliga a precisar los derechos comunicativos no sólo de los medios sino de todos.

Los derechos no sólo se fueron instituyendo en favor de algunos sectores de la sociedad con capacidad para comunicar públicamente sus ideas. En una democracia, éstos tienen a los individuos como su eje fundamental, por lo tanto las libertades y sus márgenes están referidos fundamentalmente y en primer lugar a las personas y no a las instituciones y empresas.

Las libertades no son absolutas, por lo tanto son regulables, de lo contrario no podríamos vivir en sociedad. Pues las libertades de unos pueden afectar a otros, entonces para evitar tales conflictos aparece el criterio de obligación o responsabilidad, buscando equilibrios que beneficien a todos. Es decir, a la libertad de informar corresponde también el ejercicio de responsabilidades, por ejemplo la necesidad de que la información que se propala a través de un medio de comunicación sea veraz y que no afecte la intimidad de las personas. Estas responsabilidades, desde la perspectiva de los ciudadanos y ciudadanas, pueden ser caracterizadas como derechos, pues todos tenemos derecho a que se nos informe verazmente sobre asuntos de carácter público y también tenemos derecho a que se respete nuestra intimidad, siempre y cuando hechos del ámbito privado no impacten directamente en la actuación pública, por ejemplo de una autoridad o funcionario.

Si muchos países en los que se han consolidado regímenes democráticos no hubieran avanzado en procesos de regulación referidos a la comunicación social probablemente habría una dictadura, ya no desde el poder político sino desde el capital económico vinculado a medios de comunicación, que también ejercen poder por su capacidad de influencia en la construcción de agendas públicas y en la generación de corrientes de opinión a partir del manejo de información. Así, mediante constituciones y marcos legales, se busca **equilibrios y contrapesos con respecto a:**

- Estados cada vez más transparentes en su actuar político y económico, posibilitando que medios de comunicación y ciudadanos accedan a información pública de forma que se amplíen las posibilidades de participar y vigilar la gestión de gobierno en ámbitos locales, regionales y nacionales. Así mismo, administrando en relación con la sociedad civil y

sectores empresariales, marcos regulatorios que estimulen una comunicación social que contribuya a la democracia.

- Medios de comunicación ejerciendo libertades pero con responsabilidad, generando mecanismos de autorregulación que expresen un sentido ético de responsabilidad social y de apertura a los intereses y demandas de ciudadanos y ciudadanas.
- Ciudadanos y ciudadanas, ejerciendo sus derechos y responsabilidades vinculados a la comunicación, con relación al Estado y a medios de comunicación social, actuando no sólo como público consumidor sino también como sujeto de derechos y responsabilidades, es decir como ciudadanos públicos de los medios.

#### **4. Hacia una sociedad comunicada: los límites de la “sociedad de la información”**

Como se ha señalado, el desarrollo de tecnologías de información como uno de los componentes importantes del proceso de globalización y característicos de la sociedad actual, ha generado debate respecto a si para el desarrollo de las sociedades se trata sólo de producir y acceder a información, especialmente a través de Internet, o es importante también la posibilidad de generar espacios de diálogo, poder expresarse, llegar a consensos y explicitar las divergencias, como parte de procesos democráticos.

Cees J. Hamelink, profesor holandés que propone los derechos a la comunicación como derechos humanos que trascienden las esferas de la información y opinión, propone que las declaraciones internacionales sobre los derechos humanos son, en general, inadecuadas “para tratar con la comunicación como un proceso interactivo”, pues ponen énfasis sólo en la información.

Pensando en la construcción de sociedades más democráticas y desarrolladas, Hamelink plantea la necesidad de enriquecer el concepto de los derechos a la comunicación introduciendo un conjunto de formulaciones que se ubican en los campos de la información de ida y de vuelta, pensada como flujo permanente; la cultura; la protección de los derechos de las personas frente a los medios y al Estado; la participación fundamentalmente de orden político en materia de comunicaciones; y los derechos colectivos o de las colectividades. Así, con derechos que trascienden las esferas de la información y la opinión, es mucho más clara la vinculación entre comunicación, democracia y desarrollo.

#### **5. Derechos comunicativos a promover**

Tomando en cuenta las reflexiones y afirmaciones anteriores, podemos comprender los derechos comunicativos desde diversos aspectos, tales como:

## DERECHOS DE INFORMACIÓN:

- El derecho a la libertad de pensamiento, conciencia y religión.
- El derecho a tener opinión privada y pública.
- El derecho a ser escuchado como ciudadano fuente de información, por instituciones públicas y privadas dependiendo de la relación que se establezca con ellas.
- El derecho a expresar opiniones sin interferencia de los partidos.
- El derecho de la gente a ser adecuadamente informada acerca de temas de interés público y de decisiones gubernamentales significativas para todo ciudadano.
- El derecho a acceder a información sobre temas de interés público (en poder de fuentes públicas o privadas) exigiendo su acomodamiento a los ciudadanos.
- El derecho al acceso a medios públicos de distribución de la información, ideas y opiniones.

## DERECHOS CULTURALES

- El derecho a promover y preservar la diversidad cultural.
- El derecho a participar libremente en la vida cultural de nuestra comunidad local o nacional.
- El derecho a practicar tradiciones culturales.
- El derecho a disfrutar de las artes y del beneficio del progreso científico y sus aplicaciones.
- El derecho a la protección de la propiedad y patrimonio cultural nacional e internacional.
- El derecho a la creatividad e independencia artística, literaria y académica.
- El derecho a usar nuestro idioma en privado y público.
- El derecho de las minorías y los pueblos indígenas a la educación y a establecer sus propios medios de comunicación.
- El derecho al diálogo intercultural

## DERECHOS DE PROTECCIÓN

- El derecho de la gente a ser protegida de la interferencia con su privacidad por los medios de comunicación masiva, o por las agencias públicas y privadas involucradas en la recolección de información.
- La protección de las comunicaciones privadas de las personas frente a la interferencia de las partes públicas o privadas.
- El derecho a respetar el estándar del debido proceso en formas de comunicación pública.
- El derecho a protección frente a formas de comunicación que son discriminatorias en términos de raza, color, sexo, idioma, religión u origen social.
- El derecho a ser protegido frente a la información engañosa y distorsionada.
- El derecho a la protección frente a la propagación sistemática e intencional de la creencia que individuos y/o grupos sociales merecen ser eliminados.
- El derecho a la protección de la independencia profesional de los empleados de agencias de comunicaciones públicas o privadas frente a la interferencia de los dueños y administradores de esas instituciones.

## DERECHOS COLECTIVOS

- El derecho de acceso de las comunidades a la comunicación pública
- El derecho al desarrollo de las infraestructuras de comunicaciones, a la consecución de recursos adecuados, la distribución del conocimiento y habilidades, la igualdad de oportunidades económicas y la corrección de las desigualdades.
- El derecho al reconocimiento de que los recursos del conocimiento son, a menudo, un bien común de propiedad de un colectivo.
- El derecho a la protección de dicho recursos como de su apropiación privada por parte de las industrias del conocimiento.

## DERECHOS DE PARTICIPACIÓN POLÍTICA

- El derecho a adquirir las capacidades necesarias para participar plenamente en la comunicación pública.

- El derecho a participar en debates públicos sobre temáticas nacionales y de prioridad, los que debieran orientar a políticos y decisores en la definición de políticas públicas y estrategias de comunicación, en diálogo con partidos políticos y diversos sectores gobernantes.
- El derecho a participar en espacios y debates evaluativos sobre la conducción y resultados de las políticas públicas que se están aplicando.
- El derecho a participar en la toma de decisiones públicas sobre la provisión de información, la producción de cultura o la producción y aplicación del conocimiento.
- El derecho a participar en la toma de decisiones públicas en la elección, desarrollo y aplicación de tecnologías de comunicación.
- El derecho a que las leyes creadas para favorecer la participación ciudadana se cumplan y se permita ejecutarlas a cabalidad.

Hamelink plantea que para garantizar el ejercicio de estos derechos debiera generarse una declaración universal de los derechos a la comunicación, reconocida y asumida por cada país, en cada sociedad. Una alternativa igual de importante es que la Declaración Universal de los Derechos Humanos, en la que se pone énfasis principalmente en expresión, opinión e información, se incluyan estas propuestas.

Además propone “la creación de una oficina internacional e independiente del Defensor del Pueblo para el Derecho a Comunicarse”.

## **6. Declaraciones internacionales sobre derechos a la comunicación**

De hecho hay una serie de declaraciones internacionales aceptadas por muchos países que contienen aspectos referidos a los derechos a la comunicación, por ejemplo:

### **Sobre el principio de la libertad de expresión, tenemos**

Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948), Artículo 19.  
Acuerdo Internacional sobre los Derechos Civiles y Políticos, (1966), Artículo 19.

Convención sobre los Derechos del Niño, (1989), Artículo 13.

### **Sobre protección de la privacidad**

Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948), Artículo 12.  
Acuerdo Internacional sobre los Derechos Civiles y Políticos, (1966), Artículo 17.

Convención sobre los Derechos del Niño, (1989), Artículo 16.

### **Sobre el principio de la Inclusión:**

Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948), Artículos 19, 21, 28.  
Acuerdo Internacional sobre los Derechos Sociales y Culturales, (1966),  
Artículo 13, 15.

Declaración sobre los Principios de la Cooperación Cultural Internacional  
(1966) Artículo IV (4). Convención sobre los Derechos del Niño, (1989),  
Artículo 13

### **Sobre el principio de la diversidad**

Acuerdo Internacional sobre los Derechos Civiles y Políticos, (1966), Artículos  
1 (1), 27.

Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural (2005), Artículo 5

### **Sobre el principio de la participación**

Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948), Artículos 21, 27.



## II. Y EN EL PERÚ ¿SE EJERCEN ESTOS DERECHOS?

Pregunta difícil de responder. Tal vez la mejor respuesta sea que en el Perú estos derechos son ejercidos parcialmente y no por todos o la mayoría de peruanos y peruanas.

### 1. Hagamos un balance rápido de si estamos bien o mal?

¿Un campesino cuzqueño puede hablar quechua en Lima en una dependencia pública y ser comprendido y, fundamentalmente, recibir la atención que requiere? ¿Todos podemos expresar nuestra opinión a través de la radio sobre la gestión del Presidente de la República? ¿Los canales de televisión respetan nuestro derecho a una información plural y oportuna sobre la gestión de nuestras autoridades o sobre la actuación de políticos y empresarios en general?, ¿Podemos protestar públicamente cuando se nos denigra o cuando no se nos toma en cuenta? ¿Somos escuchados cuando tenemos algo que decir?

¿El entretenimiento que nos dan los medios de comunicación en ningún caso atenta contra la dignidad de las personas? ¿los jóvenes, los niños y las mujeres tienen acceso y representación digna en los medios? ¿Por qué somos representados como víctimas indefensas o delincuentes sin salida? ¿Accedemos oportunamente y de manera transparente a información de interés en nuestra municipalidad distrital o regional, escuchando opiniones y sugerencias de los ciudadanos y ponerlas en práctica?

¿Acaso en el Perú se nos otorga posibilidad de vigilar y participar en los medios con nuestras críticas y propuestas? ¿Por qué no existen defensorías del lector, del oyente y del televidente para establecer diálogos con nosotros desde cada medio? ¿Se debate acerca de la oferta de los medios?. ¿Los medios quieren realmente mejorar cuando hay tanta gente que no cree en ellos? ¿Cuáles son sus reacciones frente a resultados de encuestas, monitoreos y consultas ciudadanas sobre los medios. Podemos seguir formulando preguntas de este tipo, y las respuestas en muchos casos serán negativas.

Incluso la situación empeora cuando observamos que muchos ciudadanos que son críticos frente a los medios nunca protestan por la mala calidad de la oferta, salvo excepciones. Cuestionan pero siguen consumiendo lo que dicen detestar, ya se acostumbraron a la mediocridad. Muchos peruanos no conocen sus derechos a la comunicación y tampoco las leyes que los protegen. Otros no se han vinculado positivamente a la información y la rigurosidad que ésta requiere para tomar una posición o formar su opinión. Es decir, con respecto a la comunicación no se sienten convocados como públicos ciudadanos con derechos y también obligaciones. Sin embargo, es desde los medios donde observamos al mundo y la política, siendo las principales y a veces las únicas fuentes de información a la mano. No habrá cambios comunicativos en el país y el mundo si los ciudadanos no ejercemos a cabalidad nuestros derechos y responsabilidades.

Lamentablemente nuestros políticos han ido sujetándose al poder de los medios, habiendo muchos casos de corrupción, especialmente en la última década. Y como sus intereses electorales priman sobre los del país, tampoco conocen los derechos a la comunicación ni se comprometen con ellos. Por ello, su triste papel al aprobar un proyecto de ley que no valora en la práctica los derechos ciudadanos a una comunicación inclusiva y de calidad. Es decir en el campo de los derechos a pesar de los avances, aún estamos mal.

Quizá una de las carencias más importantes se refiera a la inexistencia de una cultura deliberativa en el Perú. Se debate poco y cuando se intenta asumirla no se sabe hacerlo, sólo se logra consignar pedidos como una lista sumatoria de pedidos sin consenso ni discusión que establezca prioridades, la que debiera ser resultado de una deliberación. De allí que la agenda pública nacional sea más gestión de los medios que de los políticos y menos aún de los ciudadanos, teniendo hoy una propuesta informativa que es una relatoría escandalosa de hechos ocurridos sin sustento informativo ni debate posible. Por ello, entre los propios ciudadanos no existe un reconocimiento del derecho y la obligación de participar y escucharnos mutuamente. Sólo la pelea para la confrontación es la que vale y funciona.

Así como en el terreno político y económico, la democracia en las comunicaciones también está por construirse, y el esfuerzo por instalarla debe ser compartido por todos y todas, quienes por nuestra profesión, ocupación, estudios o interés ciudadano estamos preocupados por contribuir a la fundación de una sociedad más democrática e incluyente.

Si asumimos que los derechos son inherentes a las personas y a las colectividades, pero que se han ido instituyendo históricamente, el camino hacia un ejercicio más pleno de derechos no es sencillo, implica tener la capacidad para confrontar pero también para ponerse de acuerdo con poderes que históricamente han manejado el campo de las comunicaciones: el político (Estado, partidos políticos), el económico (empresarios de medios) y el de un sector de la prensa (algunos periodistas que consideran que la titularidad de las libertades de información y opinión son de ellos principalmente). Pero también se requiere la constitución de una ciudadanía mucho más activa, con iniciativas de participación, y de organizaciones de la sociedad civil que contribuyan a generar capacidad de crítica y de propuesta frente a los medios y al Estado. La ciudadanía tiene allí un largo y valiente camino por recorrer.

## **2. Los futuros comunicadores y la universidad peruana: nuevos retos formativos y de participación voluntaria**

Nuestras aulas universitarias dedican poco tiempo a la formación en derechos ciudadanos de carácter comunicativo, salvo en algunos cursos de tendencia más bien legal o normativa. Los planes de estudio durante un largo período de tiempo, entre los 60 y los 80, desarrollaron en los estudiantes una perspectiva bastante crítica y teórica sobre los medios, casi condenatoria y que en algunos casos se sigue repitiendo hasta hoy. A fines de los 80 y los años que siguieron se ha tendido a transitar hacia

una formación basada en la producción de medios, incluyendo los periodísticos y las intervenciones publicitarias o de mercadeo. La gama de ofertas de especialización creció, adquiriendo cuerpo el enfoque de marketing en la mayoría de ellas. Aunque en otras se mantuvo una idealización de la comunicación alternativa, educativa o popular, pero con muy poco impacto formativo. Sólo las especialidades de comunicación y desarrollo de pocas universidades como algunos facultades de periodismo se preocuparon por redescubrir la realidad socio política y cultural del país para hacer algo por cambiarla, reutilizando medios y yendo más allá de ellos. La organización universitaria alrededor de cursos es tan poderosa como aislante de la sociedad.

Muchos estudiantes confiesan no saber sobre derechos a la comunicación, tampoco acerca de la relación entre comunicación, ciudadanía y democracia. La comprensión y discusión sobre regulación y autorregulación de medios no tiene lugar. Algunos jóvenes del último ciclo de una facultad de comunicación no sabían que existían propuestas de ley de radio y televisión, ni conocían a instituciones dedicadas a la comunicación como ANDA, CONAR, la Veeduría Ciudadana de la Comunicación, Calandria y otras más. Y por supuesto no tenían una opinión sobre esos temas. La vocación por la transformación o mejoramiento de los medios en el país casi no se desarrolla, más bien se proclama la adaptación. Y los que sí son críticos se estancan en la simple denuncia. Es decir, nuestras universidades no están preparando a los nuevos líderes del cambio comunicativo que el país requiere, salvo excepciones.

Sin embargo, desde fines de los noventa aparecen estudiantes descontentos con la formación que reciben y que participan con diversas instituciones en acciones de voluntariado, como por ejemplo en la Veeduría ciudadana de la Comunicación. Los eventos y actividades reflejan un ansia fructífera de saber pero conectada al hacer algo fructífero por la comunicación, respuesta digna de encomio porque replantea la relación entre teoría y práctica. Y el campo de los derechos es reivindicado por ellos con énfasis. Esperamos que de este interés que renace, sea posible que las universidades miren a la realidad y reajusten sus planes de estudio para formar a aquellos comunicadores que desde las aulas ya se comprometían con la democracia y el desarrollo del país.

### **3. El marco constitucional y legal: a informarse para poder defenderse y participar**

La Constitución Política del Perú, promulgada en el año 1993, señala un conjunto de derechos fundamentales que enmarcan los derechos a la comunicación. Destacan los derechos consignados en el Título I, en los que se pone énfasis en los derechos *de opinión, expresión, información; y en los derechos a la intimidad y la buena imagen*, que implican también los límites que tenemos los ciudadanos y ciudadanas en tanto nuestras libertades y derechos terminan donde empiezan los derechos y libertades de otras personas. No hay libertades absolutas, éstas tienen límites y son reguladas por normas compartidas, de lo contrario no podríamos vivir en sociedad.

Así, en el Título I “De la Persona y de la Sociedad”, Capítulo I “Derechos Fundamentales de la Persona”, se señala que todas las personas tienen derecho a:

**3. A la libertad de conciencia y de religión, en forma individual o asociada. No hay persecución por razón de ideas o creencias. No hay delito de opinión.** El ejercicio público de todas las confesiones es libre, siempre que no ofenda la moral ni altere el orden público.

**4. A las libertades de información, opinión, expresión y difusión del pensamiento mediante la palabra oral o escrita o la imagen, por cualquier medio de comunicación social, sin previa autorización ni censura ni impedimento algunos, bajo las responsabilidades de ley.**

Los delitos cometidos por medio del libro, la prensa y demás medios de comunicación social se tipifican en el Código Penal y se juzgan en el fuero común.

Es delito toda acción que suspende o clausura algún órgano de expresión o le impide circular libremente. Los derechos de informar y opinar comprenden los de fundar medios de comunicación.

**5. A solicitar sin expresión de causa la información que requiera y a recibirla de cualquier entidad pública, en el plazo legal, con el costo que suponga el pedido. Se exceptúan las informaciones que afectan la intimidad personal y las que expresamente se excluyan por ley o por razones de seguridad nacional.**

El secreto bancario y la reserva tributaria pueden levantarse a pedido del Juez, del Fiscal de la Nación, o de una comisión investigadora del Congreso con arreglo a ley y siempre que se refieran al caso investigado.

**6. A que los servicios informáticos, computarizados o no, públicos o privados, no suministren informaciones que afecten la intimidad personal y familiar.**

**7. Al honor y a la buena reputación, a la intimidad personal y familiar así como a la voz y a la imagen propias.**

Toda persona afectada por afirmaciones inexactas o agraviada en cualquier medio de comunicación social tiene derecho a que éste se rectifique en forma gratuita, inmediata y proporcional, sin perjuicio de las responsabilidades de ley.

**8. A la libertad de creación intelectual, artística, técnica y científica, así como a la propiedad sobre dichas creaciones y a su producto. El Estado propicia el acceso a la cultura y fomenta su desarrollo y difusión.**

Hay derechos y obligaciones consagrados en la Constitución que, sin embargo, no son respetados por muchas instituciones del Estado, tampoco por empresas privadas propietarias de medios de comunicación, y por algunos de sus periodistas. Se trata de un marco constitucional interesante en términos de la explicitación de derechos y de sus límites como contrapartida, sin embargo la realidad nos muestra que los necesarios EQUILIBRIOS y CONTRAPESOS entre Estado, medios de comunicación y ciudadanía a los que se hacía alusión en el capítulo anterior, no se están cumpliendo a plenitud. Este desbalance en favor de los medios de comunicación y de un sector de los políticos es mayor en una sociedad como la peruana, con crisis de representatividad y con instituciones políticas en crisis. El poder político de los medios es mayor que en otros países de América Latina y de otras regiones del mundo.

El marco legal vinculado a las comunicaciones no sólo está dado por la Constitución. Hay por lo menos dos leyes que al amparo de la Carta Magna y -sin duda- con muchos límites aún, también intentan garantizar y normar el ejercicio de derechos a la comunicación: La ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública, y la Ley de Radio y Televisión, recientemente aprobada por el Congreso y promulgada por el Presidente de la República.

Según Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública N° 27806 el Gobierno promueve la transparencia de los actos del Estado y regula el derecho fundamental de acceso a la información de los ciudadanos y ciudadanas consagrado en el numeral 5 del artículo 2° de la Constitución Política del Perú. Este dispositivo ha sido enriquecido y complementado por articulados y su reglamento respectivo. Progresivamente viene siendo implementado en instituciones estatales, locales y regionales y de ámbito nacional.

Forman parte de la normatividad complementaria: la Ley 27927 - Ley que Modifica la Ley 27806. El Decreto Supremo 043-2003-PCM - Texto Único Ordenado de la ley N° 27806, Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública; Decreto Supremo N° 072-2003-PCM: Reglamento de la Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública.

Aquí, los principales artículos referidos a transparencia y acceso:

### **Artículo 3°.- Principio de publicidad**

*Todas las actividades y disposiciones de las entidades comprendidas en la presente Ley están sometidas al principio de publicidad.*

*Los funcionarios responsables de brindar la información correspondiente al área de su competencia deberán prever una adecuada infraestructura, así como la organización, sistematización y publicación de la información a la que se refiere esta Ley.*

*En consecuencia:*

1. *Toda información que posea el Estado se presume pública, salvo las excepciones expresamente previstas por el Artículo 15° de la presente Ley.*
2. *El Estado adopta medidas básicas que garanticen y promuevan la transparencia en la actuación de las entidades de la Administración Pública.*
3. *El Estado tiene la obligación de entregar la información que demanden las personas en aplicación del principio de publicidad.*

*La entidad pública designará al funcionario responsable de entregar la información solicitada.*

Una de las formas cómo se viene implementando esta disposición es la elaboración de portales web de las instituciones públicas, en las que se debe brindar información sobre la gestión, el cumplimiento de planes y objetivos, así como el manejo de recursos económicos, entre otros. Hay instituciones que, con algunas fallas aún, brindan esa información: el Congreso ([www.congreso.gob.pe](http://www.congreso.gob.pe)) el Ministerio de la Mujer y el Desarrollo Social, MIMDES ([www.mimdes.gob.pe](http://www.mimdes.gob.pe)) INDECOPI ([www.indecopi.gob.pe](http://www.indecopi.gob.pe)) . También los gobiernos regionales y las municipalidades, especialmente provinciales, tienen portales web que actualizan casi permanentemente.

Se trata de ventanas a través de las cuales se pone a disposición información de interés público, sin embargo nada nos garantiza que dicha información sea totalmente veraz, tampoco se vela permanentemente por su actualización. Son limitaciones que tendrán que resolverse con una legislación más clara pero también con una demanda ciudadana mucho más organizada y vigilante de los propios mecanismos de transparencia y acceso a la información.

Pero no sólo se garantiza la transparencia, también se legisla sobre el derecho de las personas a solicitar información a las instituciones públicas sin que necesariamente se exprese un motivo, además con los costos que la reproducción de la información demande.

#### **Artículo 7°.- Legitimación y requerimiento inmotivado**

*Toda persona tiene derecho a solicitar y recibir información de cualquier entidad de la Administración Pública. En ningún caso se exige expresión de causa para el ejercicio de este derecho.*

Se trata de garantizar entonces la transparencia de los actos de gobierno, y la posibilidad real de que los ciudadanos y ciudadanas, así como organizaciones sociales, medios de comunicación y otras instituciones privadas accedan a información de interés público que administra el Estado.

Un principio fundamental está a la base de la normatividad en este campo: LA INFORMACIÓN PÚBLICA ES UN BIEN COMÚN, no es propiedad del Estado ni de instituciones privadas o personas. Más allá de las leyes y los cambios que se puedan generar en las instituciones estatales, hace falta cambios de carácter cultural que posibiliten que la práctica institucionalizada de conservar la información como un “secreto” sea transformada sustancialmente.

## La Ley de Radio y Televisión

Una tratamiento especial merece la *Ley Radio y Televisión No. 28278*. Fue promulgada el 15 de julio del año 2004, luego de casi tres años de debate en el Congreso, en los medios de comunicación y en algunos espacios promovidos por asociaciones de la sociedad civil como universidades y, especialmente, la Veeduría Ciudadana de la Comunicación Social, colectivo de organizaciones que presentó un proyecto de ley alternativo, como iniciativa legislativa ciudadana respaldado por más de 80,000 personas de diferentes regiones del Perú y de alrededor de 1,000 instituciones y organizaciones de la sociedad peruana.

Luego de los *vladivideos* que en el año 2001 mostraron cómo propietarios de medios de comunicación vendieron sus libertades de expresión (violando derechos ciudadanos a la comunicación) a un gobierno autoritario y corrupto como el de Fujimori y Montesinos. El gobierno del presidente Toledo tuvo una primera intención de revocar las licencias de canales de televisión involucrados, posición que fue compartida por muchos sectores democráticos del país. Pero luego se adaptó a mantener relaciones de mutua utilidad entre medios y poder político.

Sin embargo, la decisión no se tomó, por presiones de los propietarios involucrados en la corrupción y probablemente por negociaciones en las que se vió involucrado el actual gobierno. Entonces, se preparó un dictamen desde la Comisión de Transportes y Comunicaciones que fue presentado en abril del año 2002 a la Mesa Directiva del Congreso.

La propuesta no fue debatida y tuvo que pasar dos años para que recién en julio del año 2004 sea promulgada por el Presidente de la República, siendo previamente aprobada en el Congreso de la República en medio de una fuerte presión de propietarios de radio y televisión con carácter comercial.

Era necesario legislar sobre la actividad de la radio y la televisión en el Perú, teniendo como principios orientadores los derechos a la comunicación, cuya titularidad está en el ciudadano y en las colectividades, mas no en el Estado y en las instituciones privadas.

Así, la legislación tendría que haber rescatado los derechos a la información, expresión y opinión en procesos de flujo permanente entre Estado, medios y ciudadanía, no sólo desde un ámbito a otro o frente al Estado, privilegiando a los empresarios propietarios de estaciones de radio y televisión. Pero la legislación

tendría que haber incorporado también de una manera mucho más enfática, a las personas como sujetos de derechos a la comunicación, no pensar que los únicos actores relevantes son los propietarios de medios y el Estado en calidad de administrador.

Cabe recordar que el consumo de medios en los sectores pobres y excluidos es casi cotidiano, especialmente la televisión y radio que se convierten en el único contacto que ellos establecen con el Estado, con los problemas del país y otros actores sociales y políticos. A través de los medios reciben información y entretenimiento, en buena medida los medios expresan el nivel de reconocimiento que de los sectores más pobres y excluidos tiene el Estado y en general la sociedad peruana.

Para los sectores pobres y excluidos, los medios, especialmente la radio y la televisión, son el único contacto que establecen con el Estado, los problemas del país y otros actores sociales y políticos. Un menor porcentaje de la población (sectores medios y fundamentalmente altos, no más del 20%) accede a cable y a una mayor variedad de periódicos, tiene acceso a una mayor pluralidad de fuentes de información y análisis.

El consumo de medios es casi cotidiano y no sólo reciben información sino también entretenimiento. Lo que ocurre en el país lo conocen por imágenes y sonidos, también aprenden valores y formas de comunicación. Las personas de sectores pobres y excluidos se forman como sujetos de derecho en relación a mensajes y sucesos presentados en los medios. Como ha señalado Rosa María Alfaro, “dada las características de nuestros medios éstos no pueden cumplir tales demandas, sólo las asumen de manera superficial, parcial y hasta perversa”. Así, legislar desde una perspectiva democrática sobre la actividad de la radio y la televisión, tiene una gran significación para el proceso de transición democrática que experimenta el Perú.

La ley aprobada tiene deficiencias, aunque también algunos avances. Por ejemplo, destacan los principios para la prestación de los servicios de radiodifusión, establecidos en el Artículo II:

*La prestación de los servicios de radiodifusión se rige por los siguientes principios:*

- a) La defensa de la persona humana y el respeto a su dignidad.*
- b) La libertad de expresión, de pensamiento y de opinión.*
- c) El respeto al pluralismo informativo, político, religioso, social y cultural.*
- d) La defensa del orden jurídico democrático, de los derechos humanos fundamentales y de las libertades consagradas en los tratados internacionales y en la Constitución Política.*
- e) La libertad de información veraz e imparcial.*



- f) *El fomento de la educación, cultura y moral de la Nación.*
- g) *La protección y formación integral de los niños y adolescentes, así como el respeto de la institución familiar.*
- h) *La promoción de los valores y la identidad nacional.*
- i) *La responsabilidad social de los medios de comunicación.*
- j) *El respeto al Código de Normas Éticas.*
- k) *El respeto al honor, la buena reputación y la intimidad personal y familiar.*
- l) *El respeto al derecho de rectificación.*

Se trata de promover la participación ciudadana mediante audiencias públicas, aunque las opiniones vertidas por los ciudadanos no tengan un carácter vinculante, lo que desde ya representa un límite a la participación:

#### **Artículo 7°.- Audiencias públicas**

*El Ministerio de Transportes y Comunicaciones convoca a Audiencias Públicas Descentralizadas cuando menos dos veces al año, para atender consultas y recibir propuestas que contribuyan al mejoramiento de las actividades de radiodifusión.*

*Las Audiencias Públicas no se orientan a injerir en el contenido de la programación.*

Una de las propuestas del Proyecto de Ley de la Veeduría que fue recogida por el Congreso es la que se refiere a los derechos de las personas con discapacidad especialmente auditiva, aunque no se señalan plazos para que este derecho pueda ser garantizado por el Estado y la empresa privada que hace uso de un bien público: el espectro electromagnético.

#### **Artículo 38°.- Personas con discapacidad**

*Los programas informativos, educativos y culturales de producción nacional, transmitidos por el Instituto de Radio y Televisión del Perú, incorporan medios de comunicación visual adicional en los que se utiliza lenguaje de señas o manual y textos, para la comunicación y lectura de personas con discapacidad por deficiencia auditiva.*

*Los programas informativos, educativos y culturales de producción nacional, transmitidos mediante radiodifusión por televisión, incorporan optativa y progresivamente, el uso de medios visuales adicionales.*

No se recoge la propuesta de la Veeduría de contar con un órgano independiente y vinculante del Poder Ejecutivo, encargado de conceder, renovar y/o revocar licencias de radio y televisión. La ley contempla un Consejo Consultivo de Radio y Televisión.

LA CREACIÓN DE UN CONSEJO AUTÓNOMO DE RADIO Y TELEVISIÓN HUBIERA SIGNIFICADO UN AVANCE IMPORTANTE EN LA DEMOCRATIZACIÓN Y TRANSPARENCIA EN EL MANEJO DE LA RADIO Y TELEVISIÓN EN EL PERÚ. Sin embargo, el Congreso optó por una fórmula que satisfizo los intereses de los grandes grupos propietarios de radio y televisión. La creación de un Consejo Consultivo que no pueda pronunciarse sobre cuestiones de fondo en los procesos de otorgamiento de autorizaciones de radio y televisión es así:

**SECCIÓN CUARTA**  
**EL CONSEJO CONSULTIVO DE RADIO Y TELEVISIÓN**  
**TÍTULO ÚNICO: RÉGIMEN Y FUNCIONES DEL CONSEJO**

*Artículo 54°.- Composición del Consejo Consultivo de Radio y Televisión*  
*El Consejo Consultivo de Radio y Televisión – CONCORTV, es un órgano adscrito al Ministerio de Transportes y Comunicaciones. Es conformado de la siguiente manera:*

- a) Un representante del Consejo de la Prensa Peruana;*
- b) Un representante del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, sólo con derecho a voz;*
- c) Un representante de las Facultades de Comunicación Social y Periodismo elegido por sus Decanos;*
- d) Un representante de los titulares de autorizaciones de servicios de radiodifusión sonora y de televisión comercial;*
- e) Un representante de los titulares de autorizaciones de servicios de radiodifusión sonora y de televisión educativa;*
- f) Un representante del Colegio de Periodistas del Perú;*
- g) Un representante de las asociaciones de consumidores;*
- h) Un representante designado por la Asociación Nacional de Anunciantes (ANDA);*
- i) Un representante del Colegio Profesional de Profesores del Perú;*
- j) Un representante de la Asociación Nacional de Centros.*

*La designación de los miembros del Consejo Consultivo de Radio y Televisión se formaliza mediante resolución del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, a propuesta de las entidades que lo integran. El cargo de miembro del Consejo será ejercido ad honórem.*

*Su Presidente es elegido entre sus miembros por un periodo de dos (2) años, improrrogable. Tiene voto dirimente.*

Hay participación de representantes de instituciones de la sociedad civil, pero sólo para opinar, no para decidir y sancionar a empresarios corruptos. Además, contrariamente a lo que podría ser una composición más democrática del Consejo, se incorpora a representantes de medios de comunicación con licencia comercial y, aunque sin derecho a voto, a un representante del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

Hay sin embargo aspectos rescatables en los requisitos que se definen para los integrantes del Consejo:

*Artículo 55°.- Requisitos de los miembros del Consejo Consultivo de Radio y Televisión*

*Los miembros del Consejo Consultivo de Radio y Televisión deben ser personas con idoneidad moral, destacada trayectoria y experiencia profesional, no menor de diez (10) años.*

*Artículo 56°.- Impedimentos de los miembros del Consejo Consultivo de Radio y Televisión*

*No pueden ser nombrados miembros del Consejo Consultivo de Radio y Televisión:*

- a) Los que hayan sido condenados por delito doloso.*
- b) Los que hayan sido sancionados con destitución en la actividad pública.*
- c) Los que se encuentren inhabilitados en el ejercicio profesional.*
- d) Los inhabilitados por disposición judicial.*
- e) Los que hayan sido declarados en quiebra.*
- f) Los que tengan parentesco hasta el cuarto grado de consanguinidad y segundo de afinidad con los titulares o directivos de servicios de radiodifusión. Este impedimento no es aplicable a los representantes de las empresas de radiodifusión.*
- g) Los que tengan vínculo o relación laboral profesional o contractual con los*

*titulares de los servicios de radiodifusión.*

Finalmente, en el artículo 58<sup>o</sup> se señalan las funciones del Consejo. Estas son bastante restringidas, no se les permite sancionar, tampoco pronunciarse sobre cuestiones de fondo. Sí, en cambio, se le da un rol estimulador:

*a) Actuar como veedor en los concursos públicos para el otorgamiento de las autorizaciones de los servicios de radiodifusión. En estos casos no emite opinión sobre el fondo de la cuestión.*

*b) Establecer y administrar un sistema de otorgamiento anual de premios y reconocimientos a las personas naturales y jurídicas que contribuyan al desarrollo integral y cultural del país, mediante su trabajo en la radiodifusión. El sistema de premios no supone la existencia de condicionamientos respecto al contenido de la programación.*

*c) Propiciar investigaciones académicas que promuevan el mejoramiento de la radiodifusión.*

*d) Apoyar iniciativas con fines académicos, destinadas a la preservación y archivo de los programas de producción nacional, transmitidos por los servicios de radiodifusión.*

*e) Emitir opinión no vinculante, dentro del procedimiento administrativo sancionador.*

*f) Proponer al Ministerio de Transportes y Comunicaciones la celebración de convenios nacionales e internacionales que permitan el desarrollo de la radiodifusión.*

*g) Participar en las Audiencias Públicas que organice el Ministerio de Transportes y Comunicaciones.*

*h) Participar en la elaboración del Plan Nacional de Asignación de Frecuencias.*

La creación del Consejo Consultivo representa un tímido avance con relación a la legislación anterior. Sin embargo, en otros países caracterizados por haber consolidado sistemas democráticos que garantizan el derecho a la libertad de expresión de organizaciones y periodistas así como los derechos ciudadanos a información plural, a programas educativos y de entretenimiento de calidad, existen consejos o comisiones autónomas: Estados Unidos, Inglaterra, Alemania, Chile, Colombia, entre otros. Tampoco se avanza en una separación o por lo menos en reglas de juego democráticas y transparentes entre poder político de turno y propietarios de medios de comunicación.

LA LEY NO SANCIONA A LA CORRUPCIÓN. Si un propietario vende su libertad de expresión a un gobierno, no pierde su licencia de funcionamiento. Pero si la puede perder si por razones técnicas interfiere con otra señal o si no paga puntualmente sus obligaciones al Ministerio de Transportes y Comunicaciones por uso del espectro electromagnético. Es decir, mentirle al país en favor de un gobierno, distorsionar la realidad es mucho menos grave que una falla técnica. Con decisiones legislativa de esta naturaleza, no será posible consolidar la democracia en el país. Con esta legislación, están abiertas las puertas para que la colusión entre el poder político de turno y algunos propietarios continúe.

Así, con un marco jurídico que sigue favoreciendo intereses particulares por sobre el interés público, el rol de la ciudadanía cobra mayor relevancia, especialmente en aquellas personas que por su profesión, sus estudios o intereses individuales se han convertido en “promotores de derechos a la comunicación”.

### **III. PROMOCIÓN Y DEFENSA DE LOS DERECHOS A LA COMUNICACIÓN**

Los derechos se construyen con la participación de ciudadanos y ciudadanas. Es por iniciativa de la sociedad civil que los derechos quedan institucionalizados, formalizados en las constituciones y los marcos legislativos, aunque no basten las leyes y reglamentos para garantizar el ejercicio de derechos y el cumplimiento de responsabilidades por parte de ciudadanos, Estado e instituciones privadas.

Los derechos no surgen de decretos, se inician en la vida cotidiana de la gente y se articulan con procesos sociales y políticos de mayor envergadura. Así, la formalización de los derechos tiene una base en la interiorización de éstos por parte de la ciudadanía y en su práctica constante.

Por ello, los derechos a la comunicación, la capacidad de una sociedad de generar equilibrios frente al poder de los medios en tanto industria cultural y actores con capacidad de influencia política y frente al Estado, tiene que partir de la propia ciudadanía. Esta capacidad se construye desde ella misma, con personas: jóvenes, adultos, mujeres y varones, que ponen en práctica una convicción por afirmar y promover el ejercicio de estos derechos.

Pero ¿qué características debieran tener las personas que se comprometen con la promoción de derechos a la comunicación? ¿Cómo podría ser el perfil del promotor o promotora de derechos a la comunicación? ¿Son las mismas características que las de un promotor de derechos humanos en general, o hay particularidades?

A continuación presentamos un conjunto de características que se ubican en el campo de las actitudes y valores (ser), de los conocimientos (saber) y de las habilidades (saber hacer). Se trata de un perfil del promotor o promotora de derechos a la comunicación elaborado en talleres de voluntarios de la Veeduría Ciudadana de la Comunicación Social.

#### **PROMOTORES Y VOLUNTARIOS EN DERECHOS A LA COMUNICACIÓN TENDRÍAN QUE SER...**

- Conscientes de sus derechos y responsabilidades para con su comunidad y el Estado.
- Respetuosos (a) de los derechos y libertades de los demás.
- Abiertos (a) al diálogo, a la búsqueda de consensos y al respeto a la divergencia o discrepancia.

- Tolerantes, respetando las maneras de ser y pensar de los otros.
- Vocación de servicio a la comunidad, especialmente en su localidad y a región.
- Reconoce la importancia de la comunicación y del ejercicio de derechos y el cumplimiento de sus responsabilidades.
- Tiene capacidades comunicativas para desatar debates y diálogos participativos sabiendo conducir a la toma de decisiones colectivas.
- Sabe y maneja una cultura tecnológica de red, para entablar discusiones permanentes y contacto con otros.

### *DEBIERA CONOCER...*

- Los marcos jurídicos nacionales e internacionales que garantizan la vigencia y el respeto a los derechos humanos.
- Los marcos legales que garantizan los derechos a la comunicación de las personas, tanto la legislación internacional como las leyes nacionales.
- Teorías de la comunicación que le otorguen una base para reflexionar sobre el poder de los medios de comunicación en las sociedades actuales.
- Herramientas básicas de investigación en medios de comunicación y audiencias.
- Conceptos básicos de democracia, desarrollo humano y participación ciudadana.
- La realidad nacional, regional y local; y los principales procesos que en el campo de la comunicación y la cultura experimenta el planeta .
- La situación de los medios de comunicación, especialmente de la radio y la televisión.
- Instituciones que promuevan la defensa de los derechos a la comunicación.
- Experiencias de participación en derechos a la comunicación que se realizan en el país y en otros, inclusive en otros continentes.

### *TENDRÍA QUE DESARROLLAR HABILIDADES PARA...*

- Comunicar sus ideas respecto a los derechos a la comunicación con convicción y claridad.
- Argumentar en favor de iniciativas de comunicación, democracia y desarrollo humano.
- Diseñar y conducir talleres de capacitación dirigidos especialmente a jóvenes y personas integrantes de organizaciones sociales.
- Facilitar foros ciudadanos de discusión sobre temas vinculados a la comunicación.
- Impulsar campañas de comunicación que pongan énfasis en derechos ciudadanos.
- Monitorear y analizar los contenidos de los medios de comunicación de su localidad, región y del país.
- Entender las complejidades del consumo de medios de comunicación por parte de la ciudadanía.
- Promover el ejercicio de la creatividad y la espontaneidad en la conversación pública.

### *¿A QUÉ INSTITUCIONES ACUDIR?*

Si bien el marco legal en el campo de la comunicación es bastante tradicional en el Perú, en el sentido de poner énfasis en los derechos y libertades relacionadas con la información y opinión, hay instituciones estatales y privadas a las que se puede acudir en caso que nuestros derechos o los derechos y libertades de otros hayan sido violentados.

Cuando se trata de derechos violados por medios de comunicación, especialmente referidos a la buena imagen y a la intimidad, el camino correcto es apelar al derecho a la rectificación. De lo contrario, se recurre al Poder Judicial al amparo del Código Penal.

Si los derechos de los medios de comunicación se ven transgredidos, por ejemplo por alguna autoridad corrupta y autoritaria que trata de impedir su circulación, están las acciones de amparo de acuerdo a lo dispuesto en la Constitución.

Pero hay también otras instituciones estatales y de la sociedad civil, así como del empresariado vinculado a medios a las que se puede acudir. Algunas de estas



instituciones pueden incidir directamente en la conducta de los medios, especialmente cuando éstos están afiliados o agremiados a organismos que generan mecanismos de regulación (CONAR, Consejo de la Prensa Peruana). Otras no inciden directamente, pero sí pueden hacer públicas las denuncias y generar adhesiones (Veeduría Ciudadana, Asociación Nacional de Anunciantes, Defensoría del Pueblo, entre otras).

A continuación, presentamos más información sobre estas instituciones:

## VEEDURÍA CIUDADANA DE LA COMUNICACIÓN SOCIAL

[www.veeduria.org.pe](http://www.veeduria.org.pe)

[postmaster@veeduria.org.pe](mailto:postmaster@veeduria.org.pe)

La Veeduría es un colectivo de la sociedad civil liderado por la Asociación de Comunicadores Sociales CALANDRIA e integrado por la Asociación Peruana de Consumidores y Usuarios (ASPEC), Foro Educativo, el Instituto de Defensa Legal (IDL), la Asociación Civil Transparencia, el Instituto de Derecho y Comunicación (DEYCO), la Comisión Episcopal de Medios de Comunicación Social (CONAMCOS) y la Asociación Peruana de Facultades de Comunicación Social (APFACOM). Se adhieren a la Veeduría la Asociación Mundial de Comunicadores Cristianos (WACC), la Defensoría del Pueblo y UNICEF - Perú.

La Veeduría fue creada en el año 1999, cuando propietarios de medios de comunicación habían vendido sus libertades de expresión al gobierno corrupto y autoritario de Fujimori y Montesinos. Nace con la *certeza que los medios, especialmente la televisión, son factores claves en la legitimación del poder político y del no-poder ciudadano. En el campo cultural y ético son también importantes influyendo en cambios y sentidos subjetivos de la población.*

Así, la Veeduría desarrolla campañas y consultas ciudadanas sobre el rol de los medios; conduce procesos de monitoreo e investigación de las ofertas mediáticas y promueve iniciativas políticas de cambio que buscan generar una comunicación democrática, de calidad. Se busca que los peruanos y peruanas ejerzan sus derechos a la comunicación. La Veeduría trabaja para:

- *Darle palabra calificadora a los ciudadanos sobre los medios de comunicación, sosteniendo mecanismos que le permitan expresar y debatir sus opiniones, críticas y propuestas, respecto a la oferta de los medios de comunicación masivos, motivándolos a continuar participando.*
- *Proponer sistemas de autorregulación y regulación democráticas y eficientes que le dan marco legal al funcionamiento de los medios masivos de comunicación desde la perspectiva de la práctica de derechos*
- *Educar a la ciudadanía en sus derechos comunicativos y de información, calificando la demanda hacia los medios.*

- *Colocar el tema de los medios en la agenda pública sosteniendo su discusión e incentivando el debate sobre su rol en la sociedad, en la cultura y en la vida política y ética del país.*

## **ANDA Y EL SEMÁFORO ÉTICO**

www.andaperu.org

e-mail: correo@andaperu.org

La Asociación Nacional de Anunciantes (ANDA) reúne a las empresas nacionales y transnacionales con mayores niveles de inversión publicitaria en el país. La ANDA, preocupada por los niveles degradantes en los que ha caído especialmente la televisión peruana en la década del 90 creó un sistema que promueve la regulación desde el campo de la industria de la comunicación: El "Semáforo Ético". Según la propia ANDA, se trata de una herramienta para presentar los resultados de la evaluación del contenido ético de los programas de TV. La evaluación misma es hecha por una serie de observadores con la ayuda de la "Cartilla de Evaluación del Contenido Ético de Anuncios Comerciales y Programas de TV". La cartilla a su vez está elaborada en base a los valores y principios contenidos en el "Código de Ética Unificado de la Industria de la Comunicación".

La intención de la Asociación es recoger opiniones de un número de observadores y promediarlas con las observaciones del Comité de Ética de Anda. Con esto esperan dar al público una oportunidad de participar al mismo tiempo que recoger datos que les permita emitir una opinión más representativa del sentir general hacia nuestra televisión. Si bien estos datos no pueden considerarse, ni pretenden ser, información estadísticamente significativa, son un importante y válido indicador de la opinión del público, la que ANDA toma muy en serio.

## **CONSEJO DE AUTORREGULACIÓN PUBLICITARIA - CONAR**

*Formado por los anunciantes, agencias de publicidad y gremios de radios y televisoras.*

### **Ver página web de ANDA**

Según las instituciones que lo crearon, el CONAR tiene por objeto fomentar el desarrollo de la Industria Publicitaria, mediante el uso y práctica de la publicidad de acuerdo a un conjunto de principios básicos denominados de legalidad, decencia, veracidad y lealtad.

El Consejo de Autorregulación Publicitaria está integrado básicamente por los tres estamentos fundamentales de la industria: los anunciantes, las agencias de publicidad y los medios de comunicación. Se entiende que entre ellos existe similitud

de propósitos: promover la lealtad entre competidores y proteger al público consumidor.

Según información publicada en la página Web de la ANDA, frente a *la necesidad de contar con una normativa que uniformice los principios rectores de la ética publicitaria; los anunciantes, las agencias y los medios de comunicación, agrupados en sus respectivos gremios: la Asociación Nacional de Anunciantes (ANDA), la Asociación Peruana de Agencias de Publicidad (APAP) y la Asociación de Radio y Televisión (AR & TV) han decidido establecer el Código de Ética Publicitaria, el mismo que contiene las pautas de conducta que se comprometen a cumplir y hacer respetar.*

*Así, las normas del Código de Ética son aplicables para todos los anunciantes, las agencias de publicidad y los medios de comunicación, aunque no estuvieran afiliados a una de las asociaciones que los agrupan. Se entiende que de esta manera se podrá lograr un compromiso real de autorregulación que permita una aceptación total del CODIGO DE ETICA PUBLICITARIA DEL PERU.*

El CONAR emite fallos y éstos son respetados por sus agremiados. A continuación, transcribimos un fallo del trinunal de ética respecto a un spot publicitario que atentaba contra los derechos de las mujeres, spot que fue retirado de la programación televisiva a pedido de la asociación DEMUS.

<b>EXPEDIENTE</b>	:001-2000-CONAR
<b>DENUNCIANTE</b>	<b>DEMUS, Estudio para la defensa de los Derechos de la Mujer</b>
<b>DENUNCIADA</b>	<b>:INTRADEVCO INDUSTRIAL S.A.</b>
<b>DENUNCIA</b>	:En contra del anuncio en televisión del producto Sapolio denominado "Las Griferitas".
<b>PETITORIO</b>	:Retiro del comercial denunciado.
<b>FALLO</b>	<b>:001-2000-CPE</b>

***Lima, 05 de octubre de 2000***

**VISTOS LOS SIGUIENTES ANTECEDENTES:**

*Se ha sometido a la consideración del Consejo de Autorregulación Publicitaria, en adelante CONAR, la siguiente denuncia:*

**DESCRIPCION DEL ANUNCIO CUESTIONADO:**

*El anuncio muestra a un grupo de chicas que se desempeñan como trabajadoras de una estación surtidora de gasolina. En la primera secuencia, aparece una de ellas subiéndose el cierre del mameluco a la altura de los senos. Luego, aparecen caminando alegremente vistiendo mamelucos blancos. Seguidamente, aparecen en su centro de trabajo laborando alegremente, cambiando llantas, midiendo el nivel del aceite de un automóvil, echando gasolina, lo que origina que se ensucien los mamelucos. Dentro de*

*esta escena aparece un primer plano del trasero de una de ellas moviéndose al compás de la música. En la escena siguiente, luego de terminar el día de trabajo, se quitan los mamelucos y aparecen lavando sus prendas en ropa interior.*

***El jingle es el siguiente:***

*Las griferitas muy limpiecitas  
Están felices con su trabajo  
Hacen de todo con la varilla,  
Con la manguera y cada cambio con el motor  
Con tanta mancha no se hacen rollo  
Para lavar usan Sapolio  
Sapolio sabe como hacerlo*

*Blanca, pura y sin manchas  
Sapo, sapo, sapolio  
Dos en uno sacamanchas y blancura*

## **CONSEJO DE LA PRENSA PERUANA**

*Gremio empresarial formado por propietarios de diarios y revistas, también lo integran algunos canales de televisión y estaciones de radio.*

www.consejoprensaperuana.org.pe  
postmast@consejopp.org.pe

Según aparece en su página Web institucional, el Consejo de la Prensa empieza formalmente su trabajo en el mes de septiembre de 1997, al instalarse la Junta Directiva, con el mandato de dar seguimiento y evaluar permanentemente la situación relativa a la libertad de expresión y de prensa en el país.

En marzo de 1998, se estableció oficialmente el Tribunal de Ética del Consejo de la Prensa Peruana, cuya función es observar las solicitudes de queja y rectificación que presenten aquellos lectores que resulten afectados por las informaciones, más no por las opiniones, publicadas en los medios asociados. Asimismo evalúa quejas por transgresión de valores éticos.

Son objetivos del Consejo de la Prensa Peruana:

- 1. Mantener y fortalecer los derechos y las responsabilidades de la profesión periodística, estimulando la ética de la profesión.*
- 2. Velar por el desarrollo del periodismo nacional, intercambiando ideas que propendan al desarrollo cultural, material y técnico del periodismo.*
- 3. Asegurar la protección del derecho de propiedad intelectual y literaria.*
- 4. Asegurar la vigencia de libertad de prensa y de expresión frente a las injusticias e ilegalidades.*

5. *Tomar posición pública para defender la libertad de prensa en todo el territorio de la República.*

6. *Luchar porque se reconozca y proteja el derecho a estar informado y al acceso a la información en poder del Estado, que tiene todo ciudadano, lo cual constituye una garantía de las otras libertades.*

## **DEFENSORÍA DEL PUEBLO**

[www.ombudsman.gob.pe](http://www.ombudsman.gob.pe)

[defensor@defensoria.gob.pe](mailto:defensor@defensoria.gob.pe)

La Defensoría del Pueblo es un órgano constitucional autónomo creado por la Constitución de 1993. *Su misión es proteger los derechos constitucionales y fundamentales de la persona y de la comunidad, supervisar el cumplimiento de los deberes de la administración del Estado y la prestación de los servicios públicos a la población.*

El Defensor del Pueblo es el titular de la institución, la representa y la dirige. Para ser elegido requiere como mínimo el voto favorable de las dos terceras partes del Congreso de la República. Su mandato dura cinco años. Goza de total independencia para el cumplimiento de las funciones que la Constitución le confiere. Se rige por la Constitución y su Ley Orgánica.

No desempeña funciones de juez, fiscal ni sustituye autoridad alguna. Busca solucionar problemas concretos antes que encontrar culpables. En consecuencia, no dicta sentencias, no ordena detenciones y tampoco impone multas. Su poder descansa en la persuasión, en las propuestas de modificación de conducta que formule en sus recomendaciones, en el desarrollo de estrategias de protección preventiva, en la mediación que asume para encontrar soluciones y en su capacidad de denuncia pública en casos extremos.

*En el campo de los derechos a la comunicación, en tanto derechos humanos, el trabajo de la Defensoría se ubica fundamentalmente en la Adjuntía al Defensor del Pueblo para los Asuntos Constitucionales. Es un órgano de asesoría cuya función es la de garantizar la supremacía y vigencia de la Constitución en el país, colaborando para ello con el Defensor del Pueblo y el conjunto de áreas de la institución. Entre sus principales tareas están las de brindar asesoría en los procesos de hábeas corpus, amparo, hábeas data, acción de inconstitucionalidad y otros en los que la Defensoría interviene en ejercicio de las atribuciones, así como elaborar iniciativas legislativas, preparar informes especiales y difundir el conocimiento de la Constitución y los derechos humanos.*

**C. Compromiso TV de Calidad. Colombia**



**COMPROMISO NACIONAL POR UNA TELEVISIÓN DE CALIDAD PARA LA  
INFANCIA EN COLOMBIA**

**SÍNTESIS DEL PROCESO**

**Maritza López de la Roche**

**Maria Patricia Téllez Garzón**

**Septiembre 14 de 2006**

**TABLA DE CONTENIDO**

<b>INTRODUCCIÓN .....</b>	<b>3</b>
<b>PARTE 1: OBJETIVOS Y ANTECEDENTES .....</b>	<b>4</b>
<b>PARTE 2: LA SITUACIÓN DE LA TELEVISIÓN EN COLOMBIA EN RELACIÓN CON SUS AUDIENCIAS INFANTILES Y ADOLESCENTES .....</b>	<b>14</b>
<b>PARTE 3: LOS 4 EJES DEL COMPROMISO Y PROPUESTAS.....</b>	<b>35</b>

## INTRODUCCIÓN

### **¿Qué es el *Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia en Colombia?***

Es un acuerdo de voluntades, producto de un diálogo y una negociación entre instituciones públicas, canales públicos y privados, academia, anunciantes, empresas del sector privado, ONG's, asociaciones de padres y educadores y otros actores involucrados con la televisión, la infancia y su desarrollo. Se trata de un proceso a largo plazo, cuyo objetivo final es una mejor televisión para los niños y niñas de Colombia. Fue firmado entre las partes el 30 de Agosto de 2005 en la Casa de Nariño

Más información sobre el proceso del *Compromiso*:

<http://www.comminit.com/la/tvdecalidad/TVDECALIDAD/tvdecalidad-35.html>

Este documento se publica con el fin de dar a conocer los orígenes del trabajo adelantado, y lo que se ha hecho hasta la fecha. En segundo lugar con el propósito de presentar una argumentación que sustente las ideas que han venido motivando este proceso. Y en tercer lugar, para contribuir al debate público sobre las funciones que puede cumplir la televisión en relación con las nuevas generaciones, y en el contexto sociocultural de Colombia. En este debate se espera que participen todos los sectores involucrados en las decisiones que estructuran la televisión en el país, y también las instituciones y personas que se relacionan con las audiencias infantiles y adolescentes, la razón de ser del *Compromiso*.



## **PARTE 1: OBJETIVOS Y ANTECEDENTES**

Con el fin de orientar al lector acerca del trabajo que se desarrolló para llegar a la firma del *Compromiso* se ha considerado esencial formular al comienzo de este documento sus objetivos, los cuales son a la vez líneas estratégicas que van a continuar orientando la agenda.

### **1.1. OBJETIVOS**

- Fomentar la producción nacional de televisión infantil, incluyendo los incentivos necesarios
- Fomentar la capacitación formal y no formal para el desarrollo de competencias relacionadas con la producción y programación de televisión infantil<sup>88</sup>.
- Promover la regulación y la co-regulación
- Fomentar los procesos de participación y veeduría ciudadana alrededor del tema de la televisión infantil.
- Fortalecer y ampliar el debate público sobre televisión, infancia y adolescencia en Colombia, a través de diferentes sistemas de medios, incluyendo evaluaciones permanentes de la TV infantil que sale al aire.
- Crear estrategias para fortalecer la investigación, y la divulgación de resultados de estudios sobre televisión-infancia y adolescencia.
- Crear y/o fortalecer procesos de cooperación entre la academia y los productores, y entre la academia y otros sectores relacionados con la televisión infantil.
- Establecer alianzas con entidades internacionales para el intercambio de información, la adaptación de estrategias y/o metodologías de investigación, y la co-financiación de proyectos conjuntos.

### **1.2. ANTECEDENTES DEL *COMPROMISO***

En el año 2000 surgió la alianza *Televisión de Calidad* convocada por la Fundación Imaginario, Citurna Producciones en Cine y Video, UNICEF Colombia, Goethe Institut y la Comisión Nacional de Televisión, (CNTV). Su objeto ha sido promover el análisis y el debate sobre la televisión en Colombia, con énfasis en la televisión de interés público y en las audiencias infantiles y adolescentes. Desde entonces, estas organizaciones han trabajado conjuntamente en la deliberación sobre políticas públicas, conformación de redes, organización de muestras internacionales de televisión infantil y juvenil, y en iniciativas en pro de los objetivos señalados.

---

<sup>88</sup> Es necesario señalar que en aras de la brevedad a menudo se utilizará el término de “televisión infantil”. Sin embargo hay que tener en cuenta que en algunos casos esta denominación incluye también la televisión dirigida a los adolescentes.

Con motivo de la Cuarta Cumbre Mundial de Medios para Niños y Adolescentes realizada del 19 al 23 de abril de 2004 en Río de Janeiro, Brasil -cuyo tema fue la responsabilidad de la industria de los medios, de la sociedad organizada y de los gobiernos, en la producción de medios de calidad para niños y adolescentes-, la alianza *Televisión de Calidad*, con el respaldo de la Consejería de Proyectos Especiales de Presidencia de la República y la Comisión Nacional de Televisión logró la vinculación de entidades públicas y privadas, de organismos no gubernamentales, de la academia, y de asociaciones de padres de familia como Red Papaz.

Más información sobre la Cumbre Mundial de Medios para Niños y Adolescentes:

<http://www.comminit.com/la/pensamientoestrategico/lacumbreinfaancia/lasld-355.html>

Desde sus respectivos ámbitos de trabajo, dichas entidades se constituyeron en la Red Colombiana de Medios para Niños y Adolescentes, cuya primera tarea fue la de preparar el material para llevar a Río. Para ello se elaboró un documento en donde a partir de un contexto general de la niñez colombiana se presentaron algunos aspectos relativos a la legislación en materia de televisión, se revisó la oferta televisiva para esta audiencia tanto en la televisión pública nacional y regional como en la TV privada, y además la existencia de medios comunitarios en los que niños y jóvenes participan, tales como el Colectivo de Comunicaciones de Montes de María.

Más información sobre la Red Colombiana de Medios para Niños y Adolescentes:

<http://www.comminit.com/la/tvdecalidad/TVDECALIDAD/tvdecalidad-37.html>

Para más información sobre la representación colombiana en la Cuarta Cumbre Mundial de Medios para Niños y Adolescentes, se puede consultar el documento “**Medios, violencia y utopía en Colombia**” Ponencia preparada para la IV Cumbre Mundial de Medios para la Infancia y la Adolescencia. Río de Janeiro, Brasil. 19 al 23 de abril de 2004. Por Patricia Castaño - Fundación Imaginario.

<http://www.comminit.com/la/pensamientoestrategico/lacumbreinfaancia/lasld-359.html>

Como resultado de este proceso preparatorio la delegación de Colombia en el evento fue una de las más organizadas y numerosas. Contó con la presencia de representantes de la Presidencia de la República, la CNTV, los canales privados, el Ministerio de Educación Nacional (MEN), de ONGs, de las universidades, y de colectivos regionales de comunicación de niños y jóvenes en zonas de conflicto. Carol Bellamy, Directora Mundial de UNICEF en ese momento, en su discurso inaugural, resaltó la experiencia de Colombia como “ejemplo de una amplia coalición de instituciones públicas y privadas, en la que participan los medios más importantes” a la vez que la señala como reto para la región.

La Red, al contar con un equipo cohesionado y activo, asumió entonces el compromiso de convertirse en una instancia nacional que haga posible el intercambio de información y el establecimiento de alianzas a favor de una mejor televisión para las audiencias infantiles y juveniles. El grupo gestor, con el apoyo de la CNTV, desarrolló el proceso que se describe en el presente documento, el cual llevó a la firma del *Compromiso por una televisión de calidad para la infancia*.

Como mecanismo de interacción, conocimiento y circulación de información *La Iniciativa para la Comunicación Latinoamericana (CILA)* publica un boletín electrónico de circulación mensual, que informa a los miembros acerca de los avances del *Compromiso* a la vez que incluye experiencias nacionales y regionales relacionadas con la televisión y la infancia. Igualmente contiene una agenda de eventos, premios y convocatorias sobre otras experiencias. Además de divulgar el desarrollo del *Compromiso* ha servido como estrategia de sistematización y actualización de la experiencia.

Para ver el archivo del Boletín de la Red Colombiana de Medios para Niños y Adolescentes:

<http://www.comminit.com/la/tvdecalidad/TVDECALIDAD/tvdecalidad-34.html>

### **¿Por qué es importante el tema de la televisión y las audiencias infantiles?**

Estamos hablando de una relación compleja que se ha caracterizado desde dos polos extremos: o la “satanización” del medio como responsable de los “males que aquejan a la infancia”, o su “absolución” total dado su carácter inocuo. Este documento no toma ninguna de dichas posiciones antagónicas. Por el contrario, invita a que asumamos las relaciones de las audiencias infantiles con la televisión como un proceso digno de ser examinado con mayor cuidado y rigor, y dotándonos de la información y de los estudios necesarios.

Uno de los logros del *Compromiso* ha sido su carácter incluyente. Aun cuando en el pasado se habían emprendido proyectos semejantes, la mayoría de ellos se realizaron de manera aislada, con muy poca o ninguna interlocución e impacto frente a los responsables de la toma de decisiones relativas a la televisión. Igualmente tales iniciativas se limitaban a diagnosticar la relación entre infancia y TV sin proponer estrategias concretas, y sin establecer responsables para cada una de ellas.

El reto no era fácil pero existía la certeza de que sólo a través de un trabajo intersectorial se podían identificar metas comunes, y diferencias en relación con las maneras como miran su trabajo los diferentes sectores que responden por el tema de la televisión infantil en nuestro país. Es decir, los que están involucrados en la producción y programación de TV, en la legislación, en la participación ciudadana y en la investigación.

### **Historia de una travesía**

Con estos antecedentes se desarrolló durante el año 2005 una agenda de trabajo orientada a enriquecer el documento que firmarían los socios del *Compromiso*. En busca de respaldo y divulgación se adelantaron actividades simultáneas como reuniones regionales y sectoriales complementadas con entrevistas en profundidad, y respaldadas por un trabajo de exploración permanente en la red Internet, contando con el soporte de *La Iniciativa de la Comunicación*.

<http://www.comminit.com/la/index.html>

Todo lo anterior con el fin de enriquecer conceptualmente el debate público y los documentos resultantes de ese debate. Una de las actividades transversales de este proceso consistió en un diagnóstico fundamentado en 4 ejes considerados neurálgicos al abordar la relación niños y televisión: i) Programación y producción, ii) Políticas, regulación y fomento, iii) Participación ciudadana e iv) Investigación.

En el caso de la programación y producción se realizó un estudio de la manera como se aborda el tema de la calidad en lo referente a la oferta de televisión infantil y los indicadores para su evaluación. El abordaje del tema de políticas, regulación y fomento se adelantó a partir de una revisión a la legislación existente relativa a televisión y audiencias infantiles para señalar como resultado de esta tarea los aspectos frente a los cuales hace falta legislar.

El eje de la participación se desarrolló a través de un acercamiento a la manera como se ha adelantado el tema en Colombia, la descripción y análisis de los espacios existente para su ejercicio en la televisión, y las tareas que corresponden a los actores responsables de lograr su viabilidad. El propósito del eje de investigación consistió en la revisión de los estudios sobre televisión, infancia y adolescencia desarrollados en Colombia entre 1998 y 2005. Lo anterior con el fin de establecer los temas investigados, aquellos que hacen falta y las propuestas generadas a partir de esta revisión.

Para cada uno de los cuatro ejes se designó un consultor con formación y experiencia en su campo:

- Eje de programación y producción, a cargo de Luz Amalia Camacho
- Eje de políticas, regulación y fomento, a cargo de Fernando Calero
- Eje de participación ciudadana, a cargo de María Patricia Téllez
- Eje de investigación, a cargo de Maritza López de la Roche<sup>89</sup>

## Metodología

Se realizó un proceso de interlocución que involucró a los sectores relacionados con televisión, infancia y adolescencia, con el fin de conocer cara a cara las necesidades de la televisión infantil en Colombia, sus retos, dificultades, problemas y alternativas de solución. Se hicieron entrevistas en profundidad con representantes del Estado que tienen que ver con este medio, con funcionarios de los canales públicos y privados, y con ANDA, UCEP y ASOMEDIOS como gremios relacionados con la televisión. En este proceso de diálogo también participaron docentes, padres de familia, académicos, decanos de Facultades de Comunicación y Educación, entre otros. Con el propósito de vincular las regiones a la iniciativa, e impulsar la creación de nodos locales, se visitaron las ciudades de Cali, Medellín, Bucaramanga y Barranquilla.

Como estrategia de soporte, y de información sobre la manera como se desarrollaron las actividades del *Compromiso*, se elaboraron 7 boletines que circularon a través de correo electrónico entre la Red Colombiana y fueron también publicados en el espacio *Televisión de Calidad* <http://www.comminit.com/la/calidad/> alojado en la página web de *La Iniciativa de la Comunicación*. Igualmente se creó un sitio web donde además de los documentos básicos del *Compromiso* tales como memorias, artículos y publicaciones se realizó un registro detallado del proceso que está disponible en la sección “Avanza el *Compromiso*” -

---

<sup>89</sup>Los consultores son profesores universitarios vinculados, en el orden en el que fueron listados arriba, a las siguientes universidades: Pontificia Bolivariana de Bucaramanga, Javeriana de Cali, y Javeriana de Bogotá y Universidad del Valle en Cali.

<http://www.comminit.com/la/tvdecalidad/TVDECALIDAD/tvdecalidad-33.html>

Para ver el archivo del Boletín de la Red Colombiana de Medios para Niños y Adolescentes:

<http://www.comminit.com/la/tvdecalidad/TVDECALIDAD/tvdecalidad-34.html>

Contando con la amplia información recogida, resultado de las actividades anteriormente descritas, y con la asesoría de expertos nacionales e internacionales en los diversos ámbitos de trabajo, se elaboró el documento del *Compromiso* respaldado por 30 firmas en el cual los actores sociales involucrados manifestaron la adhesión voluntaria a este esfuerzo conjunto de sacar adelante una mejor televisión para los niños y niñas en Colombia.

Es importante recalcar que en sí mismo el documento más que un punto de llegada es un punto de partida firme y optimista, motivado por el interés de los participantes y por la necesidad de lograr una televisión de calidad, constructora de valores, conciente de su rol en el ambiente mediático de los niños y niñas que conforman su público, seductora y acorde con las necesidades de desarrollo emocional e intelectual de los niños y niñas en este país.

El documento del *Compromiso* y el listado de los firmantes se pueden consultar en:

<http://www.comminit.com/la/images/CompromisoTVCalidad.pdf>

### **Las reuniones sectoriales durante 2005**

Teniendo como sede en la mayoría de los casos la oficina de UNICEF se realizaron 10 reuniones donde participaron académicos, padres de familia, representantes de los canales de televisión, de los gremios relacionados con este medio (ANDA, UCEP, ASOMEDIOS), productores independientes, y particularmente niños y niñas considerados como “invitados de honor” de este proceso.

La primera de ellas se inició con un conversatorio a cargo de Valerio Fuenzalida, investigador chileno experto en televisión y con una amplia experiencia en la producción, la formulación de políticas públicas, y la investigación de audiencias. También se contó con la participación de representantes de asociaciones de padres de familia, particularmente de Red Papaz.

En su intervención Fuenzalida<sup>90</sup> hizo énfasis en una serie de cambios interesantes que están presentando las audiencias de la televisión infantil. Señaló el hecho de que hoy una proporción significativa de esta audiencia se ha desplazado hacia los canales de cable, hacia la televisión “pagada”. Prueba de ello es que los niños aparecen como el mayor grupo consumidor en esta modalidad. Sin embargo, no hay que perder de vista que en Colombia la audiencia de TV por cable es mucho menor que en Chile o Argentina. Según la *Encuesta*

---

<sup>90</sup> Televisión y Niños. Presentación para el Conversatorio sobre Etnografía de Televisión Infantil y la Expectativa Educativa de la Audiencia Televisiva, en el marco de las reuniones sectoriales del *Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia en Colombia*. 23 de febrero de 2005. Biblioteca Pública Virgilio Barco. Bogotá, Colombia.

<http://www.comminit.com/la/pensamientoestrategico/pensamiento2005/pensamiento-39.html>

*continua de hogares* realizada durante el tercer trimestre de 2005 por el DANE, la proporción de hogares que tienen TV por cable en las 16 mayores ciudades del país es de 43%.

Otro tema abordado por Valerio Fuenzalida fue el agotamiento de los modelos de producción en donde existía un adulto como conductor del espacio para niños, patrón que se retomaba de la escuela: el profesor frente a sus estudiantes impartiendo “sabiduría” a niños “ignorantes”. Los programas actualmente le apuestan a que los niños sean los protagonistas de espacios audiovisuales cuya producción está en manos de canales especializados en audiencias infantiles, dada la segmentación que caracteriza hoy a la TV. Otro aspecto tratado durante la exposición fue el desarrollo de toda una industria cultural respaldada por diversos medios, como es el caso de libros que acompañan los programas, páginas de Internet, DVD’s, juguetes con los personajes centrales, a la manera de series que fueron clásicos en su momento como *Plaza Sésamo*, pero enfatizando en las nuevas tecnologías, cuyo desarrollo se da hoy de manera vertiginosa asociándose a los medios audiovisuales y a la positiva respuesta de las audiencias infantiles.

En el mes de abril se desarrollaron dos actividades con públicos diversos. En la primera se citó a los decanos de las Facultades de Comunicación para compartir con ellos la propuesta del *Compromiso*. Con la asistencia de la mayoría de las existentes en Bogotá y dos de fuera (la Universidad Santiago de Cali y la Autónoma de Bucaramanga) se consultó sobre las posibles formas de participación en este proceso. El aporte de las facultades podría consistir en el respaldo en producción que pueden ofrecer los centros audiovisuales con que cuentan algunas de ellas, y en la difusión de las tareas del *Compromiso* en los eventos tales como seminarios, cursos y talleres que ofrecen como parte de su programación académica.

En la segunda reunión del mes de abril los niños y las niñas fueron los protagonistas. Aprovechando su presencia en el proyecto “Niños al Congreso” convocado por el Ministerio del Interior, se diseñó un taller con la presencia de 60 asistentes provenientes de distintas regiones del país, buscando con ello escuchar las voces de uno de los actores más importantes del *Compromiso*. A partir de una serie de discusiones grupales se preguntó a los niños y niñas sobre sus gustos televisivos, sobre aquello que a su juicio pueden y no pueden ver, y así mismo sobre sus inquietudes generales frente a la televisión.

Al cotejar sus respuestas se encontró que su televisión favorita es aquella que incorpora la diversión en sus contenidos, aquella que se enfoca en sus “preocupaciones”, y donde ellos tengan más presencia. En cuanto a los programas se señaló su preferencia por los dibujos animados y los que muestran a la naturaleza y a los animales. Los noticieros son los espacios que menos les gustan y como argumentos señalan que “tiene mucho conflicto” y por que además “ignoran las opiniones de los niños”.

Al dibujar sus series preferidas destacaron como temas las imágenes relacionadas con bailes, música, deportes, imágenes que evocan la naturaleza. Como inquietudes se quejaron del exceso de novelas, de la violencia en ellas, de la abundancia de programas para adultos en donde los niños no tienen derecho a opinar, de la ausencia de una orientación frente a la programación adecuada para su edad, de lo “mala” que es la oferta de algunos canales en la parabólica como es el caso de Red Global. En oposición señalaron su preferencia por algunos canales temáticos como el caso de Animal Planet y Discovery Kids, entre otros.

En el mes de mayo de 2005 se convocó a productores independientes, vinculados en su mayoría a proyectos de “Señal Colombia” y a canales regionales. Con ellos se trabajó un taller para discutir temas relacionados con el sentido de la televisión infantil, sus lógicas de producción, las posibilidades de incentivarla y el papel del Estado en esta tarea. Frente al sentido de la programación infantil se mencionó la importancia de construir a través de ella, como lo señalara algún participante “sueños que reflejen las aspiraciones de la sociedad”, como una forma de enfrentar los diversos tipos de conflicto que se presentan en Colombia. La TV que existe actualmente a juicio de alguno de los asistentes “describe” la realidad pero no ayuda a construirla. Otro participante mencionó que la televisión “importa los sueños del exterior pero no refleja las aspiraciones”.

Los asistentes mencionaron la dificultad -en su condición de productores independientes- de acceder a los canales privados, de las escasas convocatorias que se abren para televisión infantil, del riesgo que supone apostarle a este género y de la inversión que se requiere. En cuanto a la responsabilidad del Estado se destacó la importancia que tiene que sea este quien fortalezca la televisión pública, dado el papel que dicho circuito de TV puede jugar en la sociedad colombiana en esta coyuntura. Como estrategia de respaldo se señaló la necesidad de la creación de un fondo para el fomento de la televisión dirigida a niños y adolescentes, semejante al que existe en países como Chile y Australia. También se propuso la creación de una red de televisión educativa tomando como referente la experiencia de Gran Bretaña.

A mediados del mes de mayo y como estrategia de interlocución directa se realizaron entrevistas con representantes de canales privados (Caracol y RCN), públicos (Señal Colombia), y regionales (Tele Caribe), para sondear con ellos temas relacionados con los ejes del *Compromiso*. Los canales regionales en Colombia son estatales, de televisión abierta, actualmente un total de ocho. Están distribuidos en diferentes áreas geográficas, con cobertura limitada a su propia región.<sup>91</sup>

Los canales privados cuestionaron los argumentos que sustentan la ubicación de la franja infantil de 4 a 5 p.m. Lo anterior porque los niños igualmente ven televisión en otros horarios. Sostuvieron que sería mejor que su ubicación quedara a discreción del programador, quien tiene una mayor claridad sobre el comportamiento de sus audiencias. Respecto al cumplimiento de la oferta de programación infantil en la franja establecida por la legislación entre semana, hay que anotar que los canales privados ofrecen telenovelas, y otros programas que no se pueden clasificar como televisión infantil, como *Séptima puerta*. Sin embargo, ellos argumentan que ofrecen programación infantil en otros horarios, y en una proporción de horas mayor a la estipulada por las normas estatales.

Los canales privados pusieron en cuestión la función de servicio público de la televisión comercial en tanto desde su perspectiva la labor que deben cumplir es recreativa, dejando al Estado lo referente al aspecto formativo. Destacaron la importancia de los anunciantes como actores clave para generar incentivos con el fin de programar espacios dirigidos al público infantil. Sugirieron que es necesario que este sector vea “más allá del rating”.

Reconocieron que la televisión de cubrimiento nacional cuenta con muy pocos contenidos dirigidos al público infantil ubicado en las distintas regiones del país. De esta tarea anterior tendría que ocuparse la televisión regional pero sucede que la mayoría de los canales en la

---

<sup>91</sup> Tele Antioquia que emite desde Medellín; Tele Caribe desde Barranquilla; Telepacífico desde Cali; Televisión Regional de Oriente (TRO) desde Bucaramanga; Tele Islas desde San Andrés; Telecafé desde Manizales, y Canal Capital, desde Bogotá.

actualidad viven un proceso de lenta recuperación de un tiempo de crisis económica que en mayor o menor escala los golpeó duramente. Sólo hasta hace poco están apostándole al tema de la televisión infantil. Tele Caribe fue uno de los canales entrevistados en esta primera ronda. Desde su óptica la televisión aparece como una herramienta clave para “construir región” y de este proceso hacen parte las audiencias infantiles. Ofrecen incentivos a los productores para que realicen TV infantil, ya que en el pasado existieron experiencias exitosas en esta modalidad. Sin embargo, actualmente no producen programas dirigidos a los niños.

Como una experiencia a destacar dado el particular interés por las audiencias infantiles se menciona el caso de Señal Colombia. En ella este público fue determinante al diseñar la parrilla de programación buscando que el canal se convierta en una alternativa real para los niños y niñas, a la vez que motive a sus padres a compartir algunos programas con ellos. El canal incentivó con recursos la convocatoria a propuestas de producción de programación infantil al establecer, por ejemplo, que por cada dos horas de programación, media ha de ser dirigida a los niños y las niñas. De hecho el “prime time” está dedicado a la programación infantil.

Al finalizar el mes de mayo se realizó en la ciudad de Cali una presentación del *Compromiso* a los decanos de las Facultades de Educación, aprovechando una asamblea convocada por la Asociación Colombiana de Facultades de Educación. En este evento, que contó con la participación de 60 de ellos, se hizo especial énfasis en las posibilidades pedagógicas del medio y en la necesidad de involucrar al sector educativo en los debates sobre los contenidos emitidos en las franjas infantiles.

En el mes de junio y contando con la presencia de más de 30 padres y maestros en Bogotá se llevó a cabo un taller con el objetivo de elaborar la propuesta de lo que sería un manual de convivencia con los medios audiovisuales, que establezca algunos parámetros para “mediar” en los hábitos de consumo de las audiencias infantiles, y contribuya a generar responsabilidad por parte de los adultos, respecto de esta tarea de mediación.

Al finalizar junio se realizó la octava reunión sectorial en las instalaciones de la Universidad Nacional de Bogotá. En ella los 4 consultores presentaron un avance de los hallazgos en cada una de las áreas que son los ejes del *Compromiso*.

Al mes siguiente y con el objetivo de diseñar una estrategia que posibilite acciones específicas de la empresa privada en el proceso de concertación del *Compromiso* se hizo una reunión con la Junta Directiva de la Asociación Nacional de Anunciantes (ANANDA). Se generó la propuesta de constituir un Fondo Concursable para la financiación de programas de televisión de calidad para la infancia en Colombia. Se planteó la realización de un dramatizado con recursos asignados por concurso. Se contará con el acompañamiento del CNTV de Chile al proceso colombiano.

Finalmente la penúltima reunión sectorial tuvo lugar en agosto en el marco de la *IV Muestra y Seminario internacional sobre Televisión de Calidad* realizada en las instalaciones de la Universidad Javeriana en Bogotá. A la vez que los cuatro consultores presentaron sus informes finales referidos a los cuatro ejes del *Compromiso*, sus hallazgos se complementaron con la presentación de expertos internacionales. Se contó con la participación de organizaciones internacionales aliadas como Mideativa y RED TVE de Brasil, el Consejo Nacional de Televisión de Chile, la Fundación Prix Jeunesse, y la Fundación World Summit on Media for Children.



Más información sobre **Televisión de Calidad 2005**. IV Muestra y Seminario Internacional *Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia en Colombia*

<http://www.comminit.com/la/pensamientoestrategico/latvdecalidad/lasld-2725.html>

Más información sobre la presentación de los informes finales de los consultores en **Televisión de Calidad 2005**. IV Muestra y Seminario Internacional en el Boletín No. 7 de la Red Colombiana de Medios para Niños y Adolescentes. 28 de septiembre de 2005. *Compromiso Nacional por una Televisión de Calidad para la Infancia en Colombia - Conclusiones y debate*.

<http://www.comminit.com/la/pensamientoestrategico/latvdecalidadboletines/lasld-2722.html>

En el marco de ese evento se llevó a cabo el día 30 de agosto la firma del documento del *Compromiso*, que contó con el aval de la Primera Dama de la Nación, Lina Moreno de Uribe al igual que con la asistencia de los participantes nacionales e internacionales.

### **El *Compromiso* dentro y fuera del país**

Cartagena, Barranquilla, Medellín, Cali y Bucaramanga fueron las ciudades desde donde el *Compromiso* desarrolló la labor de divulgación e interlocución regional. En todas ellas se trabajó con los canales regionales y locales, y con las Facultades o programas de Comunicación de varias universidades, las cuales participaron activamente en este proceso. A la vez se estableció una conexión con los periodistas de diferentes medios, considerados como mediadores claves en la divulgación.

La presencia del *Compromiso* sirvió a la vez como “pretexto” para revisar el tema de la producción regional dirigida a las audiencias infantiles, sus experiencias en esa línea y los tópicos de interés que, desde las problemáticas que involucran a los niños, podrían desarrollarse en cada uno de los canales.

En esta descripción del radio de acción del *Compromiso* es importante señalar que no sólo tuvo presencia en distintas regiones del país sino que además logró tener visibilidad en eventos internacionales, algunos de ellos desarrollados dentro del país. El 21 y 22 de febrero de 2005 se realizó en Cartagena la Cumbre de Entes Reguladores de Televisión de Iberoamérica, convocada por la CNTV y la Secretaría del Convenio Andrés Bello, entre otros. Se presentó la iniciativa del *Compromiso* ante representantes de los organismos reguladores de televisión de Estados Unidos, España y trece países iberoamericanos.

En el marco del evento citado en el párrafo anterior se concertó con la Universidad del Norte, de Barranquilla, una alianza para trabajar en el desarrollo de un programa de postgrado en televisión infantil, a la vez que se llevaron a cabo reuniones tendientes a vincular a la Alianza por la Niñez en Colombia y al Centro Internacional de Desarrollo Humano (CINDE) en el proceso del *Compromiso*.

Posteriormente, en el mes de mayo, se realizó en Panamá un evento convocado por UNICEF que reunió a cerca de 60 comunicadores sociales de Centroamérica y el Caribe. En este marco

el *Compromiso* fue señalado como una de las 5 experiencias más exitosas con posibilidades de proyección continental. Los asistentes al evento acogieron la iniciativa colombiana y sugirieron la posibilidad de diseñar un proyecto conjunto de medios a favor de la infancia de cara a la próxima cumbre regional para niños y adolescentes.

Argentina fue otro de los escenarios del *Compromiso*. Del 30 de mayo al 1 de junio se realizó en la ciudad de Buenos Aires el evento “Consulta Regional sobre los niños y las niñas en América Latina” organizado por UNICEF / TACRO. Una representante del *Compromiso* asistió a este evento en donde a la vez que se hizo una presentación de las tareas desarrolladas se establecieron contactos, dada la experiencia en el tema de participación ciudadana de algunos de los asistentes. Y en el mes de agosto otro representante del *Compromiso* viajó a Chile a participar en el Prix Jeunesse, y en este evento tuvo la oportunidad de dar a conocer sus avances.

A continuación se presenta una exposición por separado para cada uno de los ejes del *Compromiso*, en este orden:

1. Programación y producción
2. Políticas públicas, regulación y fomento
3. Participación ciudadana
4. Investigación

### **PARTE 3: LOS CUATRO EJES DEL *COMPROMISO*, Y PROPUESTAS**

#### **3.1. EJE DE PROGRAMACIÓN Y PRODUCCIÓN**

##### **Tareas cumplidas**

Análisis de la oferta de programación infantil en las distintas modalidades televisivas (pública, abierta, privada, por suscripción), para conocer su ubicación, características y relevancia en el marco de la parrilla de programación de cada uno de estos canales. Todo lo anterior con el fin de identificar las necesidades y retos que deberán ser asumidos desde el *Compromiso*.

##### **Propósitos**

- ✓ Realizar un diagnóstico de los diferentes tipos de televisión en Colombia, en lo referente a su oferta de televisión infantil.
- ✓ Establecer los parámetros para mirar el tema de la calidad en la programación de la televisión particularmente referida a las audiencias infantiles.
- ✓ Señalar los indicadores de evaluación de la calidad de la programación infantil en Colombia.
- ✓ Identificar los retos para mejorar la calidad de la televisión infantil en Colombia

##### **Hechos a destacar relacionados con el eje de programación y producción.**

##### Miradas diversas y expectativas distintas

Como punto de partida se puede señalar que en la última década la televisión ha experimentado un cambio de modelo que ha generado una transformación en las condiciones tecnológicas, legales y contractuales que moldean la manera de “pensar” y “hacer” televisión. Esta situación ha incidido de manera significativa en el diseño de las parrillas de programación y consecuentemente sobre el menú televisivo que hoy se ve transformado, luego de más de 40 años de un sistema mixto que quedó atrás.

Lo anterior ha dado pie a nuevas modalidades de televisión privada, pública, televisión abierta, por suscripción, las cuales han enriquecido ese menú con ideas innovadoras, opciones multicanales, que se mueven entre lo informal, lo tecnológico y lo especializado, atendiendo las preferencias de audiencias específicas.

Lo anterior explica que existan percepciones diferenciadas según el punto de vista desde el cual se aborde el sentido de la programación y producción de la televisión infantil, la cual estará determinada por los responsables de esta tarea. Los productores independientes, por ejemplo, hacen énfasis en el tema de mirar la televisión bajo la concepción de servicio público, para consolidarla como un elemento unificador en la construcción de este país.<sup>92</sup>

En cuanto a formatos los productores independientes apuestan por el “edu-entretenimiento”. Proponen la creación de un fondo de financiación para que se trabaje en la consolidación de una verdadera industria que se ocupe de este género, a la vez que se pide establecer políticas claras frente a los derechos de propiedad, de comercialización y distribución, de tal manera que se estimule su labor.

Por su parte, los canales privados responden más al cumplimiento de la normatividad establecida por la CNTV, que al desarrollo de un proyecto televisivo. Lo anterior debido a las altas inversiones que implica la producción propia frente a la baja rentabilidad en lo que se refiere a comercialización de estos espacios. Destacan la experiencia de trabajo con programas “contenedores” que les han permitido optimizar la inversión en la producción a través de bloques nacionales que alternan con programas extranjeros. Los segmentos propios los realizan apoyados en equipos de investigación. Frente al tema de la violencia y contenidos no apropiados para las audiencias infantiles se busca la autorregulación mediante el criterio de los realizadores y de la Defensoría del canal.

En el caso de Señal Colombia existe una opción clara por respaldar la televisión infantil especialmente en la franja “prime time”. Para ellos la calidad es un criterio que se privilegia en relación con contenidos, personajes, y narrativas. Este proyecto ha sido respaldado por los Ministerio de Cultura y de Comunicación.

Los canales regionales tienen claro el carácter de servicio público cuando se trata de atender el tema de la producción y programación buscando desde allí apoyar procesos de formación de ciudadanía y construcción de región. En el caso de Tele Antioquia se ha demostrado con hechos el interés por el público infantil. Este canal ha sido más emprendedor que los otros en lo referente a experimentar con nuevos géneros y

---

<sup>92</sup> El estudio *Televisión infantil: Voces de los niños y la industria televisiva*(2002), impulsado por el Convenio Andrés Bello y la Fundación Restrepo Barco, y realizado por Omar Rincón y Natalia Calle, señaló que la labor de programación en Colombia se hace de manera totalmente empírica, sin la necesaria formación o preparación para ello. Aunque generalmente es labor no individual sino de un comité, o participa en ello más de una división, dentro de los canales.

programas, a la vez que se ha visto beneficiado por el Fondo para el Desarrollo de la Televisión (de la CNTV), que en algunos casos ha repercutido sobre la programación infantil. Existen otras experiencias exitosas en televisión local, como Tele Medellín, cuyas producciones han llegado a Señal Colombia .

No se puede abordar el tema de la programación sin tener en cuenta a los niños y las niñas como actores centrales, y por lo tanto participantes necesarios en este debate. La exposición al medio y el consumo sin restricción, género y franja es un hecho evidente. Igualmente sus testimonios muestran como cada vez son más selectivos, racionales, objetivos y críticos y consecuentemente demandantes en lo que tiene que ver con su propio consumo de TV. En esa medida conforman un segmento de población difícil de capturar dada su posición radical en lo que se refiere a su aceptación o rechazo de determinados programas.

A partir de lo anterior se hace necesario empezar a trabajar en responder una serie de necesidades relacionadas con el sentido de la televisión para niños y niñas en Colombia relacionadas con i) una precisión conceptual frente a lo que significa la televisión infantil en el país, ii) la apuesta o no por una programación generalista, iii) el potencial de la industria del entretenimiento y la necesidad de vincular de manera más activa a otros sectores (casas disqueras, industrias de software y videojuegos), entre otros aspectos.

#### Criterios para una televisión de calidad

En el *Plan de Desarrollo de la Televisión* (2004 - 2007) diseñado por la CNTV se establecen una serie de criterios de calidad, que complementados con los que plantea Lesley Osborne de Australia<sup>93</sup> serían los siguientes:

- ✓ Los contenidos y su pertenencia: es importante establecer que las propuestas deben atender a las etapas de desarrollo de la infancia, bien sea preescolar o primaria. Es imposible atender a todos los rangos.
- ✓ El tratamiento de los temas deberá atender a las características de la audiencia infantil. En esa medida las técnicas de producción que incluyen narrativas, estéticas, géneros y formatos deberán estar acordes con estas etapas de desarrollo infantil.
- ✓ El uso del lenguaje deberá ser apropiado y comprensible para el rango de edad que se ha definido previamente. En este punto es importante tener en cuenta la necesidad de diferencias entre los programas que les gustan a los niños y los que son producidos para ellos. El formato de dibujo animado, por ejemplo, no siempre es sinónimo de programa infantil pues este puede estar dirigido a otros públicos. Es el caso de *Los Simpson* y de los animados de MTV.
- ✓ Es clave tener en cuenta el propósito de la producción. Los programas deberán incluir una buena historia, no deberán ser predecibles, deberán contar con una adecuada propuesta estética a la vez que se ha de garantizar la alta calidad del

<sup>93</sup> Qué es televisión infantil de calidad: la regulación de la televisión infantil en Australia. Exposición de Lesley Osborne durante el evento Televisión de Calidad, Bogotá, 13 - 19 de septiembre de 2000

equipo creativo para la construcción del guión y lo mismo en el caso del equipo de realización. Todo lo anterior en la medida en que la audiencia infantil tiene permanente contacto con producciones de alto nivel televisivo e incluso cinematográfico.

- ✓ Las producciones deberán ser apropiadas para los niños colombianos. En esa medida es clave tener como referente el contexto donde se desarrollan las historias, la cercanía del mismo con el público infantil al cual vaya dirigido, a través del lenguaje que utilizan, su cultura, costumbres e historias que cuentan.

Como un último aspecto pero no menos importante es necesario señalar que en una iniciativa de **calidad** se deben establecer los criterios mediante los cuales se realizará la evaluación de la programación infantil. Para ello se propone como referente el listado de índices que utiliza la Televisión de Cataluña:

- ✓ Índice de variedad programática general que hace referencia a la diversidad de géneros buscando fomentar el enriquecimiento del público y de la parrilla.
- ✓ Índice de variedad genérica por franjas horarias buscando con ello que no se discrimine ningún segmento del público.
- ✓ Índice de diversidad informativa que garantice un amplio uso de los géneros que componen el macrogénero información.
- ✓ Índice de pluralismo político y social para garantizar un tratamiento independiente de la información.
- ✓ Índice de valores que supone la medición de los contenidos cívicos, democráticos, sociales y culturales presentes en los contenidos audiovisuales.
- ✓ Índice de respeto a la audiencia mediante el cumplimiento de la parrilla anunciada con antelación.
- ✓ Índice de éxito de target referido a la necesidad de satisfacer no solamente el indicador anterior sino el éxito alcanzado entre el público objetivo del programa.
- ✓ Índice de innovación que ha de considerarse como la capacidad de asumir el reto de la experimentación para promover la oferta programática y los formatos.
- ✓ Índice de saturación publicitaria referido a la necesidad de limitar la duración de los bloques publicitarios y regular su inserción al interior de los programas.
- ✓ Índice de motor de la industria audiovisual referido a las posibilidades que tienen las producciones de “despegar” esta industria mediante el establecimiento de empresas con capacidad para producir en otras cadenas.<sup>94</sup>

### **Propuestas del eje de programación y producción**

1. Acordar criterios que fundamenten la TV infantil de calidad: Franjas, rangos de edad, tratamiento de temas, lenguajes, etc.

<sup>94</sup> La anterior es una síntesis elaborada a partir del documento “La definición del servicio público en el sector audiovisual”. Consejo Audiovisual de Cataluña. pp. 110 114 . ¿Fecha del documento ?

2. Realizar alianzas entre distintos sectores para estimular la producción de televisión infantil en Colombia.
3. Diseñar y aplicar evaluaciones que permitan el seguimiento y la medición de los criterios definidos para la TV de calidad.  
Incluir evaluadores cualitativos.  
Definir qué instancias evalúan: los mismos canales, la CNTV, los públicos, los expertos.
4. Crear un fondo que promueva producción, capacitación y mercadeo, y que garantice la calidad.
5. Fomentar y estimular la producción en los procesos licitatorios y regulatorios.
6. Establecer políticas sobre derechos de comercialización y distribución que estimulen a los productores.
7. Desarrollar el concepto de “edu-entretenimiento”, u otros similares, mediante la conformación de equipos interdisciplinarios.
8. Fortalecer la relación medios- academia. Desarrollar productos de TV con base en las investigaciones.
9. Hacer alianzas con el sector de entretenimiento para establecer una plataforma multimedia. Aprovechar comercialmente el potencial que tiene el medio TV de asociarse, en un sentido positivo, con otras industrias del entretenimiento.
10. Incorporar procesos de excelencia empresarial en la programación y producción de la TV infantil. Esto equivale a optimizar todos los aspectos y procedimientos.

### **3 2. EJE DE POLÍTICAS, REGULACIÓN Y FOMENTO**

#### **Tareas cumplidas**

Análisis de la legislación colombiana sobre TV infantil, y de legislación de otros países. Identificación tanto de carencias como de aspectos problemáticos en la legislación nacional. Elaboración de planteamiento sobre posibles beneficios de la regulación y la co-regulación.

#### **Propósitos**

- ✓ Revisar y evaluar la legislación existente relativa a televisión y menores.
- ✓ Establecer los aspectos sobre los cuales hace falta legislar.
- ✓ Señalar las relaciones entre las políticas y los otros ejes del *Compromiso*.

## **Hechos a destacar que tienen relación con este eje**

### Objetivos de la política pública y participantes

Es indispensable plantearse qué objetivos se persiguen con la regulación y el fomento relativos a televisión y menores. Adicionalmente, si tal regulación debe ser definida por el Estado, por la sociedad, o por los grupos de interés (padres, profesores).

### La regulación y el fomento como política pública

La regulación a través de la ley o la normatividad prohíbe o prescribe determinadas conductas<sup>95</sup>, instruye al público sobre lo que es correcto o no, al mismo tiempo que fija las pautas de comportamiento social. Pero también divide las conductas entre aceptables y no. Lo anterior conduce a la criminalización de las conductas no aceptables, a una política prohibicionista, a una regulación de los grupos en regulados y no regulados, o entre perjudicados y no perjudicados, dependiendo de a quién o en quién recae su acción normativa: a quién se protege y por qué, cuáles son las consecuencias y sus beneficios sociales.

Entre los aspectos más discutidos sobre la regulación está la discrecionalidad de la aplicación de la ley y la normatividad, y las consecuencias mismas de ello sobre aquellos que se ven perjudicados por esta discrecionalidad. Pero también es cierto que para una verdadera y completa aplicación existe la necesidad de una información completa y disponible, accesible a todos a quienes se regula, pero también a quienes puede afectar la regulación cuando su aplicación es discrecional. Y además, cómo y cuándo recurrir a la sanción. Así mismo se espera la rendición de cuentas de los agentes encargados de la aplicación (“enforcement”). La regulación es pues un arduo trabajo, y algunos arguyen que puede deformar los incentivos para una buena, eficiente y eficaz cobertura en la prestación del servicio público.

Se deben destacar por lo menos dos ventajas de la regulación:

- Define claramente qué conductas son aceptables
- Permite idéntico tratamiento a todos los individuos pertenecientes a un mismo grupo regulado.

## **Propuestas del eje de políticas, regulación y fomento**

1. Establecer la reglamentación sobre la comercialización de la programación infantil teniendo en cuenta la Constitución, el marco legal y los compromisos internacionales que ha suscrito Colombia para la protección de la niñez y la infancia. (Se entiende esta audiencia hasta los 12 años). Esta reglamentación tendrá en cuenta:

- Que la publicidad tendrá que ser estrictamente diferenciada del programa.
- Limitar el número y el tiempo de los comerciales.

<sup>95</sup> “What are Public Policies?”, OCW MIT, 2003.

-La comercialización no sólo se refiere a los anuncios comerciales sino a todo aquello que tiene un motivo o estrategia comercial hacia los niños, por esto no se podrá utilizar elemento alguno del programa para la comercialización de productos, bienes y servicios; esto incluye la utilización de los personajes del programa para la promoción, publicidad, patrocinio de productos, bienes y servicios. Lo que en EE.UU. se denomina “host selling”, es el respaldo de cualquier personaje que confunda o pueda confundir al televidente infantil a que no distinga entre el material propio del programa y otros materiales (comercialización).

-No incluir la autopromoción de la programación del canal en horas de la noche o para adultos y en especial todo lo que incite a la violencia y a las posibles lecturas confusas o abiertamente contradictorias sobre las relaciones interpersonales, o que inciten al prejuicio, a conductas antisociales o excluyentes.

-La exclusión de la programación infantil de toda forma de promoción, publicidad o comercialización de medicamentos o productos que estén sujetos a revisión y autorización por alguna autoridad competente y que puedan ser nocivos o atentar contra la salud y el bienestar de los niños si su uso es indiscriminado y no está sujeto las restricciones y advertencias que su uso conlleve (INVIMA, Protección Social, Medioambientales, etc.).

2. Exigir por parte de la CNTV, el libro de estilo y código de ética a los operadores de televisión de acuerdo con unos fundamentos básicos y en particular en lo que se refiere al tratamiento, funciones, compromisos contractuales y de promoción de los niños en los programas y en la programación infantil, tanto como personajes, como actores y como televidentes. El ICBF y la CNTV deberán sugerir normas, con su experiencia y autoridad, para el tratamiento de los menores y de los temas relacionados con ellos en toda la programación, incluyendo las noticias sobre y con los niños, y su participación en los programas familiares y de adultos. Todo bajo la perspectiva de la condición de grupo vulnerable que le da a la niñez la Constitución y la Ley.

3. La constitución y reglamentación de un grupo específico o una instancia de seguimiento y evaluación de la programación infantil, por parte de la CNTV, que tendrá la obligación de evaluar la programación, llevar los archivos correspondientes, informar periódicamente sobre el cumplimiento de la normas y de los compromisos consensuados y establecidos para esta programación y sus transgresiones en el momento que ocurran; así como responder las quejas, reclamos y brindar la información pertinente sobre la televisión infantil.

Es pertinente pensar en un “observatorio” sobre los niños y los medios con el apoyo de las autoridades, academia, ligas de padres y maestros, entre otros, pero que tenga idoneidad y autonomía.

4. Se debe brindar toda la información y apoyo a los padres, profesores e interesados sobre el tema de la TV y los niños, la reglamentación, normas, instancias de quejas y reclamos, a través de diferentes medios: plataforma y página web diseñada específicamente para esta actividad y en forma interactiva, servicio gratuito de consulta telefónica desde cualquier parte del país. También se deberá contar con información en los diferentes medios masivos en forma periódica: prensa, radio y la misma televisión, sobre los diferentes aspectos de la televisión y los niños.



5. Se debe ofrecer y fomentar la formación en, con y sobre la televisión tanto formal como no formalmente, este debe ser un compromiso de la CNTV y los Ministerios de Educación, Protección Social y Comunicaciones. Se trata de la llamada educación en medios y en particular en televisión.

6. Se debe concebir y apoyar la investigación científica e interdisciplinar indispensable para la sustentación y formulación de las normas y políticas y su revisión; de tal forma que sea la investigación de los diferentes aspectos de la televisión: sus posibles efectos o relaciones causales entre la televisión y los niños, por ejemplo, hábitos y consumos, relaciones sociales y expectativas, proyección de ciudadanía, etc., hasta las indagaciones sobre percepciones de estos, sus padres y grupos que les conciernen, en materia de televisión, contenidos, programación, educación, valores, etc., las que establecen los criterios normativos y no exclusivamente los intereses y posiciones individuales y personales de los operadores, de las instituciones o de los reguladores.

- Cualitativas: etnografías, focus grupos:padres, niños,
- Cuantitativas. Tendencias, aceptación, percepción, etc.

La investigación así como la normatividad y decisiones de política que se tomen basadas en aquella deben ser debidamente divulgadas y socializadas.

7. Conceptualizar, instaurar y fomentar la *co-regulación*. La *co-regulación* denota formas co-operativas de regulación diseñadas para alcanzar los objetivos de *políticas públicas*, de interés general. La co-regulación combina elementos de autoregulación (y automonitoreo) con la regulación pública tradicional. Participación, rendición de cuentas, reglas y procedimientos en toma de decisiones, mecanismos de información y de revisión, entre otros son de suma importancia en la co-regulación. Se espera llegar a una jerarquización de toma de decisiones y de resolución de diferencias y conflictos. Las instancias deben quedar claramente definidas y bajo un marco legal, pero es un compromiso de todos los actores: Operadores, padres de familia, estamento educativo, ligas de televidentes, veedurías, ente regulador, estrados judiciales. La regulación de este medio está basada en principios que afectan los valores fundamentales de una sociedad democrática: Libertad de expresión, pluralismo político, diversidad cultural, protección a los menores, la dignidad humana y la salud pública. Es entonces fundamental que la regulación mantenga un balance apropiado entre esos principios. De allí que el compromiso debe ser de todos los actores involucrados en el proceso comunicativo y discurso televisivo. La autoregulación es bienvenida como instancia en la co-regulación, pero el Estado tiene un papel indelegable para la armonización de los principios y valores antes anotados.

8. Una política de fomento, como regulación positiva, para la producción y programación dirigida a los niños debe ser estudiada, proyectada e implementada. Esto encierra la posibilidad de subvenciones y financiación, concursos, fondo exclusivo para la TV infantil para productores independientes, canales públicos (diferentes a la financiación de la programación tanto de Señal Colombia como de los canales regionales que hace la CNTV a través del Fondo) y hasta para los privados con las debidas contraprestaciones y compromisos en cuanto a transmisión, derechos, posibles usos por fuera de las emisiones, material de apoyo. Este fondo para el fomento de la televisión infantil puede provenir de

un porcentaje del Fondo de promoción de la TV pública y de otros organismos y entidades públicas y privadas, teniendo en cuenta que la población infantil necesita de una política pública de TV tanto en los canales públicos como en los privados. La financiación puede ser un crédito blando y hasta condonable, siempre y cuando el compromiso, la calidad, continuidad, programación, el impacto formativo, entre otros factores, sean profesional y objetivamente evaluados. Los canales podrán solicitar este fomento siempre y cuando se comprometan también con un libro de estilo y código de ética en lo que se refiere al servicio de TV para la población infantil. La financiación no necesariamente tiene que hacerse para todo el proceso, es posible y deseable que la financiación se de por etapas (apoyo a las de arranque o en las creativas, etc.) y con compromisos de los canales y otras organizaciones gubernamentales y o no.

Los concursos también son importantes en la regulación positiva tanto para optar a la subvención o financiación como para medir el resultado final de la producción y la programación (la apuesta de Midiativa en Brasil con MEDIAQ podría ser una fuente de inspiración para un regulación positiva y desde la sociedad civil).

### **3.3. EJE DE PARTICIPACIÓN CIUDADANA**

#### **Tareas cumplidas**

Revisión teórica y análisis de la manera como se ha dado el tema de la participación ciudadana en la televisión en Colombia.

#### **Propósitos**

- ✓ Realizar un acercamiento al contexto en donde se desarrolla el tema de la participación ciudadana en medios de comunicación, su sentido de existencia en el marco de la relación entre Democracia y Comunicación, el papel esencial de los medios de comunicación en la construcción de lo público.
- ✓ Realizar una descripción y análisis de los espacios de participación ciudadana en televisión existentes en Colombia.
- ✓ Señalar las tareas que corresponden a los actores responsables del tema de la participación ciudadana en televisión tales como la Comisión Nacional de Televisión (CNTV), las Defensorías del Televidente, las Ligas de Televidentes. Todo ello con el fin de diseñar acciones conjuntas para lograr que el tema de la participación ciudadana tenga una visibilidad real cuando de pensar este medio masivo se trata.

#### **Hechos a destacar que tienen relación con el eje de participación ciudadana**

##### La participación ciudadana en los medios: clave para la construcción de lo público

La Comunicación y particularmente los medios masivos son escenarios claves para pensar las sociedades contemporáneas y dentro de ellas a los sistemas políticos que las rigen. Entendida la Democracia como “los poderes en público” encontramos en los medios masivos espacios claves para la realización de esta tarea. Lo anterior en la medida en que

lo público se construye en los espacios de deliberación, de debate, de concertación. En los lugares donde se toman las decisiones, en los espacios educativos y de producción del saber, en los medios y en las industrias culturales. Tan fuerte es su presencia que hoy aparecen convertidos en “nuevas plazas para la Democracia”. Esto es posible si existe una sociedad civil organizada acompañando la manera como los medios y particularmente la televisión desarrollan esta actividad anterior.

Desde esta óptica anterior es necesario aterrizar este debate en nuestro país y para ello se toma como referente la Constitución de 1991 como un nuevo escenario desde donde pensar y hacer realidad estas consideraciones anteriores. Uno de los aspectos más significativos de la misma tiene que ver con el tránsito de una Democracia representativa a una participativa, en la medida en que la primera atravesaba por un proceso de franco deterioro y no servía como referente para enfrentar la crisis estructural que el país atravesaba en ese momento.

Desde esta nueva “carta de navegación” el tema de la participación ciudadana empieza a impregnar todos los ámbitos de la vida social y en esa medida los medios de comunicación no escapan a ello. La Constitución establece que será la Comisión Nacional de Televisión (CNTV) la responsable de establecer las reglas de juego frente al manejo de este medio. Sus funciones las va a establecer la Ley 182 de 1995 y los ajustes de la misma en la Ley 335 del año siguiente y en esa medida en ellas se establecerán los lineamientos generales del tema de la participación ciudadana. Sin embargo 15 años después de expedida la Constitución el balance no es del todo satisfactorio en la medida en que a esos espacios les ha faltado “ciudadanos”, visibilidad y acciones concretas.

#### Balance de los escenarios de participación ciudadana en televisión

Al intentar hacer un “flash back” de lo que ha sido este tema nos tenemos que remontar a la existencia de la Comisión de Vigilancia creada al interior del Consejo Nacional de Televisión que aparece con la expedición de la Ley 42 de 1985 durante la administración de Belisario Betancur y cuya figura daría pie una vez creada la CNTV a un comité semejante de corta vida en su interior.

A pesar de que en él existió una cierta presencia de la comunidad, en la medida en que estuvo conformado por representantes de las asociaciones de padres de familia, de la Iglesia, de los campesinos, los gremios relacionados con el manejo de la televisión, de los críticos de televisión, entre otros, no pudo realizar una tarea destacada en el cumplimiento de su obligación de velar por la “calidad y defensa de los intereses de la teleaudiencia”. La cara positiva fue haber “conquistado” un espacio de interés para la comunidad, la negativa la poca visibilidad sumada a problemas relacionados con la falta de idoneidad y de representatividad de algunos de sus miembros.

Algo semejante sucedió con esta figura al interior de la CNTV. Su labor se concentraba en la canalización de las quejas y reclamos de los televidentes para remitirlos a la Junta Directiva. El excesivo número de integrantes, la falta de un norte claro que estableciera su sentido de existencia sumado a la escasa voluntad política de la CNTV hicieron que este colectivo desapareciera gradualmente sin que “nadie la echara de menos”.

Como otras figuras ajenas al sector público se crean los observatorios de medios, particularmente desde el interior de las Facultades de Comunicación. A pesar de que en la

actualidad “están de moda” y algunos de ellos han realizado esfuerzos importantes a través de investigaciones sobre temas relacionados con la coyuntura nacional, particularmente política, su visibilidad ha sido muy reducida. Su verdadera misión tendría que orientarse a realizar un acercamiento a la manera como los medios cubren la realidad, la representan, los modelos y estrategias que emplean para ello y el papel de los periodistas en este proceso

Viene luego la figura del Defensor del Televidente que hoy aparece en algunos de los canales, tales como Caracol y RCN, en City TV como canal local, en Tele Antioquia y gradualmente en la figura a empezado a tomar fuerza otros canales regionales como es el caso de Tele Pacífico. Entendida como espacio mediador entre el canal y las audiencias se propone atender a sus reclamos intentando a través de los espacios televisivos con que cuentan hacer una labor de pedagogía de medios. Infortunadamente su labor no ha trascendido más allá de ser oficinas de “quejas y reclamos” y el esfuerzo que realizan no se ve reflejado en acciones concretas que incidan realmente sobre ajustes en la programación de los canales que representan. Existen otras instancias como es el caso de las asociaciones de padres, tales como *Red Papaz*, organización que agrupa un número creciente de colegios. Es un interlocutor importante sobre el tema de la responsabilidad social de la televisión. Actúa como una instancia de monitoreo y réplica a la oferta de TV para niños y adolescentes en Colombia, y de sensibilización a padres y educadores. En otros países como el Perú se conocen experiencias de veedurías de medios exitosas.

#### Espacios de participación ciudadana en Televisión

- ✓ La Comisión Nacional de Televisión
- ✓ La Academia
- ✓ Los distintos operadores del servicio: canales privados, públicos, concesionarios.
- ✓ La Academia: Facultades de Comunicación y Observatorios de medios
- ✓ La sociedad civil: asociaciones de padres y ligas de televidentes

#### **Propuestas del eje de participación ciudadana**

##### Tareas para la CNTV y órganos estatales:

- ✓ Revisar y reglamentar el artículo 11 de la Ley 335 de 1996 mediante un acuerdo que contemple la existencia de la figura del Defensor del Televidente de tal manera que la exigencia vaya más allá de los canales privados e involucre a los distintos operadores del servicio de televisión. En él se deberá establecer las “reglas de juego” de su nombramiento, las funciones y su “potestad” frente a la toma de decisiones, entre otros aspectos.
- ✓ Promover el despegue y la consolidación de la figura del Defensor en la televisión pública y en los canales regionales.
- ✓ Recuperar y revisar la figura de la Comisión para la Vigilancia, sus funciones, composiciones, alcances y limitaciones.
- ✓ Realizar un proceso de interlocución con las ligas de televidentes en los niveles locales y nacional con el fin de adelantar tareas conjuntas .

Tareas para las defensorías:

- ✓ Realizar un diagnóstico de lo que ha sido su desempeño con el fin de establecer correctivos frente a sus debilidades.
- ✓ Diseñar un proyecto de comunicación al interior de los canales, que reglamente las funciones de los defensores.
- ✓ Implementar la reglamentación de la CNTV referida a las defensorías.

Tareas para los gremios:

- ✓ La Asociación Nacional de Anunciantes (ANDA) puede trabajar en el diseño y puesta en marcha de un proyecto semejante al *Semáforo ético*, que se hace en el Perú.
- ✓ Apoyar, mediante la creación de un fondo concursable, la producción de televisión infantil de calidad.

Tareas para la sociedad civil:

- ✓ Creación de un colectivo que aglutine las distintas instancias de participación con el fin de emprender tareas conjuntas frente a temas neurálgicos, como por ejemplo, una propuesta de reglamentación de la figura de Defensor del televidente y de la Comisión de Vigilancia, la creación del Sistema de Investigación, Educación y Participación Social en Televisión –SIESTV- al interior de la CNTV, así como la posible creación de una Veeduría de Medios de Comunicación acogiendo para ello a la Ley 850 de 2003 por medio de la cual se reglamenta su existencia.
- ✓ Diagnóstico de la realidad de las ligas de televidentes existentes en el país con el fin de conocer su ubicación, especificidad y tareas que desarrollan.

**3.4. EJE DE INVESTIGACIÓN****Tareas cumplidas**

Revisión de 27 estudios sobre la temática TV-infancia y adolescencia, realizados en Colombia entre 1998 y 2005.<sup>96</sup>

**Propósitos**

El eje de investigación cumplió tres propósitos:

---

<sup>96</sup> Sondeo sobre investigación relativa a televisión, infancia y adolescencia. *Compromiso por una Televisión de Calidad para la Infancia en Colombia. Documento No. 1 - Investigación y estudios*. Preparado por: Maritza López de la Roche. 10 de agosto de 2005

- ✓ Establecer qué temas se han investigado sobre la relación televisión-infancia y adolescencia en Colombia en los últimos 7 años.
- ✓ Establecer qué temas hace falta investigar.
- ✓ Señalar qué usos debe dársele a la investigación, en función de los objetivos de este *Compromiso*. Es decir, formular propuestas.

### **Hechos a destacar que tienen relación con este eje**

#### ¿Qué fines persiguen las investigaciones que se diseñan y se hacen?

Debe resaltarse esta pregunta, la clave de este eje. Porque el fin que cumple un estudio determina la modalidad o metodología que asume, y -más importante aún- lo que se hará con los resultados de la investigación.

Las investigaciones promovidas y financiadas por las empresas privadas a menudo se reducen a mediciones de preferencias de programación, hábitos de consumo de programas, o también a actitudes respecto a determinado programa, producto o tema. Con frecuencia son estudios estadísticos que se aplican a grupos grandes de población, y no establecen diferencias dentro de tales grupos, en lo que respecta a condiciones relativas a clase social, género, rangos de edad, etnia, ubicación geográfica o características culturales. O sea que desatienden los “subgrupos” que pueden identificarse al interior de un número grande de encuestados. Los hallazgos obtenidos en este tipo de estudios son generalizantes, no permiten detectar las diferencias señaladas. Por lo tanto, son limitados en lo que respecta al conocimiento que se deriva de ellos.

En síntesis, el tipo de resultados que una investigación logra depende del tipo de fines (y de preguntas) a los cuales responde. Por ello es necesario diseñar y desarrollar otros estudios diferentes a los que realizan las empresas de marketing. Esto con el fin de formular preguntas y estudiar asuntos relacionados con la responsabilidad social de la televisión o de un determinado programa, abordar temas tales como los contenidos educativos, evaluar cualitativamente la recepción de un programa por sus audiencias, y promover formas de participación de los niños y adolescentes que no se reduzcan al envío de mensajes desde el celular, o a una llamada telefónica. Es decir, se trata de dar cabida a tipos de investigación socialmente relevantes, y no sólo a estudios que respondan a objetivos del mercado.

#### La investigación nutre la deliberación pública

Debe destacarse que el tema de las funciones de los medios en los procesos de socialización de las nuevas generaciones se está haciendo más visible en el debate público, y la investigación está contribuyendo significativamente a documentar y cualificar este debate. La relación TV-infancia y adolescencia es hoy objeto de atención de varias disciplinas académicas: la psicología, la sociología, la comunicación social, entre otras. Hay un momento fructífero de diálogo intradisciplinario, ratificado además por el número de instituciones involucradas en el trabajo investigativo.

#### Instituciones que generan investigación

Se debe resaltar la importancia de la iniciativa de la CNTV, la cual permitió, entre 2002 y 2004, financiar y llevar a cabo un conjunto grande de estudios sobre televisión en el país. Igualmente se debe destacar el valor de que las universidades sean hoy los principales centros de investigación sobre estas temáticas. Puesto que 26 de los 27 trabajos revisados han sido realizados en instituciones de educación superior, tanto públicas como privadas.

### **Resultados del trabajo adelantado en este eje**

El análisis de las investigaciones realizadas permitió identificar la existencia de 8 tipos de estudios, clasificación establecida según los problemas investigados. Se trata de estos:

1. Análisis de programas.
2. Recepción de la TV por grupos sociales específicos.
3. Recepción de la TV en el contexto de la familia.
4. Proyectos orientados al diseño de programas de TV.
5. Televisión y educación.
6. Programación de TV educativa para implementar en los sistemas de TV macro y micro.
7. Televisión y consumo.
8. Estudios sobre las condiciones de producción de la TV.

Un segundo resultado de este eje fue identificar los temas que la investigación debe examinar, sobre los cuales no se encontraron estudios durante la revisión realizada, o en caso de existir investigación, es insuficiente. Se trata de los siguientes:

- Formatos de TV de calidad.
- Maneras de definir el concepto de “calidad” en televisión.
- Revisión de legislación extranjera relativa a audiencias infantiles y adolescentes.
- Lenguajes y contenidos de la pauta publicitaria que acompaña los programas dirigidos a niños y adolescentes, o los horarios familiares.
- TV y consumo de bienes.
- Evaluación de los programas emitidos.
- TV y currículo.
- Relaciones entre TV y procesos de aprendizaje.
- Construcción de propuestas pedagógicas con TV y video.
- Las relaciones de los educadores con la TV y otras tecnologías.

## Propuestas del eje de Investigación

1. Situar temas relevantes en la agenda pública, y ofrecer los conocimientos e información necesarios.
2. Cualificar el diseño y producción de programas dirigidos a niños y adolescentes, así como también la programación. Que los realizadores y las empresas de TV acojan algunos resultados de investigaciones que aporten ideas para la producción de programas de calidad.
3. Generar iniciativas que vinculen la Comunicación y la Educación, a través de la ejecución de proyectos educativos y culturales que incorporen los medios de comunicación a las prácticas escolares.
4. Aportar a los otros ejes: Los hallazgos de las investigaciones deben incorporarse a las decisiones en políticas públicas, producción y programación, y a la participación ciudadana.
5. Re-definir las franjas infantiles y adolescentes basándose en estudios sobre los comportamientos de estas audiencias.
6. Tomar en cuenta la diversidad de niños y adolescentes a los que llegan los programas de TV: varios sectores sociales, géneros, edades, diversas etnias y regiones geográficas.
7. Promover la participación de los niños y las niñas, y de los adolescentes, en los procesos de investigación.
8. Los centros de investigación deben orientar sus esfuerzos hacia el tema de la TV dirigida a niños y adolescentes, incluyendo estudios sobre las instituciones que producen o emiten programas dirigidos a estas audiencias, y los determinantes de la oferta que sale al aire.
9. Emprender acciones en varios frentes simultáneamente: por ejemplo, las mejoras en la programación de TV deben ser simultáneas a proyectos educativos y culturales de alta cobertura; los canales además de producción, pueden crear observatorios de programación que funcionen como evaluadores, y que incluyan niños, adolescentes, padres, educadores, investigadores y otros profesionales que puedan aconsejar sobre los formatos y contenidos de los programas.